

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS E CLÁSSICAS
FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

MAIRUS PRETE

**O perfil teórico-metodológico da *Grammatica portugueza*,
de Júlio Ribeiro**

SÃO PAULO

2020

MAIRUS PRETE

**O perfil teórico-metodológico da *Grammatica portugueza*,
de Júlio Ribeiro
(VERSÃO CORRIGIDA)**

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Filologia e Língua portuguesa.

Área de Concentração: História e historiografia da língua portuguesa.

Orientadora: Profa. Dra. Marli Quadros Leite.

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P922p Prete, Mairus Antonio Prete
O PERFIL TEÓRICO-METODOLÓGICO DA GRAMMÁTICA
PORTUGUEZA, DE JÚLIO RIBEIRO / Mairus Antonio Prete
Prete ; orientadora Marli Quadros Leite. - São Paulo,
2020.
245 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área
de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. História das ideias linguísticas. 2. Gramática
brasileira. 3. Século XIX. 4. Júlio Ribeiro. 5.
Teoria. I. Leite, Marli Quadros, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Mairus Antônio Prete

Data da defesa: 15/10/2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Marli Quadros Leite

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 09/12/2020

Marli Quadros Leite

(Assinatura do (a) orientador (a))

Nome: PRETE, Mairus Antonio

Título: O perfil teórico-metodológico da *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Filologia e Língua portuguesa.

Aprovado em: 15/10/2020.

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Aos meus pais,
Gelso Prete e Isaura de Fátima Prete

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial a meus pais, Gelso Prete e Isaura de Fátima Prete, por me darem suporte e me suportar nesses quatro anos de tese.

À minha namo-noiva-esposa, Aline, por todo amor dedicado, sem o qual não conseguiria.

À minha irmã, Maiyara, pelo apoio, por, simplesmente, entender a saga que é fazer uma tese.

Aos amigos próximos, pelo constante incentivo.

À minha orientadora, Marli, por ensinar-me com sabedoria, dedicação e zelo, mas, principalmente, por acolher-me amorosamente quando cheguei à USP sem nunca ter pisado antes nessa universidade.

Aos companheiros do Grupo Gramática: História, Descrição e Discurso, pelo ambiente estimulante de pesquisa.

Aos companheiros do Instituto Federal do Paraná, por colaborarem com minhas necessidades relacionadas à tese.

Ao Instituto Federal do Paraná, por ter, como política institucional, o incentivo à especialização docente.

Às secretárias do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, por me salvarem com as matrículas pendentes das quais só me lembrei agora.

A Deus, por, irracionalmente, ainda persistir a fé.

*Presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte
Porque apesar de muito moço, me sinto são e salvo e forte
E tenho comigo pensado, Deus é brasileiro e anda do meu lado
E assim já não posso sofrer no ano passado*

*Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro
Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro*

Sujeito de Sorte

Belchior

RESUMO

PRETE, Mairus Antonio. O perfil teórico-metodológico da *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro. 2020. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

A temática desta tese é o perfil teórico-metodológico da *Grammatica portugueza*, redigida por Júlio César Ribeiro Vaughan (1845-1890) em 1881 e, depois, reformulada na segunda edição, publicada em 1885. Partimos do corolário de que a *Grammatica portugueza* tem sido *representada* em pesquisas como responsável pela ruptura com a teoria gramatical racionalista, considerada demasiadamente “metafísica”, para a adoção de teoria que aborda empiricamente os fatos linguísticos, como a histórico-comparatista do século XIX. Trabalhamos com as hipóteses de que: (i) não há rupturas teóricas na *Grammatica portugueza*, pois as teorias racionalista, comparatista e naturalista acumulam-se na obra, e a dinâmica de *integração* dessa acumulação reflete seu perfil teórico-metodológico; (ii) a *Grammatica portugueza* contém uma teoria gramatical particular, decorrente do *horizonte de retrospectão* heterogêneo do autor, que deixa transparecer o contexto intelectual do final do século XIX; (iii) a *Grammatica* é, conseqüentemente, uma obra na qual a inovação não ocorre pela substituição de uma teoria por outra, mas pela *integração* das teorias racionalista, histórico-comparatista e naturalista que são acrescentadas à base teórica greco-latina; e (iv) esse perfil teórico-metodológico implica uma peculiar formulação de conceitos, regras e exemplos da gramática. Para aferir essas hipóteses, identificamos, primeiramente, como, na gramaticografia brasileira, críticos e pesquisadores estabeleceram duas *representações* dominantes e distintas acerca do papel histórico da *Grammatica portugueza*: (i) a *representação* de que a obra é pioneira em adotar novas teorias; e (ii) a de que a obra é precursora em anunciar novas teorias. Em seguida, descrevemos o *horizonte de retrospectão* da *Grammatica portugueza*, a fim de investigar os autores e as obras que Júlio Ribeiro indexou conscientemente na elaboração de sua gramática, para descrever (i) a natureza teórica das obras e dos autores mencionados; (ii) a finalidade da indexação; e a (iii) a maneira como Ribeiro se posiciona ao indexá-los na obra. Por fim, examinamos a *integração* das teorias presentes na composição dos saberes materializados na *Grammatica portugueza*, a fim de descrever como Júlio Ribeiro *integra* premissas de diferentes teorias para constituir os elementos estruturantes de uma gramática. Por meio dessas reflexões, confirmamos que o perfil teórico-metodológico da *Grammatica* se dá pela *integração* das teorias racionalistas, histórico-comparatistas e naturalistas (sobre a base greco-latina), decorrente do *horizonte de retrospectão* heterogêneo de Ribeiro, o qual lhe permite formular de modo particular conceitos, regras e exemplos na *Grammatica portugueza*.

Palavras-chave: História das ideias linguísticas. Gramática brasileira. Século XIX. Júlio Ribeiro. Teorias. Integração teórica.

ABSTRACT

PRETE, Mairus Antonio. The theoretical and methodological profile of *Grammatica Portuguesa*, by Júlio Ribeiro. 2020. Thesis (PhD in Philology and Portuguese Language) – Department of Vernacular and Classical Letters, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

The theme of this thesis is the theoretical and methodological profile of *Grammatica Portuguesa*, written by Júlio César Ribeiro Vaughan (1845-1890) in 1881 and later reformulated in the second edition, published in 1885. We start from the corollary that *Grammatica Portuguesa* has been represented in research as responsible for the break with the rationalist grammatical theory, considered overly “metaphysical”, for the adoption of a theory that empirically addresses linguistic facts, such as the 19th century comparative-historical one. We work with the hypotheses that: (i) there are no theoretical breaks in *Grammatica Portuguesa*, since the rationalist, comparative and naturalist theories accumulate in the work, and the integration dynamics of this accumulation reflects its theoretical-methodological profile; (ii) *Grammatica Portuguesa* contains a particular grammatical theory, resulting from the author's heterogeneous retrospection horizon, which reveals the intellectual context of the late XIX century; (iii) *Grammatica Portuguesa* is, consequently, a work in which innovation does not occur by replacing one theory with another, but by integrating the rationalist, historical-comparative and naturalist theories that are added to the Greco-Latin theoretical base; and (iv) this theoretical-methodological profile implies a peculiar formulation of concepts, rules and examples of grammar. To assess these hypotheses, we first identified how, in Brazilian grammar, critics and researchers established two dominant and distinct representations about the historical role of *Grammatica Portuguesa*: (i) the representation that the work is a pioneer in adopting new theories; and (ii) that the work is a precursor in announcing new theories. Afterwards, we describe the retrospective horizon of *Grammatica Portuguesa*, in order to investigate the authors and works that Júlio Ribeiro consciously indexed in the elaboration of his grammar, to describe (i) the theoretical nature of the works and authors mentioned; (ii) the purpose of indexing; and (iii) the way Ribeiro positions himself when indexing them in the work. Finally, we examine the integration of the theories present in the composition of the knowledge materialized in *Grammatica Portuguesa*, in order to describe how Júlio Ribeiro integrates assumptions of different theories to constitute the structuring elements of a grammar. Through these reflections, we confirm that the theoretical-methodological profile of *Grammatica* is due to the integration of rationalist, historical-comparative and naturalist theories (on the Greco-Latin basis), resulting from Ribeiro's heterogeneous retrospection horizon, which allows him to formulate in a particular way concepts, rules and examples in *Grammatica Portuguesa*.

Keywords: History of linguistic ideas. Brazilian grammar. XIX century. Júlio Ribeiro. Theories. Theoretical integration.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Lista de trabalhos acadêmicos sobre a Grammatica portugueza, de Júlio Ribeiro	36
Tabela 2 - Autores e obras referenciados por Júlio Ribeiro (1885) para constituir sua teorização gramatical	140
Tabela 3 - Autores e obras referenciados por Júlio Ribeiro (1885) para coletar dados e análises de aspectos empíricos de línguas	143
Tabela 4 - Exemplos de emprego de "Regra" e "Lei". Ribeiro (1885)	171
Tabela 5 - Divisões de obras citadas por Ribeiro (1885).....	174
Tabela 6 - Conceito de classes de palavras, retirados de Ribeiro (1881) e Ribeiro (1885).....	185
Tabela 7 - Comparação entre os conceitos de verbo de Ribeiro (1881 e 1885)	186
Tabela 8 - Extensão do conceito de verbo em Ribeiro (1881 e 1885).....	187
Tabela 9 - Conceitos e horizonte de retrospectão de classes de palavras em Ribeiro (1881 e 1885).....	188
Tabela 10 - Critérios distintivos para elaboração de conceitos de classes de palavras em Ribeiro (1881).....	190
Tabela 11- Conceito designativo de preposição em Burggraff (1863) e em Ribeiro (1885).....	191
Tabela 12 - Definições, classificações e divisões de sentença para autores que compõem o horizonte de retrospectão de Ribeiro (1885)	193
Tabela 13 - Divisão da sentença em Mason (1858) e Ribeiro (1885)	195
Tabela 14 - Exemplos de regras e leis em Ribeiro (1885)	209

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Excerto com a comparação entre a seleção natural nas línguas e nas espécies, extraído de Ribeiro (1885).....	104
Figura 2 – Excerto com a comparação entre a genealogia nas línguas e nas espécies, extraído de Ribeiro (1885).....	105
Figura 3 - Excerto com etimologia dos pronomes adjetivos, extraído de Ribeiro (1885).....	123
Figura 4 - Organograma com divisões de gramáticas brasileiras do século XIX, reproduzido de Parreira (2011)	173
Figura 5 - Organograma com critérios distintivos de conceitos de classes de palavras, reproduzido de Prete (2019)	188

SUMÁRIO

Introdução.....	12
1. A <i>Grammatica portugueza</i> ao longo do tempo	30
1.1 Uma representação comum sobre a <i>Grammatica portugueza</i>	31
1.2 Os modos de historicização da <i>Grammatica portugueza</i>	33
1.2.1 A <i>Grammatica portugueza</i> em resenhas.....	37
1.2.2 A <i>Grammatica portugueza</i> em periodizações.....	43
1.2.3 A <i>Grammatica portugueza</i> em estudos.....	54
1.2.3.1 Representação como revolução e o apagamento do passado	54
1.2.3.2 Representação como processo de mudança e o passado presente.....	66
1.2.3.3 Representação relativa e a busca pelo passado.....	76
1.3 A necessidade de se estabelecer um perfil teórico-metodológico para <i>Grammatica portugueza</i>	82
2. O horizonte de retrospectiva da <i>Grammatica portugueza</i>	84
2.1 Incorporação e preterição na teorização gramatical da <i>Grammatica portugueza</i>	86
2.2 Incorporação e preterição na análise de dados empíricos de diferentes línguas	107
2.3 Perfil teórico-metodológico e cooperação teórica na <i>Grammatica portugueza</i>	139
3. O perfil teórico metodológico da <i>Grammatica portugueza</i>	146
3.1 Uma gramática e quatro teorias: premissas teóricas na <i>Grammatica portugueza</i>	147
3.2 A finalidade da <i>Grammatica</i> : linguagem, língua; regras e leis	155
3.3 A divisão da <i>Grammatica</i> : classe de palavras; sentença.....	172
3.3 Procedimentos de análise na <i>Grammatica</i> : análise linguística e exemplificação	199
3.4 O perfil teórico-metodológico da <i>Grammatica portugueza</i> e os componentes da gramática.....	211
Conclusão.....	215
Referências.....	227

Introdução

A temática desta tese é o perfil teórico-metodológico da *Grammatica portugueza*¹, redigida por Júlio César Ribeiro Vaughan (1845-1890) em 1881 e, depois, reformulada na segunda edição, publicada em 1885. Sabemos que é uma obra relevante da gramaticografia brasileira, pois, mesmo passados tantos anos após sua redação, a gramática ainda contém questões atuais e não deixa, dessa forma, de despertar interesse de pesquisadores de diversas áreas. Nossas reflexões se direcionam para as teorias que compõem o conteúdo da obra, aspecto que, ultimamente, tem ocupado historiadores das ideias linguísticas e historiadores da linguística.

Partimos do corolário de que a *Grammatica portugueza* tem sido representada em pesquisas como responsável pela ruptura² com a teoria gramatical racionalista, considerada demasiadamente “metafísica”, para a adoção de teoria que aborda empiricamente os fatos linguísticos, como a histórico-comparatista do século XIX. Consideramos que pesquisadores têm reiteradamente *representado* a obra de Júlio Ribeiro na gramaticografia brasileira como marco, obra precursora ou pioneira, do uso dessa teoria histórico-comparatista no Brasil, fato que a torna uma espécie de marco teórico, ainda que se tenha iniciado, timidamente, uma revisão desses aspectos nos últimos tempos.

Passamos a discutir essa *representação*, calcada nas noções de “precursor”, de “pioneiro” e de “marco”, porque ela suscita uma série de reflexões a serem feitas. Não sabemos, afinal, se, de fato, ocorreu na *Grammatica portugueza* uma ruptura com a teoria racionalista, tampouco temos uma visão satisfatória sobre o papel da teoria histórico-comparatista e da racionalista na formulação de conceitos, regras e exemplos da gramática de Júlio Ribeiro. Não temos, principalmente, uma visão exata de como, diante dessas dúvidas, a *representação* da *Grammatica portugueza* como

¹ O título *Grammatica portugueza* não foi a primeira opção de Júlio Ribeiro. Em seu primeiro livro, *Traços geraes de linguística* (1880), podemos observar que a primeira opção era *Grammatica analytica da lingua portugueza* (cf. Silveira, 2008).

² Os conceitos de “ruptura” e “revolução”, nesta tese, devem ser interpretados conforme a conhecida concepção desenvolvida a partir de Bachelard (2006) e de Kuhn (1997).

marco, obra precursora ou pioneira, sustentou-se na gramaticografia brasileira por tanto tempo, na medida em que apenas na última década começou a ser relativizada.

Nossa hipótese, diante dessas lacunas, é de que: (i) não há rupturas teóricas na *Grammatica portugueza*, pois as teorias racionalista, comparatista e naturalista acumulam-se na obra, e a dinâmica de *integração* dessa acumulação reflete seu perfil teórico-metodológico; (ii) a *Grammatica portugueza* contém uma teoria gramatical particular, decorrente de um *horizonte de retrospectão* heterogêneo, mobilizado por um autor que deixa transparecer nesse *horizonte de retrospectão* o contexto intelectual do final do século XIX; (iii) a *Grammatica* é, conseqüentemente, uma obra na qual a inovação não ocorre pela substituição de uma teoria por outra, mas pela *integração* das teorias racionalista, histórico-comparatista e naturalista, que se *acumulam* em uma base teórica greco-latina; e (iv) esse perfil teórico-metodológico implica uma peculiar formulação de conceitos, regras e exemplos da gramática.

Entendemos que a primeira parte da hipótese seja plausível porque não existem trabalhos que comprovem o total abandono da teoria racionalista na *Grammatica portugueza*. Na verdade, o que se vê são pesquisadores constatando a presença da teoria racionalista na gramática de Júlio Ribeiro. Essa ideia de abandono, defendemos, é mais decorrente de um sistema de *representações* formulado por intelectuais e pesquisadores ao longo do tempo, o qual descreveremos no primeiro capítulo. A plausibilidade da parte (i) da hipótese torna a verificação das três seguintes (ii, iii, iv) imprescindíveis, pois o caráter inovador da *Grammatica portugueza* pode estar na *cumulatividade* de diferentes teorias e na forma como se *integram*, em vez de estar na simples substituição de uma nova teoria por outra, fato que, isto posto, remeteria a um modo peculiar de formulação de conceitos, regras e exemplos na obra.

Nossa tese, diante dessa hipótese, é a de que *o perfil teórico-metodológico da 'Grammatica portugueza' não confirma a representação de que a obra simbolize ruptura ou marco teórico histórico-comparatista no Brasil. Há, na obra, a integração das teorias racionalistas, histórico-comparatistas e naturalista, que se acumulam (sobre a base greco-latina) em uma dinâmica proporcionada pelo horizonte de retrospectão heterogêneo do autor, aspecto esse que acarreta uma formulação peculiar de conceitos, regras e exemplos na gramática.* Em síntese, nossa tese é a de que a *Grammatica* inova na *integração* de teorias, graças a seu *horizonte de retrospectão* consideravelmente heterogêneo.

Nosso objetivo geral, diante dessa tese, é descrever as teorias que se fazem presentes na *Grammatica portugueza* por meio do *horizonte de retrospecção* mobilizado pelo autor em sua obra. Os objetivos específicos, por sua vez, são: a) explicar como surgiu e se consolidou na gramaticografia brasileira a *representação* de que a *Grammatica* é um marco, pioneira ou precursora, da teoria histórico-comparatista no Brasil, responsável por romper com a racionalista; b) levantar e analisar o *horizonte de retrospecção* mobilizado conscientemente por Júlio Ribeiro; c) identificar e analisar as teorias que se *acumulam* na *Grammatica portugueza*; e d) descrever como essas teorias se *integram* na formulação de termos teóricos, regras e exemplos da *Grammatica*.

Para atender a esses objetivos, partimos dos pressupostos teóricos e metodológicos da História das Ideias Linguísticas, teoria das Ciências da linguagem cujo propósito é a interpretação e explicação de *ideias* e *saberes* acerca de fenômenos linguísticos das mais diversas naturezas. Não se trata, portanto, de uma historiografia cronológica e descritiva ou de mera explicação linguística de séculos passados. O objeto da História das Ideias Linguísticas é mais amplo, pois, como explica Auroux:

é preciso situar nosso objeto em relação a um campo de fenômenos, apreensíveis à altura da consciência cotidiana. Seja a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas; saberes se constituíram a seu respeito; este é nosso objeto (AUROUX, 2009, p. 14).

A vantagem de tratarmos ideias e saberes sobre a linguagem como objeto é que esses termos são menos comprometidos epistemologicamente, na medida em que podem compreender o estudo dos conceitos, dos procedimentos e das técnicas, por exemplo (COLOMBAT et al, 2017; LEITE, 2019a). O escopo de nossa análise, dessa forma, não recai sobre uma determinada teoria fechada, mas sobre aspectos referentes às ideias e aos saberes linguísticos presentes na obra em estudo. É importante mencionarmos, nesse sentido, que os saberes, as ideias linguísticas, não são atemporais, espécies de entidades que existem em si mesmo. Esses saberes são historicamente constituídos e, por essa razão, possuem temporalidade. Afirma, ainda, Auroux:

Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento

do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber (AUROUX, 2009, p. 12).

Essa temporalidade ramificada da constituição do saber é materializada nas chamadas externalidades cognitivas: "a representação humana é, com efeito, caracterizada pela importância das externalidades cognitivas (os livros, as bibliotecas, as calculadoras, etc.) que levam a ultrapassar as capacidades individuais por meio de instrumentos técnicos e significantes" (AUROUX, 2008, p. 125). São, portanto, objetos reais, presentes no mundo, nos quais as ideias, os saberes se materializam e representam o conhecimento humano em uma determinada época ou cultura. Sobre isso, diz Auroux (2008):

A relação do ser humano com o seu ambiente (sobrevivência, produção de bens, organização) passa, então, necessariamente, pela colocação em funcionamento de elementos cuja construção e conservação dependem de externalidades e/ou são externalidades; tanto quanto estes elementos referem-se à representação, trata-se do que se chama "conhecimento" ou "saber" (AUROUX, 2008, p. 125-126).

Devemos compreender a temporalidade desses objetos como uma propriedade intrínseca a eles, na medida em que seu surgimento, na linha temporal, é irreversível, isto é, sua existência não pode ser apagada da linha do tempo. Esses objetos de saber, portanto, surgem em determinado ponto por meio de um processo que se pereniza no tempo. "Dizemos simplesmente que a característica principal do domínio do objeto histórico é a emergência de novas entidades e a irreversibilidade das sequências emergentes, o que significa que esses objetos devem ter uma relação intrínseca com o tempo" (AUROUX, 2006, 105).

As gramáticas se enquadram nessa concepção de externalidades cognitivas, pois são, na realidade, instrumentos linguísticos, objetos reais, cuja função é modificar a forma como o ser humano lida com a linguagem, ao ampliar sua competência linguística. Não consideramos a gramática, nesse sentido, como simples compêndio didático para consulta – tampouco um elemento abstrato, como quando utilizada em expressões tais quais "gramática internalizada". Entendemo-a como um objeto de manejo:

A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural; é preciso concebê-la também como um instrumento linguístico: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que

não figuram juntas na competência de um mesmo locutor (AUROUX, 2009, p. 70).

As gramáticas, destarte, como instrumentos linguísticos, materializam os saberes sobre a linguagem e, por essa razão, apresentam-nos no decorrer do tempo, de forma estável. A *Grammatica portugueza* não foge a essa dinâmica. Entendemo-la nesta tese como um objeto em que saberes sobre a linguagem – e sobre a língua portuguesa – estão materializados em uma determinada temporalidade, no caso, o final do século XIX. Como uma externalidade cognitiva, é, assim, o objeto que concretiza o saber sobre a língua no referido período histórico.

De acordo com Colombat *et al* (2017), os instrumentos das ciências linguísticas, em especial a gramática, têm uma estabilidade que surpreende. Os autores defendem que, na cultura ocidental, essas têm se desenvolvido de forma estável, desde seu surgimento na Grécia antiga. Essa inércia da gramática, nas palavras dos autores, "[...] corresponde também a outra característica epistemológica dos saberes linguísticos: sua cumulatividade na longa duração do tempo" (COLOMBAT *et al*, 2017, p. 268). Leite (2014, p. 116) explica como ocorre essa ideia de cumulatividade:

Esse instrumento empírico “gramática”, tal como o conhecemos desde a tradição greco-latina, é um objeto técnico, cultural, que vai se modificando ao longo da história, embora tenha mantido uma estrutura que permite seu reconhecimento como tal [...] Observa-se, todavia, que, no decurso da história, a apresentação e descrição das categorias linguísticas foram modificadas, por acréscimo, diminuição, ou hierarquização, por alteração da ordem de exposição do conteúdo ou pela redefinição de conceitos [...] Não obstante, esse modelo teórico, que serviu para gramatizar as línguas modernas ocidentais, permanece “relativamente estável” e, ainda hoje, produtivo (LEITE, 2014, p. 116).

Ainda que as gramáticas se modifiquem ao longo do tempo, existem aspectos dessas gramáticas que persistem, fato que não é somente um fenômeno notável, mas produtivo, uma vez que, desde sua aparição na cultura greco-latina, seu aparato teórico ainda é útil às descrições das línguas. Diante disso, podemos considerar que, na *Grammatica portugueza*, há elementos que permitem conhecê-la como uma gramática, com a estrutura que se repete desde a tradição greco-latina, mas há também elementos inovadores, os quais advêm de outras teorias.

O saber linguístico, segundo Aurox (2009), origina-se em uma determinada cultura de forma espontânea – quando o saber simplesmente se desenvolve nessa

cultura – ou por meio de transferência tecnológica – quando é importado de outra cultura. No Brasil, o processo se deu da segunda forma, por meio de transferência tecnológica, o que nos permite afirmar que o surgimento de uma gramática e as mudanças pelas quais passa – entre elas a *Grammatica portugueza* – são frutos dessa transferência tecnológica. É importante entender que esse procedimento de transferência não ocorre sem interferências. Colombat *et al* (2017, p. 264) explicam que "é evidente que essa transferência não se fez sem 'degradação' [...]". Isso significa que existem alterações, mudanças que são consideravelmente importantes para o historiador. Para o propósito desta tese, por exemplo, devemos ter em mente como a *Grammatica* reflete a transferência desses saberes e o modo como essas transferências ocorreram.

É mister, por essa razão, saber observar e descrever os dois tipos de transmissão do conhecimento: a opaca, que ocorre de forma inconsciente e passa por processo de degradação; e a consciente, marcada pela presença de indexação de nomes, de autores e de obras (AUROUX, 2008; COLOMBAT *et al*, 2017). Em outras palavras, é preciso compreender o *horizonte de retrospectão* do autor da *Grammatica portugueza*, ou seja, o conjunto de conhecimentos mobilizados pelo autor (AUROUX, 2008), pois:

A existência de horizontes de retrospectão testemunha que o conhecimento tem necessariamente relação com o tempo: não há conhecimento instantâneo, o que não significa que o objeto do conhecimento ou seu valor sejam temporais como sustenta o relativismo (AUROUX, 2006, p. 107-8).

Na *Grammatica portugueza*, devemos saber quais gestos de Júlio Ribeiro refletem a assimilação consciente de teorias linguísticas, mesmo que sua opção consciente seja a de contradizê-las. "O historiador das ideias linguísticas está, no fundo, diante de dois tipos de fenômenos: a permanência ou, ao contrário, a mudança, mais ou menos marcada, a emergência de teorias e de conceitos novos" (COLOMBAT *et al*, 2017, p. 268). Ou seja, o historiador deve estar atento tanto ao fenômeno da presença das teorias tradicionais quanto ao da mudança. Por essa razão, defendemos que a inovação de Ribeiro não é ser o primeiro a usar esta ou aquela teoria, mas sim na *integração* de diferentes teorias. São dois, portanto, os projetos do historiador:

1. a descrição das formas sob as quais os diferentes estados de conhecimento foram representados: as teorias são expostas sob a forma de textos, de discursos, que podem ser descritos como tais, do ponto de vista de sua materialidade; mas podemos (e devemos) igualmente nos dotar de uma concepção semântica de núcleos dos conhecimentos; isto é, descrever (do interior) o sistema conceptual ao qual elas correspondem;
2. a descrição da mudança teórica, isto é, do fato que passamos historicamente de um estado do conhecimento do objeto a outro, de uma representação do conhecimento a outras [representações]. É, então, igualmente legítimo esperar do historiador que ele ultrapasse a simples descrição da mudança e que ele proponha uma análise das causalidades da mudança (COLOMBAT et al, 2017, p. 20-1).

Nesta tese, compreendemos que a *Grammatica portugueza* é um objeto histórico, resultante de uma existência empírica, na qual são materializadas as teorias linguísticas que, conseqüentemente, também adquirem uma existência histórica e empírica. Por essa razão, o primeiro projeto remete à descrição das teorias presentes na *Grammatica*, enquanto o segundo, à dos conceitos, regras e exemplos da gramática que decorrem da *integração teórica* que ocorre na obra. Ao investigar esse fenômeno, o propósito é averiguar, de um lado, como ocorreu a *integração* das teorias racionalista, naturalista e histórico-comparatista e, de outro, como essa *integração* proporciona mudanças.

Esses dois projetos do historiador das ideias e dos saberes linguísticos devem ser norteados por três princípios, a saber: a descrição puramente fenomenológica do objeto, a neutralidade epistemológica e o historicismo moderado. Segundo Auroux (2009), o primeiro princípio exige que as teorias sejam abordadas conforme se manifestam, em sua materialidade textual presente nos instrumentos linguísticos. O segundo, consequência do primeiro, exige que essas teorias sejam também analisadas sem haver rotulações prévias, como fenômenos que se manifestam nos instrumentos linguísticos. E o terceiro, por fim, exige que o historiador tenha a consciência de adequar os fenômenos a núcleos de teorização, de modo a compreender quão inéditos são os conhecimentos, sem ter que reinventar essas teorias.

Nesta tese, o primeiro princípio implica que tomemos a *Grammatica portugueza* tal como ela se manifesta, a partir de seu *horizonte de retrospectão*, e analisemos os saberes nela presentes sem rotulações pré-definidas. O segundo, por sua vez, implica que, mesmo diante dos nossos objetivos de buscar a presença de determinadas teorias na *Grammatica*, observemos os fenômenos tal como eles são, para, somente depois, moderá-los e enquadrá-los conforme manifestação de uma

determinada teoria – afinal, Júlio Ribeiro não inventou uma nova teoria, mas *integrou* ideias das já existentes. Em linhas gerais, há saberes presentes na obra que precisam ser descritos em sua forma de manifestação para, posteriormente, serem examinados à luz das teorias dadas.

Por fim, é importante ao historiador se ater, conforme indica Auroux (2008), a dimensões para construir sua própria *representação* histórica do objeto, a saber: (i) um sistema de objetos; (ii) um parâmetro temporal; (iii) um parâmetro espacial; (iv) um sistema de parametragem externo que liga o sistema de objetos a seu contexto; e, por fim, v) um sistema de interpretantes. Nesta tese, a dimensão que privilegiamos é o sistema de interpretantes, recurso que utilizamos, como historiadores, para interpretar nosso sistema de objetos, composto pelas teorias presentes na *Grammatica portugueza*. O sistema de parametragem externo focalizado é o contexto sócio-histórico, delimitado pelos parâmetros espacial e temporal: o Brasil do século XIX.

Auroux (2008, p. 138) explica que “as dimensões constituídas pelo sistema de parametragem ligado ao contexto podem ser nulas ou muito fracas [...]”, o que levaria a uma concepção idealista de história; contudo, essas dimensões, se exageradamente exploradas, podem “[...] hipertrofiar o sistema de parametragem externo” (AUROUX, 2008, p. 138), o que acarretaria uma abordagem meramente sociológica do assunto. Ou seja, é necessário ao historiador das ideias linguísticas saber dosar a importância dada ao contexto de produção que envolve o sistema de objetos, pois não se pode deixá-lo à deriva, como um ente desvinculado da história, tampouco se deve presumi-lo como consequência linear desse contexto de produção, uma vez que ele é constituinte desse contexto.

O contexto intelectual no Brasil do final do século XIX registrou uma proliferação de novas ideias políticas e filosóficas. As últimas décadas do século XIX constituem um momento histórico marcado por transformações, principalmente entre os intelectuais, pautadas em novas ideias responsáveis por modificar toda a dinâmica de pensamento até então existente. Essas novas ideias marcaram seus respectivos campos, deixaram consequências impressas em diversas obras e se refletiram em homens de sua época, como Júlio Ribeiro e, conseqüentemente, na *Grammatica portugueza*.

De acordo com Schwarcz (1993), no Brasil, as transformações que iniciaram o processo de atualização das ideias começaram com a vinda da corte portuguesa ao

país, ainda no início do século, em 1808. Foi esse movimento que fez o país superar definitivamente os centros jesuítas, núcleos educacionais e, conseqüentemente, culturais da época colonial que funcionavam até então. Sugiram, a partir desse momento, instituições como biblioteca, imprensa e museu; fundaram-se as primeiras escolas de Direito; apareceram, assim, as primeiras classes intelectuais brasileiras. Para Schwarcz (1993), entre a vinda da corte portuguesa ao Brasil em 1808 e a década de 70 desse mesmo século, foram consubstanciadas as bases para que a classe intelectual brasileira se tornasse o que se tornou nas três últimas décadas do século XIX: uma classe heterogênea, de origens sociais distintas.

Explica Schwarcz (1993) que os intelectuais brasileiros tinham formação e carreira bastante homogêneas até meados do século XIX, pois era comum que esses fossem formados em alguma universidade europeia, Coimbra, na maioria das vezes, e passassem, no Brasil, a exercer algum cargo burocrático. Isso começou a mudar a partir de 1870, quando o eixo econômico brasileiro se deslocou para o Sudeste em razão da produção cafeeira. Essa mudança alterou os centros de radiação de cultura no Brasil, na medida em que novas instituições surgiram nessa nova geografia econômica e passaram a se beneficiar dela, o que foi fundamental para que esses intelectuais se formassem em campos distintos e atuassem, conseqüentemente, em áreas distintas. Esclarece a autora citada:

Com efeito, durante o Segundo Reinado era visível o amadurecimento de grupos intelectuais distintos. As formações eram diversas, as aspirações profissionais variavam em função das particularidades de cada especialização, assim como tornava-se mais difícil a definição de um só perfil sócio-econômico para os membros dessas instituições. (SCHWARCZ, 1993, p. 25-26).

O autor da *Grammatica portugueza* exemplifica bem essa colocação: Júlio Ribeiro exerceu, durante sua vida, inúmeras funções, como a de jornalista, professor, gramático e literato, áreas nas quais sempre foi uma voz contundente de contestação, mesmo sem ser bacharel. A educação formal de Ribeiro começou com sua mãe, Maria Francisca Ribeiro, que trabalhava como professora particular da cidade de Sabará, em Minas Gerais, e considerava a educação a única forma de ver o filho ascender socialmente, seu desejo particular (SILVEIRA, 2008).

Foi Maria Francisca Ribeiro que conseguiu para o autor da *Grammatica portugueza* a matrícula em uma escola privada, o Colégio Baependiano, um colégio

católico que não só aceitou Júlio Ribeiro, mas que lhe concedeu um desconto na anuidade (DORNAS FILHO 1945, COBRA, 2011). Ribeiro ficou no Colégio Baependiano entre 1860 e 1864, em regime de internato, onde pôde estudar disciplinas de latim, francês, poética, geografia, história, filosofia racional, filosofia moral, retórica, matemática e conteúdos relacionados aos ensinamentos da Igreja Católica (DORNAS, 1945).

As disciplinas cursadas no colégio de Minas Gerais foram a única educação formal que Júlio Ribeiro teve. Foi nesse colégio que pôde desenvolver suas habilidades no Francês e no Latim, por exemplo, e provavelmente entrou em contato com a teoria racionalista, por meio das gramáticas que eram utilizadas nesses colégios. Quando Ribeiro saiu do baependiano, em 1865, chegou a ingressar em em uma Academia Militar no Rio de Janeiro, o Colégio Marinho, no entanto, desligou-se do curso superior e, no mesmo ano, iniciou sua carreira como docente, no interior de São Paulo, em Lorena, abandonando, assim, definitivamente seus estudos formais (SILVEIRA, 2008; COBRA, 2011).

A decisão de Júlio Ribeiro de se tornar docente foi determinante para entrar em contato com novas formas de pensamento linguístico. A disposição de iniciar sua carreira no interior de São Paulo, após o abandono do colégio militar, no Rio de Janeiro, estava relacionada, muito provavelmente, ao bom momento econômico pelo qual as cidades do Vale passavam.

Possivelmente almejando algo melhor na carreira do magistério, Ribeiro optou pelas oportunidades abertas na progressista e rica região do Vale do Paraíba como professor particular, em busca de novos horizontes, novas possibilidades e novas realizações. As cidades do Vale foram para ele um importante ciclo de seu percurso em busca de autoafirmação profissional (COBRA, 2011, p. 46).

A região era habitada por barões do café cuja cultura valorizava o ensino, principalmente dos homens, na busca do título de bacharel. Era um local bastante favorável à prática docente, e Júlio Ribeiro soube aproveitar-se dessas condições e de sua formação, que lhe permitiam lecionar variadas matérias. Nessa região, Ribeiro, em razão de suas constantes mudanças – passou pela capital e por várias cidades do interior de São Paulo, como Taubaté e Sorocaba – atuou como primeiramente como professor particular: ministrava Latim, Francês, Inglês, Geografia, primeiras

letras e sistema decimal. Em 1868, Júlio Ribeiro foi aprovado no concurso para o magistério de primeiras letras (SILVEIRA, 2008; COBRA, 2011).

Foi em Campinas, no ano de 1876, todavia, que sua carreira docente tomou maiores proporções. Aos 31 anos, tornou-se professor de colégios privados na cidade, entre os quais destacamos o Colégio Florense, o Colégio Internacional e o Culto à Ciência (SILVEIRA, 2008; COBRA, 2011). Essa passagem de Júlio Ribeiro por colégios de Campinas é um capítulo importante de sua vida, visto que, como o estado não era obrigado a ofertar o ensino secundário, coube à iniciativa privada esse empreendimento. Esse fato fez desses colégios ilhas do ideário Republicano, haja vista a importância que a educação tinha para esse espectro político (MORAES, 1985). A dificuldade que os moradores de Campinas tinham para enviar seus filhos à capital estudar motivara também o surgimento dessas escolas, o que gerou uma boa demanda na cidade, principalmente, por ensino secundário (MORAES, 1985).

O Colégio Florense foi fundado por Carolina Florense, protestante, filha de alemães e esposa de fazendeiro, em 1863. Voltada à educação de meninas, a escola começou com sete alunas, mas chegou a abrigar mais de 70 no início da década de 1870. Era um colégio com uma pedagogia diferente das demais escolas particulares, com liberdade para realização de passeios e visitas, além de não haver proselitismo religioso em sua prática pedagógica. No currículo, no início, a ênfase era no ensino da leitura, da escrita e das operações matemáticas básicas, mas havia também história pátria, aritmética, geometria, desenho, música, doutrina cristã e prendas domésticas (MORAES, 1985). Na primeira edição da *Grammatica portugueza*, encontramos uma dedicatória a Carolina Florense (1828-1913).

Já o Colégio Internacional³, fundado em Campinas na mesma época em que a Igreja Presbiteriana, em 1869, obteve grande sucesso, pois não se limitava a formar os estudantes apenas para exames preparatórios. Seu currículo era bastante amplo e compreendia: caligrafia; línguas antigas: leitura e composição no grego e no latim; línguas modernas: leitura, composição e conversação em francês, inglês, alemão e português; história universal e história natural; geografia política e geografia física;

³ Segundo Cobra (2011), foi nesse colégio que Júlio Ribeiro conheceu a gramática de Holmes, importante obra que compõe seu *horizonte de retrospectão*, como mostraremos no segundo capítulo. Esse fato é relatado em *Cartas sertanejas* “[...] por conselho de meu sabio amigo Rev. G. N. Morton decidi a tomar como guia a grammatica de Holmes, adoptada no Collegio Internacional de Campinas” (RIBEIRO, [1885] 2007, p. 93).

matemática, álgebra, geometria, aritmética; química orgânica, inorgânica e animal (MORAES, 1985).

Tanto o colégio Florense quanto o colégio Internacional contavam com amplo apoio da imprensa e de setores dominantes da sociedade local (MORAES, 1985). Os colégios protestantes do século marcaram, segundo Vieira (2016), o embate entre o velho – colégios pautados em ideais monarquistas com uma pedagogia dita antiquada – e o novo – colégios alinhados com os ideias liberais e republicanos, e a uma renovação pedagógica. Como eram colégios protestantes, dirigidos pela iniciativa privada, possuíam liberdade administrativa para elaborar o currículo e contratar professores. Não eram leigos, mas o ensinamento das doutrinas cristãs não era impositivo, tampouco beneficiava uma denominação em detrimento da outra (VIEIRA, 2016).

O mais emblemático desses colégios de Campinas, todavia, foi a escola Culto à Ciência, que aparece como o endereço para onde Júlio Ribeiro pede que direcionem suas críticas na primeira edição da *Grammatica portugueza*. Idealizado dentro da Maçonaria, em 1869, por iniciativa de fazendeiros, industriais, comerciantes e bacharéis, o Culto à Ciência era uma escola administrada por uma sociedade sem fins lucrativos, a Sociedade Culto à Ciência. Diferentemente das demais escolas particulares da época, suas atividades não visavam ao lucro e não estavam ligadas a alguma denominação religiosa, pois consideravam que o ensino deveria se pautar apenas pelo ponto de vista, positivo e científico. Essa particularidade do colégio Culto à Ciência exigia que os professores fossem alinhados com essas ideias: maçons e republicanos (MORAES, 1985).

Podemos dizer que foi em Campinas que Júlio Ribeiro entrou em contato com os novos ares intelectuais de seu tempo, uma vez que era uma cidade cujo desenvolvimento educacional estava bastante aquecido. Moraes (1985) aponta que Campinas, na década de 1870, passava por transformações promissoras, como a organização da Companhia Campineira de Iluminação a Gás, e o prolongamento da via férrea até Mogi-Mirim. Durante essa efervescência econômica, foi um dos lugares de grandes realizações educacionais, motivadas e desenvolvidas a partir de uma estratégia política encabeçada pela elite econômica que buscava a instauração da República (MORAES, 1985).

Mesmo com sua formação em colégio católico, Júlio Ribeiro conseguiu trabalhar nesses colégios campinenses e entrar em contato com essas vanguardas

educacionais em virtude de sua vida religiosa protestante. A conversão de Ribeiro ao protestantismo ocorreu graças ao contato que estabeleceu com missionários na cidade de São Paulo, durante um curto tempo que lecionou na capital, após ser aprovado em um concurso para magistério de primeiras letras (SILVEIRA, 2008). Essa mudança de religião ocorreu também muito em função do ambiente intelectual que Júlio Ribeiro encontrou na Igreja Presbiteriana. “A ideologia protestante chegou ao Brasil com ideias democráticas e republicanas, bem como o liberalismo e o progressismo. Pregou-se a igualdade de direitos, a responsabilidade pessoal, a liberdade intelectual e religiosa” (COBRA, 2011, p. 55).

O liberalismo e o progressismo seduziram Júlio Ribeiro. Silveira (2008) explica, por exemplo, que a denominação religiosa foi um importante fator para contratação de Ribeiro no Colégio Internacional. Conforme Silveira (2008, p. 44), em 1870: “Júlio Ribeiro não só se mostrou receptivo às ideias liberais dos presbiterianos, como também viu na leitura que faziam do Evangelho uma maneira de se reencontrar espiritualmente”. A vida no protestantismo, também, aproximou-o da maçonaria e o inseriu na imprensa. Sua primeira colaboração como jornalista ocorreu no jornal *Imprensa evangélica*, em 1867; mais tarde, já fazia parte das redações de respeitados jornais, caso d’*O sorocabano*, em 1871 (SILVEIRA, 2008, COBRA, 2011). Entendemos, nesse cenário, a dedicatória ao maçom Manoel José da Fonseca (1803 – 1870)⁴, na primeira edição da *Grammatica portugueza*.

A formação intelectual de Júlio Ribeiro, como se percebe, apresenta os traços comuns que Schwarcz (1993) sugere para os homens de ciência no final do século XIX: uma formação heterogênea, em que tudo é novo: modelos políticos, literatura, teorias científicas e, até mesmo, a religião. Sem dúvida, sua personalidade reflete a época em que viveu, mas neste trabalho não consideramos, sob uma perspectiva sociológica, a influência determinante desse contexto nos saberes linguísticos, em uma tarefa que impõe previamente ao historiador descrever pontos da obra que correspondam ao contexto em que viveu Ribeiro. Interpretamos esses dados biográficos do autor apenas como fatos contextuais, que esclarecem as circunstâncias em que a *Grammatica portugueza* foi publicada.

⁴ Sobre Manoel José da Fonseca e Carolina Florense, citada anteriormente, Júlio Ribeiro afirma, em *Cartas sertanejas*: “A adorável senhora D. Carolina Florense, e o distinctissimo estrangeiro, Manoel José da Fonseca, subsidiaram-me largamente na publicação do meu trabalho” (RIBEIRO, [1885] 2007, p. 177).

Como mencionamos, a metodologia adotada é a de análise do *horizonte de retrospectção* do autor, para mapear o conhecimento que se revela na *Grammatica portugueza* pelo levantamento dos autores, obras e conseqüente interpretação dos saberes *integrados* por Ribeiro em sua gramática. O procedimento metodológico, reiteramos, recai predominantemente sobre o sistema de interpretantes, pois o sistema de parametragem responsável por ligar o sistema de objetos ao contexto fornece, apenas, as circunstâncias históricas, sem se impor como elemento determinativo dos saberes presentes na *Grammatica*.

O sistema de objetos no qual direcionaremos as análises desta tese, por fim, é o conhecimento materializado na *Grammatica portugueza*, em especial o presente na primeira e na segunda edições, pois ambas refletem o percurso de produção da gramática, na primeira edição, e de revisão, na segunda. A primeira edição da *Grammatica* foi publicada na cidade de Campinas, no estado de São Paulo, pela tipografia Jorge Seckler, e foi adotada no Colégio Pedro II e na Escola Normal de São Paulo. A segunda edição, última versão editada por Júlio Ribeiro, foi publicada também em São Paulo, pela editora Teixeira & Irmãos, Editores, uma das cinco grandes editoras que se estabeleceram na capital paulista já no final do século XIX. Após a morte de Ribeiro, foram publicadas outras onze edições, totalizando treze, a última publicada em 1919, mais de um século atrás, pela Livraria Francisco Alves & C., uma das mais importantes editoras do século XX (SILVEIRA, 2008; HALLEWELL, 2012).

A primeira edição da *Grammatica portugueza* apresenta a seguinte estrutura: nas primeiras páginas, além do índice com a exposição do conteúdo gramatical, contém um organograma que mostra a divisão da gramática; uma folha de rosto com seus dados principais; duas páginas de dedicatórias; uma página com informações sobre a propriedade dos direitos de difusão da obra e outra com endereço para possíveis críticas. O índice dessa primeira edição revela que a divisão da matéria da gramática acontece da seguinte forma: “Lexeologia” e “Syntaxe – Generalidades”. Essas partes são, respectivamente, divididas em livros e esses subdivididos em seções. A primeira edição contém, embora o índice não aponte, um anexo, intitulado “Diatrise sobre a maneira latina e românica de exprimir em abstracto a pluralidade indeterminada do agente de um verbo”, e, no final, uma errata.

A segunda edição da *Grammatica Portugueza* passou por algumas alterações em relação à primeira, tanto no conteúdo quanto na organização. Essas alterações

podem ser notadas já na folha de rosto que, embora seja bastante parecida com a primeira, contém os seguintes dizeres: “Segunda Edição, Refundida e Muito Aumentada”. Na página seguinte à folha de rosto, há a cessão de direitos mencionada anteriormente, que substitui a declaração de direitos autorais do próprio Júlio Ribeiro: a obra passou a pertencer à Teixeira & Irmãos, Editores.

A gramática permaneceu dividida em duas partes: “Lexeologia” e “Syntaxe – Generalidades”, respectivamente separadas em livros, depois subdivida em seções. As alterações que surgiram ocorreram dentro dessas seções. A primeira parte permanece praticamente igual à da primeira edição. Há apenas alteração de ordem: o “quadro comparativo das terminações dos tempos simples das quatro conjugações regulares” deixou de ser a “Tabella 10” e tornou-se a “Tabella 1”; e supressões: os itens “verbos irregulares”, “verbos defectivos” e “verbos com dous participios aoristos” deixaram de constar no índice, embora ainda apareçam no corpo da gramática. Procedimento semelhante ocorreu com os adjetivos: o tratamento dado a essa classe é semelhante ao da primeira edição, mas, no índice, “Duplas”, referente aos adjetivos que contém uma forma popular e outra erudita, foi suprimido.

Na segunda parte da gramática, as alterações são mais evidentes. No livro terceiro dessa segunda parte, o item “Uso do artigo indefinido antes de um só substantivo” foi suprimido completamente da segunda edição. Já o item “Adjectivos indefinidos”, diferentemente, foi acrescido: não constava no índice da primeira edição, e foi adicionado ao livro terceiro da segunda edição. Ainda nesse livro três, o índice da segunda edição apresenta detalhamento de alguns tópicos. É o caso de “Modos” e “Formas nominaes do verbo”. Enquanto o índice da primeira edição apresenta somente seus títulos, o da segunda contém seus subtítulos.

No livro quarto dessa segunda parte, há outras diferenças. Uma listagem com a discriminação dos sinais de pontuação foi acrescida ao índice – na primeira há apenas “Pontuação”. Também ocorreu uma modificação no tratamento dos anexos. Além de eles aparecerem no índice na segunda edição, a quantidade de textos aumentou. Outra mudança ocorreu no título do primeiro artigo anexo “Diatrise sobre a maneira latina e românica de exprimir em abstracto a pluralidade indeterminada do agente de um verbo” passou a se chamar “Agente indeterminado em Romanico”, mas não houve, entretanto, alteração de conteúdo.

A mais relevante diferença entre a primeira e a segunda edição, contudo, é o prefácio que esta contém. Trata-se de um texto de quatro páginas, localizado entre a

errata e o início do texto gramatical. É composto de alguns parágrafos redigidos pelo próprio Júlio Ribeiro, em dezembro de 1884, na cidade de Capivari, e outros três pequenos excertos: uma carta do Dr. Rozendo Muniz (1845-1897); uma apreciação da câmara dos deputados, de setembro de 1882, cujo relator foi Ruy Barbosa (1849-1923); e, por fim, uma longa carta de André Lefèvre (1834-1904), enviada de Paris, em janeiro de 1882.

É nesse prefácio que Júlio Ribeiro posiciona-se contra as gramáticas de tradição racionalista: “as antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de metaphysica do que exposições dos usos da língua” (RIBEIRO, 1885, I); e mostra seus engajamentos teóricos com o método histórico-comparatista, quando explica ao leitor as escolhas que fez para elaboração da sua segunda edição:

Abandonei por abstractas e vagas as definições que eu tomára de Burgraff: preferi amoldar-me ás de Whitney, mais concretas, e mais claras. O systema de syntaxe é o systema germánico de Becker, modificado e introduzido na Inglaterra por G. P. Mason, e adoptado por Whitney, por Bain, por Holmes, por todas as summidades da grammaticographia saxonia. O meu modo de expôr, a ordem que segui em distribuir as matérias é de Bain. Cumpre notar que, ao dar á luz em 1881 a primeira edição desta grammatica, eu ainda não, tinha visto a « A Higher English Grammar » (RIBEIRO, 1885, p. I e II).

Nesse prefácio, Júlio Ribeiro também presta homenagem aos autores que considera referências: “ocioso seria confessar o muito que devo a Paulino de Sousa, a Theophilo Braga e a outros grammaticographos portuguezes. Quem fôr versado em estudos de lingua vernacula facilmente verá de quanto me valeram esses mestres” (RIBEIRO, 1885, p. III). Nessas homenagens, a figura de Adolpho Coelho é exaltada: “pelo que respeita a Adolpho Coelho, pergunto: quem poderá escrever hoje sobre philologia portugueza sem tomal-o por guia, sem se ver forçado a copial-o a cada passo?” (RIBEIRO, 1885, p. III). Por fim, esse prefácio presente na segunda edição também é utilizado por Júlio Ribeiro para expor elogios que recebeu sobre sua gramática.

Apresento ao publico esta segunda edição de meò livro, escudando-o com os louvores de tres homens venerandos, Ruy Barbosa, o conselheiro Viale, André Lefèvre. Por falta de espaço deixo com pezarde adduzir as opiniões de Sylvo Romero, de Capistrano, de Arthur, de Theophilo Braga, de tantos outros competentissimos (RIBEIRO, 1885, p. III).

Esse prefácio presente na segunda edição pode ser compreendido como uma síntese de como Júlio Ribeiro entendia a *Grammatica portugueza* e de sua tentativa de colocá-la como uma obra de referência no contexto intelectual em que se inseria. A marcação de uma posição por meio do afastamento que adotou em relação às gramáticas de tradição racionalista aliada às adesões que explicita é nada mais que a marcação do espaço que deseja ocupar naquele contexto, conforme vimos descrevendo. Nesse mesmo sentido, podemos interpretar também as dedicatórias, pois essas revelam que a *Grammatica* é uma obra que evidencia o sinal de seu tempo. Alguns pesquisadores têm denominado esse movimento como “retórica revolucionária” (cf. POLACHINI, 2018).

Em nossas análises, sempre que nos referimos à *Grammatica portugueza*, estaremos nos referindo à segunda edição. No entanto, recorreremos à primeira, a qual apontaremos de forma clara para o leitor, para entender as mudanças que Júlio Ribeiro realizou na segunda edição. A nossa escolha de priorizar a segunda edição se deve ao fato de que esta é a última edição realizada em vida por Ribeiro, ainda que o próprio autor não a tenha visto como acabada: a errata dessa edição manifesta seu inconformismo, e de seus editores, diante da revisão realizada na obra, muito provavelmente em Portugal, quando editada. Segundo as palavras presentes na própria errata, “força é confessar que foi péssima a revisão do livro: á sombra da indulgencia do leitor acolhem-se os editores e auctor.” Os erros, segundo a errata, “vão até de encontro ás doutrinas da grammatica.” (RIBEIRO, 1885, errata).

Finalmente, esta tese organiza-se do seguinte modo. O primeiro capítulo versará sobre como, na gramaticografia brasileira, críticos e pesquisadores estabeleceram duas *representações* dominantes e distintas acerca do papel histórico da *Grammatica portugueza*: (i) a *representação* de que a obra seja pioneira em adotar novas teorias; e (ii) a de que a obra seja precursora em anunciar novas teorias. Nesse capítulo, a ideia é apresentar os trabalhos fundamentais a partir dos quais essas *representações* se estabeleceram, bem como analisar a importância desses para a criação de uma concepção quase mitológica sobre a gramática de Júlio Ribeiro.

O segundo capítulo discorrerá sobre o *horizonte de retrospectão* da *Grammatica portugueza*. Nesse capítulo, o objetivo é investigar os autores e as obras que Júlio Ribeiro indexou conscientemente para elaboração de sua gramática, para descrever (i) a natureza teórica das obras e dos autores mencionados por Júlio Ribeiro; (ii) a finalidade da indexação; e a (iii) maneira como Ribeiro se posiciona ao

indexá-los na obra. Entendemos que esse procedimento de descrição e análise do *horizonte de retrospecção* mobilizado conscientemente por Júlio Ribeiro na *Grammatica* possibilite construir uma perspectiva mais fiel das teorias mobilizadas por ele na composição da obra.

O terceiro capítulo, por fim, examinará a *integração* das teorias presentes na composição dos saberes materializados na *Grammatica portugueza*. O propósito deste capítulo é, por meio das teorias cuja presença se identifica no *horizonte de retrospecção* descrito no segundo capítulo, descrever como Júlio Ribeiro *integra* premissas de diferentes teorias para constituir os elementos estruturantes de uma gramática, segundo Auroux (2009): (i) os termos teóricos da *Grammatica*; (ii) a formulação de regras; e, por fim, a (iii) a ilustração por meio de exemplos.

1. A *Grammatica portugueza* ao longo do tempo

O objetivo deste capítulo é revelar como a *Grammatica portugueza* foi *representada* ao longo do tempo pelos mais diversos pesquisadores, nos mais diversos trabalhos que se dedicaram a obra. Como sabemos, esses trabalhos têm fornecido uma visão multifacetada da obra de Júlio Ribeiro e do seu papel na gramaticografia brasileira, fato que não podemos ignorar. Não pretendemos, contudo, realizar uma simples listagem desses trabalhos, a fim de apresentá-los ao leitor desta tese. Neste capítulo, buscaremos interpretá-los com o intento de compreender como a *Grammatica* foi historicizada.

Segundo Auroux (2006, p. 110) historicização “é a maneira pela qual os domínios do objeto são afetados pela temporalidade”. A historicização consiste, em outras palavras, na forma como os objetos empíricos são inseridos em uma determinada narrativa histórica por meio de *representações*. Essas representações, esclarece Auroux (2008), têm a propriedade de substituir esse objeto, na medida em que passamos a compreendê-lo por meio delas, e não por meio de sua existência empírica. Na filosofia, o conceito de *representação* também é utilizado em referência à imagem ou à ideia que tem a propriedade de substituir o objeto empírico (ABBAGNANO, 1982).

Entendemos que analisar as *representações* estabelecidas por pesquisadores em trabalhos dedicados à *Grammatica portugueza* pode revelar como, ao longo do tempo, o objeto empírico gramática foi transformado-se em uma espécie de ideia ou de imagem que reflete, conseqüentemente, seu perfil teórico-metodológico – ou o que se imagina ser esse perfil. A análise que empreendemos aqui, em vista disso, pretende entender a conformação do perfil teórico-metodológico da *Grammatica* a partir da *representação* que esses trabalhos estabeleceram sobre a obra. Nossa ideia, dessa forma, não é verificar, neste capítulo, as teorias presentes na obra de Júlio Ribeiro – procedimento adotado nos capítulos seguintes – mas as imagens constituídas por pesquisadores que empenharam trabalhos nela e, assim, criaram *representações* para *Grammatica portugueza*.

1.1 Uma representação comum sobre a *Grammatica portugueza*

A intenção de estudar as representações que se constituíram acerca da *Grammatica portugueza* origina-se de um recente trabalho realizado sobre o autor Júlio Ribeiro, que problematiza a forma como esse foi tratado nos trabalhos sobre as ideias linguísticas no Brasil. Trata-se da tese de doutoramento de José Edicarlo Aquino, *Júlio Ribeiro na história das ideias linguísticas no Brasil*, defendida em 2016, na qual o seu autor comprovou que o espaço ocupado por Ribeiro, dentro dos estudos sobre as ideias linguísticas no Brasil, é fruto de um processo de projeção construído pelo próprio Júlio Ribeiro em sua atividade intelectual. Na conclusão da tese, o pesquisador afirma que:

[...] Júlio Ribeiro assume voluntariamente uma posição desbravadora na história das ideias linguísticas no Brasil na virada do século XIX para o XX e projeta para si um lugar de contribuição na reflexão linguística no cenário internacional. (AQUINO, 2016, p. 300).

Para Aquino (2016), Júlio Ribeiro atribuiu à sua produção o papel de inserir no país uma nova orientação de estudos para a língua portuguesa do Brasil: a teoria histórico-comparatista, proclamada, a partir de então, como o procedimento verdadeiramente científico para os estudos de linguagem. A *Grammatica portugueza* foi, nesse sentido, um dos pontos nodais nesse processo, visto que ela se tornou a principal porta-voz dessa autoprojeção de Ribeiro, principalmente após a publicação de sua segunda edição e do prefácio que a acompanha, conforme descrevemos na introdução desta tese.

Aquino (2016) compreende que a autoprojeção de Ribeiro foi ambiciosa: “a singularidade reivindicada por Júlio Ribeiro não é apenas em relação aos trabalhos brasileiros, mas em relação ao conjunto geral de estudos sobre o português” (AQUINO, 2016, p. 303). Entretanto, ainda que ambiciosa, essa autoprojeção pode ser relativizada devido a algumas fragilidades, visto que, segundo Aquino (2016), essa se sustenta em ideias parcialmente equivocadas de que a *Grammatica portugueza* (e os demais trabalhos de Ribeiro) foram os únicos responsáveis por: (i) introduzir no Brasil a gramática científica, pautada na teoria histórico-comparatista, e superar definitivamente as gramáticas de tradição racionalista; (ii) inaugurar os estudos da língua portuguesa falada em solo brasileiro e apontar uma série de

registros dessa língua; e (iii) servir de referência aos gramáticos que os sucederam, por causa do pioneirismo dos dois pontos anteriores.

De acordo com Aquino (2016), a *Grammatica portugueza* não representa um corte definitivo com as gramáticas de tradição racionalista. Na verdade, existe para o pesquisador uma série de tensões na relação de Júlio Ribeiro com as gramáticas dessa tradição, pois é possível notar a presença desta em sua obra de 1881. Além disso, a própria aplicação da teoria histórico-comparatista na gramática está longe das práticas ortodoxas da área. “Ele [Júlio Ribeiro] apresenta uma leitura não ortodoxa de elementos centrais do comparativismo, tomando em conta fatores de ordem social, econômica, política e cultural como critérios para a mudança linguística” (AQUINO, 2016, p. 291).

Aquino (2016) também defende que o fato de Júlio Ribeiro ser o primeiro a notar diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal é relativo. Isso não foi exclusividade de Ribeiro, visto que outros autores, como Domingos Borges de Barros (1780-1850), Macedo Soares (1838-1905), Baptista Caetano (1797-1839) e Pacheco da Silva (1842-1899), de certa forma, já consideravam fenômenos típicos do português brasileiro em outros estudos que não gramáticas. Não foi apenas a *Grammatica portugueza* que retratou marcas do português falado no Brasil, porquanto esses já vinham detectando e registrando essas marcas desde a primeira metade do século XIX. Para o Aquino (2016) “é possível assistir às primeiras manifestações sobre a natureza do português no Brasil desde a primeira metade do século XIX, antes, portanto, da atuação de Júlio Ribeiro” (AQUINO, 2016, p. 297).

Por fim, Aquino (2016) compreende que a influência que Júlio Ribeiro exerceu sobre seus sucessores é relativa, pois boa parte de sua obra foi pouco citada ou, simplesmente, ignorada, caso do *Traços de linguística geral*, de 1881. Ribeiro “não é a preferência primeira, sistemática ou incontornável de todos os outros gramáticos brasileiros, sejam eles contemporâneos ou posteriores a ele” (AQUINO, 2016, p. 297). Em linhas gerais,

o lugar contraditório de Júlio Ribeiro no *horizonte de retrospectão* da gramatização brasileira, entre o apagamento de sua obra como referência para a realização de análises gramaticais e linguísticas e a posição de marco nos discursos sobre a história dos estudos do português no Brasil, nos revela como são controversos os discursos de fundação, como são problemáticas e inequentes as atribuições de paternidade de um campo do conhecimento (AQUINO, 2016, 176-177).

Aquino (2016) não reconhece que a *Grammatica portugueza* seja uma referência obrigatória para os gramáticos que redigiram obras posteriores. Na verdade, como as referências a Ribeiro, quando ocorrem, são realizadas apenas para atribuir a ele uma espécie de marco fundador da gramaticografia no Brasil, Aquino (2016) acredita que Júlio Ribeiro seja uma inspiração contraditória para essas gramáticas, outro fato que – ao lado da ponderação de que Ribeiro não foi o autor responsável por identificar as primeiras marcas do português brasileiro, tampouco o primeiro a desvincular-se completamente da teorias racionalista – também relativiza a sua autoprojeção.

Esses três fatos mostram, de acordo com Aquino (2016), que o espaço ocupado pela produção intelectual de Júlio Ribeiro nos estudos sobre as ideias linguísticas no Brasil é fruto de uma autoprojeção ambiciosa, porém frágil. A questão que se coloca diante dessa conclusão de Aquino (2016), destarte, é como essa autoprojeção se reproduziu nas *representações* constituídas pelos trabalhos que se dedicaram à *Grammatica portugueza* ao longo do tempo. Por essa razão, na próxima seção deste capítulo, passaremos a analisar os modos pelos quais a obra foi historicizada, a fim de descrever as *representações* constituídas por diversos pesquisadores em trabalhos dedicados à *Grammatica*.

1.2 Os modos de historicização da *Grammatica portugueza*

Como mencionamos, para Auroux (2006), os trabalhos científicos constroem *representações* – imagens – sobre um determinado objeto, as quais podem ou não ser validadas por dados empíricos. Essas representações, ainda para o autor, são constituídas em um processo de historicização, o qual é sempre parcial, pois nunca reflete fidedignamente a realidade. Tal característica do processo de historicização possibilita que, ao observarmos os trabalhos que se dedicaram à *Grammatica*, consigamos identificar as diferentes formas como a obra foi *representada* em seu processo de historicização ao longo do tempo. Isso significa dizer que a *Grammatica portugueza* foi inserida na história por diversos trabalhos realizados sobre ela, e, conseqüentemente, diversas imagens acerca da obra foram paulatinamente constituídas a ponto de funcionar no lugar do objeto empírico.

Identificamos que as *representações* sobre a *Grammatica portugueza* foram constituídas por meio de três diferentes tipos de historicização: (i) a historicização em resenhas históricas, (ii) a historicização em periodizações históricas; e (iii) a

historicização em estudos acadêmicos. Consideramos como resenhas textos historiográficos que descrevem cronologicamente os estudos da língua portuguesa, com análises sem grande aprofundamento, cujo objetivo é fornecer ao leitor um panorama do que existe até certa data. Comprendemos periodizações, por sua vez, como descrições historiográficas que visam a sistematizar o conhecimento produzido sobre português no Brasil, por meio da reconstrução de momentos históricos que guardam características comuns e, por isso, ganham uma identidade. Estudos acadêmicos, por fim, são trabalhos, geralmente de cunho científico, publicados em revistas ou livros especializados. Esclarecemos que a intenção dessa divisão é facilitar as análises e reconhecemos a existência de certa arbitrariedade nos critérios utilizados.

Em um levantamento sem pretensões de exaustividade, pautado em dois critérios, a saber: i) referência a Júlio Ribeiro ou à *Grammatica portugueza*; ii) importância para o estudo das ideias linguísticas no Brasil, elegemos cinco resenhas: *Breve retrospecto sobre o ensino da língua portuguesa*, presente na quarta edição da *Grammatica descriptiva*, de Maciel (1910); *Palavras necessárias*, redigida por Bueno (1944); *Estudos linguísticos no Brasil*, de Castilho (1962); *Estudos de português no Brasil*, de Camara Jr. (1969); e *Cem anos de gramática portuguesa no Brasil*, escrita por Pinto (1976). Elegemos também cinco periodizações *A filologia portuguesa no Brasil (esboço histórico)*, de Nascentes (1939); *Estudos filológicos no Brasil*, de Elia (1963); *Sinopse dos estudos do português no Brasil*, de Guimarães (1994); *Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil*, de Cavaliere (2001); e *Os estudos filológicos e linguísticos no Brasil – uma tentativa de periodização*, de Azevedo Filho (2002).

Os estudos, por sua vez, constituem uma longa lista⁵, composta por 33 trabalhos:

Título	Autores	Data
<i>La formation d'un espace de production linguistique. La Grammaire au Brésil</i>	Orlandi & Guimarães	1998
<i>Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira</i>	Cavaliere	2000
<i>A 'Grammatica portugueza' de Júlio Ribeiro</i>	Fávero	2002

⁵ Consideramos nesta lista trabalhos publicados até o ano de 2018.

<i>Aspectos da gramatização brasileira</i>	lapechino	2002
<i>A gramática no Brasil: o período científico</i>	Fávero	2004
<i>A hiperlíngua brasileira na construção da norma lingüística gramatical: um estudo de gramáticas do século</i>	Leite	2005
<i>Gramática e dicionário</i>	Bezerra & Dias	2006
<i>Qual a relação da gramatização brasileira com relação à história da gramática?</i>	Gomes & Moralis	2006
<i>A constituição do fato gramatical em três fases da gramática brasileira</i>	Dias	2008
<i>Articulação sintática em gramáticas brasileiras do século XIX</i>	Dias	2008
<i>O período de estudos lingüísticos brasileiros dito científicos e a questão da colocação pronominal</i>	Gurgel	2008
<i>Um estudo historiográfico-descritivo das preposições portuguesas nas gramáticas brasileiras do período científico</i>	Oliveira	2010
<i>A 'Grammatica portugueza', de Júlio Ribeiro: um corte epistemológico na gramaticografia brasileira e a questão da língua portuguesa no Brasil</i>	Vidal Neto	2010
<i>A visão sintática de Júlio Ribeiro</i>	Martins	2011
<i>Contribución a la historia de la gramática brasileña del siglo XIX</i>	Parreira	2011
<i>Considerações sobre o impacto da Grammaire Générale et Raisonnée de Port-royal (1660) no tratamento da sintaxe de gramáticas brasileiras do português do século XIX</i>	Polachini	2012
<i>Júlio Ribeiro e a fundação de um espaço de escrita nacional</i>	Emídio	2013

<i>Júlio e João Ribeiro: do padrão europeu ao uso brasileiro, defende que a Grammatica portugueza</i>	Menezes	2013
<i>O papel do autor de gramática brasileira nos enunciados designativos de verbo e a gramatização do português no Brasil</i>	Prete	2013
<i>Os efeitos de sentido da formulação das regras e os acréscimos nas gramáticas de Júlio Ribeiro, Said Ali e Evanildo Bechara</i>	Santos	2013
<i>A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros</i>	Cavaliere	2014
<i>O português do Brasil em gramáticas brasileiras do século XIX</i>	Coelho et al	2014
<i>O papel dos gramáticos: observações a partir de Júlio Ribeiro e suas Cartas Sertanejas</i>	Pereira	2014
<i>Um passo da descrição do verbo em Júlio Ribeiro</i>	Cavaliere	2015
<i>História da língua portuguesa e historiografia linguística no Brasil em cinco gramáticas do século XIX</i>	Coelho & Danna	2015
<i>Uma proposta de periodização “complexa” para a gramatografia oitocentista do português</i>	Polachini	2015a
<i>Verbos impessoais e unipessoais em gramáticas brasileiras oitocentistas do português</i>	Polachini	2015b
<i>A colocação dos pronomes na ‘Grammatica portuguesa’ de Júlio Ribeiro</i>	Ferreira & Nogueira	2016
<i>Dados sintáticos do português brasileiro em gramáticas brasileiras oitocentistas</i>	Polachini & Danna	2016
<i>Júlio Ribeiro no Horizonte de retrospectiva da gramatização brasileira</i>	Aquino	2017
<i>Do culto à cultura: fatos linguísticos e sociais no colégio republicano paulista</i>	Coan	2017
<i>A noção de conectivo nas gramáticas brasileiras</i>	Cavaliere	2018
<i>Uma história sérial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa</i>	Polachini	2018

Tabela 1 - Lista de trabalhos acadêmicos sobre a *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro

Na sequência, discorreremos sobre as *representações* nos trabalhos que compõem cada um desses modos de historicização.

1.2.1 A *Grammatica portugueza* em resenhas

Breve retrospecto sobre o ensino da língua portuguesa, presente na quarta edição da *Grammatica descriptiva*, publicada em 1910, por Maximino Maciel (1866-1923)⁶, foi a primeira resenha que comentou características da *Grammatica portugueza*. O objetivo do autor é a confecção de uma espécie de sinopse dos estudos brasileiros do português produzidos até o início do século, com comentários sobre diversas obras e autores, para situar a *Grammatica descriptiva*, publicada inicialmente em 1894. Identificamos que Maciel (1910) *representa* a *Grammatica* como responsável por modificar o panorama de sua época: “o que se nos afigura é que se apressurou o Sr. Júlio Ribeiro a de chofre quebrar a rotina, fosse como fosse, embora ainda não houvesse assimilado o quanto lera nos philologos estrangeiros.” (MACIEL, 1910, p. 442).

Maciel (1910) credita à *Grammatica portugueza* o papel de precursora na adaptação de uma nova orientação a compêndios didáticos: “remanesce-lhe de certo o mérito de haver sido o primeiro a trasladar para compêndio didactico a nova orientação, evertendo os alicerces da rotina e servindo de norma para algumas Grammaticas que se publicaram em S. Paulo.” (MACIEL, 1910, p. 442). No entanto, Maciel (1910) não deixa de tecer uma série de críticas a respeito do modo com que Júlio Ribeiro redigiu sua obra. Acusa-o de ter feito uma simples adaptação dos trabalhos filológicos estrangeiros, feita praticamente por meio de uma transcrição, procedimento que acarretou desorientação e obscuridade na aplicação do método:

Mais ou menos por esta época apparecera a *Grammatica* de Júlio Ribeiro, baseada nos trabalhos dos philologos allemães, inglezes e francezes. Tão

⁶ Essa crítica redigida por Maciel (1910) acarretou uma espécie de resposta, quase 30 anos depois, por parte de Mario Casassanta (1898-1963), o primeiro biógrafo de Júlio Ribeiro. Esse fato pode ser considerado a primeira discussão a respeito da *Grammatica portugueza*. No texto *Júlio Ribeiro e Maximino Maciel*, publicado pela Secretaria de Divulgação do Ministério da Educação e da Saúde, Casassanta (1946) apresentou uma seleção de pontos críticos apontados por Maciel (1910) para justificá-los sistematicamente em defesa da *Grammatica portugueza*. Seu objetivo era sustentar que Júlio Ribeiro foi o pioneiro em inserir, no Brasil, a teoria histórico-comparatista. Como se trata de uma obra apologética, não a consideramos em nossa seleção.

de perto se lhes abeirava, porém, que se diria antes uma adaptação á lingua vernácula do que um trabalho onde transluzissem, com a individualidade do autor, os seus processos, o seu methodo, enfim norreação própria, oriunda de um trabalho de assimilação. Até pontos havia em que o Sr. Júlio Ribeiro se adscrevia a transverter, quasi *ipsis verbis*, para o vernáculo, as novas doutrinas dos autores estrangeiros, de Guardia, de Mason, de Bergmann. Além disso, resumbrava-lhe do estylo certo grao de frouidão e obscuridade; do methodo, certa desorientação; e, quanto á syntaxe, ao envez de exemplos hauridos aos monumentos literários, dava-lh'os elle proprio, quasi sempre (MACIEL, 1910, p. 442).

Nesse excerto, é importante notar que Maciel (1910) critica a *Grammatica portugueza* por nela haver uma simples adaptação de obras estrangeiras, sem identidade própria. Também a critica por redigir seus próprios exemplos, procedimento que não seria aceito em uma gramática pautada na teoria histórico-comparatista. Reconhecemos que Maciel (1910), dessa forma, *representa a Grammatica* como precursora: a primeira a experimentar aspectos da teoria histórico-comparatista em uma gramática didática, ainda que esse uso tenha ocorrido por meio de uma mera reprodução de ideias de autores estrangeiros e tenha havido equívocos no processo de exemplificação.

Não podemos dizer que, para Maciel (2010), a *Grammatica portugueza* tenha definitivamente rompido com a teoria racionalista, porque, para o autor, foi Fausto Barreto (1952-1915) o responsável por orientar definitivamente uma guinada na gramaticografia brasileira, com a publicação de seu programa, em abril de 1887. Segundo Maciel (1910, p. 443), “tornou-se, pois, Fausto Barreto o centro de onde se irradiaram os delineamentos geraes, o trabalho de synthese das novas aquisições philologicas, adscriptas ao ensino da lingua vernácula”. Logo, Maciel (1910) não atribui a Júlio Ribeiro o papel de pioneirismo na adoção e aplicação definitiva do método no Brasil, por considerar, como mencionamos, sua gramática mais uma adaptação de trabalhos estrangeiros do que a aplicação à língua portuguesa do método histórico-comparativo.

A segunda resenha que analisamos é *Palavras necessárias*, redigida por Silveira Bueno (1898-1989), em 1944, como prefácio para a *Gramática normativa da língua portuguêsá*, também publicada em 1944. O objetivo do autor nessa pequena resenha é apresentar os motivos pelos quais decidiu redigir sua obra. Nela, a referência a Ribeiro aparece logo no início, no primeiro subtítulo: “Júlio Riebeiro, o desbravador”. Silveira Bueno (1944), no parágrafo referente a esse subtítulo, diz que “desde que Júlio Ribeiro abriu caminho, nestes estudos, publicando, em 1881, a sua

‘Grammatica portugueza’, somente em 1894 o Dr. Maximino Maciel conseguiu colocar, de fato, os estudos gramaticais na sua verdadeira direção científica...” (BUENO, 1953⁷, p. 07).

Na resenha, não existem outras menções à *Grammatica portugueza*, o que nos permite constatar que Bueno (1944) considera a obra como desbravadora, responsável por abrir caminhos e realizar os primeiros movimentos em uma direção teórica ainda não bem assimilada. Essa representação de Bueno (1944) é reforçada pela referência que faz a Maciel (1910): “Se Júlio Ribeiro foi o desbravador, Maximino Maciel foi o verdadeiro orientador destes assuntos de que tratamos. A sua ‘Grammatica Descriptiva’ ainda hoje é a mais bem orientada que possuímos” (BUENO, 1953, p. 07).

Notamos, então, que a *representação* construída por Bueno (1944) também caracteriza a *Grammatica portugueza* como precursora. Assim como ocorreu em Maciel (1910), a obra de Júlio Ribeiro é responsável por dar os primeiros passos em direção a uma nova vertente, e não necessariamente por estabelecer uma nova orientação definitiva aos estudos gramaticais no Brasil, na medida em que não foi a obra que realmente aplicou satisfatoriamente a teoria histórico-comparatista no Brasil. Tanto Maciel (1910) quanto Bueno (1944) veem a *Grammatica* como uma primeira iniciativa de implantar novos rumos à gramaticografia brasileira, embora não tenha sido a que, definitivamente, concretizou esse procedimento. Ou seja, para esses resenhistas, Ribeiro não fez uma gramática totalmente fiel à teoria e metodologia histórico-comparatista.

Outra resenha que historiciza a *Grammatica portugueza* é *Estudos linguísticos no Brasil*, de Ataliba de Castilho (1936-), redigida em 1962, com o objetivo de apresentar os estudos da língua portuguesa por meio de uma divisão, estabelecida com base na fundação das faculdades de filosofia de São Paulo e do Rio de Janeiro, em 1934 e 1939, respectivamente. Enquadramos esse texto como resenha, porque, conquanto possamos identificar nele divisão de épocas, consideramo-la apenas uma referência organizacional, em vez de criação de períodos cujas obras integrantes mostrem uma identidade comum. Maciel (1910), por exemplo, em sua resenha, adota procedimento semelhante com a menção da gramática de Júlio Ribeiro.

⁷ Tivemos acesso apenas à terceira edição da *Gramática normativa da língua portuguesa*, publicada em 1953.

Na resenha de Castilho (1962), constatamos que a *Grammatica* é *representada* como revolucionadora pela adaptação de novas teorias à gramática. Para Castilho (1962), Júlio Ribeiro publicou uma obra que mudou consideravelmente o estudo da língua portuguesa no Brasil – revolucionou-o, em suas palavras – devido ao conhecimento que tinha a respeito dos estudos linguísticos da contemporaneidade, o que o levou a se opor aos gramáticos meramente normativos:

Em 1881 Júlio Ribeiro publica a Gramática Portuguesa que revolucionou o estudo da língua entre nós. Júlio Ribeiro estava a par dos melhores lingüistas da época; influenciado por Whitney, define gramática como exposição metódica dos fatos da linguagem, opondo-se aos forjicadores de regras. (CASTILHO, 1962, p. 137-138).

Como notamos nesse excerto, Castilho (1962) não menciona, em momento algum, a adoção de teorias histórico-comparatistas como a causa da revolução provocada por Júlio Ribeiro, a qual estaria no fato de ser redigida sob influência do que o autor chama de “melhores linguistas da época”, em especial William Dwight Whitney (1827-1894). Portanto, consideramos que Castilho (1962) *representa* a *Grammatica portuguesa* como revolucionária, que destoa consideravelmente das demais por se atualizar com o que havia de mais moderno na linguística de sua época. Chama a atenção na *representação* de Castilho (1962) o modo como opõe a *Grammatica* às obras anteriores, as quais, segundo o autor, dedicavam-se apenas à elaboração de regras.

Compreendemos que essa *representação* presente na resenha de Castilho (1962) é diferente da constituída por Maciel (1910) e por Bueno (1944), pois, para esses autores, a *Grammatica portuguesa* é uma obra precursora de uma mudança teórica não muito criteriosa, enquanto, para Castilho (1962), ela é revolucionária por adotar perspectivas modernas, oriundas dos melhores linguistas de sua época, o que levou Júlio Ribeiro a considerar a língua efetivamente realizada. Podemos ver que, embora as três resenhas reconheçam o fato de Ribeiro adotar novas teorias, a *representação* de Castilho (1962) se orienta numa oposição ao passado na qual Maciel (1910) e Bueno (1944) não se pautam. Entendemos, assim, que para estes a *Grammatica* é entendida como uma obra em que novos saberes são acumulados com saberes já existentes, de forma imprecisa, enquanto para aquele é tomada como uma obra em que novos saberes substituem os já existentes.

Outra resenha que analisamos é a de Mattoso Camara Jr. (1904-1970), *Estudos de português no Brasil*, publicada em 1969. Nesta, Camara Jr. (1960) considera toda a produção brasileira de estudos do português, entre o final do século XIX e a década de 1960, a partir de uma divisão: a “época passada” e “a época presente”, balizadas pela década de 1940, momento em que se estabeleceu o ensino universitário com as Faculdades de Filosofia. Esses dois momentos são fixados por meio de cinco temáticas, a saber: norma da língua literária; teoria gramatical; a pesquisa filológica; estudos fonéticos; e estudos dialetológicos. Essa resenha não menciona a *Grammatica*.

Camara Jr. (1969) atribui pouca atenção às obras redigidas antes da virada do século XIX para o XX, ainda que, em tese, esse momento faça parte de seu escopo. É como se esse período não existisse, na medida em que apenas comenta brevemente como o método histórico-comparatista, por meio da gramática histórica, foi utilizado por alguns estudiosos e, por essa razão, compôs parte do currículo da escola secundária. Tal desapareço a esse momento mostra que não é sempre que a *Grammatica portuguesa*, de Júlio Ribeiro, assume algum tipo de protagonismo, como recebeu nas resenhas anteriores de Maciel (1910), Bueno (1944) e Castilho (1962).

No Brasil, onde faltavam Faculdades de Letras e todo o ensino da língua materna se circunscrevia à escola secundária, a gramática histórica teve o caráter de divulgação um tanto elementar, sem maiores preocupações de pesquisa e aprofundamento.

Tais são os trabalhos mais populares no gênero: o de Alfredo Gomes (Gomes: 1915), o de Eduardo Carlos Pereira (Pereira, sd) e *O meu idioma* de Otoniel Mota (Mota: 1917). Mais tarde vieram o quarto volume de *O idioma nacional* de Antenor Nascentes (Nascentes: 1933) e as *Lições de português* de Souza da Silveira, que na sua primeira parte é uma gramática histórica sucinta mas meticulosa (Silveira: 1937) (MATTOSO, 1969, p. 236)

Nessa passagem, notamos que Camara Jr. (1969) avalia que a gramática histórica foi pouco divulgada no Brasil, pois suas abordagens careciam de aprofundamento e pesquisa. É importante mencionar sobre esse trecho que Camara Jr. (1969) faz essas ponderações pensando nas obras publicadas já no início do século XX, fato que demonstra que o autor não considerou as publicadas anteriormente, ainda no século XIX, caso da *Grammatica portuguesa*. Não podemos, contudo, interpretar essa ausência como uma espécie de relativização da importância de Júlio Ribeiro na gramaticografia brasileira, porque Camara Jr. (1969) também não considerou outros autores do mesmo momento histórico em que a *Grammatica* foi

publicada. Podemos, sim, interpretar que *representações* em que a *Grammatica* simbolize alguma referência da aplicação da teoria histórico-comparatista no Brasil não são obrigatórias.

A última resenha que analisamos foi publicada em 1976, no suplemento do centenário jornal “O Estado de São Paulo”. Sob o título *Cem anos de gramática portuguesa no Brasil*, Rolando Morel Pinto (s.d.) avalia um longo período de tempo com o objetivo de apresentar os estudos sobre a língua portuguesa no Brasil. Pinto (1976) organiza sua resenha por meio de marcos cronológicos inspirados nas periodizações de Nascentes (1939) e Elia (1963) – textos que analisaremos na sequência. As menções à *Grammatica portuguesa* ocorrem ao longo de sua resenha, à medida que resgata as alusões feitas ao autor em diversas obras. A primeira menção é bastante significativa, pois ocorre em um subtítulo da resenha, no qual Pinto (1976) equipara a *Grammatica* à obra de Adolfo Coelho (1847-1919) e a relaciona com teorias comparatistas: “Adolfo Coelho e Júlio Ribeiro – A Gramática Comparativa”.

A mais relevante menção, porém, ocorre quando Pinto (1976) assume a convergência entre *representações* feitas por duas periodizações: “mas voltando a ambas as lições, de Antenor Nascentes e Sílvio Elia, verificamos que são concordes num ponto: foi Júlio Ribeiro o definidor de novos rumos para o estudo do português” (PINTO, 1976, p. 11). A partir desse ponto, Pinto (1976) segue atribuindo à *Grammatica portuguesa* as seguintes características: “Mas foi em São Paulo que se publicou a gramática renovadora de Júlio Ribeiro” (PINTO, 1976, p. 14). E, mais adiante, “mas a divulgação das teorias histórico-comparatistas] em termos didáticos somente se faria através da gramática de Júlio Ribeiro (1881), tido, aliás, como o pioneiro da renovação dos estudos lingüísticos entre nós” (PINTO, 1976, p. 20).

Consideramos que os adjetivos “renovadora” e “pioneiro” são indícios de que a *representação* constituída na resenha de Pinto (1976) reafirma, pois, a *Grammatica portuguesa* como obra revolucionária para os estudos gramaticais no Brasil ao definir novos rumos a essa área e renová-la. Assim como ocorre em Castilho (1962), observamos que a obra de Júlio Ribeiro é *representada* por Pinto (1976) com base em uma oposição ao passado, em vez de uma dinâmica em que novos saberes são acumulados com saberes já existentes.

Em linhas gerais, portanto, podemos constatar que as quatro *representações* que identificamos podem ser assim divididas: para Maciel (1910) e Bueno (1944), a

Grammatica portugueza é representada como precursora, uma obra que inicia um procedimento de transformação nos estudos da língua portuguesa, mas ainda contém traços de saberes passados que a impedem de ser uma gramática exclusivamente histórico-comparatista. Para Castilho (1962) e Pinto (1976), a *representação* é diferente, porque ambos os autores atribuem à gramática de Júlio Ribeiro um caráter revolucionário, pioneiro, que rompe, de alguma forma, com o passado. É fato que todas as quatro *representações* consideram a *Grammatica* uma obra especial, porém Castilho (1962) e Pinto (1976) são mais enfáticos do que Maciel (1910) e Bueno (1944) quanto à noção de revolução provocada pelas inovações de Ribeiro.

Esclarecemos aqui que utilizamos os substantivos “precursor” e “pioneiro” em seus sentidos usuais – o precursor é aquele que anuncia uma mudança, enquanto o pioneiro é o primeiro a realizar a mudança – sem qualquer conotação epistemológica comprometida com nosso fazer historiográfico, pois, em virtude dos objetivos da pesquisa desta tese, não cabe discutir a distinção epistemológica desses termos. Nosso objetivo é, apenas, explicar como se estabeleceram as *representações* da *Grammatica portugueza* como “precursora” ou “pioneira”, em suas conotações usuais, nos trabalhos que se dedicaram a ela. Consideramos, em outras palavras, que esses termos sejam capazes de refletir a tomada de posição dos autores das periodizações que analisamos.

Por fim, é preciso mencionar que essa diferença entre as *representações* – de precursor ou pioneiro – torna-se ainda mais significativa quando analisada diante dos objetivos dos respectivos autores das resenhas. Maximino Maciel (1910) e Silveira Bueno (1944) são gramáticos e redigem resenhas para situar suas obras gramaticais na gramaticografia brasileira, enquanto Ataliba de Castilho (1962) e Rolando Morel Pinto (1976) são linguistas que analisam os estudos do português no Brasil. Podemos afirmar que, para os linguistas, a *Grammatica portugueza* assume um caráter muito mais impactante na gramaticografia brasileira, o de pioneirismo, do que para os gramáticos, ainda que Camara Jr. (1969), linguista, não tenha avaliado o valor da *Grammatica* e das demais obras publicadas nessa época.

1.2.2 A *Grammatica portugueza* em periodizações

A primeira periodização que analisamos é a publicada em *A filologia portuguesa no Brasil (esboço histórico)*, de Nascentes (1939). Essa periodização

pode ser considerada o primeiro texto realizado com o objetivo “historiar”, nas palavras do próprio autor, os estudos do português no Brasil por meio de classificações de épocas. Nascentes (1939) analisou um recorte que se estende da descoberta do Brasil ao final da década de 1930, mais precisamente, 1939. Dividiu esse recorte em três períodos: o embrionário, o empírico e o gramatical. O embrionário estende-se de 1500 a 1835 e compreende mais de 300 anos; o empírico considera os quase 50 anos entre 1835 e 1881; o gramatical, por fim, abarca pouco mais de 50 anos, até 1939.

O período gramatical é assim chamado porque, consoante o autor, ocorreu uma proliferação de gramáticas a partir de 1881. É a *Grammatica portugueza* que determina a escolha de Nascentes (1939) pelo ano de 1881 como data de referência para o período denominado gramatical: “a *Grammatica portugueza* de Júlio Ribeiro (1881) marca o início do terceiro período” (NASCENTES, 1939, p. 191). Nascentes (1939) não argumenta a favor de sua escolha, apenas cita trechos do prefácio da segunda edição da *Grammatica* e resgata a resenha de Maximino Maciel (1910). O único comentário de Nascentes (1939) restringe-se a: “vai começar daqui por diante a proliferação de gramáticas que deu motivo a que eu denominasse gramatical este período” (NASCENTES, 1939, p. 192).

Nascentes (1939) não reconhece a *Grammatica portugueza* como pioneira na adoção da teoria histórico-comparatista. Para o autor, é Estevão da Costa e Cunha (1806-1889) o primeiro que, de fato, utiliza o método histórico-comparatista no Brasil, em 1883, dois anos após a publicação da obra Júlio Ribeiro: “em 1883 A. Estevão da Costa e Cunha (1762-1832) publica os *Princípios de gramática histórica e comparada*, inaugurando entre nós esta maneira de encarar a gramática” (NASCENTES, 1939, p. 193). Nascentes (1939) também não considera Ribeiro como precursor a esboçar reflexões com base na teoria histórico-comparatista. Para o autor, é Carlos Hoefler (1822-?) que ganha o status de ter sido o primeiro ao esboçar reflexões nessas direções, ainda 1869:

Em 1869, o professor Carlos Hoefler publica um opúsculo baseado já nas doutrinas de Diez, intitulado *Por que alterações e transformações passaram as letras da língua latina quando dela se transformou a língua portuguesa*. O trabalho apresenta pouco valor, mas em todo caso serve para mostrar que a orientação de Adolfo Coelho encontrava adeptos no Brasil (NASCENTES, 1939, p. 189).

Entendemos, destarte, que Nascentes (1939) *representa* a *Grammatica portugueza* como marco, uma obra que marca o início da proliferação de gramáticas no Brasil. A princípio, a *representação* de Nascentes (1939) não é parecida com as da resenha de Maciel (1910) e de Bueno (1944), uma vez que, enquanto ambos dizem que a *Grammatica* é a precursora na tentativa de adaptar novas teorias a um compêndio didático, Nascentes (1939) a coloca como marco de uma época em que ocorre a proliferação de gramáticas no Brasil. Entretanto, é possível traçar um paralelo entre as representações desses autores porque, além de Nascentes (1939) citar Maciel (1910), para os três autores, Maciel (1910), Bueno (1944) e Nascentes (1939), Júlio Ribeiro não rompe com o passado, logo, não pode servir de referência definitiva da aplicação da teoria histórico-comparatista no Brasil, um aspecto que equipara a *representação* como precursora da *representação* como marco.

A segunda periodização que analisamos é *Estudos filológicos no Brasil*, de Elia (1963). O objetivo do autor nessa periodização é semelhante ao de Nascentes (1939): elaborar uma classificação de épocas para organizar os estudos do português no Brasil. Elia (1963) traz um panorama interpretativo que se inicia em 1820 e finaliza-se em 1960, o que o leva a ignorar toda a produção anterior ao século XIX. Nesse pequeno recorte, Elia (1963) estabelece dois subperíodos: um denominado vernaculista e outro chamado de científico. O período vernaculista inicia-se em 1820 e finaliza-se em 1880 e é caracterizado como uma fase de contradição entre puristas e revolucionários, cuja essência estava na discussão da legitimidade das formas de dizer. O período científico, em seu turno, considera os 80 anos que se seguem após 1880. Esse subperíodo é mais uma vez dividido por Elia (1963): a primeira fase, entre 1880 e 1900; e a segunda, entre 1900 e 1960.

A *Grammatica portugueza* indica, para Elia (1963), o início do período científico, mesmo com a ressalva de que sua forma definitiva apareceu em 1884⁸: “[a primeira fase do período científico] começa com a *Grammatica Portuguêsa* de Júlio Ribeiro (1881). Mas a forma definitiva dessa gramática é a da 2ª ed. (1884)” (ELIA, 1963, p. 163). O autor escolhe a obra de Ribeiro para delimitar esse período, porque

⁸ Como mencionamos na introdução desta tese, a data de publicação da primeira edição da *Grammatica portugueza* é 1881 e, da segunda edição, 1885. No entanto, não é difícil encontrar menções a uma edição de 1884, a qual desconhecemos. Conjecturamos que essas referências à edição de 1884 sejam equívocos e a intenção seja referenciar a segunda edição da *Grammatica*, publicada em 1885.

a considera a gramática precursora na adoção das teorias histórico-comparatistas no Brasil: “era a adoção do método histórico-comparativo” (ELIA, 1963, p. 163).

Elia (1963) adota um processo semelhante ao de Nascentes (1939), quando cita, para fundamentar seu ponto de vista, trechos do prefácio da segunda edição da *Grammatica portugueza* e trechos do *Breve retrospecto sobre o ensino da língua portuguesa*, de Maciel (1910). No entanto, Elia (1963) diferencia-se de Nascentes (1939) ao considerar textualmente, como mostramos, que Júlio Ribeiro, na *Grammatica*, é responsável por adotar a teoria histórico-comparatista, procedimento que Nascentes (1939) não realiza.

Ademais, Elia (1963) não defende que Júlio Ribeiro aplique, de fato, as teorias histórico-comparatistas no Brasil. O autor resgata a opinião de Nascentes (1939) quando cita *Princípios de gramática histórica e comparada*, de Estevão da Costa e Cunha (1762-1832), publicado em 1883, como o pioneiro desse movimento. Elia (1963) também resgata a opinião de Nascentes (1939) quando este traz a lume o professor alemão Carlos Hofer (1822-?) e seu opúsculo *Por que alterações e transformações passaram as letras da língua latina quando dela se transformou a língua portuguesa*, para dizer que esse estudo é o precursor em tentar aplicar as ideias de Adolfo Coelho e de Friedrich Christian Diez (1794-1876).

Então, ao observar esses fatos sobre a periodização de Elia (1969), podemos dizer que a *Grammatica portugueza* também é *representada* pelo autor como um marco, uma referência para uma mudança teórica que haveria de se consolidar posteriormente – postura que, mais uma vez, assemelha-se à de Maciel (1910) e de Bueno (1944) em suas resenhas e, também, à periodização de Nascentes (1939), na medida em que este não atribui a Júlio Ribeiro, na *Grammatica*, a responsabilidade de implementar, em definitivo, a teoria histórico-comparatista no Brasil. Podemos reiterar, isto posto, que a *representação* como marco observada nessas duas periodizações equipara-se à *representação* como precursora, nas resenhas citadas nesse parágrafo, visto que ambas não se constituem a partir do repúdio ao passado.

A novidade que constatamos em Elia (1963), sobretudo, é que, pela primeira vez, a *Grammatica portugueza* é *representada* como uma “gramática científica”, que se debruça sobre um objeto real, em contraponto à gramática racionalista, que se debruça sobre um objeto metafísico. A *representação* realizada por Elia (1963) tem conseqüências mais marcantes para a gramaticografia brasileira, destarte: a *representação* de que a *Grammatica portugueza* marca o denominado “período

científico” faz o adjetivo “científico” ser incorporado pela primeira vez por um pesquisador em uma periodização⁹. Ainda que não afirme categoricamente que a *Grammatica* seja a pioneira em aplicar definitivamente a teoria histórico-comparatista no Brasil, Elia (1963) institui a *representação* de que a *Grammatica portugueza* é marco de uma abordagem científica em gramáticas no Brasil, que se contrapõe a uma produção gramatical não científica, pautada quase sempre na teoria racionalista. Podemos dizer, dessa forma, que é com Elia (1939) que a *Grammatica* passa a ser *representada* como referência para adoção de teoria científica na gramaticografia brasileira.

Outra periodização em que também se menciona a *Grammatica porgueza* é a de Eduardo Guimarães, *Sinopse dos estudos do português no Brasil*, publicada em 1994¹⁰. Essa periodização é redigida com objetivo diferente das outras, pois a pretensão do autor é estudar como ocorreu a instituição do português como língua nacional, para mostrar por meio de fatos contextuais, como o português praticado no Brasil se diferenciou, ao longo do tempo, do português de Portugal. Por essa razão, a periodização de Guimarães (1994) parte de uma fragmentação de períodos pautados em fatos históricos, em vez de em publicações sobre o português. Guimarães (1994) considera quatro períodos distintos dos estudos sobre o português: o primeiro, que se estende da descoberta do Brasil até a segunda metade do século XIX; o segundo, que engloba a temporalidade entre a segunda metade do século XIX e a década de 1930; o terceiro, que termina três décadas depois de seu início, em 1930. E o atual, que parte de 1960 até o tempo presente.

O marco da divisão entre o primeiro e o segundo períodos, para Guimarães (1994), são as polêmicas, entre José de Alencar (1829-1877) e Pinheiro Chagas (1842-1895); e entre Carlos de Laet (1847-1927) e Camilo Castelo Branco (1825-

⁹ Menções à *Grammatica portugueza* como “gramática científica” podem ser encontradas no comentário de Valentim Magalhães (1859-1903), na abertura de *Cartas sertanejas*: “A outra obra de Júlio Ribeiro, que lhe fez solida e respeitável a reputação de estudioso e reformador, é a sua estimadíssima *Grammatica*, que em Portugal, como no Brazil, é considerada a mais científica e racional em face dos actuaes progressos da glottica e dos estudos anthropologicos e lingüísticos, e talvez sem par em ambos os paizes” (RIBEIRO, 1885b, p. 06). E, também, nas palavras do próprio Júlio Ribeiro, em *A Procellaria*: “Si fôramos vaidosos, era esta a hora de rejubilar: o programa de Portugal, bem como os de todas as outras línguas que se ensinam oficialmente no Brasil, está de acordo exacto, perfeito com os princípios da grammatica scientifica, que, em 1881, tivemos a ousadia de arrojara á publicidade” (RIBEIRO, [1885] 2007, p. 93).

¹⁰ Consideramos aqui a data de publicação no primeiro número da série Relatos, disponível em <https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_01.html>, acessada dia 11 de março de 2020. Essa periodização também se encontra em “História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil”, publicada em 2004 pelo próprio Eduardo Guimarães.

1890). Na sequência, o fato divisor entre o segundo e o terceiro períodos é o surgimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e da Faculdade Nacional de Letras da Universidade do Brasil, na final da década de 1930. E a divisão entre o terceiro e o quarto períodos, por fim, acontece com a obrigatoriedade da disciplina de Linguística nos cursos de Letras, na década de 1960. Todos são fatos que marcam o estabelecimento de posturas (como no caso das polêmicas) e a fundação de instituições que comprovam a existência de um português pertencente aos brasileiros.

Para Guimarães (1994), a *Grammatica portugueza* é mencionada ao lado das polêmicas que inauguram o segundo período, por marcar o advento de um novo momento nos estudos brasileiros do português. Isso leva Guimarães (1994) a dedicar grande atenção à *Grammatica*: menciona os textos de prefácio da segunda edição e a opinião de Nascentes (1939), segundo a qual a obra marca o período gramatical dos estudos do português no Brasil:

A 'Gramática portuguesa' de Julio Ribeiro é de 1881. Nesta gramática, J. Ribeiro considera que as "antigas gramáticas portuguesas eram mais dissertações de metafísica do que exposições do uso da língua" (apud Nascentes, p. 28). Opõe-se assim às gramáticas portuguesas e busca uma outra influência teórica: Becker na Alemanha e Mason na Inglaterra. Registraria aqui que esta atitude de Júlio Ribeiro corresponde a um distanciamento da influência direta de Portugal. Distanciamento, correspondente, com vimos acima, ao que foi se dando em diversas atividades no Brasil a partir de século XIX. Este fato, deve ter sido o que levou A. Nascentes a considerar o trabalho de Júlio Ribeiro como iniciador do que ele chamou o período gramatical, conforme sua periodização... (GUIMARÃES, 1994)

Nesse trecho, é possível identificar que, na periodização de Guimarães (1994), a *Grammatica portugueza* é representada como obra que estabelece o distanciamento da influência portuguesa na forma de fazer gramática no Brasil, uma espécie de marco intelectual de independência. O autor, em seu processo de historicização, destaca o fato de a *Grammatica* utilizar explicitamente influências alemãs e inglesas. O foco de Guimarães (1994) não é a adoção ou inauguração da teoria histórico-comparatista no Brasil, mas os autores que Júlio Ribeiro mobiliza em sua gramática e que, consoante Guimarães (1994), demonstram o distanciamento das gramáticas portuguesas. O que é relevante dessa representação de Guimarães (1994) é que ela é constituída por uma análise enviesada, pois facilmente se nota, já

nas dedicatórias, nas primeiras páginas, que Ribeiro é suscetível às influências das gramáticas portuguesas, até mesmo as racionalistas.

A periodização seguinte que analisamos é a de Cavaliere (2001)¹¹, *Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil*. Podemos dizer que é com essa periodização que a *representação* da *Grammatica portugueza* como pioneira do método histórico-comparatista no Brasil e como gramática científica se estabiliza. Trata-se, a princípio, de uma periodização bastante semelhante às de Nascentes (1939) e de Elia (1963), cuja influência é mencionada pelo próprio autor. Essa periodização divide os estudos brasileiros sobre a língua portuguesa em quatro períodos: o período embrionário; o período racionalista; o período científico e o período linguístico. O primeiro estende-se de 1595, data da publicação da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta (1534-1597), a 1802, quando Antônio Moraes e Silva (1755-1824) publica *Epitome da grammatica portugueza*. O segundo parte desse marco e vai até 1881, com a publicação da primeira edição da *Grammatica portugueza*. E o terceiro, que segue de 1881 até 1941, quando Mattoso Camara Jr. (1904-1970) publica *Princípios de linguística geral* e inicia o quarto período.

Cavaliere (2001) considera a *Grammatica portugueza* o primeiro texto a interpretar as novas tendências que permeavam os estudos de linguagem no século XIX, atitude que, a princípio, parece indicar uma *representação* de precursorismo à obra: “o primeiro texto sistêmico em que se interpretaram as novas tendências é, sem dúvida, a *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro, cuja primeira edição é de 1881” (CAVALIERE, 2001, p. 60). O autor, no entanto, observa uma sistematicidade na forma como a obra de Ribeiro adotou a teoria histórico-comparatista e reconhece nela uma ruptura com os estudos anteriores, como podemos constatar no excerto a seguir:

Esse fato [uma política editorial acadêmica que prefira textos curtos a partir da década de 1970], talvez, tenha inibido o surgimento de um volume, de um dado livro que considere um marco historiográfico, tendo em vista os efeitos de ruptura e reconstrução da ordem acadêmica dele decorrente, como ocorre com a *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro, no século XIX, *Princípios de linguística geral*, de Mattoso Câmara Jr., na primeira metade do século XX (CAVALIERE, 2001, p. 55).

¹¹ Consideramos a data de publicação mais antiga. Também encontramos essa periodização em: “Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil”, publicado na revista *Confluência* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 24, p. 42-65, 2003; e em “Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. In: Cláudio Cezar Henriques. (Org.)”, como parte do livro *Linguagem, conhecimento e aplicação*, de 2003.

O autor fluminense, ao analisar o contexto editorial da década de 1970, afirma que esse momento não proporciona os meios necessários para o surgimento de empreendimentos como o de Júlio Ribeiro o de Mattoso Camara Jr., capazes de gerar “efeitos de rupturas e reconstrução” na ordem acadêmica corrente. Cavaliere (2001) também defende que a *Grammatica portugueza* foi a primeira de uma série de obras que se voltaram ao que chama de “estudo anatômico das palavras”, oriundo de métodos de investigação inspirados na biologia e nos estudos etimológicos, uma doutrina pautada nos fundamentos gerais da língua, aliados a uma descrição pormenorizada da palavra, que passa a ser o objeto de análise de todas as partes da gramática, fenômeno que chama de “corrente de Júlio Ribeiro”:

Enquanto a corrente de Júlio Ribeiro pautou-se por uma doutrina em que os fundamentos gerais da história da língua aliam-se a uma descrição minuciosa da palavra como objeto de análise em todas as partes da gramática - fonologia, morfologia, sintaxe e, em alguns textos, semântica - , uma nova vertente busca inspiração na filologia de Diez e Meyer-Lübke, agasalhada sem ressalvas e bastante enriquecida no estudo do português em razão dos trabalhos da "geração de ouro" lusitana, já aqui mencionada, de que faziam parte Carolina Michaelis, Leite de Vasconcelos, Epifânio Dias, Gonçalves Vianna, José Joaquim Nunes e Júlio Moreira (CAVALIERE, 2001, p. 60)

Entendemos, em vista disso, que Cavaliere (2001) *representa a Grammatica portugueza* como a pioneira em apresentar um texto sistematicamente estruturado sob influência da teoria histórico-comparatista no Brasil, responsável por reestruturar a ordem acadêmica em virtude da ruptura que ocasiona com seu passado. Reforça essa nossa compreensão o fato de que, embora sob a influência de Nascentes (1939) e Elia (1953), Cavaliere (2001) não cita os nomes de Estevão da Costa e Cunha e Carlos Hoefler como pioneiro e precursor, respectivamente, aspecto que enfatiza a imagem de pioneiro que atribui à Júlio Ribeiro e sua *Grammatica*.

Podemos dizer que Cavaliere (2001) também *representa a Grammatica portugueza* como um marco de um novo período na gramaticografia brasileira, como Nascentes (1939) e Elia (1963), porém, em vez de esse marco equiparar-se à imagem de precursora como ocorre com estes, na periodização do autor fluminense, a *Grammatica* é *representada* como marco revolucionário, na medida em que não é um ponto de partida de mudanças, mas representa a própria mudança em direção ao referido cientificismo. Consideramos, portanto, que é na periodização de Cavaliere

(2001) que se institui a *representação* de que a *Grammatica portugueza* marca a revolução em direção à teoria histórico-comparatista no Brasil. Essa representação, portanto, impetrada por ele aproxima-se das resenhas de Castilho (1962) e Pinto (1976), pois estas também enfatizam, nas *representações* que fazem da *Grammatica portugueza*, seu caráter revolucionário.

Outro ponto a ser destacado é que as *representações* presentes nas periodizações de Nascentes (1939) e Elia (1963) exerceram uma influência curiosa para Cavaliere (2001), Pinto (1976) e para autores cujos estudos se dedicaram à *Grammatica portugueza*, como mostraremos na próxima seção. Nascentes (1939) e Elia (1963) utilizaram a data de publicação da *Grammatica* como marco para seus períodos – período gramatical, para Nascentes (1939), e período científico, para Elia (1963) – mas não atribuíram a ela o papel de pioneirismo na aplicação definitiva e sistemática da teoria histórico-comparatista no Brasil. Tanto Cavaliere (2001), em sua periodização, quanto Pinto (1976), em sua resenha, entretanto – além de outros autores que mostraremos na sequência – citam as periodizações de Nascentes (1939) e Elia (1963) para falar desse pioneirismo.

Atribuímos a atitude desses autores ao fato de não distinguirem a *representação* de marco equiparada à precursorismo com a de marco equiparada à de pioneirismo, e simplificarem-na apenas como marco. Autores como Castilho (1962), Pinto (1976) e Cavaliere (2001) fixam atenção no que a obra traz de novo, em substituição aos saberes antigos, e *representam* a *Grammatica portugueza* como marco pioneira. Outros autores, como Maciel (1910), Bueno (1944), Nascentes (1939) e Elia (1963), conferem característica inovadora à *Grammatica*, mas são ponderados quanto a esse fato, pois também se referem a outros autores responsáveis por utilizar a teoria histórico-comparatista no Brasil. Por essa razão, entendemos que a *representação* feita por esses três estudiosos está mais pautada na acumulação de novos saberes do que na inovação e substituição desses saberes e, dessa forma, consideramos que *representam* a obra como *precursora*. O conflito entre essas duas *representações*, conseqüentemente, é o que molda as imagens que se constituem da *Grammatica portugueza* nos trabalhos que, até o momento, analisamos.

A última periodização que analisamos, por fim, é a de Azevedo Filho (2002): *Os estudos filológicos e linguísticos no Brasil – uma tentativa de periodização*. Esse autor pouco fala da *Grammatica portugueza*, mas não deixa de *representa-la* como marco. Nessa periodização, há cinco momentos e, embora o autor não mencione

outras periodizações, é possível observar semelhanças com as de Nascentes (1939) e Elia (1963). Esses momentos são constituídos por um período inicial, no século XVI; um período de imitação da gramática portuguesa, entre o século XVII e o século XVIII; um período purista e de diferenciação idiomática, durante boa parte do século XIX; um período vernaculista e de evolucionismo linguístico, no final do século XIX; e um período filológico, que ocupa quatro gerações no século XX.

A *Grammatica portugueza* é representada por Azevedo Filho (2002) como referência cronológica do período vernaculista e de evolucionismo linguístico. O autor afirma que Júlio Ribeiro, na *Grammatica*, é responsável por já adotar a teoria histórico-comparatista, o que também lhe confere o status de precursora a ela. Assim ele se expressa:

o período [período vernaculista e de evolucionismo linguístico: fins do século XIX] tem início com a *Gramática portuguesa*, de Júlio Ribeiro, que é de 1881, embora a sua forma definitiva seja a da segunda edição, em 1884. Já adota o método histórico-comparativo, influenciado por Littré, Whitney, Mason, Adolfo Coelho. Daí por diante foram escritas várias gramáticas. (AZEVEDO FILHO, 2002, 168).

Azevedo Filho (2002), na verdade, não menciona, na continuidade do seu texto, nada mais sobre a filiação da *Grammatica portugueza*. O que podemos perceber, então, é que a obra é *representada* como marco e precursora, na medida em que serve como um ponto de partida a partir do qual uma postura teórica – mais voltada para o vernáculo, isto é, o português em uso no Brasil, segundo Azevedo Filho (2002) – passou a ser assumida pelos gramáticos. Consideramos, assim que, para o autor, a *representação* da *Grammatica portugueza* ocorre de maneira semelhante à de Nascentes (1939) e Elia (1963), em suas respectivas periodizações, e à de Maciel (1910) e Bueno (1944), em suas respectivas resenhas: a *Grammatica representada* como precursora de mudança teórica, que se consolida com o aprofundamento que outros autores realizam posteriormente, por isso marca o início de um período na gramaticografia brasileira.

Podemos constatar, com a análise de todas as periodizações, que tanto a periodização de Azevedo Filho (2002) quanto a de Nascentes (1939) e a de Elia (1963) *representam* a *Grammatica portugueza*, principalmente, como marco-precursor, que inicia, ou anuncia, uma mudança teórica, uma nova etapa dos estudos do português no Brasil. Nessas periodizações, não observamos nos autores a

intenção de contrapor a *Grammatica* aos saberes passados. Ainda que eles reforcem existir algo novo na obra de Júlio Ribeiro, essa novidade indica o início de período de mudanças que ocorrem por meio de um processo no qual podemos observar a cumulatividade de conhecimentos, pois, embora Ribeiro tenha empreendido em direção a uma nova postura teórica, no caso a adoção da teoria histórico-comparatista, não conseguiu, definitivamente, empregá-la.

No entanto, a forma de representação adotada por Cavaliere (2001), por sua vez, *representa* a *Grammatica portugueza* como marco, uma obra, pioneira, que não apenas anuncia uma mudança, mas a efetua definitivamente, rompendo com seu passado. Para esse autor, a *representação* sobre a *Grammatica* considera a substituição de saberes passados. Essa ênfase faz a gramática de Júlio Ribeiro ser considerada como científica, erigida sobre a teoria histórico-comparatista, que se opõe às obras anteriores ditas não científicas, cuja influência é a teoria racionalista.

Dessa forma, assim como as resenhas, as *representações* criadas pelas periodizações, que institui a *representação* como marco, ainda podem ser divididas entre: (i) a *representação* de que a *Grammatica portugueza* é precursora, inicia um processo de mudança na gramaticografia brasileira; e (ii) a *representação* formulada pela ideia de que a *Grammatica* é pioneira, institui uma revolução na gramaticografia brasileira. É mister ressaltar, sobre o primeiro tipo de *representação*, que essa está mais de acordo com a linha de trabalhos que respeitam mais a continuidade, ou acumulação, dos conhecimentos tradicionais, e as inovações da *Grammatica* são caracterizadas como um acréscimo, não como uma substituição teórica. Em virtude dessa continuidade ou acumulação, a *representação* como pioneirismo não ocorre, pois a ênfase recai na perspectiva de transformação processual de saberes que Júlio Ribeiro iniciou em sua obra.

Paralelamente a esses processos, a periodização de Guimarães (1994) cria outro tipo de *representação*: a de que a *Grammatica portugueza* simboliza um distanciamento ideológico das gramáticas portuguesas, em virtude de adotar correntes teóricas originárias da Inglaterra e da Alemanha para abandonar as portuguesas. Consideramos uma interpretação enviesada, porque Júlio Ribeiro não se afasta de obras portuguesas para compor a sua, uma vez que apenas discorda de

alguns autores¹². Adiante, no capítulo dedicado ao estudo *horizonte de retrospectão* de Ribeiro, na *Grammatica*, aprofundaremos esse assunto e mostraremos que não existe um padrão determinado pela nacionalidade dos autores citados, ou pelas teorias presentes nas obras e na forma como Júlio Ribeiro interage com essas.

Finalmente, é preciso resgatar o que disse Aquino (2016), autor para quem Júlio Ribeiro criou uma autoprojeção que o coloca como o responsável por introduzir no Brasil a gramática científica, pautada na teoria histórico-comparatista, e por superar definitivamente as gramáticas de tradição racionalistas. Acrescentamos que, somada à autoprojeção que Ribeiro estabeleceu segundo Aquino (2016), o processo de *representação* que descrevemos também deve ser considerado, afinal, como mostraremos na sequência deste capítulo, boa parte dos estudos acadêmicos reiteraram essas *representações* que descrevemos sobre a *Grammatica portugueza*.

1.2.3 A *Grammatica portugueza* em estudos

Os estudos acadêmicos que se dedicaram à análise da *Grammatica portugueza* também estabelecem *representações* sobre a obra. Esses, diferentemente das resenhas e das periodizações que analisaram a *Grammatica* de forma panorâmica, na maioria das vezes se dedicam a questões específicas desta, como a sintaxe ou o tratamento da língua, por exemplo. Podemos dizer, então, que as *representações* estabelecidas por esses estudos originam-se de análises mais acuradas, o que não significa que tais *representações* sejam muito diferentes das que identificamos nas resenhas e nas periodizações.

1.2.3.1 Representação como revolução e o apagamento do passado

Os primeiros estudos que analisamos *representam* a *Grammatica portugueza* como responsável por uma revolução na gramaticografia brasileira e atribuem a ela o pioneirismo na aplicação da teoria histórico-comparatista. No livro *Fonologia e*

¹² Neste ponto, é preciso ponderar que, sob a perspectiva de adoção e estabelecimento de uma língua nacional, há de se considerar a postura refratária de Júlio Ribeiro para com a cultura lusitana e, consequentemente, para com autores lusitanos (Cf. Aquino, 2012). Como nesta tese, voltamos às análises para as teorias que compõem a *Grammatica portugueza* e as suas respectivas fontes de transmissão, denominado *horizonte de retrospectão*, não compartilhamos da ideia de que Júlio Ribeiro tenha estabelecido significativo distanciamento das gramáticas lusitanas, como ficará claro no capítulo seguinte.

morfologia na gramática científica brasileira, de Cavaliere (2000), o objetivo, como podemos deduzir do título, é analisar aspectos fonológicos e morfológicos do que o autor considera a gramática científica no Brasil. O autor discorre, logo nas primeiras páginas, sobre a concepção de gramática que o norteia e sua visão acerca das gramáticas brasileiras. Em seção dedicada às bases do que considera a gramática científica, no primeiro parágrafo, diz o seguinte: “coube a Júlio Ribeiro (1911) a tarefa de inaugurar entre nós o uso do método histórico-comparativo na descrição do vernáculo (CAVALIERE, 2000, p. 52). Na sequência desse parágrafo, o autor assinala que:

Fato é que Júlio Ribeiro conseguiu levantar o manto da obscuridade que encobria os estudos gramaticais brasileiros, introduzindo definitivamente os parâmetros da gramática científica, como já aduzimos, tanto na análise dos fatos gramaticais, quanto nos pontos didáticos de português, com reflexos pedagógicos modificadores do “marasmo metafísico” em que se enfiara a aula de língua vernáculo” (CAVALIERE, 2000, p. 53).

Cavaliere (2000), ao utilizar expressões como “levantar o manto da obscuridade” e “definitivamente”, reitera a perspectiva de que a *Grammatica representa* uma revolução na gramaticografia brasileira em relação às obras anteriores, que *representariam* o “marasmo metafísico”. Essa postura do autor é reforçada, em outro trecho, nos parágrafos seguintes, quando o assunto passa a ser, especificamente, a sintaxe de Ribeiro:

Há que considerar-se, ademais, que na proposta descritiva da sintaxe Ribeiro deriva por uma rota absolutamente divorciada da tradição metafísica então reinante nos estudos do século XIX no Brasil (CAVALIERE, 2000, p. 54).

Nesse trecho, mais uma vez, a expressão “absolutamente” reitera a *representação* da *Grammatica portuguesa* como revolucionária. À vista disso, podemos afirmar que Cavaliere (2000) *representa* a *Grammatica* como obra responsável por provocar uma revolução epistemológica na gramaticografia brasileira, exatamente como fez em sua periodização que analisamos. Cavaliere (2000), portanto, *representa-a* como pioneira, a primeira obra a aplicar, de fato, a teoria histórico-comparatista no Brasil.

Outro autor que também constrói esse tipo de *representação* é Martins (2011), ao tratar da sintaxe da *Grammatica portuguesa*, no artigo *A visão sintática de Júlio Ribeiro*. Com base na periodização de Cavaliere (2001), o autor menciona, antes

mesmo de iniciar os trabalhos sobre a sintaxe, o caráter inovador da *Grammatica portugueza*:

No cenário linguístico-históricográfico brasileiro, o período denominado *gramática científica* inicia com a publicação da *Grammatica Portugueza*, de Julio Ribeiro, em 1881. (CAVALIERE, 2000, p. 19). Nessa nova época, o método histórico-comparativo europeu passou a ser seguido nos estudos e obras acerca da língua portuguesa (MARTINS, 2011, p. 30).

Na sequência, Martins (2011) defende que a *Grammatica portugueza* é uma obra de extração positivista, responsável por impor ao Brasil uma nova vertente de tradição que se sobrepõe à tradição racionalista no país, designada por ele de gramática filosófica:

Julio Ribeiro inaugurou o modo de encarar os fatos gramaticais como método de investigação científica, modernizando os estudos dessa área, partindo do exame objetivo e imparcial da realidade idiomática, afastando as orientações do ensino de nossa língua materna da gramática filosófica. Para isso buscou os novos procedimentos adotados pelos estudiosos alemães, ingleses e franceses, tendo deveras, como autor de uma gramática, um lugar de responsabilidade como intelectual e uma posição de autoridade em relação à singularidade da língua portuguesa no Brasil (MARTINS, 2011, p. 30).

O autor afirma que Júlio Ribeiro é responsável por inaugurar uma forma científica de fazer gramática, que se preocupa com os fatos da linguagem, gesto que moderniza os estudos gramaticais no Brasil. Além disso, notamos que Martins (2011) também destaca que Ribeiro buscou novos procedimentos em textos de estudiosos alemães, ingleses e franceses, fato que lhe confere autoridade intelectual, responsável por observar as singularidades do português brasileiro graças às novas vertentes teóricas que assumiu. Essa postura é semelhante à presente na resenha de Castilho (1962).

Na conclusão, por fim, Martins (2011) considera que os exemplos utilizados por Júlio Ribeiro na abordagem da sintaxe refletem como a teoria histórico-comparatista foi bem aplicada:

Estes fragmentos [fragmentos de usos do português] constituem exemplos significativos do bom agasalho que se deu ao método histórico-comparativo no Brasil. Produtivo não somente em trabalhos de pesquisa, mas ainda em compêndios gramaticais, o referido método favoreceu o critério de preocupação com a evolução da língua [...] (MARTINS, 2011, p. 37).

Sobressai-se o fato de que Martins (2011) avalia como significativos os exemplos mobilizados por Júlio Ribeiro em sua obra, exatamente o ponto que Maciel (1910) diz ser falho na tentativa de Ribeiro implementar a teoria histórico-comparatista. Consideramos que o estudo de Martins (2011), portanto, assim como o de Cavaliere (2000), é outro em que a *Grammatica portugueza* é representada como pioneira, marco responsável por uma revolução na gramaticografia brasileira, que afasta a teoria racionalista do ensino da língua portuguesa no Brasil e reflete a boa aplicação da teoria histórico-comparatista.

É preciso, antes de passar à análise de outros trabalhos acadêmicos, discorrer sobre outra *representação* que encontramos em Martins (2011). Para esse autor, a *Grammatica portugueza* reflete a autoridade intelectual de seu autor quanto à adoção da teoria histórico-comparatista no Brasil. Entendemos que esse aspecto seja, pois, mais um argumento à *representação* de que a *Grammatica*, pioneira, provoca uma revolução teórica na gramaticografia brasileira, porque a ruptura com o passado faz surgir a figura de uma nova autoridade intelectual que pode responder pelas novas tendências.

Encontramos esse tipo de *representação* em outros estudos entre os selecionados. O primeiro destes é o de Prete (2013), *O papel do autor de gramática brasileira nos enunciados designativos de verbo e a gramatização do português no Brasil*. Nesse, o autor compara, com base na periodização de Guimarães (1994), as definições de verbo da *Grammatica portugueza* com as de João Ribeiro (1887) e Maciel (1894). Para o autor, a inauguração do papel de autor de gramática brasileira ocorre com a publicação da *Grammatica*:

Esse papel de autoria mostra-se mais evidente quando no *Ensaio designativo* Ribeiro (1881) passa a discorrer sobre outras designações de verbo. O papel do autor de gramática brasileira na designação de Verbos se encontra, agora, em uma posição na qual pode debater com grandes nomes da história do intelecto da humanidade (PRETE, 2013, p. 87).

Essa atitude de Prete (2013) instaura a *representação* de que Júlio Ribeiro, por meio da *Grammatica portugueza*, é o primeiro brasileiro a assumir o papel de autor – e não apenas reprodutor de ideias – na gramaticografia brasileira, quando passa a incorporar à sua definição de verbo nomes de linguistas renomados. Como Martins (2011), Prete (2013) mostra, em sua *representação*, Ribeiro como pioneiro e, por esse motivo, autoridade intelectual no campo da gramaticografia brasileira.

Também como autoridade intelectual, o Júlio Ribeiro está representado em em *O papel dos gramáticos: observações a partir de Júlio Ribeiro e suas Cartas Sertanejas*, de Pereira (2014). Nesse artigo, a autora defende que a inovação da *Grammatica portugueza* consiste em publicar um estudo gramatical pautado na teoria histórico-comparatista, no qual há o destaque para comparações entre as línguas, para a evolução do latim e para o uso do português no Brasil. Segundo a autora, esse gesto permite a Ribeiro exercer sobre seus adversários intelectuais uma espécie de dominação, porquanto somente Júlio Ribeiro era apto a fazer uma gramática em que se observasse os fatos de forma objetiva, científica. Para a autora:

[...] ao propor a codificação da norma pelo método científico, que levava em conta as descobertas dos estudos histórico-comparativos, oferecia uma normatização definida por critérios alegadamente racionais [a autora utiliza a palavra 'racionais' em sentido de objetivo]. Isso ampliava a possibilidade de legitimação de seu discurso, credenciando-o a exercer sobre seus adversários a dominação legal do campo linguístico. Conseguia por isso, impor como natural as definições da norma explícita codificadas em sua *Grammatica* (PEREIRA, 2014, p. 170).

Para Pereira (2014), ao conceber uma gramática científica, Júlio Ribeiro pôde impor suas conclusões sobre a descrição língua portuguesa, por cientificamente confiáveis em relação às de outros autores. Por essa razão, a *representação* que podemos observar no trabalho de Pereira (2014) é semelhante à que Martins (2011) e Prete (2013) constituem: a autora *representa* Ribeiro como intelectualmente superior aos seus colegas por ser o pioneiro em aplicar a teoria histórico-comparatista, considerada superior às utilizadas no passado, atrasadas.

Em *Qual a relação da gramatização brasileira com relação à história da gramática?*, de Gomes & Moralis (2006), a figura de Júlio Ribeiro, mais uma vez, é *representada* como autoridade intelectual. Para as autoras, Ribeiro, em razão de ser o autor da *Grammatica portugueza*, é o grande nome que marca a década de oitenta do século XIX, graças ao seu pioneirismo em colocar em evidência o argumento do novo e implementar, assim, novos rumos aos estudos do idioma no Brasil. Para as autoras:

entre muitos, Júlio Ribeiro é, sem dúvida, o grande nome que marca a época de 80 do séc. XIX ao colocar em evidência o argumento do novo, implementando novos rumos aos estudos do idioma no Brasil (GOMES & MORALIS, 2006).

Constatamos, então, que, para Martins (2011), Prete (2013), Pereira (2014) e Gomes & Moralis (2006), Júlio Ribeiro é *representado*, por seu desempenho na *Grammatica portugueza* (e outros escritos, que não consideramos nesta pesquisa), como uma autoridade intelectual em seu contexto acadêmico. Essa autoridade intelectual, que faz de Ribeiro o “grande nome” do século XIX, decorre do fato de ele ser o pioneiro em articular novas teorias, no caso a teoria histórico-comparatista. É possível interpretar esse tipo de *representação* à luz da periodização de Guimarães (1994), na qual a *Grammatica* simboliza uma obra que se afasta das doutrinas gramaticais lusitanas para assimilar autores de outras nacionalidades, e à luz da autoprojeção constada por Aquino (2016), na qual Júlio Ribeiro se autointitula como precursor da gramática científica no Brasil.

Terminada essa digressão e de volta aos estudos que *representam* a *Grammatica portugueza* como pioneira, responsável por uma revolução na gramaticografia brasileira, encontramos o trabalho de Coan (2017), *Do culto à cultura: fatos linguísticos e sociais no colégio republicano paulista*. Embora o objetivo da autora não seja o de discorrer somente sobre a *Grammatica*, não deixa de tecer um comentário que institui uma *representação* para a obra, no qual a estabelece como responsável por uma ruptura epistemológica. Segundo Coan (2017):

Sua obra [a *Grammatica portugueza*] representa uma ruptura epistemológica na gramaticografia brasileira. Júlio Ribeiro inovou ao publicar um estudo gramatical histórico-comparativo em língua portuguesa, destacando tanto a comparação entre as línguas românicas e a evolução do latim para o português, quanto alguns usos considerados típicos da língua no Brasil (COAN, 2017, p. 160).

A sintaxe da *Grammatica portugueza* volta a ser tema de outros estudos que fomentam a *representação* de que Júlio Ribeiro provoca, em razão de seu pioneirismo, uma revolução na gramaticografia brasileira. Para Dias e Bezerra (2006), em *Gramática e dicionário*, a *Grammatica* é mencionada como uma obra que deixa de tecer louvores e enaltecimentos à língua portuguesa, para dedicar-se a uma visão integral da língua, em especial, da sintaxe. Afimam os autores:

Na gramática brasileira de Júlio Ribeiro (1881) já não são pertinentes à visão integral da língua o louvor e o enaltecimento. Mantém-se como pertinente à visão integral da língua o estudo dos sons e da grafia. Já o estudo das relações entre as palavras na constituição da oração (sintaxe) ganha um amplo espaço na obra, indicando o papel que esse conhecimento passava a

exercer na representação da unidade do português (DIAS & BEZERRA, 2006, p. 16).

Essa postura, compreendemos, converge com a *representação* que a *Grammatica portugueza*, em razão de seu pioneirismo, simbolize uma revolução na gramaticografia brasileira, pois os autores defendem haver uma gramaticografia do passado a ser ignorada após a publicação da *Grammatica portugueza*. Essa gramaticografia do passado, segundo os autores, não permitiria a percepção integral da linguagem, a qual considera o estudo dos sons, mas que dedica grande espaço às relações entre as palavras.

Em *Articulação sintática em gramáticas brasileiras do século XIX*, Dias (2008) justifica a escolha da *Grammatica portugueza* como objeto de análise por considerá-la uma obra de orientação científica. Essa escolha sugere que Dias (2008) também *representa* a *Grammatica* como pioneira, responsável por uma revolução na gramaticografia brasileira, ainda que não cite essa conclusão textualmente, como podemos observar no excerto a seguir:

Analisamos as gramáticas de Júlio Ribeiro (1881), João Ribeiro (1887), Alfredo Gomes (1887) e Maximino Maciel (1894). Elas se situam no período denominado “científico” da história de produção de gramáticas no Brasil, segundo classificação adotada, a partir de Silvio Elia, por Fávero & Molina (2006). Outro parâmetro de classificação é o de Guimarães (1996), segundo o qual o nosso grupo de gramáticas se situa no segundo período da gramatização brasileira, que vai de meados do século XIX à década de 40 do século XX (DIAS, 2008, p. 1226).

O fato é que o estudo de Dias (2008) – complementado por outra publicação, também de 2008¹³ – sobre sintaxe do verbo é bastante confuso e não revela muita informação quanto à sua *representação*. O autor defende que é possível observar, na sintaxe da *Grammatica portugueza*, a articulação a partir do verbo: “para Júlio Ribeiro, o verbo enuncia, diz ou declara alguma coisa. Sendo assim, há uma predicação contida nos verbos [...] Usar um verbo é predicar” (DIAS, 2008, p. 130). No entanto, Dias (2008) entende que, na *Grammatica*, o verbo ainda apresenta função ‘ponte’ entre sujeito e objeto: “em Julio Ribeiro e em João Ribeiro, produz-se determinado

¹³ Em outro estudo de Dias (2008), *A constituição do fato gramatical em três fases da gramática brasileira*, há uma tentativa de periodização que ignora totalmente as mencionadas, sob o seguinte argumento: “a nossa participação no Grupo tem-se orientado nos últimos anos pela análise da constituição de fatos gramaticais em três fases da história gramatical brasileira: o século XIX, o meio e o final do século XX” (DIAS, 2008, p. 42-43). Essa tentativa coloca *Grammatica* de Júlio Ribeiro no mesmo período em que se encontra a de Sotero dos Reis (1800-1871).

foco no verbo, embora ainda como distribuidor da predicação e “ponte” para objeto” (DIAS, 2008, p. 130). Entendemos que essa confusão seja provocada pelo conceito de sentença empregado por Ribeiro, sobre o qual discorreremos nos próximos capítulos.

Também focado na sintaxe da *Grammatica portugueza* e de outras obras, identificamos o artigo *Dados sintáticos do português brasileiro em gramáticas brasileiras oitocentistas*, de Polachini & Danna (2016). Nesse estudo, as autoras consideraram a questão de como, nas gramáticas oitocentistas, analisou-se a língua portuguesa falada no Brasil. Com base nas periodizações de Nascentes (1939), Elia (1963) e Cavaliere (2001), as autoras concluem que há um afastamento da *Grammatica* com a forma passada de se fazer gramática, o que nos permite entender que *representam* a obra como pioneira, também responsável por estabelecer uma revolução. Podemos ler nesse artigo que:

Os exemplos sintáticos, portanto, dão indícios de que os autores [entre outros, Júlio Ribeiro], ao longo do século XIX, metodologicamente: i) excluíram dados elípticos ou lógicos, não observáveis, relacionados a uma orientação filosófico-especulativa, como a *grammaire générale*; ii) priorizaram a análise de dados observáveis, muitos deles presentes em obras consideradas clássicas da literatura luso-brasileira ou mesmo de fala cotidiana referindo-se ao uso; e iii) passaram a aproximar fenômenos do português a de outras línguas e também ao português antigo. Estes indícios parecem alinhar-se, portanto, a uma metodologia própria dos estudos histórico-comparativos (POLACHINI & DANNA, 2015, p. 201).

Percebemos, nesse excerto, que as autoras identificaram, no que diz respeito à sintaxe da obra de Júlio Ribeiro, preocupação com dados observáveis da língua portuguesa, presentes na literatura ou na fala, em detrimento de especulações – que seriam procedimentos da teoria racionalista. As autoras também identificaram, nesse ponto da *Grammatica portugueza*, a comparação entre fenômenos da língua, outro fator que indica o pioneirismo na apropriação da teoria histórico-comparatista. Por essa razão, podemos dizer que Polachini & Danna (2016) *representam* a *Grammatica* em um conjunto de obras que modificam a dinâmica da gramaticografia brasileira, ainda que a percepção de pioneirismo não esteja em destaque.

Além de estudos dedicados à sintaxe, encontramos outros voltados à análise de como o português praticado no Brasil foi tratado na *Grammatica portugueza*. Esses também fomentam a representação da obra como uma revolução na gramaticografia brasileira. *Aspectos da gramatização brasileira*, de lapechino (2002), analisa as

questões do uso linguístico e a concepção de correção que incide sobre esse uso, a partir da comparação da *Grammatica* com outras duas: *O curso elementar theorico-pratico da grammatica nacional*, de Costa Soares (1868) e *A grammatica expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira (1907). A autora seleciona essas obras sob influência da periodização de Guimarães (1994).

A *representação* constituída por Iapechino (2002) pode ser identificada no fato de a *Grammatica portugueza* ser escolhida pela autora por simbolizar uma revolução na gramaticografia brasileira. Sobre ela, afirma que: “[a *Grammatica portugueza* foi escolhida], por ter imprimido uma nova direção aos estudos gramaticais, rompendo com os velhos moldes ditados pela tradição gramatical de Portugal [...]” (IAPECHINO, 2002). Com essa visão, a autora analisa aspectos relacionados à correção e à norma na gramática de Ribeiro e esclarece:

Quanto às noções de correto/incorrecto, o autor utilizou-se dos critérios literário, aristocrático e, notadamente, o de autoridade, refutando, muitas vezes, pareceres normativos e descritivos, de outros gramáticos brasileiros e portugueses, pautados, segundo Ribeiro, em erros, em confusões de uso e em divergências (IAPECHINO, 2002)

Nesse excerto, Iapechino (2002) entende que os critérios literários, aristocráticos e de autoridade são utilizados por Júlio Ribeiro para definir o certo e o errado, atitude que substitui os pareceres normativos e descritivos de gramáticos portugueses e brasileiros os quais estariam pautados em equívocos e não em uma metodologia adequada. Essa diferença entre o modo como Ribeiro opera sua correção – segundo Iapechino (2002) – difere-o dos “outros” gramáticos, que, para a autora, representam o passado.

O português praticado no Brasil também é abordado em *A hiperlíngua brasileira na construção da norma lingüística gramatical: um estudo de gramáticas do século XIX*, de Leite (2005). Nesse artigo, a autora considera a *Grammatica portugueza* uma importante obra para o cenário dos estudos do português praticado no Brasil por ser a primeira a considerar a *Hiperlíngua brasileira*, ao fazer, em suas palavras, observações restritivas, como uso familiar, vulgar, rural e outros. Para autora:

Júlio Ribeiro é um gramático importante no cenário dos estudos linguísticos brasileiros, por ter sido o primeiro a considerar a *Hiperlíngua* brasileira no

corpo da gramática, ainda que sob a forma de notas, de observações restritivas do tipo: *uso familiar, vulgar, rural e outros* (LEITE, 2005, p. 104).

Leite (2005), na sequência do estudo, defende que Júlio Ribeiro foi importante também por perceber que a gramática não fabricava regras, mas apenas apresentava, de forma organizada, os fatos da língua que a sustentavam, o que reflete, segundo a autora, o lado sociolinguístico da obra: “o lado sociolinguístico da obra é marcado desde a introdução, onde Ribeiro afirma que trabalhará com o uso real da língua, diferentemente do que era feito por outros autores” (LEITE, 2005, p. 105). Podemos notar, então, que Leite (2005) *representa* a *Grammatica portugueza* como pioneira na observação de características do português brasileiro, procedimento que outros autores, nas palavras de Leite (2005), ainda não realizavam. Essa representação, a nosso ver, também está pautada na ideia de que a *Grammatica* simboliza uma revolução na gramaticografia brasileira, visto que contrapõe o pioneirismo de Ribeiro à prática de outros autores, os quais representam, conseqüentemente, o passado.

Outro estudo que considera o português praticado no Brasil é o de Menezes (2013), *Júlio e João Ribeiro: do padrão europeu ao uso brasileiro*. Nesse, o autor defende enfaticamente que a *Grammatica portugueza* é um grande símbolo do período que iniciou a gramatização brasileira, na medida em que recusou o modelo tradicional de gramática portuguesa para, em suas palavras, praticamente fundar a história da gramática brasileira:

Na verdade, sua obra *Grammatica Portugueza*, de 1881 é considerada um grande marco do período em que se iniciou a gramatização brasileira, pois Julio recusou o modelo tradicional de gramática portuguesa, que até então tinha mais destaque, para praticamente fundar a história da gramática brasileira, com exposição e descrição de aspectos característicos dessa nação, ou seja, tornando públicas considerações sobre a língua que o brasileiro realmente usa (MENEZES, 2013, p. 101-102).

O estudo de Menezes (2013) – influenciado por Guimarães (1994) – acrescenta que a *Grammatica portugueza* contribuiu consideravelmente para a formação da identidade nacional, porque Ribeiro renovou a teoria gramatical e distanciou-se de Portugal: “em outras palavras, Ribeiro renovou a teoria gramatical abrindo novos caminhos para os posteriores estudiosos – gramáticos e linguistas – e distanciando-se da influência direta de Portugal” (MENEZES, 2013, p. 102). Podemos facilmente perceber que, embora com objetivos diferentes, Menezes (2013), assim

como lapechino (2002) e Leite (2005), também *representa* a *Grammatica* como pioneira, responsável por uma revolução na gramaticografia brasileira, ao adotar uma postura metodológica que, segundo o autor, permite a análise de aspectos do português praticado no Brasil.

Em outro estudo sobre o português praticado no Brasil, *O português do Brasil em gramáticas brasileiras do século XIX*, de Coelho *et al.* (2014), as autoras não citam nominalmente as periodizações, mas a *representação* como pioneira é pressuposta, quando usam a expressão “como sabemos”, como saber partilhado, aspecto que indica a influência dessa representação. Na palavra das autoras:

As gramáticas de língua portuguesa produzidas no Brasil ao longo do século XIX acompanharam, como sabemos, duas tendências teórico-metodológicas principais: a da chamada ‘escola’ racionalista, ou ‘filosófica’, em voga nos três primeiros quartéis do século, e a dos estudos histórico-comparativos, identificados pela nossa Historiografia Linguística como ‘científicos’, dominante no último quartel (COELHO *et al.*, 2014, p. 135).

Como se nota, Coelho *et al.* (2014) *representam* a gramática de Júlio Ribeiro como uma obra pioneira, em virtude de seu autor realizar uma abordagem mais minuciosa do português praticado no Brasil, considerado um dos autores mais atentos a essa variedade entre os demais gramáticos que compunham o grupo dos que se orientavam pela teoria histórico-comparatista. Esse gesto das autoras, em nossa interpretação, também remete à *representação* de que a *Grammatica portugueza* significa uma revolução na gramaticografia brasileira. Segundo elas:

Por outro lado, a orientação histórico-comparativa pressupunha a manipulação de dados e construía-se a partir da ideia de que as línguas estão em constante processo de mudança. Esses pressupostos favoreceram a maior presença de dados relativos aos usos brasileiros (generalizados, regionalizados, literários, de letrados e iletrados, bons ou ruins) nas obras publicadas a partir do trabalho inaugural de Julio Ribeiro, que foi, aliás, um dos autores mais atentos ao que se passava com a língua no país. (COELHO *et al.*, 2014, p. 135).

O último estudo em que o português praticado no Brasil é objeto nomeia-se *História da língua portuguesa e historiografia linguística no Brasil em cinco gramáticas do século XIX*, de Coelho e Danna (2015). Nesses, as autoras buscam explicar por que consideram que a gramática científica dedica maior atenção à variedade linguística local. Mais uma vez as periodizações não são citadas, mas a influência do saber partilhado é inegável, como indica a expressão “chamada fase científica”, que

também remete à ideia de que a *Grammatica portugueza* simboliza o pioneirismo em direção a uma revolução na gramaticografia brasileira:

A chamada fase 'científica' dos estudos linguísticos no Brasil está marcada por textos que pretendiam analisar 'fatos' da língua, sem perder de vista questões históricas que os permeariam. As produções da fase 'científica' contrapõem-se àquelas da chamada fase 'filosófica', marcadas por maior apreço às considerações especulativas ou explicações posteriormente consideradas metafísicas para fenômenos linguísticos (COELHO & DANNA, 2015, p. 218).

No entanto, as autoras indicam que Júlio Ribeiro concebe, na *Grammatica portugueza*, o português brasileiro como um estrato de estágios anteriores do português de Portugal. O modo como o português brasileiro é trabalhado na *Grammatica*, dessa forma, não implica a abordagem de uma língua diferente do português europeu, mas de uma língua em estágio atrasado, que conserva alguns traços antigos que já se perderam no português europeu. A conclusão das autoras, inesperadamente, não parece reforçar a ideia de pioneirismo e revolução com que caracterizam a obra:

Em Ribeiro (1881), não há uma seção voltada para a caracterização do 'dialeto brasileiro', como aparece em outras gramáticas aqui examinadas. No entanto, o autor usa essa expressão. Boa parte daquilo que identifica como usos brasileiros está relacionada aos primeiros estágios da língua em Portugal, ao latim, a outras línguas românicas. A visão geral parece ser a de que a língua é a mesma no Brasil e em Portugal, mas o 'povo', o 'vulgo', os 'caipiras de S. Paulo', os 'sorocabanos' do interior de São Paulo, conservam usos tradicionais (e tidos como incorretos). O que ocorre de divergente no Português do Brasil é, assim, preferencialmente encarado como conservação de traços arcaizantes em comunidades mais isoladas, sendo poucos os apontamentos que remetem à 'evolução', inovação da língua (COELHO & DANNA, 2015, p. 221).

Podemos dizer, em linhas gerais, que os estudos dos autores que *representam* a *Grammatica portugueza* como pioneira, responsável por uma revolução na gramaticografia brasileira, descrevem aspectos da gramática de Júlio Ribeiro que reforçam ou confirmam essa visão. É comum encontrar essa visão pré-definida¹⁴ para, posteriormente, elencarem-se as análises que a ratificam. Nesse procedimento,

¹⁴ Jése Edcarlos Aquino, especialista em Júlio Ribeiro, em comentários sobre o estudo desenvolvido nesta tese, assinala que "esses trabalhos não só incorporam uma visão pré-definida sobre Júlio Ribeiro, mas também sobre o argumento da novidade e da cientificidade da gramática geral, apresentada como científica, enquanto a gramática geral antiga e não-científica. [Vale] lembrar que a gramática geral continuou a ser produzida no Brasil durante todo o século XIX e parte do XX e que seus autores reclamavam o estatuto de estudo científico da linguagem".

é relevante destacar como as periodizações, em especial as de Nascentes (1939), Elia (1963), Guimarães (1994) e Cavaliere (2001), são requisitadas como referências dessa revolução, mesmo que, nas *representações* erigidas pelos autores das duas primeiras citadas, notamos apenas a *representação* como precursora para *Grammatica*, como descrevemos. Entendemos que isso ocorra porque esse procedimento de *representar a Grammatica portuguesa* como pioneira de uma revolução na gramaticografia brasileira simplifica a noção de marco em torno dessa ideia, pois há a exigência de que o passado, isto é, a teoria racionalista, seja ignorada na análise da *Grammatica*. Ela representa a adoção de algo novo, o pioneirismo, e seu autor tem de ser diferente dos demais, por isso *representado* como alguém dotado de uma autoridade intelectual que o torna líder da mudança na gramaticografia brasileira, que despreza o passado para instaurar o novo.

1.2.3.2 Representação como processo de mudança e o passado presente

Existem estudos cujos autores não *representam a Grammatica portuguesa* como pioneira, introdutora de uma revolução e, por esse motivo, fazem ponderações sobre até que ponto o autor conseguiu ignorar o passado na obra. Reconhecemos que esses se aproximam mais das *representações* de que mostram a *Grammatica* como precursora de um processo de transformação na gramaticografia brasileira, pois apresentam, relativizada, a maneira como Júlio Ribeiro adotou a teoria histórico-comparatista. Nesses, há sempre em destaque alguns indícios de práticas passadas, não superadas por Ribeiro.

O primeiro estudo que analisamos é o de Oliveira (2010), *Um estudo historiográfico-descritivo das preposições portuguesas nas gramáticas brasileiras do período científico*. A autora observa as gramáticas de Eduardo Carlos Pereira (1907), Maximino Maciel (1894), Alfredo Gomes (1887), Pacheco da Silva e Plácido Lameira de Andrade (1894), Manuel Said Ali (1964), Heráclito Graça (2006), além de vários textos de Mário Barreto (1879-1931). Com base nas periodizações de Nascentes (1939), Elia (1963), Cavaliere (2001) e Azevedo Filho (2002), a autora *representa a Grammatica portuguesa* como marco do que chama de fase histórico-comparatista dos estudos linguísticos no Brasil: “Júlio Ribeiro inaugura, com sua gramática, a fase histórico-comparatista dos estudos linguísticos no Brasil” (OLIVEIRA, 2010, p. 42).

Em sua análise, Oliveira (2010) defende que o autor opta por acrescentar à gramática dados diacrônicos, em função da perspectiva histórico-comparatista:

na gramática de Júlio Ribeiro é evidente a preocupação de resgatar a origem da língua, característica esta que define o período científico e que tem como fonte as línguas clássicas, como o Latim” (OLIVEIRA, 2010, p. 43).

No entanto, Oliveira (2010) constata que há, na *Grammatica portugueza*, preocupação pedagógica com a língua e a busca por uma “língua desejável” a ser ensinada. Oliveira (2010) denomina essa dinâmica como a junção do normativo com o descritivo:

Ao longo de nossas observações dos trabalhos produzidos no período científico, pudemos perceber que há, nas referidas gramáticas, dois objetivos, o primeiro é o de traçar o percurso histórico da língua desde sua gênese e o segundo, o de oferecer uma contribuição pedagógica, mantendo o ensino da tradição gramatical, o ensino de uma norma linguística desejável; é a junção do normativo ao descritivo... (OLIVEIRA, 2010, p. 82).

Essa ponderação de Oliveira (2010) evidencia relativizações sobre a *Grammatica portugueza* que não foram consideradas e destacadas dessa forma nos estudos analisados na seção anterior. A autora fala em manter o ensino da tradição gramatical e de norma linguística, o que demonstra que existem, na *Grammatica*, aspectos não vinculados à revolução teórica, os quais também a caracterizam e instituem, assim entendemos, uma *representação* mais alinhada com a ideia de precursora de uma transformação na gramaticografia brasileira. É relevante observar que Oliveira (2010) contrapõe-se ao ponto que Castilho (1962) elenca em sua resenha como o responsável por fazer revolucionária a obra de Júlio Ribeiro: a questão normativa.

É essa *representação* de precursora de uma transformação na gramaticografia brasileira que constatamos em um dos primeiros estudos feitos sobre a *Grammatica portugueza*. Fávero (2002), em ‘*Grammatica portugueza*’ de Júlio Ribeiro¹⁵, reconhece, com base na periodização de Elia (1963), que a obra é, em suas palavras, uma "divisora de águas" na gramaticografia brasileira:

¹⁵ Esse estudo foi primeiramente publicado como um artigo em 2002 e, depois, incorporado ao livro *As concepções lingüísticas no século XIX: a gramática no Brasil*, publicado por Leonor Lopes Fávero em 2006.

A obra, publicada em 1881, adquire sua forma definitiva na segunda edição (1885). Inicia, na gramática brasileira, o período denominado científico por Sílvia Elia (1975), período em que “as forças de renovação prevalecem sobre as de conservação”, quando “despontam, de maneira mais segura e auspiciosa, as manifestações da direção filológica a qual, daí por diante, irá caracterizar os estudos linguísticos no Brasil” (p. 121) (FÁVERO, 2002, p. 75).

Fávero (2002) comenta os paratextos como fortes evidências de que a obra de Júlio Ribeiro é a responsável por impetrar uma mudança nos estudos gramaticais brasileiros, com a adoção da teoria histórico-comparatista. A autora defende, pela análise desses paratextos, a reivindicação de ineditismo das filiações e dos objetivos da gramática de Ribeiro. Destaca também, ao adentrar o texto da *Grammatica portugueza*, a apropriação do evolucionismo biológico e o abandono dos critérios logicistas presentes em gramáticos de épocas passadas.

Por esse motivo, na introdução do livro em que esse estudo foi publicado posteriormente – agora por Fávero & Molina (2006) – essa postura de destacar os aspectos inovadores da *Grammatica portugueza* também é adotada. Depois de revisar as periodizações de Nascentes (1939), Elia (1963), Guimarães (1994) e Azevedo Filho (2002), as autoras estabelecem uma marcação historiográfica por meio da *Grammatica*:

A análise dessas propostas possibilitou-nos verificar que praticamente todos os estudiosos sugerem uma bipartição do século XIX, tomando, como divisora de águas, a *Grammatica de Lingua Portugueza* de Júlio Ribeiro. [...] Portanto, nossa análise abrangerá **dois momentos**: no **primeiro**, consideraremos as obras gramaticais produzidas antes da de Júlio Ribeiro, realizadas sob a orientação da gramática geral e filosófica. No **segundo**, as publicadas no mesmo século depois da dele, ou seja, inscreveremos as obras aqui realizadas sob orientação das correntes científicas (histórico-comparativas). (FÁVERO & MOLINA, 2006, p. 52).

O fato de entender a obra como um marco – como “divisor de águas” – contudo, não impede que elas relativizem a forma como Júlio Ribeiro realiza essa mudança. Essa relativização aparece, exatamente, na conclusão do estudo, quando as autoras pontuam que a gramática de Ribeiro não consegue se desligar completamente da teoria racionalista que caracterizava as anteriores. A *representação* que constatamos em Fávero (2002) e Fávero & Molina (2006), portanto, é de que a *Grammatica portugueza* é precursora de um processo de transformação na gramaticografia brasileira, mas não é responsável por uma revolução:

A *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro, ressaltando-se o exagero no tratamento das questões relativas à etimologia e ortografia, representa um esforço para se afastar das orientações da Gramática Geral (embora sem conseguir dela desligar-se completamente) que então dominava nossa gramática e para introduzir princípios do evolucionismo biológico e do método histórico-comparativo (FÁVERO & MOLINA, 2006, p. 87).

Em outro estudo, *A gramática no Brasil: o período científico*, Fávero (2004) realiza uma ponderação semelhante a essa que analisamos. Inspirada na periodização de Elia (1963), a autora elabora um breve retrospecto histórico sobre a produção gramatical no Brasil e atribui à *Grammatica portugueza* o papel de inaugurar o método científico no país. A autora incorpora as falas de Elia (1963) para estabelecer essa análise, como podemos observar no seguinte trecho:

Em 1881, Júlio Ribeiro publica a Gramática Portuguesa que adquire sua forma definitiva na segunda edição (1884) iniciando na gramática brasileira o período científico (Elia, 1975) em que “as forças de renovação prevalecem sobre as de conservação”, quando “despontam de maneira mais segura e auspiciosa, as manifestações da direção filológica a qual, daí por diante, irá caracterizar os estudos lingüísticos no Brasil” (p.121) (FÁVERO, 2004).

Mesmo com essa visão sobre *Grammatica portugueza*, Fávero (2004) pondera que a gramática de Júlio Ribeiro apresenta a influência da tradição racionalista, pois o autor tenta conciliar as antigas teorias com a nova, a evolucionista, visto que essa não permitiria valorizar a norma padrão:

[Júlio Ribeiro] Tenta conciliar as novas propostas com as então existentes, pois, se o evolucionismo não tem como valorizar a norma padrão e seu ensino, já que seu propósito é explicar os fatos e não fazer leis e nem propor regras, não há como negar as antigas teorias. [...]
Essa tentativa de conciliação ganha maior dimensão nesta passagem em que se percebe claramente a influência da Gramática Geral e Filosófica... (FÁVERO, 2004).

Para a autora, por conseguinte, a postura de Júlio Ribeiro, na *Grammatica portugueza*, ainda o liga às obras redigidas sob a teoria racionalista, análise também presente em Fávero (2002). Por essa razão, a *Grammatica portugueza* também não é *representada* nesse estudo como pioneira, mas como precursora de uma transformação na gramaticografia brasileira. Para a autora, existem inovações na *Grammatica*, mas não é possível desconsiderar seu vínculo com o passado, pois aspectos da teoria racionalista ainda podem ser observados, por exemplo.

Esse tipo de representação ocorre também em *Um passo da descrição do verbo em Júlio Ribeiro*, publicado por Cavaliere em 2015. Nesse estudo, o autor reitera, inicialmente – inspirado em sua própria periodização, Cavaliere (2001) – a premissa de que Júlio Ribeiro impôs, por meio da *Grammatica portugueza*, novos rumos à gramaticografia no Brasil por aplicar teses da linguística naturalista à descrição do português falado no Brasil:

A Gramática portuguesa, conforme já assinalamos, merece destaque no conjunto das obras publicadas no último quartel do século XIX tendo em vista constituir-se na primeira descrição sistêmica do português no Brasil em que se empregam as bases da linguística histórico-comparativa, razão por que sua primeira edição, de 1881, inaugura o ciclo da gramática científica brasileira, ou do período científico da gramática brasileira (CAVALIERE, 2015, p. 73)

Na sequência de seu texto, Cavaliere (2015) aponta que a abordagem feita por Júlio Ribeiro da conjugação do verbo não corresponde ao que se pode observar na história da língua. Para o autor, Ribeiro não aceita o que é preceituado pela romanística de seu tempo – pautada em teoria histórico-comparatista – para se posicionar conforme preceitos da gramática greco-latina. Escreve o autor:

[...] muitas das convicções de Ribeiro resultavam em antagônica investida às conquistas recentes da romanística de seu tempo, fato que deixa vislumbrar uma certa irredutibilidade de princípios. Este é o caso da aqui referida distribuição dos verbos portugueses em quatro conjugações, em flagrante atropelo das evidências históricas que inscrevem o verbo pôr e seus derivados na segunda conjugação, a par de tantas outras de caráter sincrônico, como a presença da vogal temática de segunda em põe, pões etc. Ribeiro, entretanto, segue uma ordenação dos paradigmas verbais estritamente baseada no infinitivo presente, sob influência da tradição latina, fato que o leva a admitir a quarta conjugação em –o (CAVALIERE, 2015, p. 73-74).

Compreendemos que, para Cavaliere (2015), essa postura do autor da *Grammatica portugueza* é contraditória ao papel de pioneiro em aplicar teoria histórico-comparatista. Para ele, Júlio Ribeiro adota a teoria histórico-comparatista em sua obra, porém não de forma sistemática, como defende o próprio autor na periodização de 2001. A postura do autor fluminense diante das conjugações verbais não aplica aquilo que, naturalmente, seria adequado para quem segue essa teoria. Isso demonstra que, de certa forma, Cavaliere (2015) relativiza a *representação* da *Grammatica* como responsável por uma ruptura total ao adotar a teoria histórico-comparatista. A *representação* que se identifica em Cavaliere (2015), então, é a de

que a *Grammatica portugueza* é precursora de um processo de transformação na gramaticografia brasileira.

O que se lê no estudo de Cavaliere (2015) também se vê na dissertação de mestrado de Vidal Neto (2010), *A 'Grammatica portugueza', de Júlio Ribeiro: um corte epistemológico na gramaticografia brasileira e a questão da língua portuguesa no Brasil*. O objetivo do autor é mostrar como a mudança teórica existente na *Grammatica portugueza* provocou uma mudança na forma como a língua portuguesa passou a ser descrita. Vidal Neto (2010) faz, primeiramente, uma extensa análise das periodizações de Nascentes (1939), de Elia (1963), de Guimarães (1994) e de Cavaliere (2001), a fim de mostrar como, em todas essas periodizações, os pesquisadores consideram a *Grammatica* responsável por um marco na teoria gramatical. Para Vidal Neto (2010):

Com efeito, pudemos apurar que todos os comentadores da *Grammatica* – a despeito das diferentes abordagens realizadas – a consideraram um marco divisor em nossa gramaticografia. Verificamos que tal deferência se deve a um fato destacado por todos: a mudança na teoria gramatical promovida por Ribeiro. (VIDAL NETO, 2010, p. 124)

Em seu estudo, Vidal Neto (2010) constitui a *representação* de que a *Grammatica portugueza* é responsável por um corte epistemológico nas tradições gramaticais brasileiras, visto que nega a teoria racionalista para adotar a teoria histórico-comparatista. Diz o autor:

Desta forma, podemos afirmar que Ribeiro promoveu um verdadeiro corte epistemológico quanto à tradição gramatical brasileira, uma vez que o autor negou os principais valores apregoados pelo modelo racionalista, representados, fundamentalmente, pela *Gramática* de Port-Royal e por todas as *gramáticas particulares* que nela se inspiraram, como foi o caso, no Português, das chamadas *Gramáticas Filosóficas* (VIDAL NETO, 2010, p. 124)

Mesmo com essa compreensão, Vidal Neto (2010) não deixa de fazer uma ponderação quanto ao viés prescritivista da *Grammatica portugueza*, o que chama de “processo” de contradição:

Na verdade, este processo de “contradição” nos interessa, pois mostrará quando Ribeiro se comporta como um linguista-evolucionista, portanto, limitando-se à *descrição* e ao estudos dos fenômenos linguísticos por ele observados e quando, por seu turno, aparecerá o Ribeiro *prescritivista*, aquele que em muitos casos, apesar de sublinhar o processo *evolutivo* pelo

qual passou a língua, o condena mesmo assim. Esta objeção ocorre sempre nos momentos em que Ribeiro julgou que tal *evolução* não coadunaria com os valores da *prescrição* gramatical, da *norma culta* (VIDAL NETO, 2010, p. 104).

Percebemos, no excerto, que Vidal Neto (2010) entende que existe uma postura prescritivista de Júlio Ribeiro em sua obra, a qual seria a responsável por defender a norma culta e, por esse motivo, não seria condizente com o que apregoa a postura descritiva da teoria histórico-comparatista. A *representação* de Vidal Neto (2010), dessa forma, também é uma *representação* ponderada, que institui a *Grammatica portugueza* como precursora de um processo de transformação na gramaticografia brasileira.

Em *Os efeitos de sentido da formulação das regras e os acréscimos nas gramáticas de Júlio Ribeiro, Said Ali e Evanildo Bechara*, de Santos (2013), também percebemos esse tipo de ponderação. O autor compara a *Grammatica portugueza* com as três gramáticas mencionadas no título. Em princípio, Santos (2013) considera a obra de Ribeiro como a responsável por iniciar o processo de gramatização no Brasil. De acordo com Santos (2013):

Com esse ato, ocorre o deslocamento do foco da reflexão linguística para o português, dando início ao processo de gramatização brasileira, que se desencadearia na segunda metade do século XIX, com a publicação da gramática *Grammatica Portugueza*, de Julio Ribeiro, em 1881, e de dicionários do português do Brasil (SANTOS, 2013, p. 31).

Para Santos (2013), no entanto, ainda é possível perceber na *Grammatica portugueza* traços da teoria racionalista. Consequentemente, sua *representação* acerca da *Grammatica* também não implica uma revolução, mas um processo de transformação, precursorismo, como se pode notar no excerto a seguir:

Julio Ribeiro apresenta sua gramática como o modo de ver os fatos gramaticais como método de investigação científica, procurando romper com a tradição portuguesa da gramática filosófica e se filiando aos estudos histórico-comparativos. A análise de sua obra, entretanto, permite ver que ele retoma alguns elementos dessa tradição com a qual busca romper (SANTOS, 2013, p. 129).

Essa posição se percebe também em *Júlio Ribeiro e a fundação de um espaço de escrita nacional*, de Emídio (2013). A autora defende que a *Grammatica portugueza* produziu um corte na gramaticografia brasileira, a partir de novas filiações

e de inovações que a tornam original, ainda que possua uma função didática. Para a autora:

Júlio Ribeiro, a partir de sua vasta produção, inovou, de muitas maneiras, o estudo sobre a língua no Brasil com a publicação de sua *Grammatica portugueza*. A apresentação de novas filiações produz um corte na gramaticografia brasileira que é muito significativo para demonstrar que um pensamento brasileiro sobre a língua portuguesa mostrava-se, de alguma maneira, original e capaz de cumprir uma função didática, com maestria (EMÍDIO, 2013, p. 141).

No entanto, Emídio (2013) observa que existe uma relação entre a *Grammatica portugueza* e a teoria racionalista. A autora reconhece que a *Grammatica* incorpora o que chama de tradicionalismos. Essa atitude de Emídio (2013) permite constatar que a *representação* da autora também é uma ponderada, a qual reconhece traços de continuidade com o passado e, por esse motivo, considera-a precursora de um processo de transformação na gramaticografia brasileira. Segundo sua *representação*, a concepção de gramática presente na *Grammatica* ainda é pautada na teoria racionalista. Segundo a autora:

Essa relação “muito nítida” que afirma Orlandi (2001) entre Júlio Ribeiro e a gramática filosófica de Port-Royal se dá na concepção de gramática [...] Observamos, dessa maneira, que embora esse momento histórico brasileiro revelasse uma “necessidade” de renovação nos estudos da língua, alguns tradicionalismos não evitavam ser aderidos [sic] (EMÍDIO, 2013, p. 111).

O estudo citado por Emídio (2013) é outro exemplo desse tipo de representação. Essa relação entre a *Grammatica* e a tradição racionalista é também abordada por Orlandi & Guimarães (1998), em *La formation d'un espace de production linguistique. La Grammaire au Brésil*¹⁶, com o objetivo de avaliar os fatos ideológicos que subjazem aos estudos gramaticais no Brasil e a instituição do português como língua nacional. Orlandi & Guimarães (1998) analisam a filiação da *Grammatica portugueza* como uma gramática filosófica com filiação naturalista. Consoante os autores:

Júlio Ribeiro [...] representa a tendência da Gramática Filosófica na sua filiação naturalista [...] Júlio Ribeiro tem uma relação muito nítida com a

¹⁶ Esse estudo foi traduzido e publicado em ORLANDI, E. P. (Org.). História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes / Cáceres, Unemat Editora, 2001.

gramática filosófica, na tendência de Port-Royal [...] (Orlandi & Guimarães, 1998, 29).

Notamos que, para os autores, a *Grammatica portugueza* ainda é representada como uma obra vinculada à teoria racionalista, mesmo que traga esboçada em sua composição a influência da teoria naturalista. Ademais, segundo Orlandi & Guimarães (1998), embora a *Grammatica* seja uma das iniciadoras do processo de gramatização brasileira do português, a obra mantém a marca da relação com Portugal em seu título. Assim dizem:

A gramática de Júlio Ribeiro, um dos iniciadores da gramatização brasileira do português, tem como título *Grammatica Portugueza*, tal como a gramática de João Ribeiro. Este título funciona a partir de uma posição de denominação que marca a relação com Portugal (Orlandi & Guimarães, 1998, 27)

Devido a esses aspectos, a representação construída por Orlandi & Guimarães (1998) é bastante diferente das demais. A obra de Júlio Ribeiro é representada como uma gramática filosófica e naturalista, que ainda mantém vínculos com a gramática redigida em Portugal por não esboçar, em seu título, traços que demonstrem independência. Evidentemente existem outros pontos para avaliarmos nesse tipo de representação, mas nesta tese vale comentar o fato de que esse estudo vincula diretamente a *Grammatica portugueza* à tradição racionalista e à tradição gramatical portuguesa, relativizando, assim, a noção de revolução. Ou seja, nesse estudo, ocorre também, de certa forma, a representação de que a *Grammatica* simbolize o precursorismo de uma mudança na gramaticografia brasileira.

O último estudo que apresenta ponderações à *Grammatica portugueza* como responsável por uma revolução na gramaticografia brasileira é *A colocação dos pronomes na 'Grammatica portuguesa' de Júlio Ribeiro*, de Ferreira & Nogueira (2016). Nesse artigo, também encontramos essa relação entre a *Grammatica* e as gramáticas portuguesas. Os autores, influenciados pela periodização de Eduardo Guimarães (1994), afirmam que: “a *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro (1881) é considerada na periodização dos estudos do português no Brasil de E. Guimarães (1996, 2004) como iniciadora do segundo período desses estudos, que é quando começa a gramatização brasileira do português (FERREIRA & NOGUEIRA, 2016, p. 15).

No entanto, Ferreira & Nogueira (2016) não corroboram essa visão de Guimarães (1994) e concluem que os discursos metalinguísticos sobre a colocação dos pronomes presentes na obra são responsáveis por: (i) integrar, quando não existe polêmica, a língua portuguesa falada no Brasil à língua nacional; e (ii) condenar a *integração* da língua portuguesa falada no Brasil à língua nacional, quando a polêmica existe. De acordo com os autores:

a estrutura dos preceitos de Júlio Ribeiro sobre a colocação dos pronomes sujeitos tende para a descrição quando o objeto da descrição, mesmo não coincidindo com o modelo português, não foi polemizado, podendo assim ser incorporado à descrição da língua [...] a estrutura dos preceitos sobre a colocação dos pronomes objetos na gramática do autor tende para a prescrição quando o que está sendo descrito é objeto de uma polêmica. Nesse caso, a não coincidência da língua portuguesa com a língua brasileira significa o sujeito brasileiro que *diz* de um modo que *seria incorreto*, um modo brasileiro, não autorizado pelo gramático, mas que ele também não desautoriza categoricamente. (FERREIRA & NOGUEIRA, 2016, p. 30).

A citada polêmica foi protagonizada por José de Alencar (1829-1877) e Pinheiro Chagas (1842-1895)¹⁷ e está relacionada à posição dos pronomes átonos na frase. Para os autores do artigo, o prescritivismo de Júlio Ribeiro condena o uso do pronome do português quando o tópico em questão está envolvido em uma polêmica normativa. Isso significa que a *representação* que Ferreira & Nogueira (2016) fazem da *Grammatica portugueza* considera uma face prescritivista, que se sustenta uma norma linguística legitimada no português europeu, assim como existe em outras gramáticas. Para Ferreira & Nogueira (2016), portanto, a *Grammatica* trata de aspectos do português do Brasil, mas não os descreve, nem recomenda sua norma. Isso nos permite deduzir que a *representação* construída por esses autores é mais consciente com a ideia de que a *Grammatica portugueza* é precursora, nesse caso, de um processo de transformação e não uma revolução.

Como notamos, esses estudos que *representam* a *Grammatica portugueza* como precursora de um processo de transformação na gramaticografia brasileira mostram que a *Grammatica*, de um lado, continua a descrever a língua portuguesa de acordo com as teorias tradicionais até então e, de outro, introduz novas possibilidades teóricas para interpretação da língua, o que representa uma

¹⁷ José de Alencar publicou uma resposta, na segunda edição do seu livro *Iracema*, em 1870, às críticas redigidas por Pinheiro Chagas. As críticas dirigidas ao romancista brasileiro recaíam sobre a forma como Alencar utilizou o português falado no Brasil em seu romance.

descontinuidade com a tradição gramatical portuguesa. Ainda que reforcem a ideia de inovação da *Grammatica*, esses são estudos identificadores de aspectos que impedem de afirmar categoricamente a obra de Júlio Ribeiro como pioneira de uma revolução na gramaticografia brasileira, pois observam traços de continuidade entre ela e práticas passadas. Logo, estão mais alinhados com a ideia de que a *Grammatica portuguesa* é precursora ao inovar em aspectos pontuais. Os estudos analisados a seguir são os que, conscientes desses traços de continuidade, buscam descrevê-los.

1.2.3.3 Representação relativa e a busca pelo passado

Os estudos que analisamos na sequência deste capítulo foram redigidos com o objetivo, entre outros, de relativizar as *representações* de que a *Grammatica portuguesa* é uma espécie de pioneira, que revoluciona a gramaticografia no Brasil. Conscientemente, seus autores buscam traços de saberes passados ainda presentes na obra de Júlio Ribeiro. No primeiro deles, *O período de estudos linguísticos brasileiros ditos científicos e a questão da colocação pronominal*, de Gurgel (2008), a autora relativiza diretamente a ideia de revolução, inspirada nas periodizações de Elia (1969) e de Cavaliere (2001). Ela questiona a liderança intelectual de Ribeiro ao analisar a influência do autor em outras gramáticas para a elaboração das regras de colocação pronominal. De acordo com a autora:

Apesar de Júlio Ribeiro ser considerado o “líder intelectual” daquela geração por ter difundido os ideais evolucionistas da “nova corrente” aos estudos da linguagem, não encontramos menção alguma ao seu trabalho nos textos que trataram da *Questão*. Entendemos, assim, que o seu nome não foi percebido como o de uma autoridade no assunto para ser utilizado como referência para validar uma determinada descrição linguística ao problema da colocação pronominal (GURGEL, 2008, p. 73).

A conclusão de Gurgel (2008) é semelhante à de Aquino (2017), quando afirma que a *Grammatica portuguesa* exerceu contraditória influência sobre os gramáticos que publicaram gramáticas após a sua. Aquino (2017), em *Júlio Ribeiro no Horizonte de retrospectiva da gramatização brasileira*, questiona a *representação* de que Ribeiro é um influente gramático autor da gramaticografia brasileira:

O lugar contraditório de Júlio Ribeiro no *horizonte de retrospectiva* da gramatização brasileira, entre o apagamento de sua obra como referência para a realização de análises gramaticais e linguísticas e a posição de marco

nos discursos sobre a história dos estudos do português no Brasil, nos revela como são controversos os discursos de fundação, como são problemáticas e inevidentes as atribuições de paternidade de um campo do conhecimento (AQUINO, 2017, p. 176-177).

Gurgel (2008) e Aquino (2017), portanto, criam uma *representação* relativizada que coloca em xeque o lugar de pioneira ocupada pela *Grammatica portugueza*. Além disso, Gurgel (2008) acrescenta o fato de haver, na obra de Júlio Ribeiro, preocupação pedagógica e resquícios da teoria racionalista. Para a autora:

[...] constatamos a presença da preocupação pedagógica, da tradição 'filosófica' e da tradição 'científica' nos tratamentos à Questão, o que demonstra que o nosso intento em queremos retratar [sic] o período dito científico nesse problema gramatical acabou revelando, na mesma medida, a não presença desse período. Isto posto, não chamaríamos a gramática realizada com a *Questão* de 'científica', dado o seu caráter eclético e divergente (GURGEL, 2008, p.119).

Para Gurgel (2008), a “não presença” significa que, na obra de Júlio Ribeiro, há influências teóricas heterogêneas que não permitem considerá-la científica, conforme sua interpretação de “científica”, extraída das periodizações mobilizadas em seu estudo. Podemos entender, dessa forma, que, para Gurgel (2008), existem aspectos que não só relativizam a *representação* de que Ribeiro exerce uma liderança intelectual, conclusão idêntica à de Aquino (2017), mas também relativizam a *representação* de que a *Grammatica portugueza* é pioneira de uma revolução na gramaticografia brasileira.

Essa conclusão de Gurgel (2008), ao analisar a questão pronominal, é aprimorada no texto em *Contribución a la historia de la gramática brasileña del siglo XIX*, de Parreira (2011). Em sua tese de doutoramento, a autora é a primeira a perceber que as periodizações que analisa – Nascentes (1939), Elia (1969), Guimarães (1994) e Cavaliere (2001) – apresentam critérios diferentes para fragmentar a gramaticografia no Brasil, fator determinante no modo como as gramáticas são separadas em científicas e racionais:

la excesiva simplificación y superficialidad de los análisis historiográficos reseñados, junto a la mezcla indiscriminada de criterios de periodización, frecuentemente ajenos a la propia disciplina, son algunos factores que explican las habituales clasificaciones de las gramáticas brasileñas decimonónicas en «racionalistas», de un lado, y «científicas», del otro (PARREIRA, 2011, p. 34).

A autora reconhece existir, nas periodizações, falta de uniformidade de critérios usados entre seus autores para estabelecer os períodos. Por isso, esclarece que “al contrario de lo que las propuestas de periodización indican, la tradición brasileña no sufre cambios bruscos de doctrina gramatical, sino que experimenta un desarrollo continuo caracterizado por la superposición de diferentes corrientes teóricas” (PARREIRA, 2011, p. 34). A consequência dessa visão sobre a *Grammatica portugueza*, segundo Parreira (2011), é que a obra apresenta certo hibridismo. Assim podemos observar:

Obviamente, el intento de conformar las leyes de la gramática general y las de la gramática histórica tuvo como consecuencia choques de pensamiento y contradicciones en muchos momentos. Tales desajustes se manifiestan principalmente en las definiciones y notas del gramático. Las primeras siguen la tradición anterior, mientras que las anotaciones tratan de adecuarse a las nuevas corrientes filológicas (PARREIRA, 2011, p. 2010).

Parreira (2011) entende que a *Grammatica portugueza* não pode ser *representada* como pioneira em promover uma revolução, pois ela tenta conformar tanto a teoria racionalista quanto a teoria histórico-comparatista. O fato mais relevante do trabalho de Parreira (2011), sobretudo, é a autora demonstrar ter consciência das diferentes *representações* a respeito da *Grammatica*, mas que necessitam ser desconstruídas para que se possa observar a verdadeira dinâmica teórica que ocorre dentro na obra.

Essa ideia de que a teoria racionalista convive com a teoria histórico-comparatista na *Grammatica portugueza* também pode ser observada em *Considerações sobre o impacto da Grammaire Générale et Raisonnée de Port-royal (1660) no tratamento da sintaxe de gramáticas brasileiras do português do século XIX*. Nesse artigo, Polachini (2012) comenta as *representações* construídas pelas periodizações de Nascentes (1939), Elia, (1965) e Cavaliere (2000), que consideram a década de 1880 como um marco na gramatografia no Brasil, e a *Grammatica portugueza*, como marco para o que chama de “período científico”, relacionado à teoria histórico-comparatista.

Polachini (2012) relativiza essa compreensão ao apontar que uma ruptura substancial no tratamento da sintaxe ocorre apenas em 1890 com Maciel (1894). Para autora, a *Grammatica portugueza* representa apenas uma forte ‘retórica

revolucionária', sem, de fato, efetuar o abandono pleno do modelo proposto pela *Grammaire Générale et Raisonnée de Port-royal*. Para Polachini (2012):

Neste trabalho pudemos observar que o impacto da GGR-PR no tratamento da sintaxe, mais especificamente na concepção de sentença, das gramáticas brasileiras do português foi, gradualmente, diminuído após a década de 1880, como, de certa forma, já demonstravam as periodizações citadas ao longo deste artigo. É, porém, importante observar que uma ruptura substancial parece ter se dado apenas na década de 1890, com a segunda edição da gramática de Maciel (1894). A forte 'retórica revolucionária' de Julio Ribeiro, exemplificada no prefácio da segunda edição de sua gramática, de 1884, é um indício de insatisfação com o modelo da GGR-PR, sem, no entanto, corresponder a um abandono pleno desse modelo, ao menos no que se refere ao tratamento da sintaxe (POLACHINI, 2012, p. 312).

Para Polachini (2012), embora haja insatisfação com a teoria racionalista, ela não foi totalmente abandonada na *Grammatica portugueza*. Entendemos que essa interpretação de Polachini (2012) constituiu, assim, uma relativização das *representações* que identificamos até o momento, ainda que, de certa forma, esteja mais próxima da ideia de que a obra de Júlio Ribeiro seja precursora de mudança na gramaticografia brasileira.

Essa conclusão também é observada no artigo *Verbos impessoais e unipessoais em gramáticas brasileiras oitocentistas do português*, no qual Polachini (2015b) defende que a *Grammatica representa* o início de uma ruptura – o que compreendemos como precursora de mudanças na gramaticografia brasileira – diferentemente do que se lê nas *representações* constituídas nas periodizações de Nascentes (1939), Elia (1969), Cavaliere (2000) e Parreira (2011), autores que, segundo Polachini (2015b), *representam* a obra como responsável por ruptura total. A autora afirma:

Em relação às periodizações apresentadas no início deste artigo, pensamos que, ao menos no que diz respeito às questões aqui tratadas, a ruptura inicial se daria com Ribeiro (1881), e, nesse sentido discordamos de Parreira (2011), que afirma ter sido Freire da Silva ([1871] 1875) o iniciador dessa ruptura epistemológica, como também o fizemos em Polachini (2013). Entretanto, concordamos com a autora no que diz respeito a haver uma segunda ruptura com Maciel ([1887] 1902), visto que seu modo de tratar a sentença e o verbo impessoal são bastante diferentes da maneira que Ribeiro (1881) o faz. (POLACHINI, 2015b, p. 66).

Outro estudo da mesma autora, *Uma proposta de periodização “complexa” para a gramaticografia oitocentista do português*, confirma a *representação* como

precursora. Nele Polachini (2015a) considera as periodizações de Nascentes (1939), Elia (1969), Cavaliere (2000), além de Parreira (2011), para relativizar as divisões que esses trabalhos estabelecem. Para a autora, a *Grammatica portugueza* não é pioneira de uma revolução, porque existe na obra uma continuidade com a teoria racionalista:

Por outro lado, concordamos com Nascentes (1939), Elia (1975) e Cavaliere (2002), que apresentam Ribeiro (1881) como, pode-se dizer, agente de uma ruptura. Entretanto, não o vemos como totalmente revolucionário, já que acreditamos haver uma segunda ruptura com Maciel (1902[1894]), pensando, assim, como Parreira (2011), que haveria uma ruptura gradual, da qual Maciel consolidaria diversos pontos e eliminaria certas heranças que Ribeiro ainda mantinha da corrente teórica anterior (POLACHINI, 2015a, p. 30).

Essa *representação* também está presente em Poachini (2018), outro estudo voltado da mesma autora voltado para essa questão. *Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa*, publicado em 2018, confirma a relação entre *Grammatica portugueza* com a teoria racionalista. Nesse texto, a autora identificou 200 gramáticas publicadas no século XIX, período que caracteriza após uma extensa análise das periodizações de Nascentes (1939), Castilho (1962), Elia (1969), Cavaliere (2001) e Azevedo Filho (2002), além da resenha Maciel (1910). A *representação* da *Grammatica* é relativizada quanto à sua filiação, quando Polachini (2018) a denomina uma gramática eclética por conter dois conceitos de sentença bastante diferentes, um relacionado a Pierre Burggraff (1803-1881), autor vinculado às teorias racionalistas, e outro a William Dwight Whitney (1827-1894), autor vinculado às teorias histórico-comparatistas. Segundo a autora:

Finalmente, é possível analisar a gramática de 1881 de Ribeiro como *eclética*, na medida em que, ao encaixar o conceito de ‘verbo substantivo’ e sua *rede*, o gramático apresenta, por um lado, *eclétismo vertical*, por apresentar dois *conceitos* de ‘sentença’ bastante diferentes, um baseado em Burggraff e outro em Whitney [...] (POLACHINI, 2018, p. 269).

Esse eclétismo identificado e reiterado nos estudos de Polachini (2012, 2015a, 2015b e 2018) vai ao encontro das ideias defendidas por Cavaliere (2014), em livro intitulado *A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros*. O autor resgata a classificação de gramática científica dada à *Grammatica portugueza*, presente em sua periodização de 2001. No entanto, relativiza a homogeneidade das gramáticas que enquadra nesse período e passa a defender a ideia de que existem conflitos nas

gramáticas do final do século XIX em razão de vocações pedagógicas por um lado, e das aspirações científicas e descritivas por outro, os quais ocorrem em virtude dos tipos de leitores para os quais essas gramáticas eram direcionadas e de os gramáticos serem incapazes de seguir suas próprias divisões:

[...] os compêndios gramaticais, que almejavam modernizar-se mediante exposição do funcionamento da língua segundo as teorias contemporâneas, não podiam divorciar-se de sua vocação pedagógica, ou, possivelmente, de seu compromisso pedagógico. Não se tratava, a rigor, de um compromisso filosófico, fruto da concepção de que só se deve pesquisar a língua se o resultado for relevante para o ensino, mas de uma imposição pragmática criada por um mercado editorial cujo escopo era o estudante de língua portuguesa, fossem alunos escolares, fossem cidadãos interessados em questões linguísticas... (CAVALIERE, 2014, p. 14-15).

Cavaliere (2014) vê traços de continuidade teórica na *Grammatica portuguesa*, porque entende que Júlio Ribeiro não podia abandonar completamente a vocação pedagógica da gramática, pois essas características eram uma exigência editorial, isto é, uma exigência pragmática que impunha aos autores de gramáticas, entre eles Ribeiro, a necessidade de fazer obras que pudessem servir aos alunos nas escolas e não somente aos interessados em questões linguísticas. Em virtude desses traços, constatamos que a *representação* estabelecida por Cavaliere (2014) também simboliza a *Grammatica* como pioneira de transformações na gramaticografia brasileira, em vez de pioneira de revoluções.

Por fim, é possível observar ainda a existência desse tipo de ecletismo – e, conseqüentemente, o mesmo tipo de *representação* – para Cavaliere (2018), em *A noção de conectivo nas gramáticas brasileiras*. Nesse estudo, o autor cita uma série de obras para se referir ao período conhecido como científico da gramaticografia brasileira, ideia que, como mostramos, retoma de sua periodização – Cavaliere (2001) – em consonância com outras periodizações, como a de Nascentes (1939) e Elia (1969). Nesse trabalho, o autor observa, ao analisar a questão dos conectivos, uma certa linha conceitual entre as gramáticas do que denomina período racionalista com as do que denomina período científico, fato que, para ele, indica a existência de certas linhas de continuidade entre gramáticas de períodos diferentes:

Observe-se que, no plano metalinguístico, parece haver uma linha de continuidade que perpassa do período racionalista ao período científico, conforme se observa nos termos gramática geral, leis, língua particular, todos eles presentes nas duas escolas. A questão resolve-se, primeiro, pela

constatação de que, no curso das ideias linguísticas, não há propriamente uma sequência de ruptura paradigmática, senão uma superposição de paradigmas que fluem em linhas de continuidade e descontinuidade, porém sempre presentes no ambiente acadêmico (CAVALIERE, 2018, p. 15).

Percebemos nesse excerto que o autor deixa de falar de ruptura paradigmática para falar na superposição de paradigmas em virtude das análises dos conectivos. Essa mudança significa não existir um total abandono da teoria racionalista para adoção da teoria histórico-comparatista nas gramáticas em que analisa, entre elas a *Grammatica portuguesa*. A *representação* de Cavaliere (2018), dessa forma, conscientemente relativiza as anteriores e se aproxima mais da ideia de precursorismo, pois considera a *Grammatica* em um conjunto de obras indicadoras de uma mudança, mas que ainda possui vínculos com seu passado.

Como podemos ver, os autores dos trabalhos analisados nesta seção são mais críticos quanto à *representação* de que a *Grammatica portuguesa* de Júlio Ribeiro seja pioneira uma revolução na gramaticografia, pois suas práticas foram voltadas para identificar (ou simplesmente indentificaram) aspectos que evidenciam a permanência de traços vinculados à teoria racionalista, ou, no mínimo, a insuficiência da aplicação da teoria histórico-comparatista. Dessa forma, esses estudos reforçam, assim como os apresentados na seção anterior, a ideia de que a *Grammatica* é *representada* como obra precursora de um processo de mudança, que não foi capaz de romper definitivamente com seu passado. Nossa crítica é que as análises neles contidas partem do pressuposto de que o vínculo com o passado, na *Grammatica portuguesa*, é um detalhe a ser descoberto, visto que não faz parte da constituição teórica principal, fato do qual discordamos.

1.3 A necessidade de se estabelecer um perfil teórico-metodológico para *Grammatica portuguesa*

A análise dos trabalhos dedicados à *Grammatica portuguesa* revela que a historicização – por meio de resenhas, periodizações e estudos acadêmicos – sustentou, principalmente, duas *representações* sobre a obra: a *representação* de pioneira de uma revolução na gramaticografia brasileira; e a *representação* de precursora de um processo de mudança nessa gramaticografia. Ambas as representações fundamentaram-se, muitas vezes, em uma leitura enviesada das resenhas e das periodizações, em especial as de Nascentes (1939) e de Elia (1963),

porque, embora a *Grammatica* tenha sido utilizada por elas como marco para pontuar uma mudança ou um período, a ideia de que ela tenha sido pioneira em romper com seu passado não existia nesses textos. Essa ideia está presente, apenas na periodização Cavaliere (2001) e nas resenhas de Bueno (1944) e Castilho (1962). Por isso é de se questionar o fato de somente nos últimos anos os estudos acadêmicos começarem a relativizar mais criticamente essa ideia de revolução e de pioneirismo.

É por essa razão que, nesta tese, defendemos que a *representação* a ser feita da *Grammatica portuguesa*, deve ser pautada no *horizonte de retrospectão* de Júlio Ribeiro. Entendemos que a descrição desse *horizonte de retrospectão* – e não a reavaliação de *representações* historicizadas em resenhas, periodizações ou estudos – possibilita esclarecer a forma como Ribeiro manipula as teorias vigentes em sua época. Nosso propósito é elaborar uma *representação* fenomenológica da obra, pautada unicamente nos fundamentos que constituem a teoria gramatical da *Grammatica*, descompromissadas do objetivo de avaliá-la quanto à aplicação da teoria histórico-comparatista, ou, ainda, de até que ponto ocorre o vínculo com a teoria racionalista. O horizonte de retrospectão de Júlio Ribeiro, assunto do próximo capítulo, funciona, portanto, como entrada para o conjunto de teorias que compõem a gramática de Ribeiro e substitui, assim, as *representações* até então existentes sobre a obra.

2. O horizonte de retrospectção da *Grammatica portugueza*

O objetivo deste capítulo é analisar o *horizonte de retrospectção* da *Grammatica portugueza*. Entendemos que o *horizonte de retrospectção* é todo o conhecimento mobilizado por Júlio Ribeiro para redigir sua obra. Esse conhecimento pode ser indexado conscientemente, com referências explícitas, ou ser simplesmente opaco, latente, não explicitado pelo autor no ato de incorporação (AUROUX, 2008). Neste capítulo, o propósito é investigar o conhecimento assinalado com referências explícitas, porque trata-se de um fenômeno evidente e complexo na gramática de Ribeiro: o autor interage com inúmeras fontes para elaboração de seu texto gramatical, característica que se nota desde o prefácio da segunda edição. O mapeamento desse *horizonte de retrospectção* e sua interpretação são o primeiro requisito para a interpretação fenomenológica do perfil teórico-metodológico da *Grammatica*, portanto.

No prefácio presente na segunda edição¹⁸, Júlio Ribeiro apresenta ao seu leitor algumas opções teóricas e metodológicas adotadas nessa edição, conforme descrevemos na introdução desta tese. Ribeiro, por meio desse procedimento, cita diversos autores e expõe as razões que o levaram a se alinhar com eles. Explica, por exemplo, a preferência pelas definições de William Dwight Whitney (1827-1894) em detrimento às de Pierre Burggraff (1803-1881), ao apontar que abandonou “por abstractas e vagas as definições que eu tomára de Burgraff: preferi amoldar-me ás de Whitney, mais concretas, e mais claras (RIBEIRO, 1885, P. I).

Júlio Ribeiro também expõe os motivos pelos quais justifica a preferência pelo sistema de sintaxe germânico, ao apontar que optou por seguir Charles Peter Mason (1820-1900). Como este autor influenciou outros gramáticos, é considerado por Ribeiro uma autoridade respeitável no tratamento da sintaxe:

O systema de syntaxe é o systema germánico de Becker, modificado e introduzido na Inglaterra por G. P. Mason, e adoptado por Whitney, por Bain,

¹⁸ Informações sobre opções teóricas e metodológicas de Júlio Ribeiro em sua *Grammatica portugueza* também podem ser encontradas em outros escritos do autor, como *Cartas sertanejas* e *Procellarias* (Cf. Ribeiro, [1885] e [1887] 2007).

por Holmes, por todas as sumidades da grammaticographia saxônia (RIBEIRO, 1885, p. II).

Ainda nesse prefácio, Júlio Ribeiro cita outros nomes que o influenciaram, a saber: Michel Bréal (1832-1915), Adolfo Coelho (1847-1919), Teófilo Braga (1843-1924), Capistrano Honório de Abreu (1853-1927), George Frederick Holmes (1820-1897) e Alexander Bain (1818-1903). Segundo Ribeiro, as ideias deste último autor, sobretudo, foram antecipadas por ele na primeira edição da *Grammatica portugueza*, devido a algumas coincidências entre sua gramática e a do gramático escocês: “o meu modo de expôr, a ordem que segui em distribuir as matérias é de Bain. Cumpre notar que, ao dar á luz em 1881 a primeira edição desta grammatica, eu ainda não tinha visto a « *A Higher English Grammar* » (RIBEIRO, 1885, p. II).

Na folha de rosto da segunda edição da *Grammatica portugueza*, também há outras referências citadas por Júlio Ribeiro. Notamos, por exemplo, dedicatórias à memória de Friedrich Christian Diez (1794-1876), Émille Littré (1801-1881) e André Lefèvre (1834-1904), entre outros, além da conhecida carta assinada por esse último autor, na qual o francês elogia a *Grammatica*. Fato é que Ribeiro apresenta, logo nas primeiras páginas de sua obra, grande quantidade de autores e obras, todos associados, de alguma forma, a novas tendências nos estudos gramaticais – ou, pelo menos, desvinculados da teoria racionalista – com o objetivo de mostrar que sua obra está aliada às correntes teóricas mais modernas, afinal, como ele mesmo explica no prefácio: “para afastar-me da trilha batida, para expôr com clareza as leis deduzidas dos factos do fallar vernaculo, não me poupei a trabalhos (RIBEIRO, 1885, p. I).

Todos os nomes presentes nos paratextos da *Grammatica portugueza*, entretanto, não constituem amostra significativa do *horizonte de retrospectão* de Júlio Ribeiro, nem podem ser o único fundamento para dizer que autores representantes da teoria racionalista não compõem esse horizonte. Uma análise apurada da obra mostra que a maior parte dos autores que constam no *horizonte de retrospectão* de Ribeiro está referenciada no corpo da *Grammatica*, onde estão citados outros autores, além desses presentes nos paratextos, fundamentais para a composição de sua gramática. É possível dizer que talvez tenha sido a facilidade de análise que levou tantos pesquisadores a se fixarem apenas nos autores citados nos paratextos da *Grammatica portugueza* (ou em outros escritos de Júlio Ribeiro), no lugar de uma análise acurada do *horizonte de retrospectão*, o que os conduziu a conclusões

ajustadas, necessariamente, com o modo como Júlio Ribeiro contemplou o perfil teórico-metodológico de sua obra, em vez de mais fidedigna ao que realmente se encontra na *Grammatica*.

Neste capítulo, portanto, analisamos os nomes indexados conscientemente no corpo da *Grammatica portugueza*, para verificar dois aspectos: (i) a diversidade de fontes com que Júlio Ribeiro interage e como se dá essa interação (se esta é realizada para incorporar conhecimento ou preteri-lo de alguma forma) e (ii) a finalidade da interação entre Ribeiro e suas fontes. Nossa perspectiva é a de que esse exame nos permita compreender o *horizonte de retrospectção* do autor da *Grammatica*, e nos leve não apenas a conhecer a quantidade de obras que utiliza, a origem, os períodos de publicação e a representatividade teórica dessas obras, mas também a razão pela qual Júlio Ribeiro as empregou, além de interpretar suas preferências em relação às teorias gramaticais.

Organizaremos este capítulo em três partes: primeiramente, descrevemos como Júlio Ribeiro estrutura seu *horizonte de retrospectção* na *Grammatica portugueza* para tratar de questões teóricas em sua gramática. A ideia é apontar quais são as obras utilizadas e como Ribeiro as usou. Na sequência, repetimos esse mesmo procedimento com obras reportadas pelo autor para fundamentar sua análise linguística. Por fim, tabulamos todos os dados oriundos dessas duas primeiras etapas e os interpretamos à luz das escolhas teóricas realizadas por Júlio Ribeiro. Lembramos, ademais, que obras literárias ou documentais não serão consideradas em nossas análises.

2.1 Incorporação e preterição na teorização gramatical da *Grammatica portugueza*

Iniciamos as análises deste capítulo com as obras indexadas por Júlio Ribeiro para constituir a fundamentação teórica de conceitos, categorias e classificações, itens que passamos a generalizar como teorização gramatical. Nas primeiras páginas da *Grammatica portugueza*, em parte denominada “Introduccção”, o autor apresenta sua compreensão de gramática e como a divide. É nessa parte da *Grammatica* que localizamos os dois primeiros excertos nos quais Ribeiro recorre à referenciação de

autores e obras para fundamentar sua teorização gramatical. No primeiro fragmento, em que o autor redige sua concepção de gramática, podemos ler:

[1] 1. Grammatica é a exposição methodica dos factos da linguagem [WHITNEY, 1870] (RIBEIRO, 1885, p. 01).

Júlio Ribeiro emprega um procedimento de citação bastante recorrente no decorrer da obra. Por meio de uma nota no final da página – que substituímos pelo autor e obra indexados para facilitar a leitura – ele indica a referência relacionada a esse trecho. Nesse caso, a referência é a *Essentials of English grammar*, publicada em 1870 por William Dwight Whitney (1827-1894), obra também mencionada no prefácio da segunda edição. Whitney, um dos expoentes do comparatismo europeu, e rejeitou o naturalismo em defesa de estudos de caráter histórico e antropológico. Foi o responsável por identificar a complexidade do inglês falado de sua época nos Estados Unidos e propor para esse uma padronização (CAVALIERE, 2000; NELSON 2005).

Essa é a única referenciação consciente de Júlio Ribeiro a Whitney (1870) em toda a *Grammatica portugueza*, embora as ideias do autor sejam incorporadas por Ribeiro em outros assuntos de sua obra, conforme trataremos no próximo capítulo. Percebemos, nessa indexação, que o propósito é remeter o leitor à obra consultada para estabelecer essa definição de gramática. Passamos a classificar esse tipo de atitude do autor como gesto de incorporação, que, a partir de então, remete a simples menção ao autor ou à obra da qual se subentende que Júlio Ribeiro extraiu a opinião com a qual concorda¹⁹. Esse gesto de incorporação é guiado por dois princípios: apresentar ao leitor da *Grammatica* uma referência de autoridade e mostrar alinhamento com ela.

O gesto de incorporação também ocorre no segundo trecho em que Júlio Ribeiro faz uma citação, ainda na “Introdução” de sua gramática. Nesse trecho, o autor apresenta a maneira com que divide a obra:

¹⁹ José Edcarlos Aquino, nos comentários a esta obra, aponta que a incorporação que Júlio Ribeiro faz das ideias de Whitney (1870) na *Grammatica portugueza* é um fenômeno mais complexo do que uma simples reprodução. O pesquisador defende que Ribeiro ressignifica essas ideias aproveitadas do autor inglês, adequando-las à sua compreensão teórica. Voltaremos a tratar dessa complexidade no próximo capítulo, quando discutirmos acerca do *horizonte de retrospecto opaco* de Júlio Ribeiro em sua *Grammatica*. De qualquer modo, para nossa reflexão, o importante é o fato de que Ribeiro aproveitou as ideias de Whitney (1870), em vez de preterir-las.

[2] 9. Divide-se-a grammatica em duas partes: lexeologia e syntaxe [BURGRAFF, 1863; ALLEN & CORNWELL 1841; AYER, 1876; BASTIN, 1878; CHASSANG, 1872] (RIBEIRO, 1885, p. 02).

Há referência a cinco obras nessa passagem. A primeira é de Pierre Burggraff (1803-1881), *Principes de grammaire générale*, publicada em 1863. Com o subtítulo *Exposition raisonnée des éléments du langage*, essa gramática é fruto de aulas ministradas por seu autor para treinamento de professores, na Universidade de Liège, em 1837. Consiste em uma vasta compilação de materiais que transparecem a influência advinda da gramática filosófica de Silvestre de Sacy (1758-1838) (KOERNER, 1989; CHEVALIER, 1996).

A segunda é *A new English grammar, with very copious exercises, and a systematic view of the formation and derivation of words*, publicada em 1841, por Alexander Allen (1814-1842) e James Cornwell (s.d.), autores britânicos sobre o qual pouco sabemos (GÖLACH, 1998). A terceira, por sua vez, é *Grammaire comparée de la langue française*, publicada em 1876, por Cyprien Ayer (1825-1884), autor que, além de publicar uma gramática comparada da língua francesa, publicou obras escolares, como *Cours gradué de langue française à l'usage des écoles primaires*, entre 1870 e 1875 (DUBOIS, 2002).

A quarta é de Jean Bastin (s.d.), autor de *Étude philologique de la langue française ou grammaire comparée et basée sur le latin*, publicada muito provavelmente em 1878. Jean Bastin, foi, durante muito tempo, professor em São Petersburgo (CHRONIQUE, 1909). E a quinta, por fim, é de Marie Antoine Alexis Chassang (1827-1888), *Nouvelle grammaire grecque, d'après les principes de la grammaire comparée*, publicada em 1872. A autora foi professora de retórica na França e, durante sua vida, dedicou-se aos estudos gregos, pelos quais foi bastante reconhecida (HAVELANGE, HUGUET & LEBEDEFF, 1986).

Os cinco autores reportados por Júlio Ribeiro estão vinculados a diferentes tradições teóricas. Enquanto a obra de Burggraff (1863) é fundamentada na teoria racionalista, as obras de Ayer (1876), Bastin (1878) e Chassang (1872) são obras redigidas sob influência da teoria histórico-comparatista. Os títulos dessas obras, sobretudo, deixam transparecer suas vinculações teóricas, fato que nos permite concluir que Ribeiro as indexou não em razão dessas vinculações, mas em virtude da pertinência para fundamentar a divisão de sua gramática. Por essa razão também fazem parte desse grupo Allen & Cornwell (1942), obra cujo viés teórico não é

evidente, mas cuja perspectiva de divisão coincide com a que o autor da *Grammatica* defende, fato que reitera essa opinião.

Em outras palavras, é possível notar que, no gesto de incorporação descrito nesses dois primeiros excertos, Júlio Ribeiro privilegia os dois princípios que mencionamos em vez dos vínculos teóricos das obras, pois a indexação de autores e das obras que dividem gramática como considera ideal funciona como referência de autoridade intelectual, em vez de marcar posição teórica – assunto no qual se aprofundará no próximo capítulo desta tese. Ou seja: Ribeiro reúne autores de diferentes escopos teóricas para fundamentar seu ponto de vista, nesse caso sua convergência quanto à divisão da gramática, sem se preocupar com critério teóricos claramente pré-estabelecidos para recorrer a esses autores ou não.

Após a introdução, inicia-se na *Grammatica portugueza* o “Livro primeiro”, o qual Júlio Ribeiro divide em três seções: “Phonetica”, “Prosodia” e “Orthographia”. Esse “Livro primeiro” da gramática (como descrevemos na introdução desta tese) é nomeado como “Elementos materiais das palavras” e compõe a primeira parte da *Grammatica*, denominada “Parte primeira – Lexeologia”. O foco dessa primeira parte, nas palavras de Ribeiro: “[...] considera as palavras isoladas, já em seus elementos materiaes ou sons, já em seus elementos morphicos ou fórmãs” (RIBEIRO, 1885, p. 03).

O primeiro fragmento encontra-se na seção intitulada “Phonetica”. Nele, Júlio Ribeiro trata da definição de fonética e cita *Résumé d'études d'ontologie générale et de linguistique générale*, publicado em 1869, pelo alemão Frédéric Guillaume Bergmann (1812-1887), especialista em hebreu e árabe, professor em Estrasburgo, na França, e discípulo de Silvestre de Sacy (1758-1838). Suas obras apresentam, com clareza, os princípios essenciais da gramática geral. (CHEVALIER, 1996; ESPAGNE, 1997). Nesse trecho, Ribeiro, como podemos ver a seguir, recorre a uma obra com vínculos com a teoria racionalista para fundamentar sua definição de fonética:

[3] 15. *Phonetica* é o tratado dos sons articulados considerados em sua maxima simplicidade, como elementos constitutivos das palavras [BERGMANN, 1869] (RIBEIRO, 1885, p. 03).

No próximo excerto, também extraído dessa mesma seção, outros dois autores são indexados por Júlio Ribeiro para se posicionar contrariamente a uma perspectiva

teórica sobre a distribuição dos elementos fonológicos. Em sua *Grammatica*, o autor redige:

[4] A velha distribuição dos elementos phonologicos em *sons simples* e em *articulações*, em *vozes* e em *consonancias*, provém da observação imperfeita que dos phenomenos de vocalisação têm feito os grammaticos [GIRAULT-DUVIVIER, 1811; BARBOSA, 1822] (RIBEIRO, 1885, p. 05).

A postura de Júlio Ribeiro, nesse excerto, é diferente da analisada até o momento, com o gesto de incorporação, pois o autor da *Grammatica portugueza* usa o procedimento de citação para marcar posição contrária da assumida pelas obras de Charles-Pierre Girault-Duvivier (1765-1832), *Grammaire des grammaires, ou analyse raisonnée des meilleurs traités sur la grammaire française*, publicada em 1811, e de Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816), *Grammatica philosophica*, publicada em 1822. Ambas as obras representam a tradição racionalista: aquela retoma a tradição da gramática racionalista na França, mesmo após as transformações pelas quais o país passou no final do século XVIII (AYRES-BENNETT, 1994); e esta representa a tradição racionalista no Brasil (FÁVERO & MOLINA, 1996; CAVALIERE, 2014; COELHO, 2014; OLIVEIRA, 2015).

No caso em tela, Júlio Ribeiro condena como “observação imperfeita” a forma como Girault-Duvivier (1811) e Soares Barbosa (1822) distribuíram os elementos fonológicos em “sons simples” e “articulações”, e em “vozes” e “consonâncias”, para sugerir outra no lugar, em um gesto que interpretamos como gesto de preterição, o qual se caracteriza por corrigir o saber presente nos autores e obras indexados. Segundo Ribeiro, a teorização gramatical deve reconhecer três categorias “vozes livres, vozes constrictas, vozes explodidas” (RIBEIRO, 1885, p. 05). Embora o autor da *Grammatica* assinale os autores e obras com cuja distribuição não concorda, sua forma de distribuição não é atribuída a nenhum outro autor por meio do gesto de incorporação. Isto é: não há a contraposição entre autores reportados nesse excerto analisado.

Ainda na seção designada “Phonetica”, o próximo fragmento em que ocorre a menção de autor e obra fornece o primeiro indício de um procedimento recorrentemente adotado por Júlio Ribeiro na *Grammatica portugueza*. Trata-se de incorporação de saberes de áreas distintas das ciências da linguagem, nesse caso,

da área da fisiologia, para descrever a anatomia da cavidade bucal no ato de emissão de um som:

[5] No momento de emitir-se uma voz a cavidade buccal e a pharyngea dispõem-se de modo tal, que apresentam ao ar, que vai produzir a voz, certos *obstáculos* que elle abala, d'ónde o ruido inais ou menos acentuado das *consonâncias* [DUVAL, 1873] (RIBEIRO, 1885, p. 05).

Nessa passagem, o gesto de incorporação de Júlio Ribeiro se dá com a obra *Cours de physiologie*, cujo nome real é *Cours d'anatomie*, publicada em 1873, pelo francês Mathias-Marie Duval (1844-1907), fisiologista, professor de histologia na faculdade de medicina de Paris. A referência à obra de Duval (1873) é exclusividade da *Grammatica portugueza* (CAVALIERE, 2000). Esse gesto de incorporação evidencia a amplitude do *horizonte de retrospectção* de Ribeiro, característica que se confirmará no decorrer das análises realizadas neste capítulo.

O sexto trecho que identificamos, seguindo na seção intitulada “Phonetica”, fornece outro exemplo de gesto de preterição de Júlio Ribeiro para com a opinião de outros gramáticos. Nesse excerto, Ribeiro critica Burggraff (1863) e José Barbosa Leão (1818-1888), autor da *Coleção de estudos e documentos a favor da reforma ortográfica em sentido sônico*, publicado em 1878. Barbosa Leão foi um educador português que se dedicou à implementação de uma reforma ortográfica, em Portugal, no final do século XIX, na qual defendia que cada letra representasse um som, proposta que não obteve sucesso (AGUIAR, 2007).

Nesse caso de gesto de preterição, como podemos notar a seguir, Júlio Ribeiro menciona “o erro dos gramáticos” quanto à apreciação dos ruídos da boca e sua articulação para transformá-los em sons:

[6] O erro dos grammaticos consiste na apreciação falsa dos ruídos da bocca, ou de qualquer outra parte do aparelho de phonação: todo o som laryngeal é a voz a que dá modo de ser, a que imprime fórma o jogo continuo ou momentaneo dos orgams moveis da boca [BURGGRAF, 1863; BARBOSA LEÃO, 1878] (RIBEIRO, 1885, p. 06).

Notamos que, assim como ocorreu na passagem de número quatro, em que Júlio Ribeiro referencia Girault-Duvivier (1811) e Soares Barbosa (1822) para avaliar a opinião desses autores como “observação imperfeita”, nesse Ribeiro avalia a opinião dos gramáticos como “erro dos gramáticos”. A indexação ocorre para corrigir a opinião de Burggraff (1863) e Barbosa Leão (1878). Essa retificação da opinião dos

dois autores mencionados prossegue em uma espécie de complementação, na qual constatamos que Júlio Ribeiro incorpora a diferença entre sons e consonâncias, não adotada por Burggraff (1863) e Barbosa Leão (1978). Nesse excerto de número sete, podemos ler:

[7] Os grammaticos da india conheceram e discriminaram bem estes factos: ás vozes chamaram elles *svara* (sons), ao passo que ás pretendidas *consonancias* deram o nome de *vyanjana* (o que torna distincto, o que manifesta) [MULLER, 1861] (RIBEIRO, 1885, p. 06).

O gesto de incorporação de Júlio Ribeiro ocorre com a obra *Nouvelles leçons sur la science du langage*, publicada em 1861, por Friedrich Max Müller (1823-1900). Max Muller foi um eclético pesquisador que conciliou a teoria naturalista com a histórico-comparatista. É considerado o primeiro a desenvolver uma teoria geral da linguagem com base nessas duas correntes (DESMET, 1996; CAVALIERE, 2000). Aparentemente, temos no sexto e sétimo fragmentos um retrato pelo qual é possível deduzir que Ribeiro corrige uma opinião desvinculada da teoria racionalista a partir de uma vinculada à teoria histórico-comparatista.

Essa aparente opção teórica de Júlio Ribeiro, entretanto, não é aplicada no oitavo trecho também extraído da seção nomeada “Phonética”, ainda no “Livro primeiro”. Neste excerto, a citação ocorre com a obra *Critical grammar of the Hebrew language*, uma gramática sem vínculos explícitos com a teoria histórico-comparatista, publicada em dois volumes (o primeiro em 1838 e o segundo em 1841) por Isaac Nordheimer (1809-1842), professor de hebreu nascido na Alemanha, radicado nos Estados Unidos. O gesto de incorporação de Ribeiro, nesse caso, ocorre para fundamentar a explicação de como os sons vocálicos são formados, conforme podemos verificar a seguir:

[8] As vozes da esquerda do diagramma são produzidas por dilatação do orificio da bocca, e as da direita por contracção do mesmo orificio; as vozes mais distantes de **a**, isto é, **i** e **u**, são as que assim se modificam em mais elevado grau ; as intermedias, isto é, **e** e **o**, produzem-se por uma alteração menor do feitio natural da bocca, e participam tanto da fôrma mais simples **a**, como das mais profundamente modificadas **i** e **u** [NORDHEIMER, 1841] (RIBEIRO, 1885, p. 07).

Ainda na seção batizada de “Phonética”, os três seguintes fragmentos remetem à referência da mesma obra: *Institutionum linguae latinae*, cujo título completo é

De institutione grammatica libri, publicada pelo Padre Manuel Alvares (1526-1583), conhecido latinista de Portugal. Nas três vezes que Júlio Ribeiro recorre a esse autor renascentista, percebemos o gesto de preterição motivado pelo fato de não concordar com a confusão entre letras e sons possivelmente feita pelo autor. Deduzimos que essa obra foi selecionada por Ribeiro para representar o que chama de “generalidade dos gramáticos”, como podemos notar na reprodução dos três excertos que fazemos na sequência:

[9] A generalidade dos grammaticos confunde estas vozes com as letras que as representam, e tanto a umas como a outras dão elles o nome de *vogaes* [ALVARES, 1860] (RIBEIRO, 1885, p. 07).

[10] A generalidade dos grammaticos confunde estas vozes com as letras que as representam, e tanto a umas como a outras dão elles o nome de *consoantes semivogaes* [ALVARES, 1860] (RIBEIRO, 1885, p. 07).

[11] A pluralidade dos grammaticos confunde estas vozes com as letras que as representam, e tanto a umas como a outras dão elles o nome de *consoantes mudas* [ALVARES, 1860] (RIBEIRO, 1885, p. 08).

Esses três fragmentos não demonstram o posicionamento de Júlio Ribeiro diante da teorização gramatical de gramáticas do latim, ou, no caso específico, da desenvolvida por Alvares (1860). A indexação desse autor e dessa obra evidenciam, sobretudo, que Ribeiro constrói sua teorização gramatical por meio de pluralismo de fontes, sem uma predileção sistemática por obras vinculadas a uma ou outra teoria. O gramático citado, nesse caso, foi apenas a fonte escolhida para representar os gramáticos que confundem os sons com as letras que os representam, opinião injustificável para Júlio Ribeiro.

Entendemos que é por essa razão que, na sequência da seção batizada “Phonetica”, Júlio Ribeiro se reporta à *Hygiène de la voix parlée ou chantée, suivie du formulaire pour le traitement des affections de la voix*, publicado em 1876 por Louis Mandl (1812-1881), médico húngaro radicado na França, e depois, na sequência, volta a referenciar, Max Müller (1861). A composição do *horizonte de retrospectão* que fundamenta a teorização gramatical na *Grammatica* é plural e dinâmica, tal qual se percebe na pluralidade no processo de citação de autores e obras.

No décimo segundo trecho, Júlio Ribeiro incorpora os saberes de Mandl (1876) para explicar por que os sons que conhecemos atualmente como bilabiais são mais fáceis de pronunciar. Lemos, na *Grammatica portugueza*:

[12] As vozes modificadas labiaes e sobretudo as labiaes explodidas são as mais faceis de pronunciar, attenta a simplicidade de movimentos que exigem; são as primeiras pronunciadas pela criança — *papá, mamã*, etc.; são as que com mór facilidade se consegue fazer repetir a certos animaes, e que se encontram naturalmente formadas no balido, no mugido, etc. [MANDL, 1876] (RIBEIRO, 1885, p. 08).

No décimo terceiro, por sua vez, Júlio Ribeiro incorpora Max Müller (1861) para discorrer sobre as gradações dos sons que nos dias atuais conhecemos como sons vocálicos. Podemos ler, neste excerto:

[13] As vozes livres estudadas á luz de uma analyse severa apresentam gradações em numero infinito [MÜLLER, 1861]: todavia para as necessidades da pratica bastam algumas principaes de entre ellas, as quaes possam servir de typos a todas (RIBEIRO, 1885, p. 10).

É perceptível, pois, que Júlio Ribeiro não segue uma linha de incorporação de autores para determinados assuntos, nem de preterição. O autor da *Grammatica* constrói a teorização gramatical a partir de diversas fontes, que são indexadas para serem incorporadas ou preteridas, conforme o fato gramatical que analisa. Evidentemente, não estamos postulando em nossa argumentação que não há coerência na teorização gramatical de Ribeiro. Defendemos, na verdade, que a coerência da teorização gramatical presente na *Grammatica* portuguesa não é obtida a partir da incorporação sistemática ou da preterição sistemática de autores e obras com determinadas características.

Na sequência do “Livro primeiro”, ocorrem apenas mais três alusões com o propósito de fundamentar a teorização gramatical de Júlio Ribeiro. O primeiro acontece ainda na seção intitulada “Prosodia”, quando Ribeiro trata de sílaba. Nesse excerto, o autor da *Grammatica* incorpora os saberes do *Curso de filosofia elemental*, publicado pelo filósofo espanhol Jaime Balmes y Urpiá (1810-1848), em 1847, para esclarecer que a constituição da sílaba exige o que conhecemos modernamente como som vocálico. Essa obra é citada por Júlio Ribeiro apenas nessa ocasião:

[14] Sem voz livre não ha syllaba [BALMES Y URPIÁ, 1847]: já ficou dito que o chamado, som consoante não é som, mas apenas forma de som (RIBEIRO, 1885, p. 12).

O segundo ocorre com a indexação da *Grammatica portugueza elementar*, publicada em 1876, pelo português Teófilo Braga (1843-1924), na seção intitulada “Orthographia”. Inspirada na *Grammaire historique de la langue française*, de August Brachet (1809-1888), é uma obra fundada na teoria histórico-comparatista, filiação reivindicada no próprio título do trabalho: *Grammatica portugueza elementar, fundada sobre o methodo historico-comparativo* (VASCONCELOS, 1888; RAZZINI, 2010). Nessa incorporação, mais uma vez Júlio Ribeiro reproduz as palavras de Braga (1976) para criticar a ortografia fonética, tal qual podemos observar:

[15] Orthographia phonetica em Portuguez é utopia: como muito bem adisse o snr. Theophilo Braga [BRAGA, 1876], «os partidarios da orthographia fonética representam modernamente na grammatica o papel dos que procuravam a linguagem natural» (RIBEIRO, 1885, p. 27).

Também em “Orthographia”, o terceiro gesto de incorporação, por fim, acontece com a referenciação de *Da educação*, do português João Batista da Silva Leitão de Almeida Garrett (1799-1854), publicado em 1829. Essa obra foi inspirada no *Emílio ou Da Educação (1762)*, de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), e redigida com o objetivo de apresentar aos portugueses um tratado completo sobre educação (SENA, 2015). Neste excerto, como podemos verificar a seguir, as palavras de Garrett (1829) são reproduzidas por Júlio Ribeiro com o propósito de defender as regras ortográficas baseadas na etimologia:

[16] «Eu não creio em nenhuma orthographia, diz Garrett, senão na etymologica por ser aquella em que póde haver menos questões, schismas e heresias» (RIBEIRO, 1885, p. 58).

É mister notar que, nessa última passagem presente no “Livro primeiro”, o gesto de incorporação dos saberes de Garrett (1829) ocorreram por meio de uma citação direta do autor. Diferente das notas no final da página com que, até o momento, Júlio Ribeiro assinalava suas incorporações, nesse caso o autor optou por reproduzir as palavras do autor reportado em seu texto gramatical. Podemos, assim, avaliar que esse gesto de incorporação difere dos anteriores, porque, se naqueles a opção era mostrar fundamentação e alinhamento com os autores, nesse a intenção é remeter, conscientemente, o leitor diretamente às palavras de uma autoridade no assunto para que o leitor também tenha acesso a elas. Na sequência deste capítulo, mostraremos que essa é outra prática recorrente de Ribeiro em sua obra.

O “Livro segundo” da *Grammatica portugueza* é dedicado às seções, nomeadas “Taxeonomia”, “Kampenomia ou Ptoseonomia” e “Etymologia”. Esse livro, que também compõe a “Parte primeira” da obra de Júlio Ribeiro, recebe o nome de “Elementos mórficos das palavras”. A primeira citação realizada por Ribeiro na fundamentação teórica ocorre na definição do que se considera habitualmente como interjeição, na seção nomeada de “Taxeonomia”. O objetivo é defender a ideia de que a interjeição não representa uma ideia e, por essa razão, não deve ser considerada uma palavra.

O autor da *Grammatica portugueza*, como se nota no próximo excerto, recorre à opinião de três diferentes obras: os já referenciados Bastin (1878) e Burggraff (1863), além de *Grammaire de la langue latine, d'après la méthode analytique et historique*, obra publicada em 1876 por José Miguel Guardia (1830-1897), médico e escritor espanhol naturalizado na França, e Justynian Wierzejski (s.d.), intelectual sobre o qual não obtemos maiores informações. Embora essas três obras remetam a teorias distintas, as três são incorporadas para fundamentar uma opinião, evidentemente pautada na teoria racionalista, como nos aprofundaremos no próximo capítulo, de que a interjeição não pode ser considerada uma palavra. Eis o trecho em que essas três indexações ocorrem:

[17] A interjeição, grito involuntário, instintivo, animal, não representa idéia, não constitue parte do discurso, é mais som do que palavra [GUARDIA & WIERZEJSKI, 1876; BASTIN, 1878; BURGGRAFF, 1863] (RIBEIRO, 1885, p. 62)

A *Grammaire* de Guardia & Wierzejski (1876) volta a ser mencionada ao lado da *Grammaire élémentaire et pratique de la langue grecque*, publicada em 1855 por Johann Friedrich Dübner (1802-1867), autor que se dedicou à edição de textos clássicos como os que compuseram a *Bibliothèque des auteurs grecs* (ESPAGNE; WERNER, 1987). Nessa passagem, ainda em “Taxeonomia”, Júlio Ribeiro incorpora a opinião de ambos os gramáticos para fundamentar sua breve reflexão acerca do funcionamento da linguagem. Como podemos notar, o gesto de incorporação realizado por Ribeiro mostra a incorporação do conhecimento de gramáticos vinculados à teoria histórico-comparatista em um trecho no qual a teoria racionalista visivelmente se faz presente:

[18] A linguagem, interprete da intelligencia, é um instrumento de analyse: com effeito, as palavras servem para distinguir os seres, os objectos, as qualidades, as substancias reaes ou abstractas, as acções, os estados diversos das pessoas, das cousas, todas as manifestações da vida, todos os phenomenos, até mesmo os que caem sob o dominio da imaginação e do futuro, o contingente, o absurdo, o impossivel. Ajuntem-se ainda as relações innumeraveis de tempo e de logar, de gênero e de especie, de numero e de qualidade, de causa e de effeito; as relações e as correlações infinitas de tudo o que existe, e que se póde conceber; passe-se dos elementos simples da linguagem, do som laryngeo, da articulação, da syllaba á palavra; da palavra á proposição; da proposição ao discurso... Pasmará a mente ante a simplicidade desse mekhanismo assombroso, ou antes dessa organização pujante cujas funcções multiplas executam-se por meio de um numero tão limitado de aparelhos [GUARDIA & WIERZEJSKI, 1876; DÜBNER, 1855] (RIBEIRO, 1885, p. 62-63).

O próximo gesto de incorporação de ideias que observamos na seção intitulada “Taxeonomia” ocorre uma passagem que merece atenção. A *Nouvelle grammaire grecque, d'après les principes de la grammaire comparée*, de Chassang (1872), volta a ser mencionada para fundamentar a teorização sobre o artigo desenvolvida por Júlio Ribeiro, segundo a qual existe, na língua portuguesa, apenas o que se toma modernamente como artigo definido, perspectiva que o autor passa a sustentar apenas na segunda edição de sua obra. Esse é o único gesto de adesão de Ribeiro à autora, no que diz respeito ao tratamento das classes de palavras, fato que permite constatar que essa posição da autora sobre o artigo, ainda que direcionada à língua francesa, é determinante para Júlio Ribeiro e sua teorização gramatical, pois o autor da *Grammatica portugueza* a incorpora sem fornecer maiores justificativas nessa parte da obra, como o breve excerto a seguir demonstra:

[19] 134. O artigo é o [CHASSANG, 1872] (RIBEIRO, 1885, p. 66).

Na sequência, ainda na seção denominada “Taxeonomia”, os adjetivos são o assunto dos próximos dois trechos em que ocorrem referências. Em ambos, a obra citada é a de Grivet (1865), *Pequena grammatica da lingua portuguesa*. Júlio Ribeiro menciona-a, equivocadamente, como *Grammatica analytica da língua portugueza*, mas indica o ano de 1865, como data de sua publicação. Provavelmente tenha utilizado a *Pequena grammatica da lingua portuguesa*, publicada em 1865, antes de ser republicada como *Nova gramática analítica da língua portugueza*, somente em 1881. Existem autores que consideram a gramática de Grivet (1865) uma obra inspirada na tradição racionalista, enquanto outros a tomam como obra que

assinala a transição da teoria racionalista para histórico-comparatista (FÁVERO & MOLINA, 2006; CAVALIERE, 2014; JESÚITA, 2014).

Na primeira citação, Júlio Ribeiro incorpora a opinião do autor suíço para descrever o funcionamento dos adjetivos em diferentes posições na cadeia enunciativa, em especial, seu possível funcionamento como substantivo em determinados contextos. Eis a passagem:

[20] O que kharacterisa terminantemente o adjectivo, e o discrimina de qualquer outra especie de palavras, é a circumstancia de andar ele sempre ligado a um substantivo ou pronome, na qualidade de atributo ou na de predicado. Vindo a preencher outra função, isto é, a figurar por si só, quer de sujeito, quer de complemento directo, quer emfim de complemento indirecto, elle deixa de ser adjectivo para assumir uma qualificação diversa. Neste novo estado os descriptivos passam a ser tidos como substantivos, e os determinativos como pronomes [GRIVET, 1865] (RIBEIRO, 1885, p. 70).

Na segunda citação de Grivet (1865), o objetivo de Júlio Ribeiro é apontar a possibilidade de se considerar como pronomes o que conhecemos atualmente como numerais, quando esses não estão acompanhados de um substantivo. Interpretamos essa indexação como gesto de incorporação, na medida em que, embora Ribeiro aparentemente não se comprometa com a opinião do autor suíço, visto que atribui essa opinião a outros gramáticos, também não a condena explicitamente, como costuma fazer quando pretere a opinião em tela. Nesse segundo trecho, podemos ler:

[21] Grammaticos ha que consideram como pronomes os adjectivos numeraes quando sós na oração [GRIVET, 1865] (RIBEIRO, 1885, p. 73).

Ainda em “Taxeonomia”, localizamos a única citação de *Stoicorum Grammatica*, redigida em latim e publicada em 1839, pelo alemão Rudolphus Schmidt, autor sobre o qual pouco sabemos. A citação dessa obra ocorre para fundamentar uma informação histórica sobre a noção de transitividade verbal para os estoicos, uma espécie de curiosidade que Júlio Ribeiro insere em sua obra, conforme é possível conferir no seguinte excerto:

[22] Os Estoicos chamaram ao verbo transitivo em voz activa — χατηγόρημα ὀρθόν — *verbum rectum*, verbo direito; ao verbo transitivo em voz passiva deram o nome de ὑπίον — *verbum supinum*, verbo deitado de costas; ao verbo intransitivo classificavam elles como — οὐδέτερον — *verbum neutrum*, verbo que não era direito, nem deitado de costas. Estas denominações foram tomadas, ao que parece, das attitudes diversas dos atletas ao darem e receberem golpes [SCHMIDT, 1839] (RIBEIRO, 1885, p. 74-75).

O conhecimento presente em Garrett (1829) volta a ser incorporado por Júlio Ribeiro, ainda nessa seção, em um trecho com o propósito de questionar análises fundamentadas no domínio da lógica em vez da análise gramatical. Essa incorporação, na qual Ribeiro reproduz literalmente o parecer de Garrett (1829), ocorre para desconstruir a ideia de que existem verbos conjugados no que conhecemos atualmente como voz reflexiva. A referenciação, que reproduzimos a seguir, defende não existir a necessidade de se criarem categorias para explicar questões simples, no caso, o fato de o verbo em voz reflexiva nada mais ser do que um verbo conjugado na voz ativa com um pronome em funcionamento de objeto:

[23] A distribuição da acção do verbo em *reciproca, reflexiva*, etc., está mais no dominio da logica do que no da grammatica. Diz Garrett:
 «O verdadeiro systema de grammatica devera ser o de simplificar, mas parece que acintemente não tratam sinão de augmentar entidades e fazer dificultoso o que é simples e facil, multiplicando termos e categorias de divisões e subdivisões em cousas que as não precisam. Que quer dizer, por exemplo, *verbo reciproco*? E' um verbo activo, nem mais, nem menos, com um pronome no objectivo, assim como podia ter um nome» (RIBEIRO, 1885, p. 76).

No próximo fragmento, também presente na seção designada “Taxeonomia”, Júlio Ribeiro cita três diferentes obras para definir o advérbio: *Institutiones Grammaticae*, obra redigida em 18 volumes por Priscianus Caesariaensis, gramático latino que viveu no século VI d. C., Burggraff (1863) e Bergmann (1869). Como podemos ver na passagem a seguir, a opinião de Priscianus é preterida por Ribeiro por considerar que a função do que se toma habitualmente como advérbio é modificar apenas o verbo. Também são preteridas, pelo mesmo motivo, a opinião de Antoine Court de Gébelin (1725-1784), pastor protestante que se dedicou ao estudo da gramática universal e da universalidade das línguas, acessado por meio de Burggraff (1863); e a opinião de Bergmann (1869). Eis o excerto:

[24] Prisciano, grammatico latino do seculo VI definiu o adverbio «*Est pars orationis indeclinabilis, cujus significatio verbis adjicitur*»; Court de Gébelin [BURGGRAFF, 1863] e outros grammaticos modernos [BERGMAN, 1869] têm o mesmo modo de entender, isto é, que o adverbio só modifica verbos. Chamam ao adverbio *adjectivo do verbo*, e dão-lhe superlatividade em phrases como «*muito eloquentemente, pouco prudentemente*». A opinião mais seguida é que elle modifica adjectivos, verbos e outros advérbios (RIBEIRO, 1885, p. 77).

Na redação desse fragmento, é importante destacar que a preterição de Júlio Ribeiro recai sobre a opinião de Court de Gébelin (1725-1784), e não, necessariamente, sobre a de Burggraff (1863); e que Bergmann (1869) é reportado numa espécie de categoria que ele denomina “gramático moderno”. Podemos deduzir, destarte, que Ribeiro faz uma contraposição entre os gramáticos modernos, representados por Bergmann (1869), e os antigos, representados por Prisciano (VI d. C.) e Court de Gébelin, a fim de mostrar que todos esses entendem que o advérbio modifica apenas o verbo, opinião não considerada correta, pois assinala que a mais seguida, embora não especifique por quem, é a de que o advérbio modica adjetivos, verbos e outros advérbios.

Identificamos outra citação da obra de Burggraff (1863) na seção denominada “Taxeonomia”. No próximo excerto, notamos a preterição de Júlio Ribeiro pelo modo como o autor da *Principes de grammaire générale* compreende o funcionamento do que na atualidade se identifica como conjunção. Para Ribeiro, “*Conjunção* é uma palavra que liga sentenças entre si e prende também entre si palavras usadas do mesmo modo em uma sentença (RIBEIRO, 1885, p 79). Em Burggraff (1863), contudo, a conjunção liga apenas proposições e, quando aparentemente não o faz, é porque ocorre a elipse de uma preposição, ideia com a qual Júlio Ribeiro discorda, como podemos ver no seguinte trecho:

[25] Burgraff entende que a conjunção só liga *proposições* e a maioria dos exemplos em contrario explica-os elle por meio de ellipses: na expressão «*tres e seis são nove*» opina o douto philologo que «*e*» seja uma verdadeira preposição equivalente de «*com*» (RIBEIRO, 1885, p. 79).

A última indexação, cuja finalidade é colaborar com a fundamentação de teorização gramatical na seção intitulada de “Taxeonomia”, é de Guardia & Wierzejski (1876) e de Bastin (1878), autores que voltam a ser citados por Júlio Ribeiro em um excerto a respeito do que se considera habitualmente interjeição. O propósito do autor da *Grammatica portugueza*, mais uma vez, é defender que a interjeição não pode ser considerada uma palavra.

O gesto de incorporação de Júlio Ribeiro para com Guardia & Wierzejski (1876) e Bastin (1878) chama a atenção neste próximo fragmento, como podemos ver, porque a opinião à qual Ribeiro adere é atribuída aos “mestres gregos”, os quais também não consideravam a interjeição uma palavra, posição que se contrapõe aos

considerados por Júlio Ribeiro “gramáticos célebres”, exemplificados pelos gramáticos Julio César Escalígero (1484-1558), Charles de Brosses (1709-1777) e Antoine-Louis-Claude Destutt (1754-1836). Entendemos que Ribeiro recorreu a Guardia & Wierzejski (1876) e Bastin (1878), portanto, para acessar as ideias desses intelectuais, ou para acessar essa discussão pronta e, simplesmente, incorporá-la. Eis a passagem:

[26] Os Gregos não consideraram a interjeição como verdadeira palavra, por isso que é ella antes clamor instinctivo do que signal de idéia; por conveniencia classificaram-na entre os adverbios; foram os grammaticos latinos que lhe assignaram logar distincto entre as partes do discurso. Scaligero, De Brosses, Destut Tracy e muitos outros grammaticos celebres tiveram-na como a palavra por excellencia, como a parte primitiva e principal do conjuncto de signaes que exprimem o pensamento. Era justa a opinião dos mestres gregos: a interjeição não representa idéia, não envolve noção; é articulação instinctiva, é grito animal, não é palavra [GUARDIA & WIERZEJSKI, 1876; BASTIN, 1878] (RIBEIRO, 1885, p. 81).

As citações seguintes ocorrem na seção denominada “kampenomia ou Ptoseonomia”. A primeira identificada é também a primeira que Júlio Ribeiro faz de *Mélanges de mythologie et de linguistique*, publicada em 1877 por Michel Jules Alfred Bréal (1832-1915), outro autor basilar da gramática histórico-comparatista, principalmente na França. Bréal desenvolveu uma importante contribuição para os estudos da gramática comparada com traduções dos trabalhos de Franz Bopp (1791-1867). Em seus trabalhos, o alemão contrapunha-se às perspectivas naturalistas da linguagem, ao considerar aspectos semânticos nas comparações entre as línguas (AARSLEFF, 1981; HAVELANGE, HUGUET & LEBEDEFF, 1986; CAVALIERE, 2000). Como podemos ver, a indexação que Ribeiro faz desse autor ocorre com uma citação literal de suas palavras para defender a ideia de que a teorização gramatical não pode ensejar complicações desnecessárias para os estudantes:

[27] A este respeito diz o grande philologo indianista, snr. Miguel Bréal: «Ha erros mais graves que se deveriam expungir dos livros de estudos: esses erros imbuem no espirito de nossos meninos idéias que prejudicam mais tarde a intelligencia da syntaxe. Nada é mais simples que a noção do modo, si limitamo-nos ao indicativo, ao imperativo e ao subjunctivo. O modo, diremos nós ao menino, muda conforme a maneira porque se appresenta a proposição. Si nos contentarmos com expôr ou enunciar um factó, empregaremos o indicativo. Si quizermos dar uma ordem, será o imperativo. O subjunctivo serve para exprimir uma acção que é considerada como possível ou como desejável (RIBEIRO, 1885, p. 85-86).

Nessa seção, também encontramos a primeira referenciação de um autor bastante utilizado pelo autor da *Grammatica portugueza*. Trata-se de Adolfo Coelho (1847-1919). No trecho que analisamos a seguir, Júlio Ribeiro recorre à *Grammatica portugueza: Theoria da conjugação em latim e portuguez*, publicada em 1870, uma obra de orientação histórico-comparatista, influente na gramaticografia portuguesa (VASCONCELOS, 1888; FÁVERO & MOLINA, 2007). Ribeiro demonstra, ao citar a opinião de Coelho (1870), que sua forma de compreender o infinitivo e o particípio estão alinhadas com a compreensão do autor português:

[28] O snr. Adolpho Coelho tambem considera o infinito e o participio fórmãs nominaes do verbo (RIBEIRO, 1885, p. 85).

Coelho (1870) volta a ser referido por Júlio Ribeiro em uma nota que faz para esclarecer sua opção de nomear o que conhecemos atualmente como futuro do pretérito de imperfeito condicional. Como notamos no excerto subsequente, Ribeiro incorpora a opinião de Coelho (1870) para ratificar essa escolha. A opinião do português Bento José de Oliveira (s.d.), presente em *Nova grammatica portugueza*, publicada pela primeira vez em 1862 em Portugal, também é incorporada pelo autor da *Grammatica* com o mesmo fim neste trecho que analisamos. Essa gramática é inspirada na tradição racionalista e foi utilizada em 1881 para compor o programa do Colégio Pedro II (RAZZINI, 2010; SANTOS, 2015). Eis a passagem:

[29] Em geral considera-se este tempo como presente; alguns grammaticos têm-no como futuro. Pelo estudo comparativo da grammatica latina vê-se que é imperfeito, e como tal o avaliam, entre outros, o snr. Bento José de Oliveira na *Nova Grammatica Portugueza*, (13.^a edição, Coimbra 1878) e o snr. Adolpho Coelho *Obra Citada*, pag. 18 (RIBEIRO, 1885, p. 87).

Podemos constatar, mais uma vez, que a opção de Júlio Ribeiro pelo imperfeito condicional é fundamentada pela incorporação das opiniões convergentes de autores vinculados a diferentes tradições teóricas. Esse fato é mais um indício de que o autor da *Grammatica* seleciona as referências, sem, necessariamente, apresentar claramente qualquer critério objetivo e pré-definido, fundamentado nos vínculos teóricos das obras, que justifique o motivo pelo qual um autor é referenciado e suas opiniões são incorporadas ou não, como o caso comprovado por esse último fragmento.

Outra citação que contribui para a teorização gramatical de Júlio Ribeiro na seção intitulada de “kampenomia ou Ptoseonomia” é a de Ayer (1876) e a *Grammaire comparée de la langue française*. Desta vez, como podemos observar na sequência, a opinião do gramático francês é incorporada por Ribeiro para defesa de que não existem razões para conferir caráter de irregularidade na conjugação de verbos, com exceção do verbo “ser” e do verbo “ir”, pois todas elas podem ser explicadas pelas leis da eufonia, isto é, da boa pronúncia:

[30] O methodo racional procura a razão dessas pretensas irregularidades, e explica-as pelas leis da euphonia, cujo papel tão considerável foi na formação das linguas romanicas. Excepção feita de *ser* e de *ir*, cada um dos quaes tem vários themes, não há em Portuguez, propriamente fallando, verbos irregulares [AYER, 1876] (RIBEIRO, 1885, p. 116-117).

As duas últimas menções identificadas no “Livro segundo” estão na seção nomeada “Etymologia”. A primeira é da obra *Le darwinisme*, publicada em 1872 pelo francês Emile Ferrière (1830-1900), um clássico do evolucionismo pós-Darwin. Esse livro foi censurado pela igreja católica durante o papado de Leão XIII (1878-1903), não apenas por ser um livro sobre o evolucionismo, mas pela postura anticatolicista do autor (ENGELS & GLICK, 2008). A incorporação – fragmento trigésimo primeiro – que Júlio Ribeiro faz dessa obra na *Grammatica portugueza* ocorre com o objetivo de fundamentar o que chama de admirável confronto entre a língua e a espécie:

especies: nenhuma lingua parece ter vivido por mais de mil annos, ao passo que muitas especies parece terem-se perpetuado por milhares de seculos.

E' admiravel o seguinte confronto (1):

A SELECÇÃO

nas especies

nas linguas

- | | |
|---|--|
| <p>1) As especies têm suas variedades, obra do meio ou de causas physiologicas.</p> <p>2) As especies vivas descendem geralmente das especies mortas do mesmo paiz.</p> <p>3) Uma especie em um paiz isolado passa por menos variações.</p> <p>4) Variações produzidas pelo cruzamento com especies distinctas ou estrangeiras.</p> <p>5) A superioridade das qualidades physicas que asseguram a victoria dos individuos de uma especie causa da selecção.</p> <p>6) A belleza da plumagem ou a melodia do canto, causa da selecção.</p> <p>7) Laeunas numerosas nas especies extinetas.</p> <p>8) Probabilidades de duração de uma especie, em um numero dos individuos que a compõem.</p> <p>9) As especies extinctas não reapparecem mais.</p> <p>10) Progresso nas especies pela divisão do trabalho physiologico.</p> | <p>1) As linguas têm os seus dialectos, obra do meio ou dos costumes.</p> <p>2) As linguas vivas descendem geralmente das linguas mortas do mesmo paiz.</p> <p>3) Uma lingua em um paiz isolado passa por menos variações.</p> <p>4) Variações produzidas pela introdução de palavras novas, devidas ás relações exteriores, ás sciencias, á industria.</p> <p>5) O genio litterario e a instrucção publica centralizada, causas da selecção:</p> <p>6) A brevidade ou a euphonia causa da selecção.</p> <p>7) Laeunas numerosas nas linguas extinetas.</p> <p>8) Probabilidades de duração de uma lingua em o numero dos individuos que a falam.</p> <p>9) As linguas extinctas não reapparecem mais.</p> <p>10) Progresso nas linguas pela divisão do trabalho intellectual.</p> |
|---|--|

(1) ÉMILE FERRIÈRE, *Le Darwinisme*, Paris, pag. 121 a 223.

Figura 1 – Excerto com a comparação entre a seleção natural nas línguas e nas espécies, extraído de Ribeiro (1885)

PARTE PRIMEIRA		137
CLASSIFICAÇÃO GENEALÓGICA		
<i>nas espécies</i>	<i>nas línguas</i>	
1) Constancia de estrutura; orgãos de alta importancia physiologica; orgãos de importancia variada. 2) Vestigios de estrutura primordial: orgãos rudimentarios ou atrophiados: estrutura embryonaria. 3) Uniformidade de um conjuncto de kharacteres. 4) Cadeia de affinidades nas especies vivas ou extinctas.	1) Constancia de estrutura; radicaes de alta importancia; flexões de importancia variada. 2) Vestigios de estrutura primordial: lettras rudimentarias ou atrophiadas: phase embryonaria. 3) Uniformidade de um conjuncto de kharacteres. 4) Cadeia de affinidades nas línguas vivas ou extinctas.	

Figura 2 – Excerto com a comparação entre a genealogia nas línguas e nas espécies, extraído de Ribeiro (1885)

Na sequência desse longo trecho em que Júlio Ribeiro compara a língua a uma espécie viva, nota-se a segunda indexação em “Etymologia”, com a citação da obra de Abel Hovelacque (1843-1896), *La linguistique*, publicada em 1876 com o auxílio do mesmo editor que lançou as obras de Charles Darwin (1809-1882). Hovelacque foi membro da Escola de Antropologia de Paris e fundador da *Revista de linguística e filologia comparada*. Seus trabalhos conciliavam questões linguísticas com antropológicas, sempre em uma perspectiva naturalista (CAVALIERE, 2000, BERGOUNIOUX, 2002; DESMET, 2007). Ribeiro incorpora essa opinião para fundamentar a ideia de que a língua latina foi a origem do que identificamos modernamente como línguas românicas. Eis o excerto:

[32] A lingua latina, transformando-se, produziu sete línguas chamadas *novolatinas* ou *romanicas* — O Portuguez, o Hespanhol, o Francez, o Provençal, o Italiano, o Ladino e o Rumeno [HOVELACQUE, 1876] (RIBEIRO, 1885, p. 137).

Passamos, na sequência, a analisar a “Parte segunda” da *Grammatica portugueza*. Além de uma parte introdutória denominada “syntaxe-generalidades”, essa parte contém quatro livros. O “Livro primeiro” trata da “Syntaxe lexica”; o segundo, da “Syntaxe logica”; o terceiro, das “Regras de syntaxe” e o quarto é dedicado aos “Additamentos”, no qual os sinais de pontuação são abordados. Em toda a “Parte segunda”, há apenas duas indexações feitas por Ribeiro para constituir sua teorização gramatical, fato que, conjecturamos, indica maior esforço intelectual de Júlio Ribeiro para com a teorização da “Parte primeira”.

A primeira ocorre logo nas primeiras páginas da parte introdutória, “Syntaxe-generalidades”. Trata-se de uma alusão a *English grammar; including the principles of grammatical analysis*, publicada em 1858, por Charles Peter Mason (1820-1900). Essa obra é considerada uma gramática bem organizada, sucinta e com definições adequadas, cuja descrição estrutural do inglês faz paralelos com o latim e com o inglês antigo, motivo pelo qual não é indicada para aprendizes (GÖLACH, 1998). Na citação que Júlio Ribeiro faz desse autor, notamos a incorporação de suas ideias a respeito de como funciona a cópula gramatical, como podemos ver no excerto a seguir:

[33] Em geral pode-se dizer com Mason que a copula gramatical de todas as sentenças consiste na flexão do verbo (RIBEIRO, 1885, p. 211).

A segunda citação, cuja função é contribuir com a construção teórica de Júlio Ribeiro na *Grammatica portugueza*, ocorre no “Livro terceiro”, “Regras de syntaxe”. Nessa, observamos a preterição da opinião de Girault-Duvivier (1811) a respeito da possibilidade de se explicarem construções sintáticas por meio de elipses, procedimento vinculado à teoria racionalista. No caso, Ribeiro condena a ideia de que somente verbos no indicativo podem funcionar como, atualmente denominamos, núcleo das orações principais, pois isso não corresponde aos fatos linguísticos que observa. Eis o trecho:

[34] A generalidade dos grammaticos, não admitindo clausula principal sem verbo no indicativo, explicam estas construcções por meio de ellipses [GIRAULT-DUVIVIER, 1811]. E' uma doutrina metaphygica que a sciencia ja não aceita hoje: as theorias deduzem-se dos factos, e não os factos das theorias (RIBEIRO, 1885, p. 268-269).

Em linhas gerais, observamos a existência de trinta e quatro excertos na *Grammatica portugueza* em que Júlio Ribeiro recorre à indexação de autores para constituir a fundamentação de sua teorização gramatical. Nesse procedimento, Ribeiro recorre a uma grande diversidade de obras que não são selecionadas em razão dos vínculos teóricos que as caracterizam, pois é possível afirmar que o autor da *Grammatica* incorpora ou pretere as opiniões dos autores referidos conforme a avaliação do item que teoriza, e não, obrigatoriamente, segundo as orientações teóricas das obras citadas. Na sequência, passamos a analisar as menções que Júlio Ribeiro faz para obter dados empíricos da língua portuguesa e de outras línguas para fundamentar suas análises gramaticais.

2.2 Incorporação e preterição na análise de dados empíricos de diferentes línguas

Passamos a investigar, a partir de agora, as citações que Júlio Ribeiro institui para expor dados empíricos de línguas que analisa, ou análises de outros autores acerca dessas línguas. Diferentemente do fenômeno sobre o qual refletimos anteriormente, em que Ribeiro resgata a opinião de diferentes autores para formular uma definição, um conceito ou uma categoria, nos excertos a seguir notamos que as citações ocorrem para trazer ao lume dados empíricos referentes ao português ou a outras línguas, bem como análises sobre dados, redigidas por diferentes autores. Na maioria das vezes, como mostraremos na sequência, as citações ocorrem por meio do gesto de incorporação, fato que nos permite dizer que essas obras mencionadas funcionam como uma espécie de documento que Júlio Ribeiro consulta a fim de compor uma análise ou, simplesmente, reproduzir uma opinião acabada.

A primeira citação observada, no “Livro primeiro”, na seção intitulada “Phonetica”, é de Friedrich Diez (1794-1876), autor mais citado na *Grammatica portugueza*, contudo utilizado apenas para análise de dados empíricos. Friedrich Diez publicou a *Grammaire des langues romanes*, em quatro volumes, entre 1836 e 1844. Diez é considerado o fundador da gramática comparada das línguas românicas e o responsável por transformar a gramática comparada em uma disciplina autônoma nas universidades e por fundamentar as bases da romanística científica (CAVALIERE, 2000; STÉFANINI, 1971; CHEVALIER, 1996). Neste fragmento, a obra de Diez (1836-

1844) é indexada por Ribeiro para extrair dados empíricos sobre a língua portuguesa, no caso, a existência e a origem de dois sons particulares da língua portuguesa falada no Brasil.

[35] F. Diez pensa que *dje*, *tche* são as fórmulas primitivas de *je* e *che* e tudo leva a crer que realmente o são (RIBEIRO, 1885, p. 11).

Na sequência do “Livro primeiro, na seção batizada “Prosodia”, Friedrich Diez (1836-1844) volta a ser mencionado por Júlio Ribeiro, assim como o português Francisco Solano Constâncio (1777-1846), que publicou *Novo diccionario critico e etymologico da lingua portugueza*, em 1836. Constâncio, como era conhecido, redigiu a *Grammatica analytica da lingua portugueza, oferecida á mocidade estudiosa de Portugal e do Brasil*, em 1855, obra influenciada pela teoria racionalista, posteriormente incorporada ao seu ao referido dicionário (FONTES & COELHO, 2016). Neste excerto, Ribeiro referencia ambas as obras para tratar dos tritongos da língua portuguesa:

[36] F. Diez, seguindo a opinião de Constancio e de outros grammaticos, entende que existem em Portuguez verdadeiros triphthongos, e cita para exemplos: *eguae*s, *averiguae*is, *averiguae*is (RIBEIRO, 1885, p. 12-13).

No próximo fragmento que analisamos, retirado ainda da seção designada “Prosodia”, ocorre a alusão a quatro autores, entre os quais três são incorporados por Júlio Ribeiro, exceto um. O tópico analisado é a diferença entre o que chama de acento tônico e de qualidade. Para Ribeiro, a opinião correta sobre assunto é a de que somente a denominada sílaba predominante pode ser definida como longa. Eis o trecho:

[37] Em Portuguez bem como na pluralidade das linguas modernas quantidade e accento tonico confundem-se, e só é considerada verdadeiramente longa a syllaba predominante [PASSOS, 1865; REIS, 1866]. Soares Barbosa [BARBOSA, 1822], apreciando erradamente o mekhanismo phonetico das linguas modernas, tenta em vão combater esta doutrina que já era corrente entre os grammaticos do seculo passado [LOBATO, 1770] (RIBEIRO, 1885, p. 14).

A opinião de Júlio Ribeiro é fundamentada por meio de um gesto de incorporação dos saberes do *Diccionario gramatical portuguez*, do brasileiro José Alexandre Passos (1808-1878), e da *Grammatica portugueza*, de autoria do brasileiro

Sotero dos Reis (1800-1871). Esse dicionário, publicado em 1865, é um dicionário de termos gramaticais, e seu conteúdo, conseqüentemente, é muito semelhante às gramáticas, embora a apresentação seja dada em ordem alfabética (BALDINI, 2005). Já a gramática, publicada em 1866, apresenta ideários racionalistas, sob especial influência da *Grammatica filosófica da língua portuguesa*, de Jerônimo Soares Barbosa (1734-1801), e a *Arte da gramática da língua portuguesa*, de Antônio José dos Reis Lobato (1770) (RAZZINI, 2010; CAVALIERE, 2014, LEITE, 2019b e 2019c).

O gesto de preterição recai sobre a opinião de Barbosa (1822), que é condenado por “apreciar erroneamente” a questão em tela. Júlio Ribeiro considera o posicionamento de Barbosa (1822) um erro que não deveria acontecer, pois se trata de uma doutrina já estabelecida por gramáticos do século passado, no caso, outro que Ribeiro incorpora: Antônio Reis Lobato (1721- ?)²⁰ e sua *Arte da grammatica da lingua portugueza*, redigida em 1770. Essa gramática foi uma obra importante para o ensino da língua portuguesa em Portugal no final do século XVIII, porque foi divulgada amplamente nas escolas. Esse fato a tornou responsável por registrar mudanças consideráveis ocorridas na língua portuguesa dessa época (FÁVERO & MOLINA, 1996; ASSUNÇÃO, 1997 e 2000).

Outro caso em que Júlio Ribeiro cita uma obra para construir sua análise sobre dados da língua é identificado na exposição sobre a pronúncia da palavra “Gibraltar”, ainda em “Prosodia”. Na abordagem sobre esse vocábulo, o autor da *Grammatica portugueza*, condena os saberes presentes na *Grammatica portugueza destinada ao curso do 1.º anno*, de Manoel Olímpio Rodrigues Costa (autor sobre o qual pouco sabemos), publicada em 1876 e adotada no Colégio Pedro II, entre a década de 1870 e 1890 (RAZZINI, 2010). Como podemos ver:

[38] Grammaticos há [COSTA, 1876] que contam *Gibraltar* entre estes exceptuados [à regra de que as palavras terminadas em R são oxítonas]: enganam-se. *Gibraltar*, corruptela do arabico «*Ghib-altlah* (monte da entrada)», é vocabulo oxytono (RIBEIRO, 1885, p. 17).

A preterição de Júlio Ribeiro é fundamentada pela incorporação da opinião de outro dicionário, *An American dictionary of the English language*, publicado em 1828 pelo americano Noah Webster (1758-1843), nos Estados Unidos. Esse dicionário é

²⁰ De acordo com Assunção (1997 e 2000), não é possível dizer as exatas datas de nascimento e morte do autor, pois Antônio dos Reis Lobato provavelmente é um pseudônimo.

uma obra emblemática, considerada por muitos pesquisadores fruto do nacionalismo de seu autor e, conseqüentemente, ícone do nacionalismo americano de sua época (ROLLINS, 1976). Nessa obra, Ribeiro incorpora a posição de Webster (1828), de que a pronúncia correta para a palavra “Gibraltar” é feita com a última sílaba tônica, como é na língua espanhola, e não com a penúltima sílaba, como na língua inglesa:

[39] *Gibráitar* é modo inglez de acentuar o vocabulo: a verdadeira pronuncia hespanhola, como se pôde ver em Webster, é também *Gibraltár* (RIBEIRO, 1885, p. 18).

Na seção intitulada “Orthographia”, a primeira obra citada é o *Diccionario da lingua portugueza*, publicado já no século XIX, em 1813,²¹ pelo brasileiro Antônio de Moraes e Silva (1755-1824). Esse dicionário contém, logo no início, o *Epitome de grammatica portugueza*, o qual, embora redigido em 1802, foi publicado apenas em 1806. Moraes e Silva era considerado cauteloso no apontamento dos usos autorizados das palavras, bem como na apresentação do léxico que chama de léxico patrimonial (VERDELHO, 2002; CAVALIERE, 2014). Na citação desse dicionário, que apresentamos no excerto a seguir, Júlio Ribeiro lhe corrige a utilização do que se nomeia nos dias atuais como acento grave, cujo uso comum não o aceita mais, conforme Garrett (1869):

[40] Alguns lexicographos usam do *accento grave* (´), para marcar os sons fechados [MORAES E SILVA, 1813]: tal *accento*, extranho ao Portuguez, acha-se banido do uso geral [GARRETT, 1869] (RIBEIRO, 1885, p. 30).

Outra gramática mencionada nessa mesma seção é mais uma vez a de Grivet (1865), *Pequena grammatica da lingua portuguesa*. Nessa indexação, Júlio Ribeiro incorpora a compreensão de Grivet (1865) de que as palavras de origem grega escritas com “X” devem ser ortografadas por “kh” em vez de “Ch”:

[41] 5) por *kh* — nos derivados de raizes gregas escriptas por *x* e em algumas palavras oriundas de línguas orientaes, «*anakhronismo* — *arkhetypo* — *Akhmet* — *Khorassan*». Os derivados de palavras gregas escriptas com χ orthographam-se usualmente com *ch*, ex.: «*anáchronismo* — *archetypo*»; mas insta aceitar a

²¹ Essa é a data da segunda edição, considerada por muitos estudiosos como uma nova obra. Segundo Banza (2011), a primeira edição recebeu o título *Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro* e foi publicada em 1789.

refórma acima, já proposta por Grivet e por varios outros grammaticos. (RIBEIRO, 1885, p. 38).

Na sequência, ainda em “Orthographia”, Júlio Ribeiro volta a citar a obra de Garrett (1829) para demonstrar a preferência do autor em marcar os ditongos com diérese. Interpretamos essa citação como correção, pois, como podemos notar na passagem a seguir, Ribeiro sugere, para o mesmo caso, a letra “h” como forma de marcar a existência de um ditongo:

[42] Deve-se pois escrever com *h*

[...]

2) as palavras em que o uso o admite para marcar a não existencia de diphthongo, ex.: «*alahude — atahude*».

Muitos marcam esta não existencia de diphthongo por acento agudo, escrevendo *alaúde — saúde*: Garrett propõe para o mesmo fim a diérese (") (RIBEIRO, 1885, p. 41).

Também volta a ser citado, nessa mesma seção, o dicionário de Passos (1865) em um longo fragmento. Júlio Ribeiro incorpora a opinião desse autor para criticar o uso do “Th” em palavras cuja etimologia não exige, caso da palavra “Nitheroy”, de origem indígena. A incorporação de Passos (1865) se dá com a reprodução literal das palavras do autor, como podemos ver, para corroborar a opinião de que o “th” na palavra “Nitheroy” não se justifica nem pela etimologia, tampouco por uma possível aspiração que poderia existir na pronúncia da palavra.

[43] «*Th* — letra composta, representante do Θ do alphabetho Grego, como em *methodo, thema, theoria, teatro*, (vocábulos originários).

Havia antigamente abuso no emprego desta letra, escrevendo-se com ella palavras em que nem a etymologia, nem a pronuncia a exigem, como *theor, cathegoria, author, authoridade*; e ainda hoje se vê esse abuso no nome próprio *Nitheroy*, que assim é geralmente escripto; como se na lingua indigena brasileira houvesse aquelle kharacter grego.

Convem corrigir a orthographia desta palavra, assim como se tem corrigido a de outras.

Nem se póde dizer que o *th* fosse alli introduzido para indicar a aspiração que naquella lingua sem escriptura tinha o som consoante *t* de tal vocabulo, pois não é crível que só neste houvesse a aspiração, quando todos os mais se escrevem com *t* simples» [PASSOS, 1865] (RIBEIRO, 1885, p. 49-50).

Ainda sobre a ortografia da palavra “Niterói”, Júlio Ribeiro se reporta a João Capistrano Honório de Abreu (1853-1927), um dos pioneiros da historiografia no Brasil. Suas ideias foram acessadas por meio de uma obra intitulada *Guia do viajante no Rio de Janeiro*, publicada por Valle Cabral. Nessa citação, única presente na

Grammatica, Ribeiro incorpora, por meio de uma reprodução literal, o posicionamento de Capistrano de Abreu sobre a grafia correta do ditongo presente na palavra “Niterói”, no caso, “Nyteróe”, como podemos notar a seguir:

[44] Sobre a orthographia do outro nome da bahia de Guanabara diz o erudito snr. Capistrano de Abreu «*Nyteróe* e não *Nictheroy*, *Nitherohy*, *Nitherohi*, *Nitheroy*, como erradamente se escreve» (RIBEIRO, 1885, p. 56).

Há, nessa seção, “Orthographia”, uma citação de Constâncio (1836) em que Júlio Ribeiro corrige-o por excesso de rigor ortográfico ao exigir que nomes geográficos de origem alemã, utilizados no português, sejam ortografados com a letra “v”. Para Ribeiro, o som “v” pode ser representado por “w” quando não faz parte lexico usual da língua. Nesse exceto, lemos:

[45] Nos vocabulos que, assimilados pelo uso geral, fazem já parte integrante do cabedal da lingua, deve-se sempre escrever com v, ex.: «*valsa — visigothico*». Constancio extende este preceito até aos nomes geographicos, e quer que se escreva *Veimar*, *Vestphalia*. E’ excesso de rigor.... (RIBEIRO, 1885, p. 50)

Na sequência desse trecho, encontramos outra menção de Webster (1828), na qual Júlio Ribeiro reproduz o verbete “revólver” integralmente para sustentar que a grafia “rewolver” é totalmente inadequada ao português. Nesse gesto de incorporação, Ribeiro mostra-se indignado com a falta de rigor etimológico pela qual a ortografia dessa palavra tem sido tratada:

[46] E’ excesso de rigor; mas antes isso do que o inqualificavel dislate de escrever-se com w vocabulos que o não têm de origem; *revólver*, por exemplo, escripto usualmente *rewolver*. O vocabulo é inglez, derivado do verbo *to revolve*, de pura procedencia latina. Lé-se em Webster. *Revolve*, v. i. [imp. & p. p. *revolved*; p. pr. & vb. n. *revolving*] [Lat. *revolvere*, *revolutum*, from *re* again, *back*, and *volvere* to roll, turn round; O. Fr. *revolver*, Sp. & Port. *revolver*, It. *rivolvere*].
 1. To turn or roll around on an axis.
 2. To move round a center; as, the planets revolve round the sun.
 To return [Rare] *Ayliffe*.
Revólver, n. One who, or that which revolves; specially, a fire-arm «with several loading-chambers or barreis so arranged as to revolve on an axis and be discharged in succession by the same lock; a repeater; — chiefly used of pistols of such construction.»
 Se se escrevesse *rewolver*, dever-se-ia ler, segando as regras da phonetica ingleza, *riuólvar* e não *revólver*.
 E’ realmente vergonhoso nada ter a dizer quando Americanos e Inglezes nos perguntam pela causa da deturpação sandia do seu vocabulo... (RIBEIRO, 1885, p.50-51).

No fragmento que analisaremos na sequência, ocorre a menção de quatro autores para Júlio Ribeiro discorrer sobre a representação gráfica de um ditongo: os já indexados Garrett (1829) e Passos (1865), e outros dois inéditos: a) Tristão da Cunha Portugal, provável pseudônimo para João da Cunha Neves e Carvalho Portugal (1784-1856), autor de *Orthographia da lingua portugueza*, publicado em 1837, cujo subtítulo permite reconhecer tratar-se de obra vinculada à teoria racionalista: “Orthographia da lingua portugueza ensinada em quinze lições pelo systema de Madureira, rectificado pelos principios da grammatica philosophica da lingua portugueza de Jeronimo Soares Barbosa”. E b) Vergueiro (s.d.) e Pertence (s.d.), autores de *Compendio da grammatica Portugueza*, publicada em 1862, utilizada nos cursos do Colégio Pedro II entre as décadas de 1870 e 1890 (RAZZINI, 2010; MARTINO, 2013). Eis o trecho:

[47] Alguns mestres da lingua mandam escrever sempre por *ao* este diphthongo quando é final de syllaba [PASSOS, 1865; PORTUGAL, 1837]: outros fazem uma distincção cerebrina, preceituando que se escrevam por *au* os vocabnlos *grau* e *nau*, e por *ao* todos os mais, ex.: «*mao — pao*» [VERGUERO & PERTENCE, 1862].
«Com grande impropriedade, diz Garrett, escrevem alguns com *ao* as palavras *pau*, *mau* e semelhantes: as vogaes *a*, *o* não produzem o som d’aquellas palavra, nem fazem diphthongo senão o nasal — se é que diphthongo se lhe póde chamar» [GARRETT, 1829] (RIBEIRO, 1885, p. 55).

Observamos que Júlio Ribeiro identifica três pontos de vista quanto à grafia do ditongo “au”. O primeiro, de Passos (1865) e de Portugal (1837), preceitua que a grafia deve ocorrer sempre com “ao” no final de sílaba. O segundo, de Vergueiro & Pertence (1862), preceitua que o vocábulo “grau” e “nau” são exceções à regra que exigem a grafia “ao” para todas as palavras terminadas com o ditongo “au”. Esses dois entendimentos são preteridos por Ribeiro em preferência pelo de Garrett (1829), que condena o uso da grafia “ao” nesses casos. Nessa indexação, o autor não apenas incorpora a opinião do autor português, mas a reproduz literalmente.

Essa adoção que Júlio Ribeiro faz de Garrett (1829) no fragmento anterior é resgatada pelo autor, como podemos observar a seguir, novamente para corrigir a opinião de Constâncio (1836) e Portugal (1837) sobre a opção de ortografar o ditongo “iu” com as letras “io”. Ou seja, Ribeiro compreende as opiniões de Garrett (1829) como referência no que diz respeito a esse tópico ortográfico:

[48] Alguns mestres da lingua querem nestes casos que o diphthongo *iu* seja orthographado *io* [CONSTÂNCIO, 1836; PORTUGAL, 1837]. Não têm elles razão: a judiciosa observação de Garrett, acima citada (93), milita tambem para este caso (RIBEIRO, 1885, p. 56).

Encontramos, também na seção nomeada “Orthographia”, o prefácio escrito em 1817 pelo português Lecussan-Verdier (1754?-1831) para o poema *O Hyssope*, de Antônio Dinis da Cruz e Silva (1731-1799). Na citação, que reproduzimos na seqüência, ocorre a incorporação dos saberes do prefaciador para defender a grafia “u” em vez de “o” na flexão dos verbos no que conhecemos como pretérito perfeito do indicativo. Essa indexação é outro indício que ilustra a variedade de fontes utilizadas por Júlio Ribeiro, pois trata-se de alusão a um autor que prefaciou uma obra literária e não a um autor dedicado, exatamente, aos estudos da linguagem. Podemos ler:

[49] 99. O diphthongo eu representa-se sempre por eu, ex.: «feudo — judeu — meu — comeu — lambeu». A respeito da matéria desta regra diz Timotheo Lecussan Verdier: «Daremos outra satisfação orthographica acerca da desinência em u da terceira pessoa do singular de alguns preteritos, no modo indicativo dos verbos. Os nossos maiores sempre a terminaram em u, e nunca em o. Hoje algumas pessoas escrevem léo, ouvío, ferío, etc., e carregam a penultima com accentos, ora agudos, ora circumflexos. Os antigos sempre escreveram leu, ouviu, feriu etc., sem accento algum» (RIBEIRO, 1885, p. 55).

A última citação presente no “Livro primeiro” da *Grammatica portugueza*, por fim, ocorre para Júlio Ribeiro explicar a opção de se grafar “i” antes dos grupos “se” e “st”. Nessa, o autor da *Grammatica* absorve literalmente uma passagem da *Grammaire de la langue latine, d'après la méthode analytique et historique*, de Guardia & Wierzejski (1376). Podemos ler a reprodução literal dessa obra no seguinte trecho:

[50] «Encontra-se mais frequentemente um *i* diante dos grupos *se*, *st*, *sp*: *iscolasticus*, *iscripta*, *istatuam*, *istudio*, *istipendiis*, *Istiliconis*, *ispumosus*, *ispeculator*, *ispes*, *Ispartacus*; por vezes é um *e*: *escole*, *Estefaniæ*. O *i* apparece alli pelo segundo seculo, e torna-se mais usual nos fins do quarto e nos principios do quinto. Mais tarde é elle substituído pelo *e*, e é justamente o *e* que se encontra diante da letra sibilante seguida de uma explodida surda nas linguas novo-latinas: *especie*, *escada*, *estabulo*, *espada*» [GUARDIA & WIERZESJSKI, 1876] (RIBEIRO, 1885, p. 58-59).

Passamos agora a analisar as citações presentes no “Livro segundo”, composto, como mencionamos, pelas seções “Taxeonomia”, “Kampenomia ou

Ptosenomia” e “Etymologia”. No primeiro excerto que analisamos, retirado da seção intitulada “Taxeonomia”, Moraes e Silva (1802), com sua obra *Epitome de grammatica portugueza*, é mencionado para fornecer um panorama sobre o uso de duas preposições para estabelecer dupla relação de sentido. Essa citação de Júlio Ribeiro trata de um gesto de incorporação por meio da reprodução fiel das palavras de Moraes e Silva (1802), tal qual se nota no próximo fragmento:

[51] A este respeito diz Moraes: «Outras vezes o nome se offerece ao nosso entendimento em duas relações: v. g. «a porta *de sobre* o muro»: onde «muro» se offerece como possuidor da «porta», e como logar sobre que ella estava». E accrescenta em nota: Os Hebreus tinham o «mesmo uso. V. Oleastri, Hebraism. Canon 5 — *Non auferetur sceptrum, de Jehudah, et Scriba de interpedes ejus, donec veniat Siloh et ei obedientia gentium.* — Os Latinos usaram o mesmo: v. g. — *in ante diem; in super rogos; de sub; de super.* — Nós dizemos — *de entre muros; perante, empós, após de; desno tempo; desde, de des e de* — *Foram-me tirar dos claustros e de sobre os livros (Vida do Arcebispo). De sob as arvores (Menina e Moça); Mora a sobripas, etc.»* (RIBEIRO, 1885, p. 78)

Na segunda passagem, o prefaciador do poema de 1817, *O Hyssope*, de Antônio Dinis da Cruz e Silva (1731-1799), Lecussan-Verdier (1754?-1831), volta a ser referenciado por Júlio Ribeiro para defesa da ideia de que o que conhecemos atualmente como conjunção condicional “se” deveria ser redigida como “si”. Diz Ribeiro: “Deve-se antes escrever *si* do que *se*: este modo de orthographar a palavra, sobre ser mais conforme com a pronuncia, identifica o derivado com a raiz latina. Em Francez e em Hespanhol adoptou-se *si*; em Italiano, *se*” (RIBEIRO, 1885, p. 80). O autor da *Grammatica portugueza* incorpora, por meio de um longo excerto em que as palavras de Lecussan-Verdier (1817) são reproduzidas literalmente, a argumentação para preferência de “si” em vez de “se”:

[52] A este respeito escreve Timotheo Lecussan Verdier: «Acerca da conjuncção condicional *si* que hoje vertemos em *se*, observará o leitor que em muitos logares deste poema ella se acha impressa *si*. Seguimos este modo de a escrever, não só por ser mais etymologico e adoptado em outras linguas que, como a nossa, derivam da latina; mas tambem porque em manuscriptos e livros antigos portuguezes temos encontrado esta condicional, escripta *si* e não *se*. Ainda mais, como esta conjuncção *si* sempre precede e começa todo o inciso que a pede, é indubitavel que nunca se pode equivocar com o pronome *si* que sempre tem de ser precedido e acompanhado de alguma preposição — *a si, de si, por si, após si*, etc. Observará outrosim o leitor que o pronome *si*, quando regido por verbo, muda-se em *se*, e que neste caso muitas vezes precede o verbo; e, essencialmente, si o inciso é condicional: ora, encontrando-se com a conjuncção *si*, si esta se escrever e pronunciar *se*, e si o verbo que se segue começa pelas syllabas *se* ou *ce*; o triplice sucessivo som de *se* será sem

duvida sobejamente desagradavel, por exemplo: *Se se separa; se se segura; se se segue; se se celebra; se se semeia; se se ceifa; se se sega, se se ceia*, etc. Observe finalmente o leitor que, si a euphonia das linguas modernas pede muitas vezes alguma alteraçã na prolação de palavras que nas línguas de que são derivadas se pronunciam bem diversamente; em a nossa, como a mais chegada de todas á latina, a mesma eufonia pede tambem em alguns casos, e mórmente neste, que não desvairamos da etymologia e da orthographia, e que evitemos tão ingratas cacophonias, como a que fica apontada. As linguas hespanhola e franceza, hoje mais distantes que a nossa da fonte latina de que ellas manam, conservaram a orthographia e a pronuncia da condicional *sí*; os nossos maiores assim a pronunciaram e escreveram; escrevamol-a, pois, e pronunciemol-a como elles. Declaramos que sempre escreveremos desta maneira, e que nos pesa de algumas, e não poucas, condicionaes que ainda se acham nesta edição, impressas em se por haverem escapado á nossa correccão» (RIBEIRO, 1885, p. 80-81).

Na seção intitulada “Kampenomia ou Ptoseonomia”, encontramos a primeira menção a *Reflexões sobre a Lingua Portugueza*, publicado em 1768 pelo português Francisco José Freire (1719-1773). Esse autor era importante membro da Arcádia Lusitana, conhecido como Cândido Lusitano. *Reflexões sobre a Lingua Portugueza* é uma obra que apresenta considerações numerosas sobre questões filológico-linguísticas, o que a torna relevante para o período em que se insere (BANZA, 2011). No fragmento que analisamos na sequência, Júlio Ribeiro incorpora as ideias de Freire (1768), por meio da reprodução literal de suas palavras, para tratar da irregularidade do verbo “haver”:

[53] A respeito d’este ultimo diz Francisco José Freire: «N’este verbo ha uma especial irregularidade que é causa de alguns erros, pronunciando-se em diversas pessoas e languageus algumas vezes *sor*, e outra *sur*. A regra dos orthographos para o acerto é que, quando depois do *t* se seguir *i*, se diga *sor*, v. g. *sortiamos, sortis, sortia, sortias*, etc.; e quando depois do *t* se seguir *a* ou *e*, se pronuncie *sur*; por exemplo *surta elle, surte, surtem*, etc.» (RIBEIRO, 1885, p. 123)

Júlio Ribeiro volta a reproduzir as palavras de José Freire (1768) nessa seção, ao abordar a forma correta de flexionar o verbo “despedir” e a querela sobre o uso das formas “despido” ou “despeço”. Como podemos ver no próximo excerto, esse gesto de incorporação de Ribeiro parece ser uma forma de não se manifestar sobre o assunto, pois o autor não demonstra preferência por uma ou outra forma, e comunica ao leitor apenas as duas possibilidades existentes com os respectivos argumentos a favor de uma ou outra:

[54] Sobre os pretendidos compostos d'este ultimo diz Francisco José Freire: «*Despedir*: grande contoversia ha sobre si se ha de dizer *eu me despido*, ou *eu me despeço*». Esta pronunciação é do uso reinante, mas a primeira é não menos que do Vieira em mais de um logar das suas obras. Na 5.^a pag. do tom. 1, escrovendo ao principe D. Theodosio, lhe diz: «*Eia, meu principe, despida-se vossa alteza dos livros*» etc. No tom. 2. pag. 343, disse tambem: «*Com esta ultima advertência vos despido, ou me despido de vós*» etc. [...] (RIBEIRO, 1885, p. 124).

Nesse tópico sobre o verbo “despedir”, Júlio Ribeiro recorre pela primeira vez às ideias do gramático português do século XVI, Duarte Nunes de Leão (1530-1608), por meio da indexação de duas obras: *Ortografia da Língua Portuguesa*, publicada em 1576, e *Origem da lingua portvgvesa*, publicada em 1606. Os estudos de Nunes de Leão contribuíram com as reflexões sobre a ortografia da língua portuguesa, pois começaram a buscar sustentação etimológica para as regras ortográficas, embora sem grande exatidão (ABBADÉ, 2015; BASTOS, 2017). Como notamos na passagem seguinte, a referenciação das duas obras de Nunes de Leão é uma continuação do excerto anterior no qual Ribeiro disserta sobre as formas de flexionar o verbo “despedir” e outros semelhantes, como “impedir”:

[55] [...] Seguiu este classico a «Duarte Nunes de Leão na sua *Orthographia*, o qual, fazendo um catalogo de varias pronunciações que so deviam emendar, diz na pag. 70 *despido-me* e não *despeço-me*. Os rigoristas estão ainda pelos exemplos de Vieira o outros bons.». *Impedir* nos nossos melhores autores acho-o conjugado: *Eu impido, tu impides, elle impide*, etc.. Duarte Nunes, na *Origem da Lingua Portuguesa*, pag. 124, diz; «*Adherencia é a que entre nós impide fazer-se justiça*» etc.. Fundados n'este exemplo e em outros de diversos classicos, especialmente de Vieira, é que ainda, alguns não querem fazer irregular este verbo, dizendo: «*impido, impides, impede*, etc, como hoje diz a maior parte dos modernos» (RIBEIRO, 1885, p. 124).

Nas citações que analisamos no item anterior deste capítulo, notamos que as de Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816) ocorreram para Júlio Ribeiro preterir a opinião desse autor sobre assuntos teóricos. Contudo, observamos um caso em que Ribeiro reporta a opinião de Barbosa (1822) quanto à distinção entre o que conhecemos atualmente como sons consonantais e o sistema ortográfico que os representam. O gesto de incorporação do autor da *Grammatica*, ainda na seção em “Kampenomia ou Ptoseonomia”, é realizado por meio da produção literal das palavras de Barbosa (1822), tal qual podemos notar a seguir:

[56] Sobre tal assumpto diz sensatamente Soares Barbosa. Nunca «se devem confundir as consonancias com as consoantes, isto é os sons

elementares das consoantes, com as letras consoantes que nossa orthographia usual empregou para os exprimir na escriptura. Si um som elementar sôa sempre o mesmo ao ouvido, quer se escreva de um mondo, quer de outro, para que se ha de fazer da irregularidade da escriptura uma irregularidade na conjugação?

Por exemplo: as letras *e*, *g*, antes de *a*, *o*, *u*, dão a mesma consonancia que *qu* e *gu* antes de *e* e *i*. Não se devia, portanto, dar por irregular uma caterva de verbos portuguezes terminados em *car* e *gar*, como: *ficar*, *julgar*, etc., pela razão de nossa orthographia se servir, não já d'estas figuras, mas de *qu* e *gu*, para exprimir a mesma consonância antes de *e* no perfeito (aoristo,) *fiquei*, *julguei*, e no presente do subjunctivo *fique*, *julgue*, etc.

Da mesma sorte a letra *g* antes de *e* e *i* representa ao ouvido a mesma consonancia que exprime o nosso *j* consoante antes de quaisquer vogais. Os verbos, pois, em *ger* e *gir*, como *eleger*, *tingir*, e infinitos outros d'esta especie, não deviam ser contados por nossos grammaticos na classe dos irregulares, por se escreverem com *j* em lugar de *g*, quando se lhe segue *a*, *o*, como: *elejo*, *eleja*; *finjo*, *finja*. A anomalia, assim como a analogia, está sempre nos sons da lingua, e não em sua orthographia, e, si de uma cousa se póde argumentar para outra, é d'esta para aquella e não d'aquella para esta. Só esta observação restitue á classe dos regulares um grande numero de verbos, excluidos d'ella sem razão por nossos grammaticos.

Pelo mesmo principio já estabelecido não são tambem irregulares os verbos *attrahir*, *cahir*, e seus compostos *contrahir*, *distrahir*, *recahir*, etc; *sahir*, e outros semelhantes. Porque, si o *h*, com que ora se escrevem, é para separar as duas vogaes em ordem a não fazerem diphthongo, e mostrar que o *i* é longo e agudo, muito melhor faziam isto os nossos antigos dobrando o *i*, e escrevendo *cahir*, *sahir*, e nós ainda melhor, accentuando o mesmo *i*, d'este modo «*cahir*, *sahir*»; e tirando o accento quando faz diphthongo no presente do indicativo e do subjunctivo, como *caio*, *caia*, *saio*, *saia*, etc.» (RIBEIRO, 1885, p. 126-127).

A última menção que ocorre para obtenção de dados empíricos na seção nomeada “Kampenomia ou Ptoseonomia” se dá com Francisco Evaristo Leoni (1804-1874), por meio da obra *Genio da lingua portugueza, ou, causas racionaes e philologicas de todas as formas e derivações da mesma lingua, comprovadas com innumeraveis exemplos extrahidos dos auctores latinos e vulgares*, publicada em 1858. Assim como nos casos acima, Júlio Ribeiro reproduz as ideias do autor literalmente para incorporá-las à sua abordagem sobre o participio:

[57] «E' digno de ler-se o que escreve Leoni sobre este assumpto: Os participios, que tem forma regular, são geralmente os que se conjugam com os verbos *ter* e *haver*, porque denotam uma acção feita ou executada; pelo contrario os irregulares, sendo apenas meros adjectivos verbaes, designam somente qualidade, como todos os adjectivos. Assim, não podemos dizer: *Temos afflicto a quem*, em vez de *temos affligido*: porque póde ser um estado não promovido ou causado por outrem; e «*affligido*» quer dizer «*feito afflicto*»; pelo que, «*Temos affligido*» significa *Temos feito o acto de affligir*, ou *temos feito com que a quem ficasse afflicto*» (RIBEIRO, 1885, p. 128).

No primeiro trecho oriundo da seção intitulada “Etymologia”, percebe-se outro exemplo de como Júlio Ribeiro articula as fontes a que recorre para elaborar seu texto

gramatical, sem necessariamente se pautar pelos vínculos teóricos das obras indexadas. A fim de fornecer ao leitor da *Grammatica portugueza* a etimologia da palavra “chacho”, Ribeiro tece um confronto entre Moraes e Silva (1813), Constâncio (1836), Diez (1836-1844) e Coelho (1870), além de Frei Domingos Vieira (s.d.), com o *Grande dicionário portuguez ou thesouro da língua portugueza*, publicado em 1871 e referenciado apenas nesse excerto da obra de Júlio Ribeiro. Esse dicionário foi concluído e preparado por um conjunto de colaboradores, entre os quais se destacam Adolfo Coelho (1847-1919) e Teófilo Braga (1843-1924). O *Grande dicionário* apresentou-se ao público como uma obra de ciência renovada, com trabalhos importantes na abertura de seus tomos: *Sobre a língua portuguesa*, no primeiro tomo, e *Chrestomathia historica da lingua portuguesa*, no segundo (VERDELHO, 2002).

Na passagem em que esses quatro autores são mencionados, podemos ler:

[58] E' esta a primeira vez que apparece a verdadeira etymologia da palavra portugueza *cacho*. Moraes nada diz sobre a derivação de tal palavra; o douto organisador do *Diccionario de Fr. Domingos Vieira* ensina que é ella de origem duvidosa; Diez (*Worterbuch der Romanischen Sprachen*) propõe *cap'lare* (*capulare*). Constancio deriva-a de *acinus*!!! O maior mestre actual da philologia portugueza, o colendo sr. Adolpho Coelho, entende que *colcha* e *trecho* são os casos únicos da conversão do grupo inedio *ct* em *ch*.

Colcha e *trecho* autorisam-nos a derivar *cacho* de *cacto* (Κάκτος), palavra grega que significa alcachofra, e que Plinio (21, 16, 57) empregou em Latim como nome de uma planta siciliana «que tem caules sahidos da raiz e alastrados pelo chão» (RIBEIRO, 1885, p. 137).

Notemos que, nesse fragmento, Júlio Ribeiro adere a opinião de Coelho (1870) para preterir as de Moraes e Silva (1813), Constâncio (1836), Diez (1836-1844) e Frei Domingos Vieira (1871). Existe, claramente, uma opção de Ribeiro por adotar a postura de Coelho (1870) e se contrapor aos demais gramáticos, a qual, defendemos, não passa por análises dos vínculos teóricos. As opiniões dos autores e das obras são empregadas não em virtude das tradições teóricas das obras e autores indexados, mas da compreensão do autor da *Grammatica* quanto à questão em tela. A adoção da opinião de Coelho (1870) para questionar a de Diez (1836-1844) evidencia a preocupação de Júlio Ribeiro em incorporar a análise que considera mais pertinente para solucionar o problema em perspectiva, em vez de, simplesmente, incorporar uma postura vinculada a uma determinada teoria, que poderia ser, indiferentemente, a do autor português ou a do autor alemão, por exemplo, as quais se esquivariam quanto à simbologia teórica.

No segundo trecho retirado da seção nomeada “Etymologia”, há outro excerto em que Júlio Ribeiro reporta Diez (1836-1844) para se opor à opinião etimológica do autor alemão. Notamos, na sequência, que o autor da *Grammatica portugueza* discorda que a classe dos nomes, nas línguas românicas, tenha derivado do caso acusativo, do latim. Para Ribeiro, “os substantivos portugueses derivam-se dos substantivos latinos em ablativo do singular (RIBEIRO, 1885, p. 147):

[59] Quer Diez (*obra citada*, vol. II pag. 3 e seguintes) que o caso gerador dos nomes romanicos tenha sido o accusativo. Sobre o plural, não ha duvida, foi. Quanto ao singular, as considerações do douto mestre tanto se applicam ao accusativo, como ao ablativo. O que elle diz dos nomes neutros *fel, mel, corpus, prectos* em portuguez *fel, mel, corpo, peito* é justo: não podiam vir do ablativo. Mas podiam vir do nominativo, e o proprio Diez o reconhece em relação a substantivos masculinos e femininos do Italiano e do Romeno. O que dá ganho de causa ao ablativo, que alias satisfaz a todas as exigencias, são as formas ablativas latinas *mecum, tecum, secum* que passaram agglutivas eom a preposição para o Italiano, para o Hespanhol, para o Portuguez (RIBEIRO, 1885, p. 147-148).

Também em “Etymologia”, a passagem seguinte apresenta um fragmento em que Júlio Ribeiro discorre sobre a etimologia do artigo em língua portuguesa. De acordo com o autor da *Grammatica*, “o artigo portuguez, cujas fórm flexionaes ou melhor variantes são *o, a, os, as*, deriva-se de *hoc, hac, hos, has*, fórm do abalativo singular e do accusativo plural do demonstrativo latino *hic, hoce, hoc* (RIBEIRO, 1885, p. 170). Essa opinião de Ribeiro é fundamentada por uma nota no final da página, na qual ocorre a indexação de diversos autores latinos, como podemos observar no excerto a seguir:

[60] O erudito Plinio o Moço, escriptor do 1.º seculo da Era Khristã, entendia que o prenome *hic, hæc, hoc*, empregado como determinativo deveria ser reconhecido como verdadeiro artigo (phobus *Art. Gram.*, Edição de Lindeman, § 572, pag. 349). Nas escolas do Imperio do Occidente usavam os grammaticos romanos de *hic, hæc, hoc*, para designar o genero dos nomes, como o confirma uma passagem de Prisciano (Egger, *Appollonnis Dyscolus*, Paris, MDCCCLIV, pag. 134-135) (RIBEIRO, 1885, p. 170).

É possível observar que Júlio Ribeiro incorpora mais uma vez a *Institutiones Grammaticae*, obra redigida em 18 volumes por Priscianus Caesariaensis, gramático latino que viveu no século VI d. C., ao lado de outros gramáticos latinos: Apollonius Dyscolus, gramático do século II d.C, que escreveu várias obras sobre as classes de palavras e a sintaxe; e Phobus, autor que desconhecemos. Essas opiniões dos gramáticos latinos sobre a etimologia do que se considera habitualmente como artigo

definido são comparadas por Ribeiro com as de Diez (1836-1844), Constâncio (1836), Passos (1865) e Leoni (1858), provavelmente com o intuito de mostrar que todos esses gramáticos não compreendem esse fenômeno a contento.

Júlio Ribeiro aponta, então, que Leoni (1858) é o único autor que acertou a etimologia do artigo no português, enquanto Diez (1836-1844), Constâncio (1836) e Passos (1865) não conseguiram observar devidamente os fatos. A menção que Ribeiro faz a esses autores, como podemos ver no trecho a seguir, é apenas uma análise de como eles observaram a questão debatida, visto que, como mostramos no excerto analisado anteriormente, a opinião do autor da *Grammatica* é fundamentada pela alusão a autores latinos:

[61] E' singular que quasi todos os etymologistas tenham desacertado a respeito da origem do artigo portuguez: Diez entende que elle tem certa apparencia particular, quasi anti-romanica, e quer á fina força identifical-o com o *el, lo, la*, hespanhol. Constancio fal-o vir do Grego. José Alexandre Passos segue a Constancio, e entra em explicações que tocam ao ridiculo. A origem do artigo acima exposta é intuitiva, e Leoni, comquanto cerebrino em suas lucubrações philologicas, andou com muito critero neste ponto (RIBEIRO, 1885, p. 170)

Guardia & Wierzejski (1876) voltam a ser referenciados por Júlio Ribeiro na seção designada “Etymologia”, para suas ideias servirem de fundamentação à compreensão que o autor da *Grammatica portugueza* tem a respeito do sufixo “undo”. Ribeiro incorpora a opinião de que essa desinência é originária da forma latina ablativa do sufixo “undus” e remete ao que chama de participios arcaicos. Na passagem em que ocorre essa indexação, podemos ler:

[62] 18) úndo: «Furibundo, meditabundo»: Vem de undo, fôrma ablativa do suffixo latino undus, desinencia de participios arkhaicos com força de participios presentes [GUARDIA & WIERZEJSKI, 1876] (RIBEIRO, 1885, 173).

Outra obra reportada pela primeira vez por Júlio Ribeiro, ainda em “Etymologia”, é *Aperçu de l'histoire des langues néo latines en Espagne*, publicado em 1857 por Adolph Helfferich (1813-1894) e Gédéon de Clermont (s.d.), sobre os quais pouco sabemos. Ribeiro incorpora a opinião desses autores uma única vez, apenas no fragmento que apresentamos na sequência, para coletar um exemplo que ilustra a origem etimológica do que identificamos modernamente como pronome

pessoal “eu”. Nesse gesto de incorporação, Júlio Ribeiro cita literalmente as palavras de Helfferich & Clermont (1857), como é possível observar no seguinte trecho:

[63] *Eu* é o abrandamento da fôrma romanica *eo*, em que se converteu o pronome latino *ego*. Em um documento gallego do seculo XIII já se lia «*E co dê illis carta de meu seelu sedada* [HELFFERICH & CLERMONT, 1857]». No celebre juramento de Luiz o Germanico, prestado em Strasburgo no anno de 842, já se vê *ego* transformado em *jeo* ou *ieo*: «*Si salvara ieo ciste meon frade Karlo*» (RIBEIRO, 1885, p. 177).

A *Grammatica portugueza elementar*, publicada em 1876, pelo português Teófilo Braga (1843-1924), volta a ser citada por Júlio Ribeiro nessa mesma seção para fornecer uma perspectiva acerca da origem do que conhecemos como pronome indefinido “quem” atualmente. Ribeiro incorpora a opinião de Braga (1876), segundo a qual esse pronome tem como origem a expressão “qh’heme”, que significaria “que homem”. Podemos conferir esse gesto de incorporação do autor da *Grammatica* na imagem a seguir (excerto número sessenta e quatro):

d’instruction secondaire, publicada em 1874, pelo francês Auguste Brachet (1844-1898), um importante filólogo discípulo de Gaston Paris (1839-1903). A principal contribuição de Brachet para a filologia de sua época foi a construção das leis que organizam a evolução do francês a partir do latim e o desenvolvimento de uma etimologia pautada na forma das palavras (SWIGGERS, 1992; CAVALIERE, 2000). No fragmento seguinte, Ribeiro incorpora a opinião de Brachet (1874) sobre a função da desinência “re” no português:

[65] Segundo Brachet a desinencia «re» do infinito era para dar mais corpo á palavra. A fórma italiana usual «essere», a provençal «esser» e a franceza antiga «estre» explicam esta fórma do infinito portuguez que é tambem a do hespanhol (RIBEIRO, 1885, p. 180).

A próxima passagem em que indetificamos citação realizada por Júlio Ribeiro traz outra incorporação da opinião de Coelho (1870) em “Etymologia”. Nessa, Ribeiro busca fundamento no autor para explicar a formação do que identificamos modernamente como terceira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo “ser”, tal qual podemos observar a seguir:

[66] O Castelhana ficou com «es» como forma d’esta pessôa; mas em Portuguez, o s sendo desinência da 2.^a pessôa, cahiu, e ficou constituída e vigente a fórmá «é» [COELHO, 1870] (RIBEIRO, 1885, p. 181).

A supracitada alusão a Coelho (1870) é a primeira de uma sequência de citações sobre a formação dos verbos no português. A primeira citação é da *Grammatica da lingua portuguesa*, escrita pelo português João de Barros (1496-1570), publicada em 1540. De finalidade pedagógica e doutrinal, a obra de Barros colocou a língua portuguesa no mesmo patamar que o latim e as demais línguas europeias, feito que sinalizava o valor da língua portuguesa diante dessas línguas, que já tinham sua gramática ou estavam em vias de ter (LEITE, 2007). A alusão a essa obra no próximo trecho serve para Júlio Ribeiro se apropriar de um exemplo que ilustra o verbo “ser” conjugado na segunda pessoa do plural do presente do indicativo:

[67] e) 2.^a Pessôa. — A segunda pessôa do plural foi substituída pela correspondente do presente do subjunctivo «sitis», que produziu «sondes, soedes, sodes» que quando se não podia dar a homonymia com «soeis». (do verbo *soer*, em Latim *solere*), syncopou-se em «sois». Encontram-se as fórmás «sondes, sodes, soees, soes [BARROS, 1540] » (RIBEIRO, 1885, p. 181).

O próximo fragmento também demonstra a incorporação da opinião de Barros (1540) para tratar da formação da segunda pessoa do plural no presente do indicativo do verbo “haver”. Dessa vez, no entanto, Júlio Ribeiro não recorre ao gramático do século XVI para empréstimo de um exemplo, pois cita o autor para incorporar a ideia de que a mudança na conjugação dos verbos na segunda pessoa do plural do presente do indicativo – no caso, a síncope – foi estabilizada:

[68] Em uma carta de Affonso V, vem-se as fórmãs *habe-is, pode-is, sabe-is*. Até os fins do século XIV a segunda pessoa do plural deste tempo nas três primeiras conjugações conservou abrandado em *d* o *t* da terminação latina *tis* «*mata-des, perde-des, queredes-des*». Todavia no *Cancioneiro Geral* já se encontram as fórmãs *guarda-ys, dirye-is, quizere-is*. Em uma carta de Affonso V, vem-se as fórmãs *habe-is, pode-is, sabe-is*. A partir dos meados do século XV foi que prevaleceu esta forma sincopada: João de Barros fixou-a (RIBEIRO, 1885, p. 186-187).

Júlio Ribeiro volta a citar Diez (1836-1844) nessa sequência em que discorre sobre a formação dos verbos, em mais duas passagens. Na primeira, Ribeiro reproduz literalmente a opinião do autor alemão para mostrar a formação do que conhecemos nos dias atuais como segunda pessoa do plural dos verbos regulares, como podemos observar a seguir, em que o verbo “cantar” serve de exemplo:

[69] Frederico Diez: «Apoiado no *n* conservou-se em alguns verbos o *d* primitivo, e em geral no futuro do subjunctivo e no infinito conservou-se apoiado sobre o *r* (*cantardes*). Regularmente, porém, tal *d* cahiu, e o *a* que o precedia, quando não fortificado pelo *accento*, converteu-se em *i* (*cantáis, cantaríeis*)» (RIBEIRO, 1885, p. 187).

No segundo trecho, Júlio Ribeiro volta a reproduzir as palavras de Diez (1836-1844) para tratar da conjugação de três verbos no que conhecemos atualmente como pretérito imperfeito do indicativo. É possível observar que Ribeiro defende a ideia, por meio da incorporação literal das palavras do autor alemão, de que os verbos “por”, “ter” e “vir” possuem conjugação particulares:

[70] A respeito das fórmãs *punha, tinha, vinha*, escreve Diez: «O imperfeito do indicativo nos três verbos *pôr, ter, vir*, apresenta flexões inteiramente particulares *punha, tinha, vinha*, com deslocação do *accento* e mudança da vogal radical. E' de supor que se tenha recuado o *accento* para melhor consolidar o «*n*» radical que, sem isso, teria cahido como no infinito: empregou-se a fórmula *pónia* (escripta *ponha*) para que se não perdesse o

«n», e trocaram-se «o» e «e» por «u» e «i», para distinguir este tempo do presente do subjuntivo. Todavia existiam outras variantes usadas sem *n*, como *teeya* a par de *tinha*; *via* a par de *vinha*. (Santa Rosa)» (RIBEIRO, 1885, p. 188-189).

No último excerto dessa sequência a respeito da formação dos verbos, Júlio Ribeiro volta a recorrer às obras de Duarte Nunes de Leão (1606 e 1576). Na incorporação que Ribeiro faz das ideias de Nunes de Leão (1606), o propósito é mostrar que a formação do futuro com o verbo “*haver*” seguido do infinitivo já era reconhecida há bastante tempo na língua portuguesa. Eis a passagem:

[71] Esta formação do futuro romanico foi reconhecida primeiramente no Hespanhol por Antonio de Nebrija, e depois no Portuguez por Duarte Nunes de Leão (RIBEIRO, 1885, p. 193-194).

Nesse trecho, ainda é possível observar a única referência realizada por Júlio Ribeiro da *Gramática de la lengua castellana*, publicada em 1492, por Antônio de Nebrija (1441-1522). Essa gramática é considerada a primeira gramática de uma língua românica (AUROUX, 2009). No caso, o gramático espanhol é citado por Ribeiro como o primeiro a reconhecer a formação verbo “*haver*” seguido do infinitivo para a formação do futuro. Podemos dizer, destarte, que o autor da *Grammatica* averigua uma grande quantidade de obras e, conseqüentemente, interpretações etimológicas para pontuar as suas próprias interpretações.

Fechamos a análise das indexações realizadas para obtenção de dados empíricos das línguas na seção intitulada “*Etymologia*”, da “*Parte primeira*”, com outra citação oriunda de Brachet (1874). Essa menção ocorre para que Júlio Ribeiro incorpore a opinião do autor francês para fundamentar sua reflexão sobre a transformação pela qual passou a língua latina para transformar-se em língua portuguesa:

[72] A nova lingua que se ia constituindo, assim como tinha abandonado as desinencias dos casos [269, 7)] para as substituir por preposições, tambem abandonou na conjugação as fórmas verbaes dos tempos compostos para as substituir por verbos auxiliares, consecuencia natural da necessidade que impellia a lingua latina a passar do estado synthetico para o analytico [BRACHET, 1874] (RIBEIRO, 1885, p. 201).

A partir deste ponto, passamos a investigar as citações presentes na “*Parte segunda*” da *Grammatica portugueza*. Além de uma breve introdução denominada

“syntaxe-generalidades”, há, nessa segunda metade, como descrevemos anteriormente, os quatro livros: “Syntaxe lexica”, “Syntaxe logica”, “Regras de syntaxe” e “Additamentos”. Como são poucos os excertos em que se nota alusão a autores com a finalidade de analisar dados empíricos das línguas, agrupá-los-emos de acordo com o autor mencionado, em vez de seguir a sequência de aparição no texto da *Grammatica*, como estávamos priorizando. A numeração que estabelecemos neste capítulo, entretanto, seguirá a mesma ordem crescente que vínhamos apresentando.

As referências que mais ocorrem, com o objetivo de fornecer dados empíricos da língua portuguesa ou de outras línguas, são as que Júlio Ribeiro faz de Diez (1836-1844). Entre as quatro referências feitas a esse autor, a primeira ocorre no “Livro terceiro”, “Regras de syntaxe”, para Ribeiro explicar uma regra de construção particular com os verbos “deixar”, “fazer”, “ouvir” e “ver”. A incorporação das ideias de Diez (1836-1844) acontece para o autor da *Grammatica* postular que, com esses verbos, na segunda pessoa, a escolha do falante deve ser por outra construção, conforme se pode ver no trecho seguinte:

[73] Todas estas sentenças contém dous verbos com duas pessôas activas, das quaes uma, em sua qualidade de sujeito, *deixa, faz, ouve, vê*; e outra opéra em relação á vontade ou á sensação da primeira. Si por parte da segunda pessôa não ha acção usa-se de qualquer outro torneio de phrase [DIEZ, 1836-1844] (RIBEIRO, 1885, p. 255)

A segunda citação a Diez (1836-1844) acontece também no “Livro terceiro”. Júlio Ribeiro incorpora as ideias do autor alemão em situação semelhante – “o que se dava entre o imperfeito do indicativo e o presente dava-se tambem entre o imperfeito do condicional e o futuro” – à condenação do uso do que se considera habitualmente como futuro do pretérito do indicativo no lugar do presente do indicativo, comum em alguns textos literários. Segundo Ribeiro, “os escriptos do seculo XVI encontra-se um uso curioso que deve ser mencionado apesar de estar banido atualmente. O imperfeito do indicativo fazia as vezes do presente, e até alternava-se com elle na mesma sentença [...]” (RIBEIRO, 1885, p. 276). Eis o excerto²²:

²² Nesse excerto em que Júlio Ribeiro cita Diez (1836-1844), encontramos um nome (ou nomes) que não aparece(m) em outros momentos da *Grammatica portugueza*: Ferreira e Faria e Souza.

[74] O que se dava entre o imperfeito do indicativo e o premente [sic] dava-se também entre o imperfeito do condicional e o futuro, ex.: «Se armas queres ver, como tens dito, cumprido esse desejo te seria (será)». Camões.
Ferreira e Faria e Sousa chamaram «vulgaridade, modo vulgar» a este uso. Diez tem-no por «solecismo» (RIBEIRO, 1885, 277)

O próximo trecho em que se percebe indexação de Diez (1836-1844) também está localizado na mesma parte da gramática que os dois anteriores. A opinião do autor alemão quanto à possibilidade de existir dupla negação no português é incorporada por Júlio Ribeiro por meio da reprodução de um exemplo retirado de sua obra, tal qual se pode notar na seguinte passagem:

[75] E' este o uso actual da lingua: os classicos reforçavam com a negativa *não* a *nada*, *nenhum*, *ninguem*, *nunca*, estivessem muito embora antes do verbo, ex.: «*Para que* ninguém não *saiba*». Empregavam ás vezes como reforço, sinão como pleonasma, uma triplíce negação, ex.: «*Eu não vou nunca á casa de* ninguém [DIEZ, 1836-1844]». (RIBEIRO, 1885, p. 299-300).

Por fim, no último fragmento em que Júlio Ribeiro reporta a Diez (1836-1844), localizado ainda no “Livro terceiro”, em “Regras de syntaxe”, há um exemplo que ilustra um uso para a preposição “de” com verbos antônimos ao verbo “despojar”, tal qual demonstra o excerto a seguir:

[76] O sentido oposto de despojar exige também *de*: em Italiano, por exemplo, «*Spogliare, privare, diffradare, sgombrare, scaricare, sfornire d'una cosa*». Em Latim baixo «*De pecoribus denudare* (Gregorio de Tours, 4, 45) — *Evacuare de hominibus* (*Ibidem*, 6, 31) [DIEZ, 1836-1844] » (RIBEIRO, 1885, 306-307)

Outra obra a que Júlio Ribeiro recorre mais de uma vez nesta “Parte segunda” da *Grammatica portugueza é Postilhas de grammatica geral*, publicada em 1862, por Sotero dos Reis (1800-1871), autor vinculado à teoria racionalista, conforme mencionamos. Na primeira citação que Ribeiro faz do autor, no “Livro terceiro”, acontece a correção de sua opinião acerca da existência de um sujeito oculto para o verbo “haver”, com significação de “existir”. Podemos notar que Júlio Ribeiro rejeita

Possivelmente, trata-se dos escritores portugueses António Ferreria e Manuel de Faria e Sousa, ambos do século XVII.

as ideias de Sotero (1862), pois as define como “sutileza metafísica”, que se contrapõe aos fatos linguísticos:

[77] Também não passa de sutileza metaphisica, condemnada pelos factos linguisticos, a explicação que desenvolvidamente dá Sotero dos Reis: «O verbo unipessoal *haver*, cuja significação é a mesma de *existir* emprega-se ordinariamente com o sujeito grammatical occulto — *classe, genero, especie, porção, quantidade, numero, tempo, espaço*, etc. — e um complemento expresso desse sujeito precedida da preposição *de* tambem oeculta». Ex.: «Dizei-lhe que tambem dos Portuguezes Alguns traidores houve algumas vezes». (Camões) (RIBEIRO, 1885, p. 292).

Na segunda referenciação que Júlio Ribeiro faz de *Postilhas de grammatica geral*, agora no “Livro quarto”, “Additamentos”, mais uma vez o propósito é condenar a opinião desse autor a respeito da transformação pela qual as línguas passam. Na *Grammatica*, o autor afirma que “a tendencia que actualmente apresentam todas as linguas para tornarem-se analyticas, é a causa da preferencia que cada vez mais tem a construcção direita sobre a inversa” (RIBEIRO, 1885, p. 326). Por essa razão, a opinião de Sotero (1862) é preterida, pois, tal qual observamos a seguir, a causa de mudança para esse gramático é a leitura de autores franceses, por exemplo, fato com que Ribeiro não concorda:

[78] Não é por se não fazer estudo dos modelos legitimos e castiços, não é por se lerem muito os livros francezes que se vai transformando a lingua portugueza; nem tal transformação é vergonhosa ou prejudicial [SOTERO, 1862]. Producto inevitável, necessário, fatal da evolução linguistica, ella accusa nova phase do modo de pensar, accusa desenvolvimento do cerebro, accusa progresso da humanidade (RIBEIRO, 1885, p. 326).

Outra obra indexada duas vezes por Júlio Ribeiro nessa segunda parte de sua obra é a de Coelho (1870), *Grammatica portugueza: Theoria da conjugação em latim e portuguez*. No primeiro trecho, presente no “Livro terceiro”, “Regras de syntaxe”, a referenciação do autor português cumpre o fim de apresentar opinião definitiva sobre o que nomeamos modernamente como voz passiva sintética e o pronome apassivador “se” nesse tipo de construção. Para Ribeiro, fundamentado em Coelho (1870), o “se” nesse tipo de construção é uma partícula, não um pronome. Eis esse primeiro fragmento:

[79] Grande debate tem suscitado esta particula *se* entre os grammaticos portuguezes: a ultima palavra sobre a questão foi dita pelo eminente

linguista, sr. Adolpho Coelho [COELHO, 1870], que, estribado nas doudas investigações dos mestres allemães, elucidou-a cabalmente, filiando este processo portuguez de conjugação no puro processo latino (RIBEIRO, 1885, p. 262).

O segundo excerto encontra-se ainda nessa parte da *Grammatica* em que se localiza o anterior. Nesse, a obra de Adolfo Coelho (1847-1919) citada é *Questões da lingua portugueza*, publicada em 1874. Trata-se de outra obra de orientação histórico-comparatista, segundo apresentação feita anteriormente neste capítulo (VASCONCELOS, 1888; FÁVERO & MOLINA, 2007). A citação dessa obra acontece para Júlio Ribeiro incorporar um exemplo sugerido por Coelho (1874) sobre o uso da palavra “possível” como um advérbio, tal qual se pode notar:

[80] Os adjectivos que têm uma só fôrma para ambos os gêneros admittem tambem este uso, porém mais raramente. Já se viu o exemplo de, Gil Vicente (324). Uma construcção usadíssima é a adverbiação do adjectivo *possivel*, ex.: «*Vai em nove annos que o auctor empreheudeu trabalhos que deviam ser os mais completos possivel sobre as linguas, as tradições e as superstições do seu paiz*» [COELHO, 1874] (RIBEIRO, 1885, p. 315).

Também encontramos, nessa “Parte segunda” da *Grammatica portugueza*, três citações de dicionários. A primeira delas é do *Novo diccionario critico e etymologico da lingua portugueza*, de Constâncio (1836). Ribeiro volta a referenciar esse autor para corrigir sua redação e, assim, utilizá-lo como modelo a não ser seguido, por empregar o imperativo no lugar do subjuntivo em sentenças de negação, conforme demonstra o próximo trecho, retirado do “Livro terceiro”:

[81] 506. Nas sentenças de negação, em vez do imperativo usa-se do subjuntivo, ex.: «*Não faças a outrem o que não quizeras que te fizessem a ti*».

Contra esta regra peccou o douto lexicographo Portuguez, F. S. Constancio, que, na «*Introducção Grammatical*» do seu *Diccionario*, escreveu «*Não faze a outrem, etc.*» (RIBEIRO, 1885, p. 269).

Nessa mesma parte da *Grammatica portugueza*, encontramos a única citação do *Diccionario portuguez-francez*, publicado em 1856 pelo português José Ignacio Roquete (1800-1870), autor conhecido pelos dicionários de finalidade prática que elaborava (VERDELHO, 2002; RAZZINI, 2010). Podemos ver, na passagem a seguir, que Júlio Ribeiro reporta-se a essa obra para demonstrar que o verbo “poder” assume significado de “ser possível” e, nesse caso, torna-se impessoal:

[81] 536. O verbo *poder*, além da sua significação própria, tem também a de *ser possível* [ROQUETE, 1856]: neste caso assume o kharacter de impessoal, ex.: «póde *haver muitas mortes*, isto é, E' possível *haver muitas mortes*» (RIBEIRO, 1885, p. 294).

Por fim, ainda no “Livro terceiro”, “Regras de syntaxe”, notamos outra menção do *Diccionario da lingua portugueza*, de Antônio de Moraes e Silva (1813), na qual Júlio Ribeiro coleta um exemplo do dicionarista sobre o uso da palavra “jamais” no lugar de “nunca”, para sustentar essa possibilidade de intercâmbio entre as duas palavras na *Grammatica*. Eis o fragmento em que essa indexação ocorre:

[82] 561. *Jamais* emprega-se em lugar de *nunca*, ex.: «*Eu jamais poderei ser rico*». E' também reforçado pela negativa principal *não* no mesmo caso em que o é *nunca*, ex.: «*Não descançou jamais*». Encontram-se exemplos classicos de *nunca jamais*, ex.: «*Os maiores apparatus de guerra que nunca jamais se viram* [MORAES E SILVA, 1813]» (RIBEIRO, 1885, p. 300).

Na “Parte segunda” da *Grammatica portugueza*, Júlio Ribeiro cita ainda outras obras com a finalidade de obter dados empíricos da língua portuguesa ou de outras línguas para fundamentar suas análises gramaticais. Todas elas estão no “Livro terceiro”, “Regras de syntaxe”. A primeira delas é Brachet (1876), que volta a ser incorporado por Ribeiro para oferecer a seu leitor uma explicação para o fato de o pronome “o”, que conhecemos no presente como demonstrativo, não se flexionar quando empregado em função de pronome substantivo, cujo referente é plural. Podemos ler a seguir:

[83] Sobre a concordancia destes pronomes substantivos da terceira pessoa em relação predicativa, é digna de ler-se a seguinte elucidação de Brachet, elucidação que, substituído, *illud* por *hoc*, póde-se aplicar sem restricções ao Portuguez:

O, quando não designa pessoas, mas sim cousas, como nesta phrase: «*A Polonia perecerá, eu o prevejo*», significa *isso*, vem do Latim *illud* e nos representa quasi o unico resto do genero neutro que possuímos ainda em Francez. Eis o que nos explica porque ás perguntas «*Sois vós a mãe deste menino?*» ou «*Sois vós a doente?*» torna-se necessário responder «*Eu a sou*», isto é, «*Eu sou a pessoa de que follaes*»; ao passo que ás perguntas «*Sois vós mãe? — Estaes vós doente?*» a resposta deve ser «*Eu o sou — Eu o estou, illud*», isto é, «*eu sou isso; é assim que eu estou; é o que me tendes perguntado; possuiu a qualidade de mãe; estou em estado de doença*» (RIBEIRO, 1885, p. 257)

Na sequência, constatamos a referenciação inédita de Júlio Ribeiro: *Manuel de philologie classique*, publicado em 1880, de Salomom Reinach (1858-1932). Trata-se de uma das primeiras obras produzidas por esse intelectual que se dedicou à

arqueologia e à história, cuja origem é a adaptação de *Triennium philologicum*, escrita por William Freund (s.d.) (CAGNAT, 1933). Ribeiro reproduz as palavras do autor francês para fornecer um panorama do funcionamento do infinitivo na língua latina, tal qual é possível verificar na seguinte passagem:

[84] Vale a pena ler o que escreve Reinach sobre isto:
 «Como o supino latino, o infinito em sua origem não tem activo e nem passivo; ou antes, a mesma forma pode tomar os dous sentidos como os nomes abstractos: *amor dei*. E' o que ainda se vê nos tomeios modernos de phrase: «*Ich höre erzählen — Par les traits de Jehu j'ai vu percer le pire*». Porque o valor nominal primitivo do infinito reaparece em nossas linguas analyticas» (RIBEIRO, 1885, p. 263).

Na terceira dessas indexações, Júlio Ribeiro volta a mencionar a *Grammaire comparée de la langue française*, de Cyprien Ayer (1876), para defender a existência de semelhança entre o que conhecemos nos dias atuais como futuro do presente do indicativo e o futuro do pretérito do subjuntivo. Ribeiro incorpora a opinião de Ayer (1876) de que o que nomeamos como futuro do preterido do indicativo nada mais é senão o infinitivo seguido das desinências “ia”, “ias”, por exemplo, conforme é possível observar neste excerto:

[85] Entre o futuro e o condicional ha analogia, não sómente de forma, mas até de significação. Com effeito, o condicional indica um porvir em relação ao passado, como o futuro designa um porvir em relação ao presente: «*Eu SEI que você não IRà a Paris — Eu SOUBE que você não IRIA a Paris*». O Portuguez, para exprimir este matiz de differença, concebeu o condicional sob a forma de um infinito (*amar*) que indica o futuro, e de desinencias (*ia, ias, etc.*) que mostram o passado [AYER, 1876] (RIBEIRO, 1885 p. 270).

Júlio Ribeiro volta a reportar a *Pequena grammatica da lingua portuguesa*, de Grivet (1865), em um fragmento ainda no “Livro terceiro”, no qual incorpora a opinião do autor suíço de que o verbo “fazer”, em contexto identificado atualmente como tempo transcorrido, não possui sujeito e, portanto, é um verbo impessoal. Eis a passagem:

[86] 533. O verbo *fazer* empregado em sentenças como «*Faz annos que estou aqui — Faz mezes que nos vimos*», conservando-se transitivo, assume o kharacter de verdadeiro verbo impessoal, e não pôde ter sujeito claro [GRIVET, 1865] (RIBEIRO, 1885, p. 291).

Também no “Livro terceiro”, “Regras de syntaxe”, encontramos outra citação de Vergueiro & Pertence (1862). Essa ocorre para Júlio Ribeiro extrair a opinião de

Jerónimo Contador de Argote (1676-1749), sobre o que considera sujeito do verbo “haver” empregado com sentido de existência. Podemos ver a seguir, que essa opinião de Argote é preterida por Ribeiro, que a considera um “dislate”:

[87] E', pois, dislate a doutrina de Argote assim formulada por Vergueiro e Pertence [VERGUEIRO & PERTENCE, 1862]: «O verbo *haver* empregado no sentido de existir usa-se nas terceiras pessoas do singular ainda que o sujeito seja da terceira pessoa do plural (RIBEIRO, 1885, p. 292).

Finalmente, a última obra citada na “Parte segunda” da *Grammatica portugueza* é uma gramática referenciada pela primeira vez por Júlio Ribeiro, o *Compendio de grammatica portugueza*, de Augusto Freire da Silva (1836-?), publicado originalmente em 1875. Trata-se de uma obra redigida nos moldes das gramáticas racionalistas, posteriormente adaptada para contemplar o programa de Fausto Barreto, de 1987. Augusto Freire da Silva foi um dos principais interlocutores de Ribeiro em polêmicas envolvendo questões de linguagem (FÁVERO & MOLINA, 2006; AQUINO, 2016).

Na indexação feita dessa obra por Júlio Ribeiro, o propósito é criticar a opinião, provavelmente de Antônio de Moraes e Silva (1755-1824), na qual o autor defende que o verbo “haver” é unipessoal quando empregado com sentido de existência. No próximo trecho, notamos que Ribeiro reproduz as palavras exatas de Freire da Silva (1875) e as compara com as de Sotero (1862), nas passagens setenta e sete e setenta e oito:

[88] Como a de Sotero pecca ainda por methaphisica e falsa a doutrina de Moraes, exposta pelo sr. Dr. Freire da Silva nos seguintes termos [FREIRE DA SILVA, 1879]: «Muitos grammaticos chamam o verbo *haver* unipessoal, quando empregado, como nas phrases seguintes: «*Ha homens extraordinários — Havia iguarias — Si houver tempo, irei visital-o*». E' elle, ao contrario, o mesmo verbo *haver* pessoal e transitivo, com a significação de *ter* ou *possuir*, derivado de *habere* que, em tal caso, é elegantemente usado no singular com o sujeito occulto, o qual facilmente se subentende pelo sentido, como se vê das mesmas phrases que em seguida se acham repetidas com os sujeitos claros: «*Ha homens extraordinarios*, isto é, *O mundo ha ou tem homens extraordinarios — Havia iguarias* isto é, *a mesa havia ou tinha iguarias — Si houver tempo, irei visital-o*, isto é, *Si eu houver ou tiver tempo, irei visital-o*» (RIBEIRO, 1885, p. 293).

Não podemos deixar de considerar, por fim, as alusões feitas por Júlio Ribeiro nos anexos da *Grammatica portugueza*. Todas as referências são realizadas com o objetivo de apresentar evidências empíricas de diversas línguas, não apenas do

português. Fogem a esse padrão apenas duas menções realizadas por Ribeiro para se posicionar teoricamente. A primeira, que ocorre no primeiro anexo, “Agente indeterminado em romanico”, contém uma série de nomes que o autor da *Grammatica* considera relevantes para seu *horizonte de retrospectão*. Como podemos ver no fragmento a seguir, com exceção de G. Waldbach, autor sobre o qual nada sabemos, são nomes já mencionados por Ribeiro em sua obra:

[89] É não me apresento como exhibindo novidades: sigo apenas os passos dos srs. G. Waldbach e Adolpho Coelho, de Diez. e Bopp, de todos os mestres de philologia e linguística (RIBEIRO, 1885, p. 333).

A segunda, que podemos observar na próxima passagem, é uma menção a Karl von Reinhardstoettner, para dizer que o segundo anexo, “O artigo português”, é uma resposta às críticas realizadas por esse autor em uma revista alemã, à qual não tivemos acesso, mas que, conforme se pode ver, também faz parte do *horizonte de retrospectão* de Júlio Ribeiro:

[90] Este, bem como os subsequentes artigos, escrevi-os em homenagem ao erudito dr. Karl von Reinhardstoettner: era dever meu dar as razões da não acceitação de algumas das emendas que em o numero 5 do «*Literaturblatt für germanische and romanische Philologie*». de 1882 fez-me o douto professor (RIBEIRO, 1885, p. 343).

A primeira referenciação que Júlio Ribeiro faz nos anexos para apresentar dados empíricos das línguas é de Guardia & Wierzejski (1876). No primeiro anexo, “Agente indeterminado em romanico”, Ribeiro reporta a opinião dos autores para discorrer acerca da função da voz passiva em latim, conforme podemos conferir neste trecho:

[91] A voz passiva em Latim classico tem por principaes objectos
 1) trazer a lume o nome que teria servido de paciente, si a oração fosse construida em voz activa, nome esse que na passiva figura como sujeito.
 2) indicar uma acção sem designação precisa do agente, que a leva a effeito [GUARDIA & WIERZEJSKI, 1876] (RIBEIRO, 1885, p. 336-337).

No segundo anexo, “O artigo portuguez”, observamos uma passagem em que a indexação de Júlio Ribeiro ocorre para preterir as opiniões de dois autores: Constâncio (1836) e Passos (1865), que defendem a etimologia grega dos artigos em português, opinião com a qual Ribeiro não concorda, segundo com o que mostramos

no excerto já citado. Nessa, o gramático também pondera a respeito da opinião de Diez (1836-1844), tal qual podemos conferir a seguir:

[92] Postas de parte por anti-historicas e falhas as opiniões de Constancio e de José Alexandre Passos , que entendem vir o artigo portuguez das formas do artigo grego *ó, o* (ho, he), examine-se a doutrina de Diez, seguida por quasi todos os romanistas (RIBEIRO, 1885, p. 343).

Na temática da etimologia do artigo, presente no anexo supracitado, Júlio Ribeiro volta a citar Diez (1836-1844) para mostrar que as suspeitas do autor alemão confirmam sua posição de que a etimologia do artigo em português é latina e não grega, como podemos observar no seguinte fragmento:

[93] Mas isto é forçar a derivação, e o prespicassimo e honestíssimo Diez reconhece-o. Diz elle :
 «Este artigo dá ares de ter alguma cousa de particular, quasi de anti-romanico».
 Ainda mais: em relação ao pronome provençal Diez reconhece a verdadeira etimologia da forma *o*. «Para a terceira pessoa, diz o venerando e saudoso mestre faz-se mister assignalar ainda o neutro *o* (Latim *hoc*) de um radical diferente, por exemplo *S' ilh es folha, ja ieu non o serai*».
 Em vista do exposto relevar-me-á o douto professor de Munich que eu continue a manter nesta edição a etimologia que dei na primeira ao artigo portuguez (RIBEIRO, 1885, p. 347).

No anexo terceiro, denominado “Aoristo”, Júlio Ribeiro volta a referenciar Dübner (1855), dessa vez para recorrer à opinião de Burnouf (1801-1852) que justifique as contradições existentes entre gramáticas de diversas línguas quanto à denominação do que nomeamos nos dias atuais pretérito perfeito do indicativo. A intenção de Ribeiro na incorporação literal da opinião Burnouf (1801-1852) em Dübner (1855) é defender o uso do termo “Aoristo”, que optou por utilizar na *Grammatica portugueza*:

[94] Burnouf, procurando explicar esta contradicção, diz [DÜBNER, 1855] :
 «Le mot *aoriste* vient du grec *ἀόριστος*, et signifie *indéfini, indéterminé*. Pourquoi donc le même temps s' appelle-t-il en français *défini* et en grec *indéfini*? Le voici: en français la denomination de ce temps est tirée de l' emploi qu' on en fait. Or, on ne s' en sert que quand l' époque est fixée par quelque terme accessoire, comme *l' an dernier*. En grec, au contraire, sa dénomination est tirée de sa nature même. Or par sa nature il est indéterminé; car si vous dites, *je lus ce livre*, on vous demandera, *quand?* et c' est la réponse à cette question qui seule déterminera l' époque. *Je lus* n' offre donc par lui même qu' une idée infinie, indéterminée; la dénomination d' *aoriste* est donc parfaitement juste. A la difference du

français le grec emploie souvent cette forme dans les phrases où l' époque n' est marquée par aucun terme.» (RIBEIRO, 1885, p. 348).

Diez (1836-1844) é referenciado mais uma vez nesse mesmo anexo, para Júlio Ribeiro expor sua opinião sobre a controversa definição ao tempo verbal referido. Podemos ver, no fragmento abaixo, que Ribeiro apresenta, com base na incorporação literal das palavras de Diez (1836-1844), argumentos para a utilização do termo “Aoristo” em detrimento de outras possibilidades:

[95] Em relação ao nome do tempo Diez, é ainda mais positivo: 3«Os grammaticos francezes chamam-lhe *definito* porque, segundo a opinião d' elles, esse tempo designa um momento determinado – *j' ecrivis hier* –. E' uma expressão *mal escolhida*, e que *não convem* ao seu emprego mais importante como tempo historico. O Italiano diz pelo inverso *indeterminato*, e o Grego designa um tempo absolutamente semelhante pela palavra $\acute{\alpha}\omicron\rho\iota\sigma\tau\omicron\varsigma$ » (RIBEIRO, 1885, p. 348-349).

Ainda nesse terceiro anexo, “Aoristo”, notamos uma citação inédita (antecedida apenas por uma breve menção, segundo mostramos no excerto oitenta e nove): a *Grammaire Comparée des Langues Indo-Européennes*, publicada em 1833 pelo alemão Franz Bopp (1791-1867). Bopp é considerado fundador da linguística indo-europeia, um dos principais nomes da gramática histórico-comparatista. A referência a seus trabalhos é um procedimento muito comum nas gramáticas brasileiras do final do século XIX (CAVALIERE, 2000; STÉFANINI, 1971; CHEVALIER, 1996). Júlio Ribeiro incorpora literalmente a opinião de Bopp (1833), conforme se pode notar a seguir, sobre a denominação dos tempos verbais na língua grega:

[96] Diz Bopp: «Assim o perfeito latino, a que por sua significação ter-se-ia bem o direito de chamar aoristo, *nada tem de commum com o perfeito grego e sãoscrito*. Eu creio poder relacionar todas as fórmulas delle ao aoristo sãoscrito, mesmo sem exceptuar as fórmulas redobradas como *cucurri, momordi, cecini*. Temos, com effeito, aoristos como *ácúcuram*, medio *ácúcurê* (raiz *cur* «roubar» e $\acute{\epsilon}\pi\epsilon\phi\omicron\rho\alpha\delta\omicron\upsilon$, $\acute{\epsilon}\pi\epsilon\phi\omicron\upsilon$ *Cucurri, momordi, cecini* perderam simplesmente o augmento, como tambem o perderam *scripsi, vexi, mansi*, e como tambem o perdeu o imperfeito. E' esta ausência de augmento, que lhes dá o aspecto de perfeitos gregos e sãoscritos» (RIBEIRO, 1885, p. 349).

O anexo terceiro apresenta ainda outras duas citações, com opiniões que Júlio Ribeiro reproduz para confirmar sua preferência por “aoristo” em vez da denominação que identificamos na atualidade como “pretérito perfeito do indicativo”. Segundo suas

palavras: “Concluo que, sem restricções e legitimamente, se pode chamar a esse tempo *aoristo*. E para corroborar a conclusão tenho ainda duas autoridades” (RIBEIRO, 1885, p. 350). A primeira delas é Diez (1836-1844):

[97] Diez: «Os tempos do passado (romanico) comparam-se melhor com os tempos do Grego do que com os do Latim. O imperfeito corresponde ao imperfeito grego; o primeiro perfeito ao aoristo; o segundo perfeito ao perfeito» (RIBEIRO, 1885, p. 350).

A segunda opinião é do francês Victor-Amédée de Caix de Saint Aymour (1843-1921), no texto *La langue latine étudiée dans l'unité indo-européenne: histoire, grammaire, lexique*, publicado em 1867. Caix de Saint Aymour exerceu as atividades de historiador, linguista e arqueólogo. Eis o excerto, que também confirma a preferência de Júlio Ribeiro pelo termo “aoristo”:

Gaix de Saint Aymour : «En dehors de ce parfait par redoublement, le latin connait deux autres parfaits d’ une formation toute differente; nous voulons parler des parfaits en vi ou Benfey a reconnu le premier le parfait fui du verbe fu (rac. bhū, *exister, être*), et aussi du parfait en si *qu’ il faudrait nommer aoriste, né du verbe as, en latin es, souffler, respirer, exister, être*» (RIBEIRO, 1885, p. 350).

Guardia & Wierzejski (1876) voltam a ser mencionados por Júlio Ribeiro para fornecer uma opinião que fundamente sua preferência, pelas letras “kh” para grafar palavras cuja etimologia é grega, redigidas com X, defendida no quarto anexo “O grupo kh”. A intenção de Ribeiro nessa indexação é incorporar uma opinião que confronte a perspectiva de Karl von Reinhardstoettner, conforme demonstra a seguinte passagem:

[99] E tal grupo não é *novo* como o entende o sabio professor de München, Dr. von Renhardstoettner. Muito pelo contrario é mais antigo do que o χ , é vetustissimo.

Ora attenda-se:

«L’ alphabet latin n’ a point de caractères pour exprimer le son des explosives sourdes aspirées. Quand les Latins écrivaint *ph, ch, th* ils ne faisaient que transcrire ϕ, κ, θ qui s’ écrivaient, *avant l’ invention de ces lettres aspirées, kh, nh, th* [GUARDIA & WIERZEJSKI, 1876]» (RIBEIRO, 1885, p. 351).

Nesse quarto anexo, encontramos a última referenciação inédita que Júlio Ribeiro faz nessa parte da *Grammatica portugueza*. Trata-se da *Grammatica Storico*

Comparativa della Lingua Latina, publicada pelo italiano Domenico Pezzi (1944-1905) em 1872, autor sobre a qual pouco sabemos. Ribeiro fundamenta-se em Pezzi (1872) para mostrar o processo de formação do grupo “kh” em grego e por que ele é mais adequado para representar as palavras de etimologia grega grafadas em X.

[100] «N' ell' antichissimo alfabeto greco che appare nelle iscrizioni delle isole di Thera e di Melos il χ è ancora espresso con kh, ed anche ϕ con kh» [PEZZI, 1872] (RIBEIRO, 1885, p. 352).

[101] «Inoltre la metatesi accenata del' aspirazione, il kh, p. X, ed il kh p. Φ , e la trasformazione de k, t, h in X, Θ , Φ , allorquando adderiscóno ad uno spirito aspro, ci dimostrano che l' elemento fonetico, il quale aggiungeva se all' esplosive sorde nelle aspirate greche, era la mera aspirazione h, non la spirante omorganica, come altri suppose [PEZZI, 1872] (RIBEIRO, 1885, p. 352)». (RIBEIRO, 1885, p. 352).

Finalmente, a última menção que Júlio Ribeiro faz, com o objetivo de coletar dados empíricos de diversas línguas para fundamentar suas análises gramaticas, é, mais uma vez, da obra de Brachet (1876). A citação ocorre no quinto anexo, denominado “Conjugações portuguesas”, com o objetivo de demonstrar que o sistema de conjugações em uma língua pode ser flexível. O propósito de Ribeiro é demonstrar que seu sistema de quatro conjugações para o português é plausível.

[102] E este systema de arvorar em conjugação cada maneira especial de flexionar um grupo de verbos é de tanto alcance pratico, que até Brachet chega a admittir cinco conjugações em Francez, geminando a chamada segunda das grammaticas usuaes (RIBEIRO, 1885, p. 354).

Podemos, enfim, sintetizar o procedimento de incorporação ou preterição na análise de dados empíricos da seguinte maneira: são sessenta e oito excertos em que Ribeiro reporta autores para discutir aspectos empíricos da língua portuguesa e/ou de outras línguas, o dobro em relação à teorização gramatical. Embora não seja a todo momento que o autor da *Grammatica* recorra a seu *horizonte de retrospectão* para abordar esses aspectos (pois se utiliza de sua experiência pessoal para análise de alguns casos) é possível afirmar que esse procedimento constitua uma característica notável de Júlio Ribeiro ao enveredar-se por aspectos empíricos das línguas que analisa. Nesse procedimento, destaca-se, novamente, a grande variedade de obras, sobretudo, a grande quantidade de citações diretas reproduzidas pelo autor e de dicionários referenciados por ele, fato que não observamos

anteriormente. Entendemos que os dados descritos nesta seção e na seção anterior deste capítulo, portanto, revelam que a indexação é procedimento constitutivo da obra de Júlio Ribeiro.

2.3 Perfil teórico-metodológico e cooperação teórica na *Grammatica portugueza*

A análise do modo como foi estruturado o *horizonte de retrospectção* indexado de Júlio Ribeiro na *Grammatica portugueza* sugere que o conhecimento empregado por Ribeiro em sua obra é tão heterogêneo quanto se mostra o grupo de autores e obras citados. Por essa razão, apresentamos a seguir duas tabelas nas quais é possível observar a dinâmica de citações e os respectivos gestos de incorporação e preterição do autor da *Grammatica* quanto aos autores e às obras citados. Nessa tabela, nosso intuito é fornecer um panorama sobre o *horizonte de retrospectção* de Júlio Ribeiro, que passamos a comentar na sequência.

A primeira tabela apresenta a tabulação dos autores e obras referenciados por Júlio Ribeiro, no corpo de sua gramática²³, para constituir sua teorização gramatical:

HR	Seção	Indexação					
		Nº	Incorporação		Preterição		
			Teoria racionalista	Outras teorias	Teoria racionalista	Outras teorias	
Parte Primeira	Introdução	[1]		WHITNEY, 1870.			
		[2]	BURGRAFF, 1863.	ALLEN & CORNWELL 1841; AYER, 1876; BASTIN, 1878; CHASSANG, 1872.			
	Livro Primeiro	Phonetica	[3]	BERGMANN, 1869.			
			[4]			GIRAULT-DUVIVIER, 1811; BARBOSA, 1822.	
			[5]		DUVAL, 1873.		
			[6]			BURGGRAFF, 1863.	BARBOSA LEAO, 1878.
			[7]		MULLER, 1861.		
			[8]		NORDHEIMER, 1841.		
			[9]				ALVARES, 1860.
			[10]				ALVARES, 1860.
			[11]				ALVARES, 1860.

²³ São citados na tabela apenas os autores e obras que Júlio Ribeiro mencionou, explicitamente, no corpo de sua gramática. Os mencionados apenas no prefácio não foram considerados, como também não foram considerados aqueles a que Júlio Ribeiro se refere em outros escritos, tal qual ocorre na resposta de Ribeiro a Demócrito em *Cartas sertanejas* (Cf. Ribeiro, [1885] 2007).

Livro Segundo	Prosodia	[12]		MANDL, 1876.			
		[13]		MULLER, 1861.			
		[14]		BALMES Y URPIA, 1847.			
		Orthographia	[15]		BRAGA, 1876.		
			[16]		GARRETT, 1829.		
		Taxeonomia	[17]	BURGGRAFF, 1863.	GUARDIA & WIERZEJSKI, 1876; BASTIN, 1878.		
	[18]			GUARDIA & WIERZEJSKI, 1876; DÜBNER, 1855.			
	[19]			CHASSANG, 1872.			
	[20]		GRIVET, 1865.				
	[21]		GRIVET, 1865.				
	[22]			SCHMIDT, 1839.			
	[23]			GARRETT, 1829.			
	[24]		(Court de Gébelin) BURGGRAFF, 1863; BERGMAN, 1869.	PRISCIANO, VI d. C.			
	[25]				BURGGRAFF, 1863.		
	[26]					(Julio César Escalígero; Charles de Brosses e Antoine-louis-claude Destutt) GUARDIA & WIERZEJSKI, 1876; BASTIN, 1878.	
	Kampenomia ou Ptoseonomia	[27]		BREAL, 1877.			
		[28]		COELHO, 1870.			
		[29]	OLIVEIRA, 1862.	COELHO, 1870.			
		[30]		AYER, 1876			
	Etymologia	[31]		FERRIERE, 1872.			
		[32]		HOVELACQUE, 1876.			
	Syntaxe – generalidades	[33]		MASON, 1858.			
		[34]			GIRAULT-DUVIVIER, 1811.		

Tabela 2 - Autores e obras referenciados por Júlio Ribeiro (1885) para constituir sua teorização gramatical

O primeiro fato que podemos observar nessa tabela é que, proporcionalmente, Júlio Ribeiro utilizou mais obras claramente desvinculadas da teoria racionalista do que vinculadas a esta. Entretanto, isso não quer dizer que autores vinculados à teoria racionalista não tenham sido incorporados pelo autor da *Grammatica*. Pelo contrário, ao observamos a coluna de incorporações, notamos que esses excerceram alguma influência no desenvolvimento de diferentes assuntos, distribuídos nas seções “Phonetica”, “Taxeonomia”, “Kampenomia ou Ptoseonomia”, além da introdução da

obra. Destaca-se nessa dinâmica a obra de Burggraff (1863), cujas opiniões, embora preteridas em alguns momentos por Ribeiro, são incorporadas na maioria das vezes e, por isso, exercem grande influência na *Grammatica portugueza* (assunto no qual esta tese se aprofundará no próximo capítulo). Ademais, pode-se notar poucas preterições sistemáticas, como ocorre com as ideias de Girault-Duvivier (1811), por exemplo. Barbosa (1822), mesmo que preterido nesse contexto de teorização gramatical, é incorporado no contexto de análise empírica das línguas, conforme mostraremos a seguir.

O segundo fato a se comentar nessa tabela é que, entre os autores e as obras que não estão vinculados à teoria racionalista, atestamos uma considerável variedade, em vez de apenas autores e obras vinculados à teoria histórico-comparatista. Existem recorrentes incorporações de autores evidentemente vinculados à teoria histórico-comparatista, tais quais Chassang (1872), Ayer (1876), Müller (1876), Bastin (1878), além de Coelho (1870), autor exaltado como referência inquestionável por Ribeiro. Contudo, constatamos também indexações de autores latinos, como Prisciano (VI d. C.), filósofos, como Balmes Y Urpiá (1847), e intelectuais das ciências da natureza, como Duval (1873) e Ferrière (1872). Ou seja, compõem o *horizonte de retrospectão* de Júlio Ribeiro, além das obras vinculadas à teoria racionalista, obras representativas de teorias as mais variáveis possíveis.

Na segunda tabela, a seguir, expomos os autores e obras que Júlio Ribeiro indexou, também no corpo da *Grammatica*, para coletar dados e análises sobre aspectos empíricos da língua portuguesa e de outras línguas:

HR	Seção	Indexação					
		Nº	Incorporação		Preterição		
			Teoria racionalista	Outras teorias	Teoria racionalista	Outras teorias	
Parte Primeira	Livro primeiro	Phonetica	[35]		DIEZ, 1836-1844.		
		Prodsodia	[36]	CONSTANCIO, 1836.	DIEZ, 1836-1844.		
	[37]		REIS, 1866.	PASSOS, 1865; LOBATO, 1770.	BARBOSA, 1822.		
	[38]					COSTA, 1876.	
	[39]			WEBSTER, 1828.			
	Orthographia	[40]		GARRETT, 1869.		MORAES E SILVA, 1813.	
		[41]	GRIVET, 1865.				

Livro segundo		[42]				GARRETT, 1829.
		[43]		PASSOS, 1865.		
		[44]		ABREU.		
		[45]			CONSTANCIO, 1836.	
		[46]		WEBSTER, 1828.		
		[47]		GARRETT, 1869.	PORTUGAL, 1837.	PASSOS, 1865; VERGUERO & PERTENCE, 1862.
		[48]		GARRETT, 1869.	CONSTANCIO, 1836; PORTUGAL, 1837.	
		[49]		VERDIER, 1817.		
		[50]		GUARDIA & WIERZEJSKI, 1876.		
	Taxeonomia	[51]		MORAES E SILVA, 1813.		
		[52]		VERDIER, 1817.		
	Kamponomia ou Ptoseonomia	[53]	FREIRE, 1768.			
		[54]	FREIRE, 1768.			
		[55]		NUNES DE LEO, 1576, 1606.		
		[56]	BARBOSA, 1822.			
		[57]		LEONI, 1858.		
	Eymologia	[58]		COELHO, 1870.	CONSTANCIO, 1836.	MORAES E SILVA, 1813; DIEZ, 1836- 1844.
		[59]				DIEZ, 1836-1844.
		[60]		PRISCIANUS, VI, D.C.; DYSCOLUS, II D.C.; PHOBUS.		.
		[61]			CONSTANCIO, 1836.	DIEZ, 1836-1844; PASSOS, 1865; LEONI, 1858.
		[62]		GUARDIA & WIERZEJSKI, 1876.		
		[63]		HELFFERICH & CLERMONT, 1857.		
		[64]		BRAGA, 1876.		
		[65]		BRACHET, 1874.		
		[66]		COELHO, 1870.		
		[67]		BARROS, 1540.		
		[68]		BARROS, 1540.		
[69]			DIEZ, 1836-1844.			
[70]			DIEZ, 1836-1844.			
[71]			NUNES DE LEO, 1606; NEBRUA, 1492.			
[72]			BRACHET, 1874			
Livro terceiro	Regras de syntaxe	[73]		DIEZ, 1836-1844.		
		[74]		DIEZ, 1836-1844.		
		[75]		DIEZ, 1836-1844.		
		[76]		DIEZ, 1836-1844.		
		[77]			SOTERO, 1862.	

Livro quarto	Additamentos	[78]			SOTERO, 1862.		
		Livro terceiro	Regras de syntaxe	[79]		COELHO, 1870.	
				[80]		COELHO, 1870.	CONSTANCIO, 1836.
				[81]		ROQUETE, 1856.	
				[82]		MORAES E SILVA, 1813.	
				[83]		BRACHET, 187.6	
				[84]		REINACH, 1880.	
				[85]		AYER, 1876.	
				[86]	GRIVET, 1865.		
				[87]		VERGUEIRO & PERTENCE, 1862.	
[88]					FREIRE DA SILVA 1875.		
Anexos	Agente indeterminado em romanico	[89]		COELHO, 1870; DIEZ, 1836-1844; BOPP, 1833.			
	O artigo portuguêz	[90]			KARL VON REINHARDSTOE TTNER.		
	Agente indeterminado em românico	[91]		GUARDIA & WIERZEJSKI, 1876.			
	O artigo português	[92]			CONSTANCIO, 1836.	PASSOS, 1865; DIEZ, 1836-1844.	
		[93]		DIEZ, 1836-1844.			
	Aoristo	[94]		DUBNER, 1855.			
		[95]		DIEZ, 1836-1844.			
		[96]		BOPP, 1833.			
		[97]		DIEZ, 1836-1844.			
		[98]		SAINTE AYMOUR, 1867.			
O grupo kh	[99]		GUARDIA & WIERZEJSKI, 1876.				
	[100]		PEZZI, 1872				
	[101]						
Conjugações portuguezas	[102]		BRACHET, 1876.				

Tabela 3 - Autores e obras referenciados por Júlio Ribeiro (1885) para coletar dados e análises de aspectos empíricos de línguas

As dinâmicas presentes nessa segunda tabela são muito semelhantes às da primeira, entretanto a quantidade de autores e obras empregados para análise de dados empíricos de línguas é o dobro em relação à teorização gramatical. Outra vez, a maior parte das obras indexadas por Júlio Ribeiro não está vinculada claramente à teoria racionalista, no entanto é flagrante a incorporação de importantes obras caracterizadas por esta teoria, como as de Constâncio (1836), Barbosa (1822) e Reis

(1866). Também é muito parecida com o panorama da primeira tabela a heterogeneidade entre as obras não vinculadas à teoria racionalista. É possível observar nomes como Nebrija (1452), Barros (1404) e Nunes de Leão (1606), além de Dyscolus (II d.C.). Esses autores dividem espaço com expoentes do histórico-comparatismo, como Coelho (1870), Diez (1836-1844), Bopp (1833) e Brachet (1876).

Cabe mencionar nessa segunda tabela, sobretudo, a grande influência que Diez (1836-1844) e Coelho (1870) exercem na *Grammatica portugueza* no que diz respeito às análises linguísticas. O autor português não é preterido por Ribeiro em nenhuma ocasião, enquanto o autor alemão, embora seja preterido em poucos fragmentos da obra, é, sem dúvidas, o autor mais citado por Júlio Ribeiro. Também temos de considerar, nessa tabela, a grande variedade de dicionaristas a que o autor da *Grammatica* recorreu: Moraes e Silva (1813), Webster (1828), Constâncio (1836), Roquete (1856) e Passos (1865). Esse dado demonstra o apurado levantamento feito por Júlio Ribeiro de questões empíricas sobre as línguas.

Evidentemente, ambas as tabelas possibilitam que outros vieses de interpretação sejam empenhados, principalmente quanto a questões temáticas, como as obras dedicadas à seção de “Etymologia”, para citar apenas um exemplo. Embora seja inegável a importância que traria para compreensão da *Grammatica portugueza* a investigação satisfatória desses vieses, não serão analisados neste capítulo, pois os dados descritos e interpretados até o momento permitem constatar com segurança que o *horizonte de retrospectão* na obra de Júlio Ribeiro não é composto apenas por obras vinculadas à teoria histórico-comparatista, tampouco é organizado de forma a hierarquizar a influência dessa teoria sobre a teoria racionalista – em dinâmica que as opiniões das obras de teor histórico-comparatista seriam incorporadas, enquanto opiniões dos autores das obras de teor racionalista seriam preteridas de alguma forma.

Ainda que identifiquemos menor quantidade de obras vinculadas claramente à teoria racionalista, essas são incorporadas em fragmentos importantes da *Grammatica portugueza* e fornecem subsídios teóricos e empíricos para a composição do texto gramatical de Júlio Ribeiro. Em virtude desses fatos, defendemos que o perfil teórico metodológico da *Grammatica portugueza* seja compreendido a partir da *integração* de quatro teorias que se podem deduzir da heterogeneidade do *horizonte de retrospectão*: há, além do basilar estrato greco-latino, um segundo, de base

racionalista; um terceiro e um quarto, fundamentados em outras teorias, no caso, a teoria histórico-comparatista e a teoria naturalista.

3. O perfil teórico metodológico da *Grammatica portugueza*

O objetivo deste capítulo é descrever o perfil teórico metodológico da *Grammatica portugueza*. No capítulo anterior, demonstramos que Júlio Ribeiro recorre aos conhecimentos de um *horizonte de retrospectão* consideravelmente diverso para elaborar a *Grammatica*, haja vista a presença de autores e obras de diferentes épocas, vinculados a diferentes teorias. Neste capítulo, passamos a descrever como o conhecimento desse *horizonte de retrospectão* diversificado é *integrado* por Ribeiro na elaboração de sua teorização gramatical e na aplicação de sua análise linguística. A intenção é comprovar que Ribeiro agrega diferentes teorias sem hierarquizar seus pressupostos.

Defendemos que ocorre, na *Grammatica portugueza*, um fenômeno que passamos a denominar *integração teórica*. Nesse fenômeno, premissas de diferentes teorias cooperam para formular uma teorização particular, exclusiva da *Grammatica* de Júlio Ribeiro, e responsável por trazer ao lume inovações metodológicas e terminológicas. Em outras palavras, o propósito deste capítulo é atestar que não há uma teoria que prevalece na gramática, pois as teorias presentes na obra cumprem papel imprescindível na forma como o autor discorre sobre os assuntos a que se dedica em sua obra.

Esse propósito fundamenta-se nos três princípios propostos por Auroux (2009) para nortear o trabalho do historiador das ideias linguísticas, mencionados na introdução desta tese: (i) a descrição puramente fenomenológica do objeto, (ii) a neutralidade epistemológica e (iii) o historicismo moderado. Pautar-se nesses princípios conduz a análise deste capítulo a não ratificar, ou mesmo retificar, *representações* teóricas pré-definidas sobre a obra, a fim de interpretar como a *Grammatica portugueza* está inserida na gramaticografia brasileira e qual papel cumpre na gramaticografia do Brasil. Mostramos que essas *representações* conduziram os autores de variados trabalhos a investigar se a gramática de Júlio Ribeiro seria causadora de uma ruptura teórica total, parcial ou inexistente na gramaticografia brasileira, a partir de análises de como Ribeiro abandonou total ou parcialmente a teoria racionalista para adotar teoria histórico-comparatista.

Neste capítulo, não pretendemos nos inserir nessa discussão – embora dela tratemos indiretamente – porque o objetivo é analisar a *Grammatica portugueza* a partir de seu próprio texto, pautados em indícios documentais oferecidos pela própria *Grammatica*. O procedimento, em outras palavras, é apreender empiricamente as opções teóricas de Júlio Ribeiro para depois interpretá-las particularmente na dinâmica da obra. Por essa razão, optamos por falar em teorias e *integração teórica* em vez de paradigmas científicos, rupturas totais ou parciais, entre outros. Essa atitude permite que as análises sejam horizontais, sem estabelecer hierarquias entre as opções de Ribeiro.

Outrossim, conduzir as análises dessa maneira respeita o axioma de que o conhecimento é cumulativo, conforme preceitua Auroux (2006), porquanto o fim não é investigar a substituição de uma teoria por outra, ou o abandono de uma teoria para incorporação de outra, muito menos inadequações na aplicação de uma nova teoria propiciadas por influência de outra antiga. Trata-se, pois, de descrever como os conhecimentos de diferentes teorias, acumulados ao longo do tempo, passam a coexistir e, com efeito, originam uma teorização distinta, que define o perfil teórico-metodológico da *Grammatica portugueza* de Júlio Ribeiro.

3.1 Uma gramática e quatro teorias: premissas teóricas na *Grammatica portugueza*

Na introdução desta tese destacamos a estabilidade que o instrumento linguístico gramática apresenta. Mesmo com o decorrer do tempo e com o surgimento de teorias linguísticas que modificam a forma de se estudar linguagem, a gramática mantém suas bases teóricas originárias da teoria gramatical greco-latina, que, na verdade, representam a própria tecnologia de se confeccionar gramáticas. Essa teoria está presente em maior ou menor grau em praticamente qualquer compêndio gramatical, mesmo nos mais modernos, como notou Leite (2014). Obviamente, a *Grammatica portugueza* de Júlio Ribeiro não destoa dessa característica e apresenta uma base teórica estruturada na teoria gramatical greco-latina. Por essa razão, na sequência deste capítulo, começamos a investigar a *integração* de premissas teóricas de três teorias, que se somam à greco-latina na constituição da *Grammatica*: a teoria racionalista, a naturalista e a histórico-compatista.

O foco nessas três teorias se deve ao fato serem essas as que exerciam algum tipo de influência sobre os intelectuais dedicados aos estudos da linguagem no final do século XIX. Além disso, a opção por descrever a *integração* dessas três teorias na gramática de Júlio Ribeiro atende a dois pontos de inflexão identificados nos capítulos anteriores: o primeiro é a relação de Ribeiro com a teoria racionalista; o segundo é a composição diversificada do *horizonte de retrospecção* presente *Grammatica portugueza*. No primeiro capítulo, constatamos que, entre as *representações* da *Grammatica* historicizadas no decorrer do tempo, há a de que nela existem vestígios da teoria racionalista, uma relação com o denominado passado que, somente nas últimas décadas, começou a ser desvendada. No segundo capítulo, por sua vez, comprovamos que o autor da *Grammatica* cita e incorpora o conhecimento de autores vinculados tanto à teoria racionalista quanto às teorias naturalista e histórico-comparatista, em gesto que acena para a *integração* dessas teorias em sua obra.

Entendemos, dessa forma, que a necessidade de investigar a *integração teórica* que caracteriza a obra de Júlio Ribeiro se impõe, pois buscar indícios de uma teoria ou outra, sem considerá-las como coexistentes e cooperativas, propicia o surgimento de *representações* distintas da *Grammatica portugueza*, talvez verdadeiras, certamente parciais, entretanto. Ocorre que, ao se desconsiderar a hipótese da *integração teórica*, é possível desenvolver análises enviesadas da obra – buscar características da teoria racionalista, por exemplo, ou empenhar-se em observar como Ribeiro tece análises comparativas entre as línguas – com o potencial de fomentar *representações* também parciais, pelas quais se afirme o vínculo teórico da obra com essa ou aquela teoria, pela ênfase dada a uma teoria em detrimento das demais, o que, no entanto, não faz que essas afirmações sejam equivocadas em si. É, preciso, então, verificar as principais premissas de cada teoria e, posteriormente, interpretar a *integração* dessas na *Grammatica portugueza*.

A primeira premissa analisada neste capítulo é a de que a linguagem manifesta o pensamento, fundamentada na teoria racionalista. Essa teoria está ligada à *Gramática geral e razoada contendo os fundamentos da arte de falar, explicados de modo claro e natural*, publicada em 1660 por Antoine Arnauld (1612-1694) e Claude Lancelot (1615-1695), a qual ficou conhecida como *Gramática de Port-Royal*. De acordo com Harris e Taylor (1994), a *Gramática geral e razoada* foi redigida com o objetivo de instituir uma prática gramatical que fosse capaz de explicar os aspectos

comuns a todas as línguas e, conseqüentemente, à natureza geral da linguagem: manifestar o pensamento.

A premissa de que a linguagem é manifestação do pensamento pode ser entendida na *Gramática geral e razoada* por meio da comparação da linguagem com uma espécie de espelho, que reflete a estrutura da mente humana, como se depreende da fala a seguir:

The linchpin of Port-Royal linguistic thought: the primary function of speaking is said to be the communication of thoughts. And the only way that speech can successfully perform that task is by acting as a mirror of the structure of the thoughts being expressed (HARRIS & TAYLOR, 1994, p. 98).

Como se nota, a correspondência entre a linguagem e o pensamento é o ponto nodal da teoria desenvolvida por Antoine Arnauld (1612-1694) e Claude Lancelot (1615 – 1695). Pariente (1984) explica que, para os autores, a fala não pode ser considerada apenas sons, pois, se assim o fosse, bastariam adestramentos para que os seres humanos fossem capazes de falar. Esse mesmo autor esclarece que o propósito da fala está na mente, e, por essa razão, os autores da *Gramática geral e razoada* buscam entender e descrever pela linguagem quais operações mentais subjazem a todas as línguas e estão por trás dos fundamentos das gramáticas particulares. A busca, explica Pariente (1984), é pelo conjunto de operações mentais – conceber, julgar e raciocinar – pelas quais os seres humanos comunicam seus pensamentos, pois a prática da linguagem não seria possível sem essas operações (CHISS, 1979).

Na *Gramática geral e razoada*, essas operações são, com efeito, expostas logo nas primeiras páginas em conhecida passagem que reproduzimos na sequência:

Todos os filósofos ensinam que em nosso espírito há três operações: conceber, julgar e raciocinar.

Conceber não é mais que um simples olhar de nosso espírito sobre as coisas, seja de um modo puramente intelectual, como quando conheço o ser, a duração, o pensamento, Deus; seja com imagens físicas, como quando imagino um quadrado, um círculo, um cachorro, um cavalo.

Julgar é afirmar que uma coisa que concebemos é tal ou não é tal, como quando afirmo, depois de ter concebido o que é a *Terra* e o que é *redondo*, que a *Terra é redonda*.

Raciocinar é servir-se de dois julgamentos para produzir um terceiro, como quando concluo, após ter julgado, que toda virtude é louvável, que a paciência é louvável (ARNAULD e LACELOT, 1660).

As três operações da mente, antes citadas, materializam-se na linguagem por meio de proposições, que nada mais são do que a linguagem materializada em falas ou frases, por exemplo. Nessa proposições, Dominicy (1992) explica existir uma dicotomia entre duas classes das ideias presentes: as ideias de coisas – que são os objetos do pensar, tanto as coisas concretas como as abstratas, a partir das quais o homem percebe e concebe o mundo; e as ideias de operações – que são os movimentos do pensamento, relacionados ao julgar e ao raciocinar. Nas palavras do autor, lemos que:

[...] la théorie de la proposition instituait une dichotomie entre deux classes d'idées (idées de choses et idées d'opérations) que la théorie cartésienne de la conscience fondait ensuite à l'intérieur d'un type homogène... (DOMINICY, 1992, p. 432).

As ideias das coisas são classificatórias e sua função é fragmentar a realidade em classes mentais, enquanto as ideias pelas quais se faz a articulação das coisas são de caráter relacional. Em outras palavras, é possível entender esses conceitos, de um lado, como procedimentos pelos quais se formam as ideias das coisas e, de outro, como as operações mentais que permitem que se faça a articulação da representação que fazemos das coisas (ou das ideias das coisas). Tanto as ideias de coisas quanto as ideias de operação, para os autores da *Gramática geral e razoada*, são anteriores à materialização da proposição em si, pois são de natureza ontológica, explica Dominicy (1992).

O estudo desse procedimento ontológico levou os autores da *Gramática geral e razoada* a se preocuparem com as generalidades do enunciado de forma especulativa. Essa teoria da gramática foi adotada, aceita ou defendida por muitos outros gramáticos que se dedicaram aos estudos da linguagem. No Brasil, é, geralmente, vinculada à obra de vários autores, entre os quais destacamos Antônio de Moraes e Silva (1755-1824), Francisco Sotero dos Reis (1800-1871), Augusto Freire da Silva (1836-1917), nomes presentes no *horizonte de retrospectão* de Júlio Ribeiro, conforme constatamos.

Além da premissa de linguagem como manifestação do pensamento, também é investigada, na *Grammatica portugueza*, a de que a linguagem se comporta como organismo vivo, pressuposto da teoria naturalista. Essa forma de encarar a linguagem é um fenômeno atestado no pensamento linguístico, no final do século XIX e no início

do XX. Desmet (2007) explica que a premissa de que a linguagem funciona como um organismo nasce dos chamados movimentos classificatórios hierarquizantes, protagonizados por grandes nomes da teoria histórico-comparatista no início do século XIX, como August-Wilhelm Schlegel (1767-1845), Wilhelm von Humboldt (1767-1835) e August Schleicher (1821-1868). Esses teóricos compreendiam, segundo Desmet (2007), ser possível estabelecer uma hierarquia para as línguas, na qual as classificadas como flexionais seriam superiores às denominadas isolantes ou aglutinantes. O autor explica que esse tipo de análise linguística era condizente com o tipo de teoria que, também início do século XIX, apregoava a existência de diferentes raças humanas, as quais também poderiam ser hierarquizadas.

Nesse contexto, o linguista Abel Hovelacque (1843-1896), presente no *horizonte de retrospectão* de Júlio Ribeiro, passou a considerar a linguagem como um organismo vivo, com o objetivo de transformar a linguística em uma ciência natural, cujos interesses se voltariam para a linguagem de selvagens e de raças supostamente inferiores, a fim de compreender a faculdade linguística do indivíduo e sua localização cerebral, a origem da linguagem e seu desenvolvimento tal qual uma espécie biológica (CAVALIERE, 2000; DESMET, 2007). Ainda que esse tipo de abordagem linguística nunca tenha se tornado dominante – Desmet (2007) cita as críticas de Michel Bréal (1832-1915) – ela inspirou os estudiosos da linguagem de seu tempo, inclusive no Brasil.

A teoria naturalista também motivou outra prática nos estudos da linguagem do século XIX. Segundo Koerner (1995), muitos conceitos e métodos que existam ou ainda existem na linguística atual derivam das ciências naturais em virtude da assimilação dessa teoria por muitos linguistas, na virada do século XIX para o século XX. Para Koerner (1995), o que motivou essa apropriação de noções e métodos oriundos das ciências naturais foram, exatamente, as analogias criativas para se distanciar do campo de pesquisa tradicional:

at the beginning of the 19th century when linguistic scholars began to work toward the establishment of a field distinct from other, traditional, fields concerned with language such as classical philology (KOERNER, 1995, p. 48).

Koerner (1995) entende que o movimento de apropriação dos conceitos e métodos oriundos das ciências naturais remetia naturalmente à premissa de que a

linguagem fazia parte da história natural como uma espécie, um organismo vivo. Ou seja, adotar os conceitos e métodos emprestados das ciências naturais implicava a adoção da premissa de que a língua se comporta como um organismo vivo. Em consequência, a linguagem tem sua anatomia e fisiologia. Nas palavras do autor:

the reviewer not only takes it for granted that the study of grammar belongs to what the calls 'natural history', but also that language structure is characterized by having an anatomy, a physiology, and a chemical analysis... (KOERNER, 1995, p. 52).

Esse mesmo autor esclarece que, no início, tais analogias criativas forneciam apenas conceitos que serviam para despertar a atenção, mas rapidamente se tornaram verdadeiras ferramentas para a explicação de fenômenos. Em outras palavras, o que antes era um empréstimo de conceitos e terminologias sem grandes pretensões metodológicas, tornou-se uma ferramenta valiosa no processo de descrição linguística. No seguimento deste capítulo, mostramos que Júlio Ribeiro é um exemplo de como esses conceitos são fundamentais para a elaboração de sua teorização gramatical.

Por fim, investigamos na *Grammatica* de Júlio Ribeiro a premissa de que a língua sofre mutações no decorrer do tempo, balizadas por leis que podem ser identificadas nas formas atuais, princípio da teoria histórico-comparatista. Essa teoria tornou-se prática dominante no estudo da linguagem a partir do século XIX. De acordo com Colombat, Fournier & Puech (2017), no começo desse século, ocorreu uma mudança epistemológica e metodológica que alterou a forma de estudar a linguagem, provocada pelo desenvolvimento do conhecimento empírico das línguas, a qual modificou o modo como as línguas eram descritas: o foco deixou de ser a elaboração especulativa de regras, para dar lugar à observação dos fatos linguísticos no decorrer do tempo em uma língua ou em um conjunto de línguas consideradas irmãs. Para os histórico-comparatistas, o fato linguístico deve ser estudado como um evento diacrônico de mudança, no qual se podem observar certas regularidades.

Nessa prática de estudo da linguagem, o tempo passou a ser determinante para a compreensão do estado atual da língua, porquanto é por meio dele que se pode explicar a mudança e apontar a causa, que pode ser diversa: física, psicológica ou social. Ou seja, a análise diacrônica dos histórico-comparatistas permitiu que as formas de uma dada língua fossem analisadas como produtos de relações causais

que ocorrem no decorrer do tempo. Nas palavras de Colombat, Fournier & Puech (2017 p. 201-202):

uma regra sincrônica é a descrição mais ou menos idealizada de uma operação a que os sujeitos falantes, que utilizam uma língua em um momento T, seriam levados a realizar [...] uma lei diacrônica relaciona (dois) estados de língua sucessivos para determinar a identidade de uma unidade dessa língua, segundo uma relação causal.

Essa possibilidade diacrônica surgiu graças à agregação da filologia com os estudos comparativos de fatos linguísticos ocorrida no século XIX. Tal agregação permitiu o surgimento de um novo procedimento de pesquisa com a linguagem, caracterizado pela comparação entre as formas passadas das línguas identificadas em textos antigos. O novo procedimento pressupõe a existência de três características fundamentais que passaram a nortear essas pesquisas, de acordo com Colombat, Fournier & Puech (2017, p. 212):

1) abandonou-se o domínio das “afinidades” vagas entre “palavras” de diferentes línguas; 2) o raciocínio é elementarmente formal, mas ele é bem formal, isto é, ele se apoia sobre considerações que não deixam intervir um sentido etimológico para definir a identidade de uma forma, situada de todo modo abaixo da “palavra”; 3) o estabelecimento de um “fato” não tem valor em si mesmo, mas deve poder remeter a uma lei que torna os fenômenos previsíveis.

Isso significa que a teoria histórico-comparatista trouxe para os estudos linguísticos uma metodologia rigorosa para análise dos fatos. De acordo com Koerner (1995), o discurso dos histórico-comparatistas, assim como a teoria naturalista da linguagem, também derivava das ciências naturais em voga no século XIX, principalmente em relação à ideia de que o presente de uma espécie, no caso uma língua dada, pode revelar seu passado, o qual, por sua vez, pode explicar o presente. Nesse contexto, a historicidade deixa de ser um simples fundo, para se relacionar ao meio pelo qual os fatos decorrem. Explica Makaev (1969, p 33):

Les objectifs et les tâches de la grammaire historico-comparative sont clairs : sur la base d'une comparaison conséquente, systématique, des phonèmes et des morphèmes de toutes les langues constituant une famille génétique déterminée, établir l'état génétiquement initial — la langue-mère — et, sur la base des principes de la chronologie relative, procéder à des coupes chronologiques permettant d'établir l'existence d'archaïsmes ou d'innovations dans une aire déterminée ou dans chaque langue concrète.

Por essa razão, é importante considerar que, tanto a teoria naturalista quanto a teoria histórico-comparatista podem ser consideradas teorias positivistas. Embora o termo positivismo remeta a diferentes posicionamentos entre os estudiosos da linguagem, principalmente a partir do século XX, como explica Koerner (1989), é utilizado para designar posturas teóricas que se opõem à teoria racionalista no século XIX, compreensão que também adotamos neste capítulo. O autor explica que, no século XX, o termo positivismo foi utilizado pelos Neogramáticos para designar condutas teóricas antecedentes com as quais não concordavam. Antes de essa dicotomia existir, contudo, no século XIX, o positivismo qualificava as opiniões teóricas que se se contrapunham às práticas especulativas da teoria racionalista:

During the 19th century, however, no such dichotomy was contemplated by linguist. Although, particularly in the first half of the past century, there were differing lines of linguistics though (commonly associated with the names of Bopp, Grimm, and Humboldt, respectively), it is interesting to note that they all were opposed to the speculative, deductive and excessively philosophical approach characteristic of previous centuries (KOERNER, 1989, p. 195).

A seguir, portanto, passamos a descrever como se *integram* na *Grammatica portuguesa* três premissas. A premissa da teoria racionalista de que: (i) a linguagem manifesta o pensamento; e as premissas positivistas de que²⁴: (ii) a linguagem comporta-se como um organismo vivo, sujeita às leis naturais da seleção, e, (iii) os fatos linguísticos podem ser analisados de forma objetiva, em busca de leis que descrevam seu comportamento no transcorrer do tempo.

Primeiramente, tratamos da concepção de linguagem, língua, regras e leis na *Grammatica* de Júlio Ribeiro, para compreender a finalidade da obra sob a perspectiva da *integração teórica* inerente a essas concepções; em seguida, discorreremos sobre a divisão *Grammatica*, a elaboração de conceitos-chave, como os de suas seções, os de classes de palavras e o de sentença, a fim de entender como a *integração* teórica está presente no processo de conceituação de Ribeiro. Por fim, examinamos o método de análise linguística empregado por autor da *Grammatica*.

²⁴ Optamos por falar das premissas naturalistas e das histórico-comparatistas separadamente porque essas implicam consequências distintas na *Grammatica portuguesa*.

3.2 A finalidade da *Grammatica*: linguagem, língua; regras e leis

Entender a finalidade da *Grammatica portugueza* passa, primeiramente, por compreender como os conceitos de linguagem, língua, regras e leis são estabelecidos na obra. Todos esses são desenvolvidos por Júlio Ribeiro para tratar de fenômenos distintos, embora isso não signifique sejam conflitantes. Na verdade, tais conceitos se *integram* na obra para que, por meio de diferentes premissas teóricas, estabeleça-se uma compreensão geral sobre linguagem e língua, e sobre regras e leis, que se reverbera na finalidade com a qual Ribeiro escreveu sua obra.

É possível dizer que a teorização de Júlio Ribeiro sobre a linguagem inicia-se com a síntese de como ocorre o aprendizado da fala. Nessa teorização, reproduzida no excerto a seguir, a premissa é a de que a linguagem manifesta o pensamento, pois a finalidade de aprender a falar é, exatamente, exprimir as próprias impressões e os próprios pensamentos. Percebemos também que, para o autor, a faculdade da fala é apreendida pelos seres humanos por meio do convívio com outras pessoas, em um processo que considera a apreensão da habilidade linguística. Eis o trecho:

Nós começamos a aprendizagem da falla aprendendo a entender as palavras que ouvimos pronunciar aos outros; depois aprendemos a pronuncial-as nós propios, e a coordenal-as, como os outros fazem, para exprimir as nossas impressões, os nossos pensamentos (RIBEIRO, 1885, p. 01).

Como se vê, o desenvolvimento das próprias habilidades linguísticas por meio da observação e da prática significa, para Júlio Ribeiro, conhecer profundamente a linguagem, na medida em que essa é a condição necessária para um ser humano tornar-se capaz de manifestar aquilo que pensa. A premissa racionalista, destarte, é a base teórica que permite a Ribeiro defender a dinâmica de que, como a linguagem é o meio pelo qual as estruturas mentais se manifestam, conhecer a linguagem, conseqüentemente, é conhecer as operações da mente e, assim, poder manifestar as próprias impressões sobre o mundo:

Como a linguagem é o instrumento e o meio principal das operações da mente, claro está que não podemos estudar essas operações e a sua natureza sem um conhecimento cabal da linguagem. (RIBEIRO, 1885, p. 02).

É essa dinâmica que leva Júlio Ribeiro a definir, de forma objetiva em sua obra, a linguagem como expressão do pensamento humano. Como podemos observar no

trecho a seguir, não há dúvidas de que a teorização presente no início da *Grammatica portugueza* fundamenta-se claramente sobre a premissa de linguagem vinculada à teoria racionalista:

3. *Linguagem* é a expressão do pensamento por meio de sons articulados (RIBEIRO, 1885, p. 02).

Entendemos que a constatação dessa premissa na obra de Júlio Ribeiro não pode ser analisada como uma espécie de displicência teórica do autor, porquanto essa concepção é vital para o desenvolvimento de outros tópicos da *Grammatica*. Considerar que a linguagem é manifestação do pensamento traz implicações, primeiramente, à finalidade que Ribeiro atribui ao estudo gramatical: facilitar o aprendizado do que considera o bom uso da língua. Para o autor, a gramática é um instrumento que facilita a apreensão das regras que levam ao aprimoramento da habilidade de se manifestar o pensamento.

Júlio Ribeiro reconhece que o estudo gramatical não é a única forma de se apreender esse bom uso, pois o convívio com bons oradores ou pessoas instruídas, ao lado da leitura de artigos ou livros bem escritos, permite a muitas pessoas desenvolver a habilidade de falar e escrever corretamente, sem fazer um estudo gramatical adequado, como se pode observar no fragmento a seguir:

Ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruidas, lendo artigos e livros bem escriptos, muita gente consegue fallar e escrever correctamente sem ter feito estudo especial de um curso de grammatica (RIBEIRO, 1885, p. 01).

Entretanto, para o autor, os compêndios gramaticais, em geral, por apresentarem regras de bom uso da linguagem, facilitam o aprendizado daqueles que aprenderam na infância o mal uso da língua. Ou seja, a gramática instrumentaliza as duas habilidades necessárias para desenvolver a própria linguagem: a apreensão da habilidade linguística de outrem e o desenvolvimento das próprias habilidades linguísticas. A seguir, constatamos essa ideia de Júlio Ribeiro, na qual se enfatiza que o estudo das regras em um compêndio gramatical pode ser o único meio para se adquirir o bom uso da linguagem em alguns casos:

Não se póde negar, todavia, que as regras do bom uso da linguagem, expostas como ellas o são nos compendios, facilitam muito tal

aprendizagem; até mesmo o estudo dessas regras é o unico meio que têm de corrigir-se os que na puerícia aprenderam mal a sua língua (RIBEIRO, 1885, p. 01).

A finalidade de uma gramática para Júlio Ribeiro, portanto, é servir de instrumento àqueles que almejam aprender as regras de bom uso da linguagem. Essa visão instrumental que o autor tem dos compêndios gramaticais é análoga à de Auroux (2009), que expusemos na introdução desta tese. Se é possível apreender o bom uso da linguagem pelo convívio, mas o estudo da gramática é um facilitador dessa apreensão, a gramática exerce, isto posto, um papel instrumental, pelo qual o indivíduo pode, de forma mais eficiente e eficaz, aprimorar seu bom uso linguístico quando necessário. O estudo da gramática, então, deve ser considerado um atalho para o aprimoramento das habilidades linguísticas e o consequente desenvolvimento da capacidade de manifestar o pensamento. O caráter instrumental da gramática reside, dessa forma, na exposição de regras que otimizam o aprendizado passível de ser realizado sem a gramática.

Essa colocação de Júlio Ribeiro, a princípio, parece ser contraditória com o que o gramático afirma no início desse mesmo parágrafo, quando aponta que a gramática não faz nem leis nem regras para a linguagem, mas expõe aquilo que é factual:

A grammatica não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade. O estudo da grammatica não tem por principal objecto a correcção da linguagem (RIBEIRO, 1885, p. 01).

Entendemos que essa aparente contradição é improcedente, porquanto as regras de que Júlio Ribeiro fala são implicações dos bons usos, presente em bons escritores ou bom oradores. O papel instrumental da gramática é o de sistematizar e ordenar essas regras de bons usos, e esse procedimento é o procedimento de expor os fatos da linguagem. Quando Ribeiro defende que a principal finalidade da gramática não é a correção da linguagem, tutela que não é determinar o bom uso, mas apreendê-lo, sistematizá-lo e apresentá-lo a quem quiser dominá-lo por meio do estudo gramatical. A correção que menciona o autor da *Grammatica*, consequentemente, é a adequação a esse bom uso e não uma abstração impositiva, como podemos confirmar na passagem a seguir, na qual Júlio Ribeiro menciona a alteridade como baliza para o bom uso:

Será então dever nosso usar da linguagem não só com correção, mas também de modo que agrade aos outros, que sobre elles exerça influencia (RIBEIRO, 1885, p. 01).

É preciso mencionar que esse excerto, no qual se percebe a visão instrumental da obra, remete a um fenômeno recorrente na *Grammatica portugueza*, denominado *horizonte de retrospectação opaco*. No capítulo anterior, em que tratamos do *horizonte de retrospectação* indexado, verificamos que Ribeiro referencia Whitney (1870) em sua definição de gramática, para incorporar as ideias do autor. Whitney (1877), entretanto, exerce influência em toda essa teorização das primeiras páginas da *Grammatica*, visto que essa é, basicamente, a reprodução das palavras do gramático inglês²⁵, fato já observado por Parreira (2011) e Aquino (2012). Os autores e obras que compõem o *horizonte de retrospectação opaco* não são referenciados, mas não deixam de fazer parte do retrospecto de conhecimentos utilizados por Júlio Ribeiro para redigir sua obra.

Essa visão instrumental que define a finalidade de uma gramática para Júlio Ribeiro torna-se mais consistente ao se refletir sobre a distinção feita pelo autor entre linguagem e língua. Notamos essa distinção quando contemplamos, no fragmento supracitado, as seguintes correlações: “regras do bom uso da linguagem” e “na puerícia aprenderam mal a sua língua” (RIBEIRO, 1885, p. 01). Enquanto as regras estão relacionadas ao bom uso da linguagem, o mal uso está relacionado à língua.

²⁵ Em Whitney (1870, p. 06-05) diz: “Nor is the study of the grammar of one’ own native language by any means *necessary*, in order to correctness of speech. Most persons learn good English in the same way that they learn English at all, - namely, by hearing and reading; by hearing and imitating good speakers, by studying books written correctly and well, by correcting themselves and being corrected by others, and so on. But attention to the rules of good usage as laid down in grammars, with illustrations and practical exercises, often helps and hastens this process; and it is especially useful to those who have been unfortunate enough to learn at first a bad kind of English. 14. Then there are many other respects in which the study of grammar is useful. At the very beginning of language-learning, we have to learn to understand the words which we hear others make. Then we learn to make them ourselves, and to put them together correctly – that is, in the same way that others do – in order to express our thoughts and feelings. A little later, we have to learn to understand them as they are put before our eyes, written or printed; and then to make them in the same way, – that is, to read and spell and write: and this also correctly, or as other people do. But then we want to use our English not only correctly, but well, so as to please and influence others. Many of us, too, want to learn other languages than English, languages which answer the same purposes as our own, but have other means of doing it. Or, we want to study some of the other forms of English, and to compare them with our own, so as to understand better what it is, and how it came to be what it is. We are not content, either, with merely using language; we want to know something of what language is, and realize what it is worth to us. The study of language has a great deal to tell us about the history of man, and of what he has done in the world. And as language is the instrument of the mind’s operations, and the principal means by which they are disclosed, we cannot study the mind’s workings and its nature without a thorough understanding of language”.

Descartamos a possibilidade de que essas correlações – linguagem, bom uso; língua, mal uso – sejam mera substituição de termos equivalentes, ou que indiquem um juízo de valor entre linguagem, a qual remeteria sempre ao bom uso, e a língua, a qual remeteria sempre ao mal uso.

Nessas correlações, argumentamos residir a distinção feita por Júlio Ribeiro entre a manifestação do pensamento e das estruturas mentais, atributo da linguagem, e a realização empírica da linguagem, no caso, a língua. Na *Grammatica portugueza*, conseqüentemente, a linguagem, geral, engloba a noção de língua, mais específica. No excerto a seguir, essa distinção está evidente. Ribeiro fala em línguas estranhas e diversas. Fala também das formas pelas quais as línguas passaram no decorrer do tempo e conclui dizendo que tomar conhecimento desses aspectos é conhecer o que constitui a linguagem, isto é, os elementos – línguas e suas variações – pertencentes ao conjunto denominado linguagem:

Muitas pessoas terão ainda de aprender linguas extranhas, linguas que servem aos mesmos fins a que serve a nossa, mas de modo diverso. Nós temos mais de estudar as formas varias por que passou a nossa lingua, temos de comparar essas fórmas com a fórma actual para que melhor entendamos o que esta é, e como veio a ser o que é. Não nos basta usar da linguagem; é mister saber o que constitue a linguagem, e o que nos importa ella (RIBEIRO, 1885, p. 1-2).

Outro fragmento que podemos citar como comprovação de que existe uma divisão entre linguagem e língua na *Grammatica portugueza* é o seguinte, em que Júlio Ribeiro apresenta a distinção entre os tipos de gramática. Para o autor, a gramática geral ocupara-se com a linguagem, enquanto a gramática particular debruça-se sobre uma língua particular. A gramática portuguesa, dessa forma, seria a gramática de uma língua particular, a gramática da língua portuguesa, ou, gramática portuguesa, como diz seu próprio título:

5. A grammatica é geral ou particular.
6. *Grammatica geral* é a exposição methodica dos factos da linguagem em geral.
7. *Grammatica particular* é a exposição methodica dos factos de uma lingua determinada.
8. *Grammatica portugueza* é a exposição methodica dos factos da lingua portugueza (RIBEIRO, 1885, p. 02).

Entendemos, à vista disso, que a visão instrumental que define a finalidade de uma gramática para Júlio Ribeiro pode ser sumarizada da seguinte forma: a gramática

é um instrumento linguístico que facilita a apreensão do bom uso da linguagem, por apresentar sistematizadas as regras desse bom uso a uma pessoa que almeja dominá-lo. Essa instrumentalização ocorre por meio da apresentação de fatos gerais a toda a linguagem e de fatos particulares de uma língua determinada, no caso a língua portuguesa, tal qual se permite deduzir desta passagem: “para todos estes fins é o estudo da grammatica [geral] o primeiro passo; e o estudo da grammatica de nossa língua [particular] o passo mais seguro e mais fácil (RIBEIRO, 1885, p. 02).

A principal consequência que se pode extrair da distinção entre linguagem e língua na *Grammatica* de Júlio Ribeiro é uma consequente distinção entre regras e leis. Como essa distinção está fundamentada na complexa visão que o autor tem sobre o conceito de língua, antes de se apresentá-la, contudo, é mister compreender essa complexidade. Para Ribeiro, a língua é um organismo sociológico, que pode ser comparado a uma espécie orgânica, pois, como essa, está sujeita às leis da seleção natural e da luta pela existência. Enquanto a linguagem é uma faculdade do ser humano por meio da qual manifesta o pensamento, a língua, por sua vez, é um elemento do meio social no qual ela está inserida, o qual a impele, por meio de diversos fatores, a evoluir – evolução linguística – de forma muito mais perceptível que as espécies orgânicas com as quais se compara. Nas palavras de Júlio Ribeiro²⁶:

Bem como as especies organicas que povoam o mundo, as linguas, verdadeiros organismos sociologicos, estão sujeitas á grande lei da lucta pela existencia, á lei da selecção. E é para notar-se que a evolução linguistica se effectua muito mais promptamente do que a evolução especies: nenhuma lingua parece ter vivido por mais de mil annos, ao passo que muitas espeeies, parece terem-se perpetuado por milhares de séculos (RIBEIRO, 1885, p. 135-136).

Dessa forma, estudar a língua, diferentemente de estudar linguagem, não é ação relacionada à finalidade de manifestar o pensamento de forma clara e agradável aos outros. O estudo das línguas está relacionado aos estudos de como essas evoluem em uma luta pela existência, que significa, por conseguinte, estudar as leis da seleção natural. A concepção de língua parte, então, da premissa naturalista de que a língua se assemelha a um organismo vivo, e da premissa histórico-comparatista

²⁶ José Edcarlos Aquino, nos comentários a esta tese, considera esse trecho, retirado de *The geological evidences of the antiquity man*, de Lyell (1868), e de *Le darwinisme*, de Émile Ferrière (1872), um exemplo do modo como Júlio Ribeiro não apenas incorpora os saberes de outros autores presentes em seu *horizonte de retrospectão*, mas os ressignifica.

de que os fatos de uma língua devem ser explicados no decorrer do tempo, conforme evoluem. É diante dessas premissas que as seguintes palavras de Júlio Ribeiro, que resgatamos, devem ser significadas: “[...] nós temos mais de estudar as formas varias por que passou a nossa lingua, temos de comparar essas fórmas com a fórma actual para que melhor entendamos o que esta é, e como veio a ser o que é” (RIBEIRO, 1885, 01-02).

Esse entendimento de língua determina os procedimentos de análise linguística adotados por Júlio Ribeiro. Na tabela em que estabelece as semelhanças entre as espécies e as línguas (que reproduzimos no capítulo anterior, nomeada por Júlio Ribeiro de “admirável confronto”), o autor da *Grammatica* pontua dez itens que mostram coincidências entre as línguas e as espécies quanto à seleção; e outros quatro itens que comparam a genealogia das espécies com a das línguas. Esses itens, além de sistematizarem as semelhanças entre as línguas e as espécies, guiam as análises linguísticas de Ribeiro, em especial, os que passamos a comentar a seguir.

No primeiro item da comparação, Júlio Ribeiro reconhece a existência de dialetos, porque, assim como as espécies têm suas variedades, as línguas também têm as suas, no caso, os dialetos²⁷. Essas variedades são mencionadas por Ribeiro de diversas formas na *Grammatica*. No próximo fragmento, encontramos exemplo de referência ao dialeto brasileiro, uma variedade do português europeu no qual a palavra “gente” funciona como pronome indefinido:

O substantivo *gente* tambem se emprega neste sentido, sobre tudo no dialecto brasileiro: «Quando a gente está com gente. Gente me deixe...» (RIBEIRO, 1885, p. 73)

Na *Grammatica*, há também referência ao dialeto galego, uma variedade antiga do português europeu que, de acordo com as análises de Júlio Ribeiro, ainda persiste no interior do Brasil, conforme apontam os indícios na pronúncia de algumas palavras, presente no trecho a seguir, em que “loitar” é utilizado no lugar de “luctar”:

²⁷ Neto (2010, p. 75), ao analisar o livro *Traços geraes de linguistca*, de Júlio Ribeiro, também compreende que o conceito de dialeto do autor é inspirado na teoria naturalista: “Ao adaptar a teoria *evolucionista* de Darwin para os estudos da linguagem, Ribeiro [...] constrói também sua explicação *naturalista* para a existência dos *dialetos*”.

N' este caso de dissolução a voz precedente *u* converte-se por vezes em *o*: *aloitar*, *loitar* (em Portuguez antigo, no dialecto Gallego e ainda hoje no interior do Brazil) por *luctar* de *luctare* (RIBEIRO, 1885, p. 143).

Podemos ainda citar a referência que o autor da *Grammatica portugueza* faz ao dialecto sorocabano. A menção se deve para constatar o uso da expressão “no mais” ou “não mais”, que remete à influência castelhana na cidade, em virtude do contato entre diferentes falantes proporcionado por uma feira anual de bestas, como podemos ler no excerto seguinte:

Em Sorocaba, cidade da provincia de S. Paulo, que uma feira annual de bestas punha sempre em contacto com Orientaes e Correntinos, e onde a linguagem é ainda sensivelmente acastelhanada, tal locução é usadissima; ouve-se a cada passo: «*Entre no mais – Tire churrasco no mais – Ensilhe no mais O matungo*» isto é «*Entre, não mais; entre sem cerimonia – Tire churrasco, não mais; sem mais preâmbulos – Ensilhe o matungo, não mais; nada mais tem a fazer sinão ensilhar o matungo*». A existencia da locução no dialecto sorocabano sô póde ser devida á influencia castelhana (RIBEIRO, 1885, p. 315).

Além do mais, é possível observar na *Grammatica portugueza* caso de alusão a dialetos antigos. Júlio Ribeiro menciona os velhos dialetos franceses, nos quais se pode observar a conhecida regra de emprego do que conhecemos atualmente como sufixo “mente”, que determina seu uso apenas no último advérbio de uma listagem, tal qual podemos ler no trecho a seguir:

Esta regra, que hoje só existe no Portuguez, existiu nos velhos dialectos francezes d' *oc* e d' *oil*: nesses dialectos a terminação *ment* se collocava, ou só depois do primeiro, ou só depois do ultimo adverbio (RIBEIRO, 1885, p. 314).

Júlio Ribeiro também aponta o dialecto da Picardia (antiga região da França), do qual o português, o espanhol e o italiano emprestaram o termo “tio” e “tia”, procedimento que, para o autor, não ocorreu com o francês, tal qual se nota na sequência:

Do Grego $\theta \epsilon \iota \omicron \varsigma$, $\theta \epsilon \iota \alpha$. E' curioso que o Hespanhol, o Italiano, o Portuguez e o dialecto da Picardia tenham tomado este termo do Grego, deixando de parte os vocabulos latinos *avunculus* e *amita* dos quaes os francezes derivaram os seus *oncle* e *tante*. *Tia*, *Tio* (Hesp.), *Zia*, *Zio*, (Ital.), *Thia*, *Thio*, (Port.), *Thie*, *Théion* (dialecto picardo) (RIBEIRO, 1885, p. 49).

Como se percebe, dialetos, para o autor da *Grammatica*, são variedades de línguas determinadas, como o português ou o francês, por exemplo, visto que as diferentes línguas não compõem dialetos. Por essa razão, entendemos que Ribeiro fala em dialeto brasileiro como uma variedade da língua portuguesa, pois a entende como uma variação da língua portuguesa, que é a entidade linguística absoluta nesse caso²⁸. Os dialetos, portanto, são variações de uma determinada língua que correm em razão de motivos específicos, que podem ser estudados como as leis que governam a evolução linguística.

Nesse contexto, é pertinente adiantar a análise do segundo tópico presente no quadro que sistematiza a classificação genealógica das espécies e das línguas, no qual Júlio Ribeiro estabelece a filiação entre línguas vivas e línguas mortas, tal qual ocorre com espécies vivas, que descendem de mortas. Para o autor da *Grammatica*, da mesma forma como as espécies originaram-se de uma estrutura primordial, as línguas também o fazem, no caso da língua portuguesa, o latim. Os dialetos, diferentemente, não descendem das línguas, pois são variações dessas. No fragmento subsequente, percebemos que Ribeiro estabelece a relação de descendência entre as línguas românicas, denominadas filhas, e o latim, fato que permite a contiguidade de algumas características, que persistem graças às leis da evolução glótica:

E' esta a grande lei da evolução glottica que deu o domínio romanico: pela persistencia do accento perpetuou-se o Latim nas suas sete filhas. Se se eliminasse das palavras romanicas o accento latino, originar-se-ia um khaos linguistico em que ninguem se poderia mais entender [...] (RIBEIRO, 1885, p. 140).

De volta à comparação entre as espécies e as línguas, no quarto tópico, Júlio Ribeiro indica que a língua sofre variações graças ao que denomina de relações exteriores, as quais equivalem às variações obtidas entre o cruzamento de espécies distintas. Notamos essas relações no excerto anterior, no qual se lê a influência do castelhano no dialeto sorocabano, e também na passagem a seguir, em que a influência da língua francesa é dada como a responsável por tornar os substantivos

²⁸ José Edcarlos Aquino, nos comentários a esta tese, faz ponderações acerca do fato de a língua portuguesa falada no Brasil ser considerada um dialeto do português europeu para Júlio Ribeiro. O pesquisador defende que existem tensões entre a unidade e a diversidade das duas modalidades linguísticas.

derivados do latim “cor”, “dor” e “flor” femininos e não masculinos, uma anomalia na evolução da língua portuguesa, segundo Júlio Ribeiro:

Os substantivos latinos masculinos conservaram-se masculinos em Portuguez: assim *Mundus, murus, filius* deram *Mundo, muro, filho*. Os substantivos femininos portuguezes *Cor, dor, flor* vêm dos masculinos latinos *Color, dolor, flos*: esta anomalia é devida á influencia do Francez, em que só com tres excepções são femininos os substantivos de cousas inanimadas, derivadas de substantivos latinos masculinos em *or-*. (RIBEIRO, 1885, p. 150).

No quinto item da comparação, Júlio Ribeiro compreende que o gênio literário e a instrução pública nas línguas se comparam às qualidades físicas das espécies, as quais garantem a vitória evolutiva de uma espécie sobre a outra. Segundo essa correção, o uso disseminado de uma forma e seu emprego na literatura são responsáveis por garantir a sobrevivência de uma língua, fenômenos que podem ser exemplificados no trecho seguinte, com a avaliação que o autor da *Grammatica portugueza* faz a respeito da permanência das formas eruditas e populares de algumas palavras do latim na língua portuguesa. Para Ribeiro, a forma erudita de algumas palavras latinas prevalece em razão do uso que os escritores fazem dessa forma:

Muitas palavras latinas ao passarem para as linguas românicas tomaram duas fórmãs, uma popular, outra erudita. A fórmula popular, producto fatal da evolução que transforma as linguas, tem sempre um cunho verdadeiramente nacional em cada idioma: a fórmula erudita, introduzida pelos escriptores versados em latinidade classica, apesar de acceita e naturalizada, conserva quasi sempre seu ar estrangeirado. (RIBEIRO, 1885, p. 174).

Na sequência, no sexto item do “admirável confronto”, Júlio Ribeiro compara a eufonia e a brevidade nas línguas com a beleza da plumagem ou do canto nas espécies. Para autor, brevidade e eufonia são características que favorecem a permanência de uma forma linguística sobre a outra, assim como as características referidas o fazem nas espécies. Essa é a explicação que observamos no excerto seguinte: segundo Ribeiro, “unde” suplantou “ubi” por ser mais eufônico. Percebemos também que algumas formas consideradas “bárbaras” se perpetuaram em função de clareza e perspicuidade:

Ao transformar-se o Latim sob as influencias variadas que cooperaram na criação das linguas romanicas, muitas palavras, em razão de sua euphonia

triumpharam na luta pela existencia, e passaram a ter accepção diversa da primitiva; assim, *unde* supplantou a *ubi*, e ficou servindo para exprimir *logar onde*. A necessidade de clareza e de perspicuidade no dizer creou os grupos barbaros como *de post*, *ad satis*, etc. que se perpetuaram nos novos idiomas. *Aquém e além* estão na lingua hodierna por *aqui ende*, *alli ende*. (RIBEIRO, 1885, p. 207).

No sétimo item, por sua vez, Júlio Ribeiro compreende que, se existem lacunas na explicação de como as espécies evoluíram e como algumas se extinguiram, também há em relação às línguas. Essa coincidência se traduz, na *Grammatica portugueza*, na impossibilidade de se conhecer todas as causas que determinaram as leis glóticas responsáveis por guiar a evolução do latim para as línguas românicas, como podemos ver no fragmento a seguir:

271. O estudo comparativo das linguas romanicas leva-nos ao conhecimento das leis gloticas que presidiram á evolução do Latim. No estado actual da sciencia physiologica é impossivel assignalar todas as causas que produziram taes leis (RIBEIRO, 1885, p. 138).

Por fim, no oitavo item, em que compara as línguas às espécies, o autor da *Grammatica* propõe que, da mesma forma que o número de indivíduos garante o sucesso das espécies, o número de falantes também assegura o sucesso das línguas. Não é, portanto, sem propósito que Júlio Ribeiro aponta o número de falantes da língua portuguesa no mundo, distribuído por todos os continentes, como podemos ler no trecho a seguir:

270. O dominio actual da Lingua Portugueza comprehende 18.050:000 pessoas em uma area territorial de 10.277:000 khilometros quadrados, assim distribuida pela America do Sul, Europa, Africa, Asia e Oceania [...] (RIBEIRO, 1885, p. 137).

Nesse quadro comparativo entre as espécies e as línguas, Júlio Ribeiro ainda menciona que, assim como espécies extintas não podem mais reaparecer, as línguas extintas também não reaparecem. Compara o fato de que línguas isoladas sofrem menos variações como as espécies isoladas. E, por fim, defende que a divisão do trabalho garante o progresso das espécies da mesma forma que a divisão do trabalho intelectual garante o progresso das línguas. São todos, por conseguinte, princípios que governam as análises linguísticas presentes na *Grammatica portugueza*. Assim como são os demais itens presentes no quadro que sistematiza a classificação

genealógica das espécies e das línguas (mencionamos o segundo item alguns parágrafos acima).

No primeiro item do quatro mencionado, Júlio Ribeiro reconhece que, enquanto as espécies mantêm uma estrutura durante a evolução, as línguas também mantêm. Há inúmeros exemplos na *Grammatica* que cumprem a função de ilustrar essa compreensão de Ribeiro, semelhantes ao citado a seguir, no qual o autor aponta ser possível reconhecer uma estrutura atual do português ainda no latim:

No latim vulgar já se acham as fórmulas *su* e *so* que atenta a tendência do Portuguez para deixar cair a desinencia da primeira pessoa do singular, explica a fixação da fórmula «*sou*» que já aparece em um documento de 1265 (RIBEIRO, 1885, p. 180).

No terceiro tópico, Júlio Ribeiro reconhece que a mesma uniformidade notada entre os membros de uma espécie, também o é entre os membros de uma língua. O seguinte fragmento demonstra essa uniformidade entre as línguas portuguesa, francesa e espanhola, consideradas filhas do latim, quanto ao que Ribeiro chama de “consanguinidade de formas”:

Robustecem ainda esta theoria as formas castelhanas *jaga, jano, jeno*; em Portuguez *chaga, chão, cheio*; em Hespanhol classico *llaga, llano, lleno*; em Italiano *piaga, piano, pieno*; em Francez *plaie, plain, plein*; em Latim *plaga, plano, pleno*. A consanguineidade das fórmulas portuguezas *chaga, chão, cheio* com as castelhanas *jaga, jano, jeno*, além de ficar foneticamente estabelecida a uma simples audição, prova-se também historicamente. Em um praso do seculo XIV lê-se «*Ua filade Margarida que Jamam Luzia, que traga com elles este herdamento*» (RIBEIRO, 1885, p. 144).

Finalmente, no quarto tópico, do mesmo modo que, nas espécies, existem semelhanças entre as extintas e as vivas, existem entre as línguas. No seguinte exemplo, percebemos que Júlio Ribeiro aponta, mais uma vez, como no excerto anterior, uma forma latina que ainda persiste no português. São, pois, todos esses aspectos notáveis do fato de a língua portuguesa descender da latina:

324. Os adjectivos são empregados adverbialmente na fórmula masculina, ex.: «*Fállar alto, gostar immenso*».

Em Gil Vicente encontra-se «*Fallo mui doce cortez*». Já no Latim classico era corrente este uso, tomando o adjectivo a fórmula neutra: «*Dulce ridentem Lalagen amabo, dulce loquentem* » (RIBEIRO, 1885, p. 207).

Essas comparações entre espécies orgânicas e as línguas permitem entender as particularidades que se depreendem do fato de o conceito de língua, na *Grammatica portugueza*, ser fundamentado na teoria naturalista, que considera a língua como um organismo. Essa teoria possibilita a Júlio Ribeiro estudar a língua como uma espécie que luta pela existência e está sujeita às leis da seleção, as quais a modificam e determinam aspectos de sua existência. É o funcionamento dessas leis, com efeito, que traz ao lume os métodos da teoria histórico-comparatista como mecanismo de análise, pois o modo de operação dessa teoria, como mostramos, consiste em estabelecer leis por meio de análises diacrônicas entre fatos linguísticos diversos que expliquem as formas linguísticas presentes.

Logo, concepção de língua²⁹ inspirada na teoria naturalista e manipulada pelos métodos histórico-comparatistas implica observar os fenômenos linguísticos não como fruto do acaso ou do mero capricho, mas como elementos que podem ser explicados por um método racional que, para Júlio Ribeiro, não está vinculado à teoria racionalista, mas às leis que governam as transformações pelas quais passam os organismos vivos em sua luta pela existência. No excerto a seguir, as leis da eufonia explicam as irregularidades verbais na formação das línguas românicas, em vez de considerar essas irregularidades como simplesmente produtos do acaso:

O methodo racional, que vê na lingua um organismo e não o produto do capricho ou do acaso, não poderia admittir como anomalias as mais usadas fórmas verbaes; aquellas fórmas que constituem, por assim dizer, a própria essencia do discurso. O methodo racional procura a razão dessas pretensas irregularidades, e explica-as pelas leis da euphonia, cujo papel tão considerável foi na formação das linguas romanicas. Excepção feita de *ser* e de *ir*, cada um dos quaes tem vários themas, não ha em Portuguez, propriamente fallando, verbos irregulares (RIBEIRO, 1885, p. 117-118).

É diante dessa teorização sobre a língua que podemos, destarte, ter um entendimento mais preciso do que Júlio Ribeiro compreende como lei e qual sua diferença para regra. No fragmento que voltamos a reproduzir, agora na totalidade, o autor, além de falar das lacunas explicativas quanto às causas que presidem as leis da evolução, enumera as que a governam: menciona a lei glótica, que seria mesma lei da eufonia, a lei do menor esforço e a lei inerente às influência do meio. Ribeiro as

²⁹ Aquino (2012, p. 193) parece apontar para conclusão semelhante ao estudar o conceito de língua materna em Júlio Ribeiro: “A língua materna é aquela forjada pelo ambiente, uma língua viva, descendente de uma língua morta e submetida ao processo de seleção natural, na qual agem ações como as relações exteriores, as ciências, a indústria, o gênio literário e a instrução pública”.

cita para mostrar que a evolução das línguas românicas a partir do latim e a corrupção – em suas palavras – de línguas europeias nos países tropicais são fenômenos cuja explicação reside nessas leis, as quais podem ser notadas quando se executa a comparação entre as línguas. Eis o excerto:

271. O estudo comparativo das linguas romanicas leva-nos ao conhecimento das leis gloticas que presidiram á evoluçãõ do Latim. No estado actual da sciencia physiologica é impossivel assignalar todas as causas que produziram taes leis. O que não soffre duvida é quanto contribuiu para ellas a influencia do meio, alliada ao pendor que tem o homem, assim como todo o animal, para empregar o minimo esforço possivel na realisaçãõ de actos physiologicos . E' por causa d'esta tendencia, pronunciadissima nos climas enervadores dos paizes intertropicaes, que as linguas européas tanto se têm adoçado e corrompido em certas partes da America (RIBEIRO, 1885, p. 138-139).

Logo, a comparação entre línguas para o estudo dessas leis que governam suas transformações é o método para se compreender a evolução linguística, em especial, a evolução das línguas românicas para o latim. De acordo com Júlio Ribeiro, a evolução é uma consequência inevitável, pois as leis que determinam as transformações das línguas operam de maneira inexorável. Na passagem a seguir, por exemplo, Ribeiro explica que o fato de as línguas se tornarem analíticas é resultado da preferência pela ordem direita (o que conhecemos atualmente como ordem direta, em que o sujeito antecede o predicado), preferência essa possivelmente ditada pela lei do menor esforço. Nesse processo, o autor da *Grammatica* pontua não haver razão para o gramático condenar a transformação ou considerá-la prejudicial, na medida em que ela significa o progresso da humanidade, o desenvolvimento do cérebro e, até mesmo, uma nova forma de pensar:

A tendencia que actualmente apresentam todas as linguas para tornarem-se analyticas, é a causa da preferencia que cada vez mais tem a construcção direita sobre a inversa.

Não é por se não fazer estudo dos modelos legitimos e castigos, não é por se lerem muito os livros francezes que se vai transformando a lingua portugueza; nem tal transformação é vergonhosa ou prejudicial. Producto inevitável, necessário, fatal da evoluçãõ linguistica, ella accusa nova phase do modo de pensar, accusa desenvolvimento do cerebro, accusa progresso da humanidade (RIBEIRO, 1885, p. 326).

Em nossa opinião, a compreensão de evolução linguística que Júlio Ribeiro desenvolve na *Grammatica portugueza* cria uma intersecção entre as três correntes teóricas que Ribeiro mobiliza na gramática. As operações mentais refletidas na

linguagem são, obviamente, refletidas em qualquer língua, uma vez que esta é espécime daquela. Consequentemente, a língua, em seu processo de transformações ditadas pelas leis que governam essas transformações, modificam-se no decorrer do tempo e, assim, também modificam a forma de pensar. Por essa razão, o autor da *Grammatica* entende que a evolução linguística acusa nova forma de pensar e, até mesmo, transformações do cérebro. No trecho em que trata do estilo, fica evidente como a estrutura da língua e do pensamento são únicas, pois a alteração da sintaxe regular manifesta um modo irregular de pensamento:

Todavia, ha certos modos irregulares de expressão de pensamento, que é util classificar. Estes modos irregulares de pensar e de exprimir o pensamento manifestam-se, alterando a syntaxe regular (RIBEIRO, 1885, p. 327).

Com essa compreensão de como língua e linguagem são conceitos diferentes, mas interagem em virtude da *integração* teórica que Júlio Ribeiro constrói na *Grammatica*, pautado na comparação das línguas com as espécies, fica mais nítido entender qual a diferença entre regras e leis, na finalidade instrumental que o autor atribui à sua obra gramatical. Explicamos que, para Ribeiro, gramática é um instrumento linguístico que facilita a apreensão do bom uso da linguagem, por apresentar sistematizadas as regras que o refletem. A função delas é garantir a regular manifestação do pensamento, como se deduz da passagem a seguir, na qual se percebe a compreensão de correção pela observação, que remete aos bons oradores e pessoas instruídas, os quais, automaticamente, aludem à sistematização da fala dessas pessoas presente na gramática:

623. Estylo é o modo peculiar de fallar e escrever que tem cada homem: quem o determina é a natureza: quem o corrige é a observação (RIBEIRO, 1885, p. 327).

Explicamos também que as leis são fenômenos estruturais que explicam como as línguas evoluem no decorrer do tempo. Às leis, portanto, estão relacionadas à língua, enquanto as regras estão relacionadas à linguagem. Esse é o motivo que explica o fato de a palavra “regra” ser muito mais recorrente na *Grammatica portugueza* do que a palavra “lei” (em um levantamento desprezioso, esta aparece vinte e seis vezes no corpo da gramática, enquanto aquela mais de sessenta). Embora seja possível identificar exceções, em geral, a palavra “regra” sempre é

empregada por Júlio Ribeiro em contextos nos quais existem possibilidades variadas para um fenômeno linguístico, mas um é preferível por remeter ao bom uso, enquanto a palavra “lei”, na maioria das vezes, remete a uma imposição estrutural da palavra, explicável no decorrer do tempo, para um fenômeno linguístico, como indica a amostra que reunimos na tabela a seguir:

Exemplos de utilização da palavra “regra”	Exemplos de utilização da palavra “lei”
Os mais adjectivos em <i>il</i> e também <i>revél</i> e <i>novél</i> seguem a regra, querendo alguns grammaticos e lexicographos que <i>pênsil</i> , <i>projéctil</i> se pronunciem <i>pensil</i> , <i>projéctil</i> , <i>réptil</i> (RIBEIRO, 1885, p. 18).	182. <i>Kampenomia</i> ou <i>Ptoseonomia</i> é o conjuncto das leis que presidem á flexão das palavras: [...] (RIBEIRO, 1885, p. 82).
Ha muitos vocabulos que são proparoxytonos sem estarem incluidos n'estas regras, ex.: « <i>Relâmpago — êmbolo</i> ». Só a pratica poderá servir de guia nestes casos (RIBEIRO, 1885, p. 23-24).	245. Em geral as leis da flexão dos adjectivos são as mesmas que governam a flexão dos substantivos: assim de <i>bonito</i> tiram-se <i>bonitos</i> , <i>bonita</i> , <i>bonitas</i> , <i>bonitão</i> , <i>bonitona</i> , <i>bonitinho</i> , <i>bonitinha</i> , <i>bonilote</i> , <i>bonitota</i> etc (RIBEIRO, 1885, p. 108).
São estas as regras possiveis sobre o emprego de <i>g</i> em <i>j</i> para representar a modificação <i>je</i> ; e é o que basta. A excepção que pretendiam estabelecer alguns grammaticos, mandando escrever <i>laranjeira</i> , <i>anjinho</i> , sobre especiosa, é pouco seguida. (RIBEIRO, 1885, p. 43).	268. <i>Etymologia</i> é o conjuncto das leis que presidem á derivação das palavras nas diversas línguas (RIBEIRO, 1885, p. 135).
114. Algumas regras geraes se pôdem estabelecer para a regularisação da orthographia; são: [...] (RIBEIRO, 1885, p. 58).	272. Na passagem do Latim para Portuguez nota-se: [...] 18) inserção de um <i>b</i> euphónico entre os elementos <i>m</i> e <i>r</i> do grupo <i>mr</i> , resultante da queda de uma voz: <i>lembrar</i> (<i>nembrar</i> antigo) de <i>mem'rare</i> (<i>memorare</i>), <i>hombro</i> de <i>hum'ro</i> (<i>humero</i>). Compare-se <i>combro</i> de <i>cum'lo</i> (<i>cumulo</i>) <i>numbro</i> popular por <i>numéro</i> (<i>numero</i>); <i>semblante</i> (<i>sembrante</i> antigo) de <i>sim'lante</i> (<i>similante</i>) A' acção da mór parte das leis exaradas acima escapam muitos casos que, longe de serem excepções, são exemplos de leis mais particulares que não cabe aqui registrar (RIBEIRO, 1885, p. 139-146).

<p>248. Os adjectivos, tanto descriptivos como determinativos, seguem geralmente na flexão numeral as regras dadas para a flexão numeral dos substantivos (RIBEIRO, 1885. P. 111).</p>	<p>A grammatica franceza, cujas leis a este respeito são ferrenhas, não nos póde servir aqui de modelo; o Italiano e o Provençal movem-seum pouco mais á vontade; só o Hespanhol gosa n'este terreno da mesma liberdade que tem o Portuguez. (RIBEIRO, 1885, p. 313).</p>
<p>416. Os adjectivos descriptivos antepõem-se ou pospõem-se aos substantivos conforme o genio da lingua, o estylo da composição, e o gosto do escriptor: não se póde estabelecer regras positivas a este respeito (RIBEIRO, 1885, p. 236).</p>	<p>Tal fusão operou-se sob a acção das leis phoneticas peculiares ao Latim. Dessas leis tres ha que se faz mister conhecer para se poder comprehender o processo da fusão: 1.ª) Entre duas vozes a modificação s converte-se em r. 2.ª) As vozes finaes não accentuadas caem, 3.ª) As vozes longas finaes abreviam-se (RIBEIRO, 1885, p. 338).</p>

Tabela 4 - Exemplos de emprego de "Regra" e "Lei". Ribeiro (1885)

Notamos que Júlio Ribeiro menciona “regra” em contextos em que o fenômeno linguístico deve obedecer a um parâmetro por opção do gramático. Por esse motivo, há expressões como “seguem a regra”, “incluídos nessas regras”, “regras possíveis”, “regras gerais”, “regras dadas” e “estabelecer regras”. As regras são observadas pelo gramático no bom uso da linguagem e sistematizadas para facilitar àqueles que intentam obter essa habilidade linguística. As leis, por sua vez, como vínhamos discorrendo, “presidem”, “governam” fenômeno linguístico específico, como a flexão ou a derivação, e possuem uma identidade, como “leis fonéticas”, porque operam em fenômeno determinado. As leis constituem sistemas fechados para estabelecimento de formulações estruturais particulares e, por esse motivo, podem ser comparadas de uma língua para outra. Ao gramático também cabe observar essas leis, mas nas estruturas linguísticas. É com toda essa teorização que compreendemos que, para Ribeiro, à gramática, portanto, cabe não a invenção dessas regras e leis, mas a sistematização – e, nesse ponto, vale a pena o resgate: “a grammatica não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade” (RIBEIRO, 1885, p. 01).

Finalmente, perante essa reflexão sobre a concepção de linguagem e de língua de Júlio Ribeiro, e a implicação dessas concepções para a finalidade de sua gramática, podemos constatar que, na *Grammatica portugueza*, o conceito de linguagem, fundamentado na teoria racionalista, remete à manifestação do pensamento e das estruturas mentais, enquanto o conceito de língua, embasado na

teoria naturalista, alude a uma espécie orgânica. Dessa forma, do mesmo modo como às espécies orgânicas a que se comparam, as línguas também se submetem à seleção e à luta pela sobrevivência, característica que as levam a se transformar governadas por leis relacionadas a fatores como a eufonia, o menor esforço, o meio, os costumes, as relações exteriores, as ciências, a indústria, o gênio literário, a instrução pública e o trabalho intelectual, além de fatores como a evolução do pensamento e a transformação do cérebro.

O estudo dessas leis que governam a transformação das línguas, por sua vez, pode ser realizado por meio de comparações diacrônicas, postulado da teoria histórico-comparatista. Logo, cabe à gramática sistematizar essas leis para explicar a transformação das línguas, assim como também cabe à gramática observar o bom uso da linguagem e as regras que se depreendem desse bom uso, pois essas são postuladas pelo gramático para balizar o bom uso da língua e, conseqüentemente, a manifestação do pensamento, e não incidem em juízo de valor sobre a língua como organismo vivo, mas apenas como elemento que constitui a linguagem.

A finalidade da *Grammatica portugueza*, portanto, é não somente a de levar a seus leitores, de forma sistematizada, as regras que sistematizam o bom uso da linguagem, notadas em pessoas instruídas dotadas da capacidade de fazer esse bom uso, mas também o de apresentar aos que a manusearem as leis que governam o funcionamento evolutivo da língua portuguesa e de outras línguas, para compreendê-la como um organismo vivo. Consideramos, então, que essa dupla finalidade pode ser considerada uma característica marcante da *Grammatica*, pois seu viés didático integra a prescrição, por um lado, com a descrição linguística, por outro³⁰.

3.3 A divisão da *Grammatica*: classe de palavras; sentença

Passamos, na sequência, a dissertar a respeito da maneira com que Júlio Ribeiro divide a obra, para analisar como as premissas das teorias que descrevemos anteriormente incidem sobre a organização do conteúdo da *Grammatica portugueza*.

³⁰ Cavaliere (2014), nesse sentido, aponta que existe uma “dupla feição” da gramática brasileira do período consideralo por ele como científico científico: “... a dupla feição da gramática brasileira do período científico – descritiva e prescritiva – visava a compatibilizar a função de investigar e descrever, tarefa que a ciência da linguagem trazia para a seara dos estudos vernáculos, com a função de prescrever, imperativa segundo a tradição pedagógica dos compêndios gramaticais” (CAVALIERE, 2014, p. 36-37).

Também é intenção investigar a formulação teórica dos conceitos designativos das classes de palavras e de sentença, com o fim de descrever a *interação teórica* que fundamenta não apenas a forma como a *Grammatica* é seccionada, mas também a formulação de conceitos basilares de sua obra gramatical, portanto.

Júlio Ribeiro implementa, na *Grammatica portugueza*, uma divisão de conteúdo em duas partes: “lexeologia”, Parte primeira, e a “syntaxe”, Parte segunda. Parreira (2011) nos mostra que essa divisão não era muito comum no Brasil até então, pois a maioria das gramáticas brasileiras que ele analisou fraciona seu conteúdo em quatro partes (etimologia, ortografia, prosódia e sintaxe), embora seja possível encontrar obras que o façam em três ou em cinco partes. Como Ribeiro, apenas Moraes e Silva (1806) e Alfredo Gomes (1887) dividiram a gramática em duas partes, tal qual mostra o organograma a seguir, extraído de Parreira (2011):

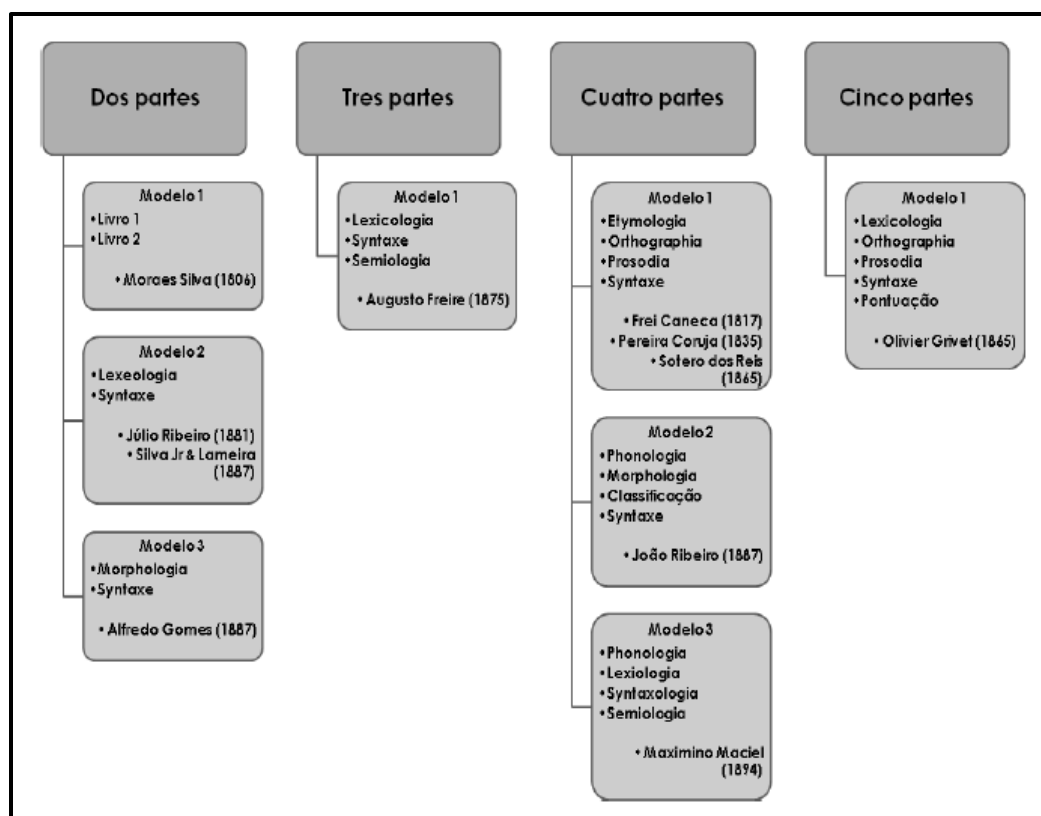


Figura 4 - Organograma com divisões de gramáticas brasileiras do século XIX, reproduzido de Parreira (2011)

Ao descrever o *horizonte de retrospectão* da *Grammatica portugueza*, mostramos que o fragmento no qual Júlio Ribeiro apresenta essa divisão contém indexações de cinco obras estrangeiras cujos conhecimentos são incorporados. Entre

essas cinco obras, é possível conjecturar, pela análise de seus títulos, que três são positivistas, vinculadas à teoria histórico-comparatista, uma é vinculada à teoria racionalista e outra não apresenta explicitamente seus vínculos teóricos. Tal arranjo teórico deduzido das obras citadas aponta, com efeito, que a divisão escolhida por Ribeiro para organizar o conteúdo não é uma característica que remete indubitavelmente a um engajamento teórico, pois há obras vinculadas às teorias positivistas e racionalista que seguem esse tipo de divisão. Parece-nos, mais, uma forma de mostrar que sua *Grammatica*, ao adotar uma divisão bipartite, está alinhada a obras estrangeiras.

Na tabela a seguir, sistematizamos essas obras indexadas, seus respectivos títulos e como essas são divididas por seus relativos autores:

Autor e obra	Divisão
Alexander Allen (1814-1842) e James Cornwell (s.d): <i>A new English grammar, with very copious exercises, and a systematic view of the formation and derivation of words</i> (1841)	Etymology & Syntax
Pierre Burggraff (1803-1881): <i>Principes de grammaire générale</i> (1863)	Partie élémentaire & Syntaxe
Marie Antoine Alexis Chassang (1827-1888): <i>Nouvelle grammaire grecque, d'après les principes de la grammaire comparée</i> (1872)	Étude des mots consideres séparément & Syntaxe
Cyprien Ayer (1825-1884): <i>Grammaire comparée de la langue française</i> (1876)	Étymologie & Syntaxe
Jean Bastin (s.d): <i>Étude philologique de la langue française ou grammaire comparée et basée sur le latin</i> (1878)	Étymologie & Syntaxe

Tabela 5 - Divisões de obras citadas por Ribeiro (1885)

Pela tabela, podemos notar que a provável intenção de Júlio Ribeiro, ao citar essas obras, é arrolar gramáticas em que a divisão também se dá em duas partes, porquanto a *Grammatica* não reverbera com exatidão nenhuma das gramáticas mencionadas. Ainda que a nomeação da Parte segunda como “Syntaxe” – opção seguida por Ribeiro – seja unânime, o termo “Lexologia”, escolhido pelo autor para

Parte primeira, não é utilizado nas obras citadas, as quais, em sua maioria, preferem “Étymologie”, com exceção de “Partie élémentaire”, de Burggraff (1863) e “Étude des mots consideres séparément”, Chassang (1872). Em contrapartida, o organograma extraído de Parreira (2011) aponta que o termo “Lexeologia” pode ser encontrado em duas obras publicadas antes da primeira edição da *Grammatica*, em 1881: Grivet (1865) e Augusto Freire(1875), as quais não foram indexadas como constituintes do *horizonte de retrospectão* dessa parte, mesmo diante do fato de que a influência para o uso do termo “Lexeologia”, portanto, pode, possivelmente, ser da gramática de Grivet (1865), em virtude de sua presença no *horizonte de retrospectão* do autor em outro momentos.

O ponto a se considerar quanto a essa divisão, em nossa opinião, é que essa relaciona-se, de certa forma, com teoria racionalista. Primeiramente, porque Ribeiro não demonstra, em seu *horizonte de retrospectão*, um sistema de citação governado pelos vínculos teóricos das obras que utiliza. Embora a presença de três obras vinculadas às teorias positivistas indique uma maioria, essa maioria não significa predominância teórica, pois também se nota a referência de Burggraff (1863), gramática vinculada à teoria racionalista que exerce influência significativa na *Grammatica*. Ademais, Parreira (2011) chama a atenção para o fato de essa divisão ser comum em obras de caráter logicista, então:

Pese a las fuentes citadas como referencia para justificar la estructura de la Gramática, conviene advertir que este sistema figura, entre otras, en teorías lingüísticas francesas del siglo XVIII de carácter logicista. Beauzée (1717-1789) ya defendía, antes mismo de Burgraff (1863), C. Ayer (1825-1884) y otros, que la gramática era equivalente a la ortología que, a su vez, está compuesta por la lexicología y la sintaxis. Además, el propio Moraes Silva (1806), de acuerdo con el logicismo, ya dividía la gramática en dos partes, aunque adoptaba otra terminología (PARREIRA, 2011, p. 185).

O argumento que sustenta essa nossa compreensão, sobretudo, é que essa divisão remete à dicotomia de Dominicy (1992), a qual identifica, na teoria racionalista, as duas classes de ideias: as ideias de coisas e as ideias de operações. É perceptível que Júlio Ribeiro divide sua obra para tratar dessas duas classes de ideias, e não simplesmente para se adequar às premissas teóricas positivas³¹. Defendemos,

³¹ As seguintes palavras de Júlio Ribeiro, em *Cartas sertanejas* (1885), reforçam essa nossa compreensão de que Júlio Ribeiro, ao indexar obras no excerto em que trata da divisão da gramática

assim, que a divisão da *Grammatica*, conquanto o autor tente transfigurá-la como uma divisão suprateórica, ou como natural e lógica em outros escritos³², não deixa de aludir à teoria racionalista, mesmo que inconscientemente³³. Consideramos que esse fato releva a *integração* entre teorias, pois remete a um *horizonte de retrospectão* composto por obras de inspiração positivista para fundamentar um saber que remete à teorização racionalista.

A *integração* teórica também pode ser constatada na incidência das teorias positivistas nos livros e seções que compõem essas duas partes da *Grammatica portugueza*. Assim como o conceito de linguagem e de língua são extraídos de diferentes teorias por Júlio Ribeiro, embora se integrem, as repartições da gramática também se complementam ao se fundamentarem em premissas teóricas diferentes. A definição de “Lexeologia”, por exemplo, é pautada na teoria positivista, ao falar de “elementos materiais” e “formas”, como fenômenos linguísticos a serem analisados pelo gramático:

10. A lexeologia considera as palavras isoladas, já em seus elementos materiaes ou sons, já em seus elementos morphicos ou fórmas.

11. A lexeologia compõe-se de duas partes: phonologia e morphology. (RIBEIRO, 1885, p. 03).

Júlio Ribeiro fraciona a “Lexeologia” em dois livros: “Elementos materiais das palavras” e “Elementos morphicos das palavras”. O estudo do primeiro livro é, por sua vez, repartido em três seções, cujas propostas dialogam com a proposta da teoria

e revelar seu *horizonte de retrospectão*, busca equiparar sua gramática a obras estrangeiras, e não apontar a uma filiação teórica: “Quer saber Demócrito o que há de *meu* na minha *grammatica*? [...] Há a divisão gramatical synthetisada na arvore synoptica, divisão de mérito verdadeiro, divisão que se não encontra em obra nenhuma, que é *minha só minha* [...] (RIBEIRO, 1885, p. 96).

³² Segundo Aquino (2016), ao analisar os artigos redigidos por Júlio Ribeiro ao debater com Augusto Freire da Silva (1836-?), o autor da *Grammatica portugueza* considera a divisão gramatical em quatro partes irracionais. Essa crítica de Júlio Ribeiro tem como *horizonte de retrospectão* o gramático português Teófilo Braga: “Júlio Ribeiro recorre ao nome de Teófilo Braga (*Grammatica Portugueza*) para qualificar de irracional e velha a divisão da gramática em quatro, isto é, prosódia, etimologia, sintaxe e ortografia. A discussão se encaminha inicialmente para a questão de saber qual é o lugar dos sons elementares na gramática, no que Júlio Ribeiro indaga se a ortografia é uma parte distinta da gramática ou antes uma subdivisão da fonologia com o fim específico de estabelecer leis para a *representação*...” (AQUINO, 2016, p. 69).

³³ A propósito, Júlio Ribeiro considera essa divisão científica, como se pode deduzir das seguintes palavras escrita nas Procellarias ([1887] 2007), sobre o programa de Fausto Barreto: “Não há negar; é este um programma organizado scientificamente, sobre as bases largas, solidas, da sciencia da linguagem. De uma parte a *lexiologia*, isto é, as palavras consideradas em si fonológica, morfológica, taxonomicamente; de outra, a *syntaxe*, as palavras constituindo expressão de juízo, formando sentenças (RIBEIRO, 1887, p. 92). Isso demonstra como é complexa a *integração* teórica existente na *Grammatica portugueza* e como a compreensão de cientificidade em Júlio Ribeiro não pode, simplesmente, ser diretamente vinculada às teorias positivistas, ressalva que defende Aquino (2016).

histórico-comparatista de análises comparativas de elementos materiais que constituem as palavras: (i) “Fonética” – “tratado dos sons articulados considerados em sua maxima simplicidade, como elementos constitutivos das palavras (RIBEIRO, 1885, p. 03) – (ii) “Prosodia” – “tratado dos sons articulados em relação á sua intensidade comparativa, quando constituídos em palavras” (RIBEIRO, 1885, p. 12) – e (iii) “Orthographia” – “tratado da representação symbolica dos sons articulados” (RIBEIRO, 1885, p. 27).

Entretanto, ao observamos o segundo livro dessa Parte primeira, constatamos que a teoria histórico-comparatista não é a única no *horizonte de retrospectão* de Júlio Ribeiro. Primeiramente, notamos que, embora haja alusão à forma das palavras, o autor da *Grammatica portugueza* opta por falar em linguagem, compreendida como elemento que reflete as estruturas mentais nas palavras, na definição que atribui à “Morphologia”:

116. Morphologia é o tratado das fórmãs que tomam as palavras para constituir a linguagem (RIBEIRO, 1885, p. 61).

Em segundo lugar, observamos, no fragmento apresentado na sequência, no qual o estudo dos “Elementos morphicos das palavras” é fracionado, que Júlio Ribeiro entende as palavras como entidades representativas de ideias, ou constitutiva de grandes grupos de ideias para compor o pensamento. Os elementos da teoria racionalista são evidentes e coerentes, pois, tal qual se vê no excerto anterior, as palavras constituem a linguagem e, por essa razão, são elementos que refletem a estrutura mental. É possível, portanto, considerar que, em linhas gerais, a “Lexelogia” contém um braço teórico positivista – “Elementos materiais das palavras” – e outro racionalista – “Elementos morphicos das palavras” – configuração que reitera a *integração teórica* que defendemos acontecer na *Grammatica porutugueza*. Eis o fragmento:

117. A morphologia considera as palavras sob a relação de fórma
 1) como constituindo grandes grupos de idéas de que se compõe o pensamento;
 2) como entidades phonicas que se modificam individualmente para representar cada idéa em particular;
 3) como originando-se umas de outras (RIBEIRO, 1885, 61).

Há, todavia, o que se ponderar nessa afirmação sobre o braço teórico racionalista da “Lexeologia”, pois o terceiro tópico na definição de morfologia – “como originando-se uma de outras” – não é fundamentado pela teoria racionalista, mas, sim, pela naturalista; e o segundo tópico, em seu turno, mescla a teoria racionalista com a histórico-comparatista – “representar cada idéia” e “entidades fônicas”. Ou seja, a *integração teórica* notada na *Grammatica portugueza* é de tal forma complexa, que duas teorias podem (e com frequência são) combinadas para o tratamento do mesmo assunto gramatical. Essa comprovação reforça a nossa tese de que esse procedimento é constituinte das ideias linguísticas de Júlio Ribeiro, materializadas em sua obra.

Ao fracionar o estudo da “Morphologia”, Júlio Ribeiro estipula três áreas de estudo, correspondentes a três seções da *Grammatica*: “18. As partes, pois, da morphologia são tres; taxeonomia, kampenomia ou ptoseonomia e etymologia (RIBEIRO, 1885, p. 61). A primeira área, “Taxeonomia”, é definida como “a distribuição das palavras em grupos correspondentes aos grupos de ideias de que se compõe o pensamento” (RIBEIRO, 1885, p. 61), uma definição assentada na teoria racionalista, como facilmente se percebe. A definição de “kampenomia ou ptoseonomia”, no entanto, carrega em si outra definição, a de “flexão”, fato que a torna mais melindrosa, como se pode observar na passagem a seguir:

182. *Kampenomia* ou *Ptoseonomia* é o conjuncto das leis que presidem á flexão das palavras:

183. *Flexão* é a mudança que exprimenta a palavra variavel para representar as diversas gradações da idéia (RIBEIRO, 1885, p. 82).

Notamos, nessa passagem, a referência a “leis”, palavra que, como atestamos, remete à teorização positivista na *Grammatica portugueza*. Nesse caso, entretanto, essa referência é alongada: as leis presidem a flexão das palavras para estipular como essas podem se alterar para manifestar gradações de ideias. Ou seja, as leis que governam as transformações materiais das palavras cumprem a função de adequá-las à manifestação do pensamento. A *integração teórica* é evidente, pois a estrutura da palavra segue leis que governam possíveis modificações para comunicar as inúmeras possibilidades que existem na mente. Por essa razão, Júlio Ribeiro fala em generalidade da ideia e da restrição dessa ideia no fragmento seguinte. A

estrutura da palavra segue leis para se modificar e, assim, atender às demandas da mente:

- 1) *Thema* é, o elemento da palavra, que indica em generalidade a idéia, que ella é chamada a representar.
- 2) *Terminação* é o elemento da palavra, que restringe de um ou de outro modo a idéia indicada pelo *thema* (RIBEIRO, 1885, p. 82-83).

A definição de “*Etymologia*”, por fim, também é formada na noção de “lei”: “*Etymologia* é o conjuncto das leis que presidem á derivação das palavras nas diversas línguas” (RIBEIRO, 1885, p. 135). Essa definição antecipa a comparação que Júlio Ribeiro faz entre as espécies e as línguas, sobre a qual discorreremos anteriormente. É, pois, em virtude dessa comparação, que consideramos naturalista a influência teórica que incide sobre Ribeiro ao falar da etimologia das palavras. Ademais, na sequência dessa definição, há um excerto do qual podemos deduzir essa opção teórica com mais clareza. Em vez de etimologia, Júlio Ribeiro acredita ser mais adequado utilizar o termo “*lexeogenia*”, que remeteria à gênese das palavras, em uma comparação às espécies:

Lexeogenia seria termo preferível a *Etymologia*. Comtudo este ultimo tem em seu favor desde séculos a consagração universal: não póde, pois, ser substituído (RIBEIRO, 1885, p. 135).

Esse trecho ainda fornece pistas para que se compreenda a opção de Júlio Ribeiro por termos como “*taxeonomia*”, “*kampenomia*” e “*ptoseonomia*”, considerados inovações terminológicas da obra³⁴. Como não há *horizonte de retrospecção* indexado à escolha desses termos, e tampouco identificamos serem oriundas de outras obras que constituem o *horizonte de retrospecção opaco* da *Grammatica*, defendemos que esses termos tenham sido cunhados por Ribeiro por acreditar que conferem mais cientificidade à abordagem linguística à qual se propõe. Podemos confirmar isso na seguinte passagem, a qual antecede a lista de radicais gregos mais utilizados na ciência:

³⁴ No site *Corpus de textes linguistiques fondamentaux*, a ficha de Júlio Ribeiro indica que esses termos são considerados inovações terminológicas da *Grammatica portugueza*. FICHA, *Grammatica portugueza*. Disponível em: http://ctlf.ens-lyon.fr/n_fiche.asp?n=357. Acessado dia 23 de julho de 2020.

Todavia, como a sciencia moderna tem com suas nomenclaturas resuscitado e universalizado o Grego antigo, é de utilidade uma lista das palavras gregas radicaes mais vulgarmente usadas (RIBEIRO, 1885, p. 163).

O autor da *Grammatica portugueza* defende que a ciência moderna buscou no grego a nomenclatura adequada para se referir aos seus procedimentos ou às suas descobertas. Nas páginas anteriores deste capítulo, mostramos, com a leitura de Koerner, (1995) que as consideradas ciências modernas do século XIX, no caso as naturais, exerceram grande influência na nomenclatura dos estudos da linguagem. Acreditamos, assim, que Júlio Ribeiro tinha essa consciência e, por esse motivo, optou por criar os referidos termos, os quais, inclusive, então nos exemplos da longa lista de radicais gregos ofertada ao seu leitor a partir da página 163 da *Grammatica*, com exceção de “taxeonomia”.

Outro componente relevante para comprovação da nossa tese de *integração teórica* presente na Parte primeira da *Grammatica portugueza* são os conceitos designativos das classes de palavras. Esses conceitos são apresentados por Júlio Ribeiro ao leitor na seção “Taxeonomia”, e neles se percebem importantes reformulações da primeira para a segunda edição, comentadas por Ribeiro no prefácio da edição de 1885³⁵. Na sequência, passamos, então, a estudar esses conceitos e as reformulações que o autor da *Grammatica* realizou na elaboração da segunda edição 1885, para investigar como premissas das diferentes teorias mencionadas se integram nesse assunto da gramática.

Na segunda edição da *Grammatica portugueza*, Júlio Ribeiro inicia o estudo das classes de palavras com a constituição de um agrupamento para categorizá-las de acordo com sua função na sentença. Nesse agrupamento, considerado natural por Ribeiro, como se pode verificar na passagem a seguir, as classes de palavras são distribuídas entre as independentes, que podem formar sentenças entre si (substantivo, pronome e verbo); as dependentes, com função qualificadora (artigo, adjetivo e advérbio); e as conectivas, que ligam palavras ou sentenças (preposição e conjunção). Trata-se, como se pode ver, de critérios estabelecidos segundo a função das palavras nas sentenças, em uma postura teórica mais afinada com as teorias positivistas:

³⁵ “Abandonei por abstractas e vagas as definições que eu tomára de Burgraff: preferi amoldar-me ás de Whitney, mais concretas, e mais claras” (RIBEIRO, 1885, p. I).

121. Estes oito grupos arranjam-se entre si em três divisões naturaes; são
 1) tres grupos de palavras (independentes das outras, capazes de formar sentenças por si, e entre si — o *substantivo*, o *pronome* e o *verbo*.
 2) tres grupos de palavras qualificadoras, dependentes sempre de outra palavra que ellas descrevem ou limitam — o *artigo*, o *adjectivo* e o *adverbio*.
 3) dous grupos de palavras connectivas que juntam uma palavra com outra, ou uma sentença com outra — a *preposição* e a *conjunção* (RIBEIRO, 1885, p. 62).

Esse agrupamento estabelecido por Júlio Ribeiro é reproduzido de Whitney (1870), autor para o qual o pronome e o verbo formam uma categoria de palavras consideradas independentes, enquanto o adjetivo e advérbio formam uma categoria de palavras dependentes. Como se nota, o artigo não é mencionado nessa segunda categoria. O autor inglês também concebe uma terceira categoria de palavras relacionais, na qual se enquadram a preposição e a conjunção. É possível afirmar que essa reprodução dos conhecimentos de Whitney (1870) na *Grammatica portugueza* é, da mesma forma como pontuamos anteriormente neste capítulo, a manifestação do *horizonte de retrospectão opaco* de Ribeiro:

49. The seven kinds of words thus described and defined are the parts of speech; there are no other classes having a use in forming sentences different enohgh from these to make us classify them as separate parts of speech. As we have seen already, they fall among themselves into three well-marked divisions: these are:
 1. The three independent parts of speech, the noun, the pronoun, and the verb, capable of forming sentences without the others;
 2. The two qualifiers, adjective and adverb, always attached to some other word, which they describe or limit. And
 3. The two connective, prepositions and conjunction, which join one word or sentence to another (WHITNEY, 1870, p. 19).

As ideias de Whitney (1870) reproduzidas na segunda edição da *Grammatica portugueza* não constavam na edição de 1881 da obra, uma das primeiras reformulações que encontramos, entre as mencionadas por Júlio Ribeiro. Na primeira edição, o *horizonte de retrospectão opaco* de Júlio Ribeiro é composto por outro autor: Burggraff (1863). Constatamos no excerto a seguir, retirado da primeira edição da *Grammatica*, que as palavras eram agrupadas segundo três ordens de ideias: o juízo, a relação e a natureza da relação, conceitos que guardam semelhanças com as operações do espírito preceituadas pela *Gramática geral e razoada* de Port-Royal (1660): conceber, julgar e raciocinar:

120. O pensamento é constituído por tres ordens de idéias:

- 1) as que representam os objectos, ou as cousas sobre que exerce-se a comparação ou juízo;
 - 2) as que representam a existencia da comparação, ou a relação;
 - 3) as que representam a natureza da relação;
- Ha, conseqüentemente tres classes de palavras, ou tres partes do discurso:
- 1) palavras que exprimem ideias de objectos ou cousas: chamam-se *nomes*;
 - 2) palavras que exprimem idéias de simples existencia de relações: chamam-se *verbos*;
 - 3) palavras que exprimem idéias de natureza de relações: chamam-se *partículas* (RIBEIRO, 1881, p. 51).

Júlio Ribeiro considera essa divisão entre nomes, verbos e partículas apenas como uma possibilidade de divisão do grupo de palavras, pois o autor menciona a existência de outro modelo, no caso, pautado na teoria greco-latina, como evidencia a palavra “também” no seguinte trecho da primeira edição: “as partes do discurso tambem podem ser distribuidas em oito categorias, a saber: Substantivo, Artigo, Adjectivo, Pronome, Verbo, Preposição, Conjuncção e Adverbio (RIBEIRO, 1881, p. 52). Esse outro modelo, segundo Ribeiro, não é contraditório com o primeiro. Ele mesmo esclarece que:

122. Existe perfeito accordo entre ambas as classificações: na categoria do nome incluem-se o substantivo, o artigo, o adjectivo e o pronome; na do verbo comprehende-se o verbo; na da particula filiam-se a preposição, a conjuncção e o adverbio (RIBEIRO, 1881, p. 52).

O ponto a se analisar na primeira edição, entretanto, é mais uma vez o *horizonte de retrospectão opaco* manifestado na *Grammatica portugueza*. Se na segunda edição Júlio Ribeiro reproduziu um trecho de Whitney sem referenciá-lo, o excerto extraído da primeira edição é copiado de Burggraff (1863), autor que também não é citado por Ribeiro, como podemos constatar a seguir, no trecho retirado do autor belga:

S'il en est réellement ainsi, comme je le crois, il est clair que les idées considérées comme éléments constitutifs (nécessaires et suffisants) de chaque connaissance sont nécessairement de trois espèces :

- 1° Celles qui représentent les *objets* ou les *choses* sur lesquels porte notre comparaison ou notre pensée;
- 2° Celles qui représentent *l'existence* de notre compa raison ou du rapport;
- 3° Celles qui représentent le résultat de notre compa raison ou la *nature du rapport*.

Par conséquent nous pouvons trouver dans chaque langue trois classes de mots ou trois Parties du discours.

- 1° Les mots qui expriment les idées qui représentent les objets sur lesquels porte notre comparaison ou, comme on dit , les objets de notre pensée : ils s'appellent *Noms*.

2° Ceux qui expriment les idées qui représentent l'existence de notre comparaison entre deux objets ou l'existence de leur rapport : ce sont les *Verbes*.

3° Les mots qui expriment les idées qui représentent le résultat de notre comparaison, c'est-à-dire la nature du rapport entre les objets que nous comparons : ils s'appellent *Particules* (BURGGRAFF, 1863, p. 178-179).

Até mesmo o exemplo citado por Júlio Ribeiro na primeira edição, na sequência do item que reproduzimos, reflete o *horizonte de retrospectão opaco* de Ribeiro, visto que também é copiado Burggraff (1863), como se nota na comparação dos dois fragmentos a seguir:

Exemplo: « *Pedras não são sensíveis* ». « *Pedras* » e « *sensíveis* » exprimem as idéias que representam as cousas comparadas; « *são* » indica a existencia de uma relação entre *sensíveis* e *pedras*; « *não* » mostra a natureza de discordancia ou de desconveniencia que tem essa relação (RIBEIRO, 1881, p. 52).

Prenons pour exemple d'analyse la proposition suivante: *la pierre n'est pas sensible* ; les mots *pierre* et *sensible* expriment les idées qui représentent les objets comparés : ce sont des *Noms* ; le mot *est* qui exprime l'existence de notre comparaison ou l'existence d'un rapport est un *Verbe* ; et les deux petits mots *ne pas* (*non*) qui expriment l'idée représentant la nature du rapport (de discordance ou d'exclusion) entre les deux objets comparés, sont des *Particules* (BURGGRAFF, 1863, p. 179).

Júlio Ribeiro recorre, destarte, para iniciar o tratamento dado às classes de palavras, à reprodução literal de trechos de obras, sem referenciação explícita que indique a apropriação, fato que evidencia a importância do *horizonte de retrospectão opaco* na constituição da *Grammatica portugueza*³⁶. Na primeira edição, o autor reproduziu fragmento de Burggraff (1863); na segunda, trocou a passagem do autor belga pela de Whitney (1870), em um procedimento bastante oportunista, se analisada a coincidência estrutural de ambas as passagens. Essa substituição, em nossa opinião, indica a reconfiguração do *horizonte de retrospectão opaco* da *Grammatica* e se deve à tentativa do autor de tornar seu tratamento introdutório das classes de palavras mais alinhado com as teorias positivistas, por agrupar as classes de palavras segundo a função estrutural na sentença, e não de acordo com ordens de idéias.

³⁶ Aquino (2016) demonstra que, em virtude dessas cópias sem referenciação explícita, Júlio Ribeiro foi, por vezes, acusado de plagiar os autores. Sobre esse assunto, o autor conclui que “Em suma, para Júlio Ribeiro, sendo a escrita de uma gramática um trabalho de composição segundo um modelo e conhecimentos dados por uma tradição, não há plágio quando não se cita uma fonte, o que não impede que haja um espaço de autoria no qual um gramático pode trazer inovações” (AQUINO, 2016, p. 208).

No entanto, essa substituição não afasta a teorização gramatical de Júlio Ribeiro da teoria racionalista, pois, além de o conceito de “Taxeonomia” ser inspirado nessa teoria (como comentamos), os conceitos designativos das classes de palavras presentes na segunda edição ainda indicam a presença da teoria racionalista no *horizonte de retrospectão* da *Grammatica*. Basta analisar a reformulação desses conceitos na segunda edição para constatar esse fato. Ainda que Ribeiro tenha tentado afastar elementos da teoria racionalista dos conceitos, essa permanece. Na tabela a seguir, apresentamos os conceitos das duas edições da *Grammatica*, a primeira (1881) e da segunda (1885):

<i>Grammatica portugueza, 1881</i>	<i>Grammatica portugueza, 1885</i>
124. <i>Substantivo</i> é o nome de um objecto, de uma cousa, ex.: « <i>agua—floresta—passaro</i> » (RIBEIRO, 1881, p. 53).	123. <i>Substantivo</i> é o nome de um objecto, de uma cousa, ex.: « <i>agua — floresta — passaro</i> » (RIBEIRO, 1885, p. 63).
138. <i>Adjectivo</i> é uma palavra que descreve ou que limita o substantivo (RIBEIRO, 1881, p. 56).	135. <i>Adjectivo</i> é uma palavra que descreve ou determina o substantivo (RIBEIRO, 1885, p. 66).
134. Artigo é uma palavra que se antepõe ao substantivo afim de particularisar-lhe a significação (RIBEIRO, 1881, p. 55).	133. Artigo é uma palavra que se antepõe ao substantivo afim de particularisar-lhe a significação (RIBEIRO, 1885, p. 66).
151. <i>Pronome</i> é uma palavra usada em lugar de um substantivo (RIBEIRO, 1881, p. 59).	148. <i>Pronome</i> é uma palavra usada em lugar de um substantivo (RIBEIRO, 1885, p. 71).
161. <i>Verbo</i> é uma palavra que exprime a existencia de uma relação entre duas idéias (RIBEIRO, 1881, p. 61).	158. <i>Verbo</i> é uma palavra que enuncia, diz ou declara alguma cousa. O verbo implica sempre uma asserção ou predicação (RIBEIRO, 1885, p. 73).
181. <i>Adverbio</i> é uma palavra que determina a natureza de uma relação, encerrando em si ao mesmo tempo o segundo termo dessa relação (RIBEIRO, 1881, p. 70).	164. <i>Adverbio</i> é uma palavra que qualifica um verbo, um adjectivo ou um outro adverbio (RIBEIRO, 1885, p. 76).
168. <i>Preposição</i> é uma palavra que marca a natureza de uma relação representada entre duas idéias, ex.: « <i>Dono de escravos— pão com manteiga</i> » (RIBEIRO, 1881, p. 68).	167. <i>Preposição</i> é uma palavra que liga um substantivo ou um pronome a um ou outro substantivo ou a um outro pronome, a um adjectivo, a um verbo, mostrando a relação que ha entre eles (RIBEIRO, 1885, p. 78).

<p>173. <i>Conjunção</i> é uma palavra que marca a natureza de uma relação representada entre dous juízos (RIBEIRO, 1881, p. 70).</p>	<p>172. <i>Conjunção</i> é uma palavra que liga sentenças entre si, e que prende também entre si palavras usadas do mesmo modo em uma sentença (RIBEIRO, 1885, p. 79).</p>
<p>185. <i>Interjeição</i> é um som articulado que exprime um affecto subito, ou que imita um som inarticulado, ex.: « <i>Oh!... disse o principe. Esta unica interjeição lhe fugia da bocca; mas que discurso houvera ahi que a igualasse? Era o rugido de prazer do tigre, no momento em que salta do fojo sobre a preia descuidada</i> (A. HERCULANO).—<i>Paf!... um primeiro tiro. Paf!... um segundo tiro. Paf!... uma saraivada</i> (ANONYMO) »</p> <p>Os Gregos não consideraram a interjeição como verdadeira palavra, por isso que é ella antes clamor instintivo do que signal de idéia; por conveniencia classificaram-na entre os adverbios; foram os grammaticos latinos que lhe assignaram logar distincto entre as partes do discurso. Scaligero, De Brosses, Destut Tracy e muitos outros grammaticos celebres tiveram-na como a palavra por excellencia, como a parte primitiva e principal do conjunto de signaes que exprimem o pensamento. Era justa a opinião dos mestres gregos: a interjeição não representa idéia, não envolve noção; é articulação instintiva, é grito animal, não é palavra (RIBEIRO, 1881, p. 72-73).</p>	<p>179. <i>Interjeição</i> é um som articulado que exprime um affecto subito, ou que imita um som inarticulado, ex.: «<i>Oh!... disse o principe. Esta unica interjeição lhe fugia da bocca; mas que discurso houvera ahi, que a igualasse? Era o rugido de prazer do tigre, no momento em que salta do fojo sobre a preia descuidada</i> (A. Herculano). – <i>Paf!... um primeiro tiro. Paf!... um segundo tiro. Paf!... uma saraivada</i> (Anonymo)». Os Gregos não consideraram a interjeição como verdadeira palavra, por isso que é ella antes clamor instintivo do que signal de idéia; por conveniencia classificaram-na entre os adverbios; foram os grammaticos latinos que lhe assignaram logar distincto entre as partes do discurso. Scaligero, De Brosses, Destut Tracy e muitos outros grammaticos celebres tiveram-na como a palavra por excellencia, como a parte primitiva e principal do conjunto de signaes que exprimem o pensamento. Era justa a opinião dos mestres gregos: a interjeição não representa idéia, não envolve noção; é articulação instintiva, é grito animal, não é palavra (RIBEIRO, 1885, p. 81).</p>

Tabela 6 - Conceito de classes de palavras, retirados de Ribeiro (1881) e Ribeiro (1885)

Observamos, na tabela, que os conceitos de substantivo, adjetivo, artigo, pronome e interjeição são os mesmos na primeira e na segunda edição. Modificam-se significativamente, por sua vez, os conceitos de verbo, advérbio, preposição e conjunção. A alteração desses conceitos repete a fórmula detalhada alguns parágrafos antes, ao tratar dos agrupamentos de classes de palavras. Júlio Ribeiro substitui fragmentos reproduzidos de Burggraff (1863) por outros, reproduzidos de Whitney (1870), em outra reconfiguração de seu *horizonte de retrospectão opaco*.

Na primeira edição, o verbo é definido como palavra que exprime a existência de uma relação entre duas ideias – definição pautada na teoria racionalista, a qual entende que a essência do verbo é ligar o sujeito ao seu predicado. Na segunda edição, o verbo passa a enunciar, dizer ou declarar alguma coisa; a relação deixa de ser entre duas ideias e passa a ser a implicação de uma asserção ou predicação. Ocorre, portanto, o apagamento da noção explícita de relação e de ideias, como se pode constatar na tabela a seguir:

Concieto de verbo na primeira edição	Conceito de verbo na segunda edição
Le Verbe, ainsi que nous l'avons vu dans le chapitre des Parties du discours, est un mot qui exprime l' <i>existence</i> de tel ou tel rapport entre deux idées (BURGRAFF, 1865, p. 344).	A <i>verb</i> is a word that asserts or declare, and hence that can stand, alone or with other words, as the predicate of a sentecen speech (WITHNEY, 1870, p. 11).
161. <i>Verbo</i> é uma palavra que exprime a existencia de uma relação entre duas idéias (RIBEIRO, 1881, p. 61).	158. <i>Verbo</i> é uma palavra que enuncia, diz ou declara alguma cousa. O verbo implica sempre uma asserção ou predicação (RIBEIRO, 1885, p. 73).

Tabela 7 - Comparação entre os conceitos de verbo de Ribeiro (1881 e 1885)

Essa alteração implica o abandono, na segunda edição da *Grammatica*, do conceito de verbo substantivo presente na primeira edição, bastante comprometido com a tradição racionalista³⁷. Na classificação de verbo, na primeira edição, o autor considera o verbo substantivo e o verbo predicativo, este subdividido em verbo intransitivo e verbo transitivo. Na segunda edição, toda essa teorização tipicamente vinculada à teoria racionalista é apagada e a classificação dos verbos em transitivos e intransitivos é exposta exatamente na sequência da conceituação de verbo:

Extensão do conceito de verbo na primeira edição da <i>Grammatica portugueza</i>	Extensão do conceito de verbo na primeira edição da <i>Grammatica portugueza</i>
<p>163. <i>Verbo substantivo</i> é o que indica a relação entre uma idéia qualquer e a idéia simples de substancia, ex.: « <i>Deus é, foi e será</i> ».</p> <p>Ha em Portuguez um só verbo substantivo: é <i>ser</i>. O verbo <i>estar</i>, que tambem poderia ser considerado substantivo, não o é verdadeiramente, porque não indica a existencia em absoluto, mas sim como modificada já por um estado, por uma posição, etc..</p> <p>Quando o verbo substantivo relaciona a uma idéia qualquer a idéia de substancia modificada por um predicado, o verbo substantivo é considerado como simples copula, ex.: « <i>Pedro É bom—estes meninos SÃO inteligentes</i> ».</p> <p>164. <i>Verbo predicativo</i> é o que indica a existencia de urna relação entre uma idéia qualquer e a idéia de substancia, modificada por</p>	<p>159. Divide-se o verbo em verbo intransitivo e verbo transitivo (RIBEIRO, 1885, p. 73).</p>

³⁷ Polachini (2015b) descreveu esse abandono ao comparar a primeira edição da *Grammatica portugueza* com a sexta edição: “Há, porém, presença da GGR-PR nessa definição, que pode ser vista claramente no exemplo de análise de uma sentença apresentada por Ribeiro: “«*Pedro ama*» «*ama*» decompõe-se em «*é amante*», e todo o exemplo analisa-se como acima.” (Ribeiro, 1881, p.194), o qual se reporta a um modelo típico de análise da GGR-PR, com o chamado verbo substantivo, de que falamos anteriormente, no item 2.

Contudo, nas edições seguintes da *Grammatica Portugueza* de Ribeiro, o aspecto analítico da sentença sofre algumas modificações. Na sexta edição, de 1900, a definição de sujeito e de predicado é a mesma, já os exemplos são novos...” (POLACHINI, 2015b, p, 310).

<p>um predicado expresso pela raiz verbal, ex.: «<i>Pedro ama</i> » (equivalente de « <i>Pedro é amante</i> »).</p> <p>165. Subdividem-se os verbos predicativos em <i>verbos intransitivos</i> e <i>verbos transitivos</i> (RIBEIRO, 1881, p. 64-65).</p>	
--	--

Tabela 8 - Extensão do conceito de verbo em Ribeiro (1881 e 1885)

A reformulação do conceito de advérbio, de preposição e de conjunção segue o mesmo caminho. Júlio Ribeiro substitui trecho que reproduziu de Burggraff (1963) por outro que buscou de Whitney (1870) para apagar os termos “relação”, “juízo”, “ideias”, comprometidos com a teoria racionalista, e permutá-los por “qualificação” e “ligação”, por exemplo, que remetem às teorias positivistas de análise linguística. A tabela a seguir ilustra esse procedimento:

Conceitos designativos de classes de palavras da primeira edição da <i>Grammatica portugueza</i> e respectivo horizonte de retrospecção opaco		Conceitos designativos de classes de palavras da segunda edição da <i>Grammatica portugueza</i> e respectivo horizonte de retrospecção opaco	
<p>Les <i>adverbes</i> sont des mots qui expriment la nature d'un rapport dont ils renferment eux-mêmes le second terme (§ 40) , et modifient toujours quelque qualité (BURGRAFF, 1865, p. 519).</p>	<p>181. <i>Adverbio</i> é uma palavra que determina a natureza de uma relação, encerrando em si ao mesmo tempo o segundo termo dessa relação (RIBEIRO, 1881, p. 70).</p>	<p>164. <i>Adverbio</i> é uma palavra que qualifica um verbo, um adjetivo ou um outro advérbio (RIBEIRO, 1885, p. 76).</p>	<p>Na <i>adverb.</i> Is a word used to qualify a verb, or also an adjective, and sometimes another adverb speech (WITHNEY, 1870, p. 16).</p>
<p>Les <i>prépositions</i> sont des mots qui marquent la nature du rapport que nous nous représentons entre deux idées (§ 39-40) ; par exemple : le maître de la maison ; — le père avec le fils, etc. (BURGRAFF, 1865, p. 501).</p>	<p>168. <i>Preposição</i> é uma palavra que marca a natureza de uma relação representada entre duas idéias, ex.: « <i>Dono de escravos—pão com manteiga</i> » (RIBEIRO, 1881, p. 68).</p>	<p>167. <i>Preposição</i> é uma palavra que liga um substantivo ou um pronome a um ou outro substantivo ou a um outro pronome, a um adjetivo, a um verbo, mostrando a relação que ha entre eles (RIBEIRO, 1885, p. 78).</p>	<p>A <i>preposition</i> in a word which joins a noun or pronoun to some other word —a verb, an adjective, another noun or pronoun — showing the relation between them speech (WITHNEY, 1870, p. 18).</p>
<p>Les <i>conjonctions</i> sont des mots qui expriment la nature du rapport que nous concevons entre deux propositions (§ 40). Elles jouent donc entre deux jugements le même rôle que les prépositions entre deux idées du même juge ment</p>	<p>173. <i>Conjunção</i> é uma palavra que marca a natureza de uma relação representada entre dous juízos (RIBEIRO, 1881, p. 70).</p>	<p>172. <i>Conjunção</i> é uma palavra que liga sentenças entre si, e que prende também entre si palavras usadas do mesmo modo em uma sentença (RIBEIRO, 1885, p. 79).</p>	<p>A <i>conjunction</i> is a word used to connect sentences together; or, also, words used in the same way in a sentence speech (WITHNEY, 1870, p. 19).</p>

(BRUGRAFF, 1865, p. 511).			
---------------------------	--	--	--

Tabela 9 - Conceitos e *horizonte de retrospectão* de classes de palavras em Ribeiro (1881 e 1885)

Postas essas alterações, não é possível constatar o abandono da teoria racionalista na elaboração dos conceitos de classes de palavras na segunda edição da *Grammatica portugueza*. Em verdade, constata-se a *integração* de diferentes teorias presentes, quando analisamos os critérios empregados por Júlio Ribeiro para construir o conceito de suas classes de palavras na segunda edição da *Grammatica*. Aurox (2009) compreende que, embora a estabilidade da quantidade e dos nomes daquilo que chamamos de classes de palavras, o modo de definição dessas classes varia consideravelmente dentro de uma gama de critérios. Prete (2019) sistematiza esses critérios apontados por Aurox (2009) da seguinte forma:

(a) Morfológico		
(b) Semântico	(b1) Psicológico	
	(b2) Ontológico	
	(b3) Semiológico	
(c) Funcional	(c1) Lógico	
	(c2) Sintático	
	(c3) Distribucional	- Paradigmático
		- Sintagmático
(d) Metalinguístico	(d1) Comunicacional	
	(d2) Metagramatical	- Parafrásico
		- Etimológico
		- Didático

Figura 5 - Organograma com critérios distintivos de conceitos de classes de palavras, reproduzido de Prete (2019)

De acordo com Prete (2019), o critério morfológico ocorre quando a definição das classes de palavras se dá “a partir de sua estrutura e variações” (AUROUX, 2009, p. 105). O critério semântico ocorre quando a definição das classes de palavras se dá por meio de “toda propriedade que caracteriza os fenômenos linguísticos a partir da sua(s) relação(ões) com elementos não-linguísticos (AUROUX, 2009, p.105). Esse critério estabelecido por Aurox (2009) é dividido em: (b1) psicológico: propriedade

de representar faculdades do espírito; (b2) ontológico: propriedade de representar estruturas do mundo; e (b3) semiológico: propriedade de se contrapor a outro signo.

O critério funcional ocorre quando a definição das classes de palavras se dá por meio de “sua inserção em uma unidade superior quer esta seja nomeada quer não” (AUROUX, 2009, p. 107). Auroux (2009) também divide esse critério em: (c1) lógico: quando faz menção à vocabulários da lógica clássica; (c2) sintático: quando há relação do elemento com uma cadeia linguística maior; e (c3) distribucional: quando o critério é a propriedade de ser substituído no eixo paradigmático ou de concorrência no eixo sintagmático.

Prete (2019) explica, por fim, que o critério metalinguístico ocorre quando a definição das classes de palavras se dá no “próprio enunciado linguístico” (AUROUX, 2009, p. 108). O teórico francês divide esse critério em (d1) comunicacional: quando há referência à situação de interlocução; e (d2) metagramatical: quando a metalinguagem gramatical é utilizada como propriedade distintiva. Essa propriedade metagramatical pode ser: parafrásica (quando o conceito é obtido via paráfrase); etimológica (quando o conceito é obtido via etimologia); ou didática (quando o conceito é obtido da própria atividade do gramático).

Nas definições presentes na segunda edição da *Grammatica portugueza*, percebemos a utilização dos seguintes critérios:

Definições	Critérios
123. <i>Substantivo</i> é o nome de um objecto, de uma cousa, ex.: « <i>agua — floresta — passaro</i> » (RIBEIRO, 1885, p. 63).	Uso do critério semântico-ontológico, por indicar a propriedade de representação de estrutura do mundo.
133. <i>Artigo</i> é uma palavra que se antepõe ao substantivo afim de particularisar-lhe a significação (RIBEIRO, 1885, p. 66).	Uso do critério funcional-sintagmático, por indicar a propriedade de coocorrência com o substantivo.
135. <i>Adjectivo</i> é uma palavra que descreve ou determina o substantivo (RIBEIRO, 1885, p. 66).	Uso do critério funcional-sintagmático, por indicar a propriedade de coocorrência com o substantivo.
148. <i>Pronome</i> é uma palavra usada em lugar de um substantivo (RIBEIRO, 1885, p. 71).	Uso do critério funcional-distribucional, por indicar a propriedade de substituíbilidade.
158. <i>Verbo</i> é uma palavra que enuncia, diz ou declara alguma cousa. O verbo implica sempre uma asserção ou predicação (RIBEIRO, 1885, p. 73).	Uso do critério semântico-semiológico, por indicar a propriedade de enunciar e declarar.

164. <i>Adverbio</i> é uma palavra que qualifica um verbo, um adjectivo ou um outro adverbio (RIBEIRO, 1885, p. 76).	Uso do critério funcional-sintagmático, por indicar a propriedade de coocorrência com o substantivo.
167. <i>Preposição</i> é uma palavra que liga um substantivo ou um pronome a um ou outro substantivo ou a um outro pronome, a um adjectivo, a um verbo, mostrando a relação que ha entre eles (RIBEIRO, 1885, p. 78).	Uso do critério funcional-sintagmático, por indicar a propriedade de coocorrência com o substantivo.
172. <i>Conjunção</i> é uma palavra que liga sentenças entre si, e que prende tambem entre si palavras usadas do mesmo modo em uma sentença (RIBEIRO, 1885, p. 79).	Uso do critério funcional-sintagmático, por indicar a propriedade de coocorrência com o substantivo.

Tabela 10 - Critérios distintivos para elaboração de conceitos de classes de palavras em Ribeiro (1881)

Júlio Ribeiro utiliza critérios semânticos e funcionais. Os semânticos são usados na definição de substantivo e verbo; os funcionais, nas demais definições. O uso desses dois critérios aponta para a *integração teórica*, porquanto os critérios semânticos remetem à teoria racionalista, enquanto os critérios funcionais à tentativa de Ribeiro distanciar-se dessa tradição teórica para se pautar em critérios mais objetivos. Podemos dizer que as definições de classes de palavras na obra, dessa forma, recorrem à teoria racionalista e às teorias positivistas, portanto.

Em outras palavras, essas reformulações mostram que as alterações no tratamento dado às classes de palavras, identificadas na segunda edição da *Grammatica portugueza*, são incapazes de apagar a influência da tradição racionalista na obra. Por essa razão, conjecturamos que essa tentativa de Júlio, então, está mais relacionada às críticas que ele possivelmente tenha recebido em relação à primeira edição da *Grammatica* do que, necessariamente, a uma tentativa de abandonar a premissa de linguagem como manifestação do pensamento, pois as reformulações que descrevemos não significam, em nenhuma hipótese, o abandono dessa, mas sua cooperação com outras teorias.

Ademais, é preciso analisar o conceito de interjeição, o qual se repete em ambas as edições da *Grammatica portugueza*. Nesse conceito, Júlio Ribeiro defende que a interjeição não pode ser considerada classe de palavra porque não representa ideia. Essa definição de Ribeiro também é reproduzida de Burggraff (1863), porém com algumas adaptações, a única copiada do autor belga que não foi substituída por uma de Whitney (1870). Eis o excerto com a comprovação da reprodução de Burggraff (1863):

Conceito designativo de preposição em Burggraff (1863)	Conceito designativo de preposição em Ribeiro (1885)
<p>Les Grecs rangeaient les <i>interjections</i> dans la classe de adverbos ; à peine même les prenaient-ils pour de véritables mots, attendu qu'elles ne sont pas, comme les autres mots, des signes de pure convention. Les anciens grammairiens latins ont remarqué les premiers, que les interjections faisaient une Partie du discours distincte des autres.</p> <p>Plusieurs savants modernes, entre autres Jules-César, Scaliger, de Brosses, Destutt-Tracy, etc., regardent les interjections comme les mots par excellence, comme la partie primitive et principale de cet ensemble de signes qui servent à communiquer au dehors tout ce qui se passe dans notre intérieur. Pour bien connaître la nature des interjections, examinons quelques faits. (BURGGRAFF, 1863, 527).</p>	<p>179. <i>Interjeição</i> é um som articulado que exprime um affecto subito, ou que imita um som inarticulado, ex.: «Oh!... disse o príncipe. Esta única interjeição lhe fugia da bocca; mas que discurso houvera ahí, que a igualasse? Era o rugido de prazer do tigre, no momento em que salta do fojo sobre a preia descuidada (A. Herculano). — Paf!... um primeiro tiro. Paf!... um segundo tiro. Paf!... uma saraivada (Anonymo)».</p> <p>Os Gregos não consideraram a interjeição como verdadeira palavra, por isso que é ella antes clamor instintivo do que signal de idéia; por conveniencia classificaram-na entre os adverbios; foram os grammaticos latinos que lhe assignaram logar distincto entre as partes do discurso. Scaligero, De Brosses, Destut Tracy e muitos outros grammaticos celebres tiveram-na como a palavra por excellencia, como a parte primitiva e principal do conjuncto de signaes que exprimem o pensamento. Era justa a opinião dos mestres gregos: a interjeição não representa idéia, não envolve noção; é articulação instintiva, é grito animal, não é palavra (RIBEIRO, 1885, p. 81).</p>

Tabela 11- Conceito designativo de preposição em Burggraff (1863) e em Ribeiro (1885)

O conceito de interjeição de Júlio Ribeiro na *Grammatica*, como se nota, é evidentemente influenciado pela teoria racionalista. Além de ser reproduzido de uma gramática vinculada a essa teoria, seu conceito carrega, ainda, grande coincidência com os das gramáticas portuguesas partidárias da teoria racionalista. Leite (2016) explica que os gramáticos portugueses, pautados pelo princípio lógico, reconheceram “[...]na interjeição não somente o meio da expressão da emotividade, mas de ausência da racionalidade” (LEITE, 2016, p. 220).

Para as gramáticas portuguesas, a interjeição, em vez de manifestar ideia, expressa emotividade. Júlio Ribeiro fala em afeto súbito nesse conceito e, mais adiante, em outras partes da obra, refere-se às interjeições como grito involuntário e instintivo – “a interjeição, grito involuntário, instintivo, animal...” (RIBEIRO, 1885, p. 52) e brado instintivo – “*interjeição*, como brado instintivo que é...” (RIBEIRO, 1885, p. 315). O conceito de interjeição de Ribeiro, isto posto, transparece não apenas fundamentação racionalista, como também naturalista, em virtude da emotividade que carrega. Trata-se, pois, da *integração teórica* que defendemos como procedimento constituinte da *Grammatica portugueza*.

A *integração* teórica como procedimento constitutivo da teorização gramatical de Júlio Ribeiro também ocorre na parte segunda da *Grammatica*, denominada “Syntaxe”. A Parte segunda da obra de Ribeiro contém uma pequena introdução, denominada “Syntaxe – Generalidades”, seguida de quatro livros: “Syntaxe lexica”, “Syntaxe logica”, “Regras de syntaxe” e “Additamentos”. Nessa pequena introdução, o autor da *Grammatica* ocupa-se de conceituar sentença, classificá-la segundo a significação, fragmentá-la conforme a composição, e, por fim, definir a diferença entre cláusula e frase. Em “Syntaxe lexica”, o gramático se dedica ao estudo das palavras relacionadas entre si, enquanto na “Syntaxe logica” o foco é o estudo da estrutura das sentenças. Em “Regras de syntaxe”, o assunto são as regras que governam a construção das sentenças e, em “Additamentos”, as regras de emprego dos sinais de pontuação.

O tratamento dado ao conceito de sentença por Júlio Ribeiro se dá, mais uma vez, pelo procedimento de reprodução de ideias de outros autores – o *horizonte de retrospectão opaco* – tal qual ocorreu na parte primeira de sua gramática. No prefácio da segunda edição, de 1885, Ribeiro alude a essa estratégia, ao dizer que elaborou seu sistema de sintaxe, a segunda parte da *Grammatica*, com base nas ideias de Charles Peter Mason (1820-1900), William Dwight Whitney (1827-1894) e Alexander Bain (1818-1903), autores que representam, para Júlio Ribeiro, o distanciamento da teoria racionalista, porque estão alinhados às ideias sintáticas do gramático alemão Karl Ferdinand Becker (1775-1849)³⁸. A influência desses três autores é notada na forma como Ribeiro define sentença, classifica-a quanto à função comunicativa e, depois, apresenta sua estruturação, tal qual se pode perceber na tabela a seguir, que sistematiza a abordagem de sentença dos autores citados e reproduz suas respectivas conceituações:

Autor	Definição	Classificação de sentença quanto à função comunicativa	Divisão geral de sentença
Mason (1858)	A sentence is a collection of words of such kinds, and arranged in such a manner, as to make some complete sense.	Declarative Interrogative Imperative or optative	Subject & Predicate

³⁸ “O systema de syntaxe é o systema germânico de Becker, modificado e introduzido na Inglaterra por G. P. Mason, e. adoptado por Whitney, por Bain, por Holmes, por todas as sumidades da grammaticographia saxônia” (RIBEIRO, 1885, p. II).

	By making some “complete sense” is meant, that somethmg is said about something (MASON, 1858, p. 141).	Conceptive	
Whitney (1870)	The combinations of words which we make in expressing ourselves are called SENTENCES; and these sentences are of three kinds” (WHITNEY, 1870, p. 154).	Assertions or statements Questions; Commands (demands wishes).	Subject & Predicate
Bain (1880)	Speech is made up of separate sayings each complete in itself, and containing several words; and these sayings are Sentences. Any complete meaning is a sentence [...] we need at least two words to convey any information [...]. (BAIN, 1880, p. 08)	Declarative (affirmative e declarative) Imperative Interrogative	Subject & Predicate

Tabela 12 - Definições, classificações e divisões de sentença para autores que compõem o horizonte de retrospectão de Ribeiro (1885)

Júlio Ribeiro não chega a reproduzir fidedignamente nenhum dos conceitos desses autores, como fez em outros assuntos da *Grammatica*, mas a presença do conhecimento desses em seu *horizonte de retrospectão opaco* é evidente. O autor da *Grammatica* considera, como Mason (1858) e Bain (1880), que a presença do “sentido perfeito” é um dos critérios para elaboração de sentença. Entretanto, Ribeiro não segue os dois autores no que diz respeito à exigência de um conjunto de palavras para constituir sentença, pois, para ele, uma palavra sozinha com sentido perfeito também constitui uma sentença, como se pode notar na passagem a seguir:

329. *Sentença* é uma coordenação de palavras ou mesmo uma só palavra formando sentido perfeito, ex.: «As abelhas fazem mel – Os cães ladram – Morro» (RIBEIRO, 1885, p. 209).

É mister comentar que Júlio Ribeiro apresenta uma complementação ao seu conceito de sentença a qual não remete ao conhecimento de nenhuma das gramáticas em que se fundamentou e é, em sua obra, um dos melhores indícios de aplicação da teoria racionalista. Nessa complementação, exibida no fragmento a seguir, o autor da *Grammatica* defende que o termo “sentença” é mais adequado no tratamento da sintaxe do que período, pois este não remeteria à compreensão de expressão do pensamento e de juízo como sentença o faz, em razão de sua etimologia. Nota-se, portanto, que mesmo se fundamentando nas ideias de autores vinculados às teorias positivistas, desvinculados da teoria racionalista, portanto,

Ribeiro mantém como fundamental linha interpretativa da *Grammatica* a premissa de que a linguagem é a manifestação do pensamento:

Sentença do Latim *sententia* (pensamento, juízo, expressão completa) é denominação preferível a *periodo*. Com efeito, o *termo periodo*, do Grego *periodos* (caminho em volta, rodeio) não traduz bem a noção de pensamento, de juízo. Aristoteles e Cicero empregaram-no com a significação de «sentença rhetorica», figurada, ornada (RIBEIRO, 1885, 209).

As sentenças na *Grammatica portugueza* também são classificadas por Júlio Ribeiro conforme a significação. Para o autor da *Grammatica*, existem sentenças declarativas, imperativas, condicionais, interrogativas e exclamativas, uma classificação provavelmente inspirada nos autores citados, conquanto mais extensa que a oferecida por qualquer um deles, na medida em que há a classificação “condicional” e “exclamativa”, não mencionada por nenhum dos autores presentes em seu *horizonte de retrospectão opaco*:

330. Relativamente á sua significação as sentenças são declarativas, imperativas, condicionaes, interrogativas e exclamativas.

331. *Sentença declarativa* é a que declara ou assevera uma cousa, ex.: «O dia está quente».

A sentença declarativa chama-se .

1) *afirmativa* quando assevera que uma cousa é, ex.: «O dia está quente».

2) *negativa* quando assevera que uma cousa não é, ex.: «O dia não está quente».

Estes dous generos de sentenças são identicos em fórmula e construção grammatical, com quanto directamente oppostos em significação. Para converter-se uma sentença affirmativa em negativa basta ajuntar-se-lhe o adverbio *não*; e vice-versa, para converter-se uma sentença negativa em affirmativa é sufficiente a subtracção do mesmo adverbio.

332. *Sentença imperativa* é aquella por meio da qual se ordena, se requer ou se pede que se faça alguma cousa. Seu kharacteristico é o uso do verbo no modo imperativo, ex.: «Traze fogo – Despacha-me esta petição – Livra-me deste susto»

333. *Sentença condicional* é a que assevera uma cousa mediante uma condição, ex.: «Pedro, si fôr avisado, escapará da cilada».

334. *Sentença interrogativa* é a que se emprega para fazer perguntas, ex.: «Está chovendo?».

335. *Sentença exclamativa* é a que exprime um sentimento ou opinião relativa, asseverada ou por asseverar, ex: «Quão estúpido é elle! – Que guerra vai haver!» (RIBEIRO, 1885, 209-210).

Por fim, Júlio Ribeiro também reconhece a divisão da sentença em dois termos, sujeito e predicado, como todos os três autores constituintes do *horizonte de retrospectão opaco* desse assunto na *Grammatica*. O modo como apresenta essa divisão é muito próximo ao de Mason (1858), outra reprodução fidedigna, como

demonstra o comparativo a seguir, fato que induz o autor da *Grammatica portugueza* a proceder em uma incoerência em sua teorização gramatical, pois, se a sentença pode ser constituída por uma única palavra como afirma, diferentemente de Mason (1858), não pode, necessariamente, ser dividida em dois elementos, tais como os que sugere.

Divisão da sentença em Mason (1858)	Divisão da sentença em Ribeiro (1885)
<p>It is plain, therefore, that every ordinary sentence must consist of two essential parts :</p> <p>1. That which denotes what we speak about. This is called the subject.*</p> <p>2. That which is said about that of which we speak. This is called the Predicate (MASON, 1858, p. 141-142).</p>	<p>336. Toda a sentença consta de dous elementos</p> <p>1) o que representa a cousa a cujo respeito se falla: chama-se <i>sujeito</i>.</p> <p>2) o que representa o que se diz a respeito do sujeito: chama-se <i>predicado</i> (RIBEIRO, 1885, p. 210-211).</p>

Tabela 13 - Divisão da sentença em Mason (1858) e Ribeiro (1885)

Sem se atentar a essa incoerência, Júlio Ribeiro considera o predicado dividido em “cópula” e “predicado propriamente dito”, duas partes constituintes. Essa subdivisão não consta em nenhum autor presente no *horizonte de reflexão opaco* que identificamos e é, mais uma vez, elemento de uma reformulação significativa da segunda edição. Na primeira edição, Ribeiro faz uma detalhada descrição de como funcionam as duas partes do predicado. Para o autor, a cópula é o verbo “ser”, considerado verbo substantivo, enquanto o predicado é o que se afirma sobre o sujeito. A explicação do funcionamento dessas duas partes do predicado é totalmente inspirada na teoria racionalista, pois exige que se considere a presença de uma elipse do verbo substantivo (“Pedro ama” equivale à “Pedro é amante”), tal qual podemos ver no excerto a seguir, extraído da primeira edição:

Este segundo elemento subdivide-se em dous outros:

- a) a idéia que se liga ao sujeito: chama-se *predicado propriamente dito*.
- b) o laço que prende o predicado propriamente dito ao sujeito: chama-se *copula*.

Neste exemplo « *Rosas são flores* » « *Rosas* » é o sujeito; « *são* » a copula; « *flores* », o predicado.

Neste outro « *Pedro ama* » « *ama* » decompõe-se em « *é amante* », e todo o exemplo analysa-se como acima.

O acto da mente pelo qual o predicado se liga á noção expressa pelo sujeito chama-se *juizo*.

O resultado de um juizo é um *pensamento*.

A expressão do pensamento é a *sentença* (RIBEIRO, 1881, p. 194-195).

Na segunda edição, Júlio Ribeiro modifica a compreensão de como funciona a cópula. O verbo “ser”, verbo substantivo, conceito que mostramos ter sido abandonado na segunda edição, deixa de cumprir o papel copulativo, que passa a ser atributo das flexões dos verbos. Com essa mudança, não há mais necessidade de explicar o fenômeno por meio da técnica da elipse, típica da teoria racionalista. Essa alteração é fundamentada por meio da referenciação explícita de Mason (1858), identificada no capítulo anterior. Eis o trecho retirado da edição de 1885:

Este segundo elemento subdivide-se em dous outros:

a) a idéia que se liga ao sujeito: chamar-se *predicado propriamente dito*.

b) o laço que prende o predicado propriamente dito ao sujeito: chama-se *copula*.

N’ este exemplo «*Rosas são flores*» «*Rosas*» é o sujeito; «*são*» a copula; «*flores*», o predicado propriamente dito.

N’ este outro «*Pedro ama*». «*ama*» decompõe-se em *am* thema, e *a* terminação: o thema *am* ficado como o predicado propriamente dito, e a terminação *a* como copula.

Em geral pode-se dizer com Mason que a copula gramatical de todas as sentenças consiste na flexão do verbo.

O acto da mente pelo qual o predicado se liga á noção expressa pelo sujeito chama-se *juízo*.

O resultado de um juízo é um pensamento.

A expressão do pensamento é a sentença. (RIBEIRO, 1885, p. 210-211).

A ideia de que a flexão do verbo cumpre o papel de cópula entre o sujeito e o predicado propriamente, extraída de Mason (1858), deveria eliminar o conceito de cópula e a respectiva subdivisão feita por Júlio Ribeiro para explicar o predicado³⁹. Observamos, no fragmento a seguir, que o autor americano não faz a distinção entre as partes do predicado, porque não considera a noção de cópula pertinente para a abordagem gramatical, haja vista o fato de a cópula integrar-se ao predicado, conceito diferente da proposta de subdivisão, como quer Ribeiro:

In Logic propositions are always reduced to the form of which “Gold is yellow” may be taken as a type; that is, two terms (as they are galled) are united by the verb *is, are, &c.* Of these *terms* the first is called the subject, the second the predicate, and the intervening verb, *is are, &c.*, is called the *copula or link*. In grammar this is needless, and would be very troublesome;* “Time flies,” or “Tempus fugit,” is a complete sentence *as it stands*. The business of grammar is to take it and show of what it consists, not to substitute for it something of

³⁹ Sobre isso, comenta Polachini (2015b, p. 310-311): “...vemos que há ainda, entre Mason e Ribeiro, diferenças, como o fato de, na análise da sentença “rosas são flores”, Julio Ribeiro dar ‘são’ como cópula, ao passo que Mason, na sentença “the rose is red”, identifica como cópula a flexão do verbo *to be* na terceira pessoa, tornando-se ‘is’; desta forma, para que o impacto dessa fonte fosse completo, Julio Ribeiro poderia ter dado como cópula a flexão da terceira pessoa do plural do verbo *ser*, e não a forma já flexionada”.

a different form. Accordingly in grammar the only copula or link which is recognized as attaching the predicative idea to the subject, consists of the personal inflexion of the verb. The copula, is therefore regarded as a part of the predicate (MASON, 1858, p. 145).

Entendemos que a motivação de Júlio Ribeiro para realizar essa reformulação na segunda edição seja mais uma vez as críticas mencionadas no prefácio, e não o intuito de se afastar da premissa de que a linguagem expressa o pensamento⁴⁰, visto que, como temos defendido, essa é imprescindível para a teorização gramatical de Júlio Ribeiro, com demonstra a parte final do excerto anterior, no qual descreve a subdivisão do predicado: “o acto da mente pelo qual o predicado se liga á noção expressa pelo sujeito chama-se juizo. / O resultado de um juizo é um pensamento. / A expressão do pensamento é a sentença (RIBEIRO, 1885, p. 211). Essa premissa, a propósito, pode ser notada em vários fragmentos da Parte segunda da *Grammatica portugueza*, no tratamento de diferenciados assuntos.

Além do conceito de sentença, a teoria racionalista é a base com a qual Júlio Ribeiro estabelece os casos em que os verbos “ser” e “estar” podem ser utilizados na mesma estrutura sem que se altere o sentido. No trecho a seguir, retirado de “Regras de syntaxe”, a premissa de que a linguagem manifesta o pensamento é critério para dizer que o verbo “ser” e o verbo “estar” compartilham alguns contextos de uso, em que a opção de um ou de outro não prejudica o entendimento da sentença:

10) Casos ha em que parece poder-se empregar igualmente o verbo *ser* e o verbo *estar*, ex.: «*Isso é claro — Isso está claro*». A razão é que a phrase póde ser encarada tanto no sentido de um verbo, como no de outro; ou então porque são quasi imperceptiveis os matizes que nestes casos distinguem *ser* de *estar*. Com effeito, no primeiro exemplo diz-se que a cousa é *clara* por si própria; no segundo que ella *está apresentada com clareza*. Qualquer delles serve perfeitamente para manifestar o pensamento (RIBEIRO, 1885, 288-289).

Em “Additamentos”, por sua vez, percebe-se também a premissa de que a linguagem manifesta o pensamento no tratamento dos sinais de pontuação. Júlio Ribeiro afirma que o sinal conhecido atualmente como ponto de interrogação serve para marcar uma interrogação que acontece antes no pensamento e, depois,

⁴⁰ Para Polachini (2018), essa alteração realizada por Júlio Ribeiro indica a adoção de uma postura descritivista: “Assim, ainda que, como vemos em sua nota, ainda considere ‘sentença’ o resultado de um ‘juízo’ e que mantenha o *conceito* de ‘cópula’, o autor modica a maneira de examinar os dados linguísticos de forma decisiva. Do ponto de vista técnico, podemos dizer que o gramático deixou de lado uma análise linguística baseada num programa de correspondência para se aproximar do Programa Descritivista” (POLACHINI, 2018, 265-266)

manifesta-se na linguagem. Já o sinal conhecido nos dias atuais como reticências tem a serventia de materializar na linguagem interrupção de um pensamento anterior. As respectivas passagens subsequentes exemplificam esse fato na *Grammatica portugueza*:

608. Muitas vezes o verbo está era fôrma interrogativa sem que haja interrogação no pensamento: neste caso não se usa do ponto de interrogação, ex.: «*Fazem-lhe a menor observação, zangasse*» (RIBEIRO, 1885, p. 320).

612. Os pontos de reticencia indicam interrupção da expressão do pensamento, ex.: «*Ventos ousados, eu vos... Insta, porém, abandonar as vagas*» (RIBEIRO, 1885, p. 320).

Por fim, ainda em “Additamentos”, a premissa de que a linguagem manifesta o pensamento também é essencial para Júlio Ribeiro teorizar sobre a estrutura das sentenças, como mencionamos brevemente poucos parágrafos antes. Para o autor da *Grammatica portugueza*, a diferença entre construção “direita” e construção “inversa” – a diferença entre a estruturação da sentença em sujeito seguido de predicado e qualquer modificação dessa estruturação – pode ser explicada sob perspectiva da materialização do pensamento na linguagem. Nos fragmentos a seguir, notamos que a chamada “construção direita” é aquela em que os elementos da sentença obedecem à ordem lógica e atual do pensamento, que considera o sujeito seguido do predicado (primeiro excerto) ou a oração principal seguida da subordinada (segundo excerto), enquanto a construção inversa é aquela que subverte essas lógicas de alguma forma:

619. A construcção da sentença simples chama-se *direita* quando se segue na disposição das palavras e phrases a ordem logica da concepção do pensamento, ex.: «*Antonio livrou-se das garras do monstro por um esforço desesperados*».

620. A construcção da sentença simples chama-se *inversa* quando para maior energia de expressão não se attende na disposição das palavras e phrases á ordem logica das idéas, ex.: «*Por um desesperado exforço livrou-se Antonio das garras do monstro*» (RIBEIRO, 1885, p. 325).

621. A construcção de sentença composta chama-se *direita* quando se segue na disposição dos membros e clausulas a ordem logica das concepções que constituem o pensamento, ex.: «*Ha poucas linguas nesta sociedade gangrenada em que vivemos, que não apregoem as minhas vergonhosas derrotas como triumphos esplendidos*».

622. A construcção da sentença composta chama-se *inversa* quando na disposição dos membros e clausulas não se guarda a ordem logica das

concepções que constituem o pensamento, ex.: «*Nesta sociedade gangrenada em que vivemos poucas línguas há, que não apregõem como triumphos esplendidos as minhas vergonhosas derrotas*» (RIBEIRO, 1885, p. 325).

É possível, portanto, concentrar os resultados das análises direcionadas à divisão da gramática de Júlio Ribeiro, bem como aos conceitos designativos de classe de palavras e de sentença, da seguinte forma: a *integração teórica* nesses itens investigados ocorre por meio do empenho de Ribeiro na premissa de que a linguagem manifesta o pensamento. Embora constataremos evidências de que o autor se fundamenta nas teorias positivistas para estudar as formas e os elementos materiais da linguagem, para elaborar alguns conceitos designativos de classes de palavras, ou para conceber a língua como uma espécie em evolução que se revela na etimologia, a materialização do pensamento na linguagem fundamenta vários tópicos da *Grammatica portugueza*, como conceitos de subseções da gramática, de algumas classes de palavras e de sentença. A própria divisão da obra em duas partes presta-se a sugerir a teorização gramatical em preceitos da teoria racionalista.

Logo, a *integração teórica* na divisão da *Grammatica portugueza* reflete, reiteramos, o procedimento constitutivo da teorização gramatical de Júlio Ribeiro, fenômeno a partir do qual se originam as inovações metodológicas e terminológicas, como os nomes das subseções, ou a destituição do verbo substantivo, por exemplo. A questão que se impõe nesse ponto, então, é a aparente contradição entre Ribeiro *integrar* premissas de diferentes teorias, mas empenhar-se em reformular a segunda edição de 1885 para contornar críticas no emprego de conceitos inspirados na teoria racionalista. Essa atitude pode fazer parecer, a princípio, que o autor da *Grammatica* tenha, sem sucesso, tentado eliminar a teoria racionalista de sua obra. No entanto, em nosso entendimento, não é isso que ocorre, na medida em que a intenção de Júlio Ribeiro, acreditamos, esteja outra: implementar um procedimento de análise linguística pautado em fatos, não em especulação.

3.3 Procedimentos de análise na *Grammatica*: análise linguística e exemplificação

Na última parte deste capítulo, passamos a discorrer sobre a forma como Júlio Ribeiro *integrou* as premissas teóricas de diferentes teorias nos procedimentos de

análises linguísticas que realizou. Entendemos que essa seja a última etapa em que se faz necessário descrever esse fenômeno, haja vista que, até o momento, investigamo-la apenas na teorização referente a conceitos e categorias da *Grammatica portugueza*. Nesta última parte do capítulo, portanto, investigamos o modo com que Ribeiro analisou alguns fenômenos linguísticos na *Grammatica*, a fim de comprovar que o procedimento adotado pelo gramático é consequência da *integração* de diferentes premissas teóricas.

Para se compreender como Júlio Ribeiro procede em suas análises linguísticas, é preciso examinar o tratamento que dedica à exemplificação, em especial, a três pontos importantes ligados a esse assunto. O primeiro diz respeito ao *horizonte de retrospectão* do autor, dedicado à análise linguística. No capítulo anterior, constatamos que parte do *horizonte de retrospectão* de Ribeiro contém grande número de obras cujo conhecimento foi utilizado pelo autor para implementar suas análises linguísticas, em vez de contribuir com a teorização gramatical. Mostramos que o gramático recorreu a essas obras para extrair dados sobre fatos de uma determinada língua ou para incorporar/preterir análises sobre esses dados.

O segundo é a quantidade de obras literárias e documentais a que Júlio Ribeiro recorreu também com o propósito de extrair fatos linguísticos para desenvolver suas análises. Embora não tenhamos considerado essas obras no capítulo anterior, por não se tratar de trabalhos dedicados aos estudos da linguagem e da língua, de certa forma, elas não deixam de ser constituintes do *horizonte de retrospectão* da *Grammatica* de Ribeiro. Parreira (2011), ao analisar essas obras, identificou que, mesmo prevalecendo os exemplos cunhados pelo próprio autor, há considerável número de casos extraídos da literatura. Nas palavras da autora:

[...] los datos que se han cotejado en la *Grammatica Portuguesa* respecto a las autoridades literarias seleccionadas por el gramático son los siguientes: un total de 37 autoridades de las que 30 son de nacionalidad portuguesa, 4 de nacionalidad brasileña y 3 de otras partes de Europa. De estos 37 autores 15 pertenecen al siglo XIX, 1 al XVIII, 4 al XVII, 7 al XVI, 2 al XV, 3 son anteriores a este último periodo y en 5 de ellos no fue posible determinar el periodo por falta de datos (PARREIRA, 2011, p. 174).

O terceiro ponto a se considerar, finalmente, são os exemplos forjados a partir da experiência de Júlio Ribeiro como falante e observador da língua portuguesa. O autor não se furta de apresentar uma série de fatos linguísticos apreendidos de sua

própria atividade como intelectual dedicado aos estudos linguísticos. Esses fatos, geralmente, são de aspectos contemporâneos à língua portuguesa falada na época de publicação da *Grammatica* e enriquecem o arcabouço exemplificativo de Ribeiro quando utilizados em procedimentos analíticos ao lado de fatos oriundos dos outros dois pontos que destacamos anteriormente.

Leite (2007) afirma que os exemplos são elementos nos quais é possível se perceber a teoria e a prática das gramáticas. Por esse motivo, defendemos que, na *Grammatica* de Júlio Ribeiro, a exemplificação elaborada pelo autor evidencia como a prática de análise linguística adotada corresponde à *integração teórica* das duas premissas teóricas positivistas: a de que a língua se assemelha a uma espécie orgânica, que evolui e se transforma para sobreviver, e a de que a análise dos fenômenos da língua deve ser realizada por meio da observação de sua transformação no tempo, e/ou da comparação com outras línguas semelhantes. Essa *integração* baliza as análises linguísticas de Ribeiro, sem, entretanto, ignorar a premissa de que a linguagem manifesta o pensamento, pois essa coopera com as duas premissas citadas.

Compreendemos que, como o procedimento de análise linguística adotado por Júlio Ribeiro é fundamentado nas premissas das teorias naturalista e histórico-comparatista, o gramático pode abandonar as explicações que se fundamentam em especulações, para adotar as que se guiam por aspectos empíricos das línguas, nos quais se pode comprovar a tese defendida, em consonância com a premissa de que a língua é um organismo vivo e, assim, sua evolução guarda semelhança com a das espécies. Ribeiro, ao adotar esse princípio, não deixa de compreender a linguagem como manifestação do pensamento, mas deixa de adotar métodos especulativos para empreender análises sobre a língua, visto que, embora essa seja uma forma de linguagem, materializa-se no tempo, em diversas formas, como os dialetos, por exemplo. Por esse motivo que fragmentos como o exposto a seguir, no qual Júlio Ribeiro condena os métodos especulativos, são encontrados facilmente na *Grammatica*:

510. Emprega-se o infinito impessoal,

1) quando o verbo no infinito não pôde eximir se da dependencia em que está para com o verbo principal. Acontece isto especialmente com os verbos que exprimem virtualidades, volições do espirito, taes como *poder, saber, desejar, intentar, pretender, que rer*, etc., ex.: «*Não podemos emprestar*

dinheiro – Sabeis fazer as cousas – Desejamos partir cedo – Intentais comprar casas – Os mouros pretendem levar-nos de vencida».

2) quando com tal emprego não se prejudica a clareza do jentido, muito embora possa a clausula ser tambem construida com o infinito pessoal, ex.: «*Napoleãovia seus batalhões cahir feridos».*

Esta é a doutrina de F. Diez, deduzida dos factos, positiva, simples, satisfatória. As regras cerebrinas que na differença de sujeitos baseiam Soares Barbosa, Sotero e cem outros, só servem para gerar incerteza no espirito de quem estuda. Segundo taes regras os escriptos de Camões, de Frei Luiz de Souza, de Vieira, de Herculano, estão inçados de erros!!! (RIBEIRO, 1885, p. 272).

Notamos que, após expor as formas de emprego do infinitivo, Júlio Ribeiro apresenta uma ressalva que contrapõe a explicação do fato linguístico fundamentada em Diez (1836-1844), a qual alega ser deduzida de fatos, positiva, simples e satisfatória, às explicações de outros gramáticos – representados por Barbosa (1822) e Sotero (1863) – consideradas regras cerebrinas, que geram incerteza para os estudantes e condenam grandes escritores ao erro. Interpretamos que a intenção dessa ressalva é abandonar o método especulativo fundamentado na teoria racionalista e não a premissa de que a linguagem manifesta o pensamento. No excerto a seguir, as “sutilezas metafísicas” são condenadas pelos “fatos linguísticos”, na explicação do funcionamento do verbo “haver” como verbo impessoal:

E', pois, dislate a doutrina de Argote assim formulada por Vergueiro e Pertence: «O verbo *haver* empregado no sentido de existir usa-se nas terceiras pessoas do singular ainda que o sujeito seja da terceira pessoa do plural»

Também não passa de sutileza metaphisica, condemnada pelos factos linguisticos, a explicação que desenvolvidamente dá Sotero dos Reis: «O verbo unipessoal *haver*, cuja significação é a mesma de *existir* emprega-se ordinariamente com o sujeito grammatical occulto — *classe, genero, especie, porção, quantidade, numero, tempo, espaço*, etc. — e um complemento expresso desse sujeito precedida da preposição *de* tambem oeculta». Ex.: «Dizei-lhe que tambem dos Portuguezes Alguns traidores houve algumas vezes». (Camões)

«A syntaxe regular neste caso é — Dizei-lhe que tambem numero de alguns traidores portuguezos, ou de entre os Portuguezes, houve algumas vezes». Como a de Sotero pecca ainda por methaphisica e falsa a doutrina de Moraes, exposta pelo sr. Dr. Freire da Silva nos seguintes termos: «Muitos grammaticos chamam o verbo *haver* unipessoal, quando empregado, como nas phrases seguintes: «*Ha homens extraordinarios — Havia iguarias — Si houver tempo, irei visital-o*». E' elle, ao contrario, o mesmo verbo *haver* pessoal e transitivo, com a significação de *ter* ou *possuir*, derivado de *habere* que, em tal caso, é elegantemente usado no singular com o sujeito occulto, o qual facilmente se subentende pelo sentido, como se vê das mesmas phrases que em seguida se acham repetidas com os sujeitos claros: «*Ha homens extraordinarios, isto é, O mundo ha ou tem homens extraordinarios — Havia iguarias isto é, a mesa havia ou tinha iguarias — Si houver tempo, irei visital-o, isto é, Si eu houver ou tiver tempo, irei visital-o*» (RIBEIRO, 1885, p. 292-293).

Essa postura de Júlio Ribeiro, de não adotar explicações especulativas em análises linguísticas, em virtude de essas não serem passíveis de comprovação empírica, não anula a premissa racionalista de que a linguagem manifesta o pensamento. Na verdade, essa postura diante dos fatos linguísticos coopera com essa premissa, pois a *integração* de ambas torna possível analisar as mudanças pelas quais a língua passa, mesmo quando essas são consequência de pressões anteriores, presentes no pensamento, conforme explicamos anteriormente, ao discorrer sobre a natureza das leis que incidem sobre a transformação das línguas, e voltamos a constatar com essa passagem:

272. Os substantivos portugueses derivam-se dos substantivos latinos em ablativo do singular, ex.: «*Filha, servo, idade, exercito, especie*» vem de «*Filia, servo, enlate, exercitu, specie*».

A medida que a linguagem latina popular foi desconhecendo a importancia dos casos, foram-se estes reduzindo aos que, com mais sensível diferença de flexão, exprimiam as relações mais urgentes do pensamento (RIBEIRO, 1885. 147).

Nesse fragmento, observa-se que as relações mais urgentes do pensamento consistem em um dos fatores que levaram os substantivos da língua portuguesa a derivarem do ablativo singular latino. É plausível considerar, portanto, que, para a teorização de Júlio Ribeiro, a premissa de que se deve analisar a transmutação das línguas no decorrer do tempo e em comparação com outras línguas converge com a premissa de que a linguagem manifesta o pensamento, ao invés de concorrerem. Essa convergência se dá porque a transmutação é uma propriedade da língua, a qual, conforme explicamos, é uma forma de linguagem e também manifesta o pensamento, conseqüentemente.

A *integração* dessas premissas permite que as análises linguísticas de Júlio Ribeiro se voltem a aspectos diversos da língua portuguesa e de outras línguas, presentes em vários tipos de exemplos, extraídos da língua latina, de línguas românicas, além de modalidades antigas e recentes da língua portuguesa, sem que, necessariamente, seja obrigado a tecer um parecer normativo sobre essas modalidades, pois a normatividade, no caso, é ditada pelas regras que garantem o bom uso da linguagem e expressão do pensamento; tampouco a adotar uma postura descritiva sistematizada de uma gramática histórico-comparatista, na medida em que

as análises são realizadas para comprovar uma tese linguística que Ribeiro julga pertinente, embora às vezes funcionem como meras curiosidades.

O autor da *Grammatica* é livre para citar exemplos os mais diferentes possíveis sempre que entende serem necessários para explicação de uma situação atual do português. As transformações do latim para o português, por exemplo, são uma das estratégias mais recorrentes na *Grammatica portugueza* entre as adotadas por Júlio Ribeiro para explicar um fato linguístico presente. Podemos demonstrar essa estratégia com o trecho seguinte, no qual Ribeiro explica as possibilidades semânticas de emprego da preposição “por” no decurso de seu percurso histórico, revelado na etimologia. Nota-se que os exemplos oferecidos pelo gramático foram coletados de sua experiência e da literatura:

582. A preposição *por* tem duas séries de accepções diversas por isso que é dupla a sua origem etymologica. *Por*, com effeito, vem de *per* e vem de *pro*. Até o seculo XVI a fórma inalterada *per* era a representante em Portuguez da preposição latina *per*, como *por* o era de *pro*: dizia-se «*Per montes e valles*». e «*Pola ley e pola grey*».

Mais tarde, confundidas as significações, *per* e *por* tornaram-se indistinctas, e uma d'ellas teve de desaparecer: foi *per*. *Por* suplantou-a, e é hoje a unica. Todavia *per* teve tambem as suas victorias: as fórmulas compostas *pelo*, *pela*, etc, venceram e eliminaram as fórmulas rivaes *polo*, *pola*, etc. *Per* vive ainda em muitas palavras compostas, e na locução «*de per si*» conserva-ae em toda a pureza primitiva.

A confusão de *per* e *pro* data já da baixa latinidade: muitas vezes figuram ambas na mesma sentença. Na *Espanña Sagrada*, por exemplo, lê-se: «*Per omnes montes ao pro illis locis*» (RIBEIRO, 1885, p. 310).

Júlio Ribeiro também resgata indícios linguísticos do latim e de algumas línguas românicas para explicar fatos da língua portuguesa de sua época. No excerto subsequente, o autor da *Grammatica portugueza* extrai de Brachet (1876) exemplos da forma latina e os compara com extraídos da língua francesa, para explicar o funcionamento do que entendemos nos dias atuais como pronome demonstrativo em função de predicativo do sujeito. Para Ribeiro, essa concordância ocorre em razão do modo como ela se estabeleceu no tempo em diferentes línguas:

483. O predicado, quando é representado por um pronome substantivo da terceira pessoa, referente a um ou mais substantivos mencionados na sentença ou na clausula anterior, assume a flexão da relação objectiva, ex.: «*E's tu o rei? Eu o sou — Estarás tu cançado? Não o estou*».

Sobre a concordancia destes pronomes substantivos da terceira pessoa em relação predicativa, é digna de ler-se a seguinte elucidación de Brachet, elucidación que, substituído, *illud* por *hoc*, póde-se aplicar sem restricções ao Portuguez:

O, quando não designa pessoas, mas sim cousas, como nesta phrase: «A *Polonia perecerá, eu o prevejo*», significa *isso*, vem do Latim *illud* e nos representa quasi o unico resto do genero neutro que possuímos ainda em Francez. Eis o que nos explica porque ás perguntas «*Sois vós a mãe deste menino?*» ou «*Sois vós a doente?*» torna-se necessário responder «*Eu a sou*», isto é, «*Eu sou a pessoa de que follais*»; ao passo que ás perguntas «*Sois vós mãe? — Estaes vós doente?*» a resposta deve ser «*Eu o sou — Eu o estou, ILLUD*», isto é, «*eu sou isso; é assim que eu estou; é o que me tendes perguntado; possuo a qualidade de mãe; estou em estado de doença*» (RIBEIRO, 1885, 256-257).

Nesta outra passagem, por sua vez, ao discorrer sobre a formação do grupo fonológico “ch” na passagem do latim para o português, Júlio Ribeiro defende ser necessário recorrer à comparação entre exemplos extraídos do latim, do português e de algumas línguas românicas, no caso o francês e o espanhol, para compreender a formação desse grupo. A disposição gráfica dessa passagem é ilustrativa do procedimento adotado por Ribeiro para comparar a evolução dos fatos linguísticos de diferentes línguas no tempo:

15) conversão em *ch* dos grupos iniciaes *cl, fl, pl*: *chave* de *clave*; *chamma* de *flamma*, *chuva* de *pluvia*.

Para comprehender-se como estes grupos latinos pouderam dar a modificação *ch*, o unico meio é recorrer á comparação com as outras línguas românicas.

Os grupos iniciaes *cl, fl, pl* em Francez permacem inalterados — *clef, flamme, pluie*; em Hespanhol convertem-se em *ll* — *llave, llama lluvia*; em Italiano o segundo elemento (*l*) dissolve-se em *i* — *chiave fiamma, pioggia*. Esta ultima lingua permite-nos organizar o seguinte eskhema em o qual a transformação gradativa pode ser seguida pela, vista.

kl | fl | pl
ki | fi | pi
kj | fj | pj
j | j | j
ch | ch | ch

Nos tres grupos *l* dissolve-se em *i*; por sua vez *i* transforma-se em *j*; *j* repelle o primeiro elemento (*k, f, p*), e toma o som que tem em gallego (*Xente, Xaneiro, Xunho, Xuiz*) representado graphieamente por *ch*.

Robustecem ainda esta theoria as formas castelhanas *jaga, jano, jeno*; em Portuguez *chaga, chão, cheio*; em Hespanhol classico *llaga, llano, lleno*; em Italiano *piaga, piano, pieno*; em Francez *plaie, plain, plein*; em Latim *plaga, plano, pleno*. A consanguineidade das fórmulas portuguezas *chaga, chão, cheio* com as castelhanas *jaga, jano, jeno*, além de ficar phonicamente estabellecida a uma simples audição, prova-se tambem historicamente. Em um praso do seculo XIV lê-se «*Ua fila de Margarida que Jamam Luzia, que traga com elles este herdamento*» (RIBEIRO, 1885, p. 143-144).

Nessa passagem, além da comparação de fatos presentes no latim e em algumas línguas românicas, há a menção ao português utilizado século XIV, com exemplo extraído por Júlio Ribeiro da literatura. Trata-se, pois, de outra prática comum do autor da *Grammatica*, conforme se pode notar no fragmento a seguir, no

qual exemplos da língua portuguesa falada no século XV e XVI, também acessados por meio da literatura, são utilizados para explicar que a palavra “homem” foi empregada como pronome na língua portuguesa por um longo período de tempo:

157. O pronome adjectivo divide-se em *demonstrativo*, *distributivo*, *conjunctivo*, *possessivo* e *indefinido*.

«No Portuguez do século XV e XVI, e ainda hoje na linguagem popular, encontra-se o substantivo *homem* usado como pronome indefinido. El-rei D. Duarte, traduzindo o tratado *De modo Confitendi*» de S. Thomaz de Aquino, traz: «*Porém nom póde homem têr-se que alguma cousa não diga...*» A phrase latina era: «*Hæc tamen tacere non valeo*». E' ainda hoje popularissima na fôrma de *home*, e no provincialismo insulano «*heme*».

No *Cancioneiro Geral*, em Sá de Miranda e Ferreira, usa-se esta fôrma pronominal tão peculiar hoje no Francez *on*, de *om* e de *homme*, ex.: «*Leixar homem liberdade (Cancioneiro Geral) — Cuida homem que bem escolhe — Que se não póde homem erguer (Sá de Miranda)*». No anexim popular «*Home pobre uma vez á loja*» a sua fôrma indefinida é «*Quem é pobre vai uma vez á loja*». Sobretudo nos anexins populares é bastante frequente este facto: «*Anda homem a trote para ganhar capote*» por «*Anda-se*», etc. «*Deita-se homem pelo chão para ganhar gabão*». O substantivo *gente* tambem se emprega neste sentido, sobre tudo no dialecto brasileiro: «*Quando a gente está com gente. Gente me deixe...*». (1) (RIBEIRO, 1885, p. 72-73).

Ademais, é possível encontrar exemplos coletados em variedades atuais da língua portuguesa, que refletem a experiência de Júlio Ribeiro como observador exímio da língua. No próximo excerto, no qual o autor apresenta os sons que constituem a língua portuguesa, o gramático reconhece a comparência de outros dois que não são encontrados no falar das pessoas cultas, mas estão presentes nas falas interioranas, que atribui aos caipiras de São Paulo: “dje’ e “tche”:

25. Trinta e duas são, pois, as vozes elementares essenciaes da lingua portugueza.

Ha mais dous sons distinctos banidos hoje do uso da gente culta: *dje*, *tche*. Os caipiras de S. Paulo pronunciam **djente**, **djogo**. Os mesmos e tambem os Minhotos e Trasmontanos dizem **tchapéo**, **tchare**.

F. Diez pensa que *dje*, *tche* são as fôrmas primitivas de *je* e *che* (1), e tudo leva a crér que realmente o são.

Dje é som romanico genuino: existe em Provençal, em Italiano, e no seculo XIII existia no Francez que o transmittiu ao Inglez, onde até agora se acha, ex.: «*jealousy*». Em escriptos latinos do seculo IX encontram-se as fôrmas *pegiorentur*, *pedioentur*, por *pejorentur*.

Tche é tambem som romanico castiço: existe em Provençal, em Italiano, em Hespanhol, e existiu no Francez, donde passou para o In.glez que ainda hoje o conserva, ex.: «**Chamber**».

A existencia de ambas estas fôrmas no fallar do interior do Brazil prova que estavam ellas em uso entre os colonos portuguezes do seculo XVI. A antiguidade o a vernaculidade do *tche* attestam-se pela sua permanencia na linguagem do Minho e de Trás-os-montes: como sabe-se, o povo rude é conservador tenaz dos elementos arkaicos das linguas (RIBEIRO, 1885, 11).

O latim, as línguas românicas e as modalidades do português, passadas ou atuais, dessa forma, cumprem a função de fornecer esses dados de que Júlio Ribeiro necessita. É por essa razão que se pode ler, no primeiro anexo da segunda edição “Agente indeterminado em Romanico”, as seguintes palavras, esclarecedoras do método empregado por Ribeiro:

Os factos de uma lingua qualquer só podem ser cabalmente elucidados pelo estudo historico comparativo da grammatica dessa lingua.

As explicações metaphysicas, mais ou menos subteis, mais ou menos engenhosas, nunca satisfazem.

Os meios que emprega o Latim, que empregam as linguas romanicas para indicar de modo abstracto a indeterminação do agente de um verbo, têm servido de thema a milhares de divagações tão prolixas quanto abstrusas, tão requintadas quanto estereis.

Analysar esses meios á luz do estudo historico comparativo das grammaticas romanicas e da latina, eis o fim que levo em vista (RIBEIRO, 1885, p. 333).

Esse procedimento de análise linguística empregado sem uma sistematicidade perceptível por Júlio Ribeiro ao longo de sua obra não permite afirmar que seja uma gramática histórica-comparatista. Primeiramente, porque o próprio autor entende que ela não pode ser caracterizada dessa maneira, como se nota nas seguintes palavras: “Claro está que só uma grammatica especialmente histórica e um dictionario etymologico poderão tratar detidamente das palavras portuguezas oriundas de todas estas fontes, o quiçá do outras (RIBEIRO, 1885, p. 163). Em seguida, porque o autor da *Grammatica portugueza* não empreende sistematicamente um gesto de descrição linguística ao empregar os exemplos após apresentação dos fenômenos que busca descrever, procedimento que, conforme orienta Leite (2007, p. 216), configura a prática de análise de uma gramática descritiva: “se [o exemplo] serve como ponto de partida para reflexão linguística, a gramática pode ser mais descritiva que normativa, mas, se serve como modelo de uma regra, a gramática é normativa”.

O procedimento adotado por Júlio Ribeiro, na verdade, está relacionado com a finalidade de expor as leis para que possam ser aprendidas com facilidade. A gama de exemplificação empregada para sustentar a argumentação de Ribeiro a respeito de uma tese linguística, dessa maneira, funciona, a princípio, como dados que sustentam ou comprovam uma afirmação do gramático, não como elementos de descrição do latim, de línguas românicas ou de modalidades da língua portuguesa. Em outras palavras, o propósito de Júlio Ribeiro sempre é explicar as leis que

governam o funcionamento da língua portuguesa utilizada em sua época, com base em sua história e semelhança com outras línguas românicas, para que, por meio dela, os falantes possam fazer bom uso da linguagem. Os exemplos de outras línguas servem, pois, apenas a essa atividade.

Nesse sentido, sustentamos que o caráter normativo e didático da *Grammatica portugueza* se subordina a esse propósito. A intenção de Júlio Ribeiro é, de um lado, ensinar aos seus leitores como funciona a língua portuguesa e como essa se formou, por isso recorre às explicações dos fatos linguísticos, como nós mostramos, nos quais são perceptíveis as leis que levaram o latim a se tornar a língua portuguesa; e, de outro, sistematizar regras do bom uso da linguagem para aqueles que almejam apreender essas regras e, assim, dominar esse bom uso. É devido a esses propósitos que podemos constatar, ao investigar os excertos em que Ribeiro aponta erros, desvios ou vícios de linguagem, uma violação ou ao bom uso da linguagem ou a estrutura da língua portuguesa formada ao longo do tempo, isto é, às leis e às regras que cumpre à gramática sistematizar.

A tabela a seguir sistematiza os trechos em que Júlio Ribeiro realiza condenações explícitas:

Exemplos de regras e leis na <i>Grammatica portugueza</i>	
<p>55. O accento nasal ou til colloca-se [...]</p> <p>2) sobre a prepositiva dos diphthongos nasaes, ex.: «<i>mãe — ganhão — põe</i>».</p> <p>Seria erro escrever <i>ae, aõ, oe</i> com til na subjunctiva: a voz nasal destes diphthongos é a prepositiva, e sobre a letra que a representa é que deve cair o signal de nasalidade (RIBEIRO, 1885, p. 31).</p>	<p>Violação às regras do bom uso.</p>
<p>O uso do apostropho vai-se tornando cada vez mais raro na prosa. Escreve-se hoje <i>delle, do, lho, etc</i>, e não mais <i>d'elle, d'o, lh'o</i>. A diferenciação necessaria entre certos vocabulos faz-se por meio do acento agudo: assim <i>désse, déste</i>, fórmãs do verbo <i>dar</i>, levam accento que as distinga de <i>desse, deste</i>, contracções de <i>de esse, de este</i>.</p> <p>Escrever <i>n'um, n'uma, etc</i>, como geralmente se faz, é absurdo (RIBEIRO, 1885, p. 31).</p>	<p>Violação às regras do bom uso.</p>
<p>Se se escrevesse <i>rewolver</i>, dever-se-ia ler, segando as regras da phonetica ingleza, <i>riuólvar</i> e não <i>revólver</i>.</p> <p>E' realmente vergonhoso nada ter a dizer quando Americanos e Inglezes nos perguntam pela causa da deturpação sandia do seu vocabulo...(RIBEIRO, 1885, p. 51).</p>	<p>Violação às leis de transformação da língua.</p>

<p>E' vicioso empregar um substantivo no plural e fazer concordar com elle adjectivos no singular: estas e outras phrases, por exemplo, são incorrectas; «O primeiro e segundo juizes de paz — As grammaticas franceza e portugueza». Deve-se dizer: «O primeiro juiz de paz e o segundo — A grammatica franceza e a portugueza». (RIBEIRO, 1885, p. 234).</p>	<p>Violação às regras de bom uso</p>
<p>Com a preposição <i>sem</i> usa-se de <i>o qual</i>, <i>a qual</i>, <i>os quaes</i>, <i>as quaes</i>, dizendo-se <i>sem o qual</i>, <i>sem a qual</i>, <i>sem os quaes</i>, <i>sem as quaes</i>, e não <i>sem quem</i> que formaria um ekho desagradável (RIBEIRO, 1885, p. 253).</p>	<p>Violação às regras de bom uso</p>
<p>1) O pronome substantivo sujeito de um verbo no infinito depende de um verbo no finito põe-se em relação objectiva, ex.: «<i>Eu vi-o caminhar ás pressas — Deixa-o ir</i>». Esta syntaxe, commum a varias linguas romanicas, é tomada directamente do Latim, em o qual o sujeito do verbo no infinito vai para accusativo. E' erro vulgar no Brazil usar-se em casos taes da relação subjectiva; diz-se por exemplo, «<i>Vi elle caminhar ás pressas — Deixa elle ir</i>» (RIBEIRO, 1885, p. 255).</p>	<p>Violação às leis de transformação da língua</p>
<p>485. Toda a palavra que serve de objecto a um verbo põe-se em relação objectiva. Como em Portuguez não se declinam os substantivos, a applicação d'esta regra só se torna patente quando o objecto é representado por um pronome substantivo, ex.: «<i>Eu o vejo — Queres-me muito</i>». Pôr em relação subjectiva o pronome substantivo que serve de objecto a um verbo é erro comezinho no Brazil, até mesmo entre os doutos: ouvem-se a cada passo as locuções incorrectas «<i>Eu vi elle — Espere eu</i>» (RIBEIRO, 1885, p. 257-258).</p>	<p>Violação às leis de transformação da língua</p>

Tabela 14 - Exemplos de regras e leis em Ribeiro (1885)

Percebemos, pela tabela, que Júlio Ribeiro condena tanto os usos que desrespeitam as regras de bom uso da linguagem quanto as leis de funcionamento da língua portuguesa. O tratamento que Ribeiro dá às figuras de linguagem é outro exemplo em que se constata a condenação de usos contrários às regras de bom uso, pois considera as figuras de linguagem como recursos que alteram a syntaxe regular, responsável pela manifestação regular do pensamento, como se pode deduzir do seguinte excerto: “Todavia, ha certos modos irregulares de expressão de pensamento, que é util classificar. Estes modos irregulares de pensar e de exprimir o pensamento manifestam-se, alterando a syntaxe regular (RIBEIRO, 1885, p. 327). Todas a figuras de linguagem listadas, portanto, não são condenadas, visto que servem para expressar o bom uso da linguagem, exceto uma, que conhecemos nos dias atuais com sínquise, quando gera confusão de ideias:

34. E' viciosa a synkhyisis que gera confusão de idéas, ex.:

«Entre todos co' o dedo eras notado Lindos moços de Arzilla em galhardia» (RIBEIRO, 1885, p. 329).

Também há, por fim, outro tópico da *Grammatica portugueza* dedicado apenas aos vícios de linguagem, no qual Júlio Ribeiro lista uma série de usos que, em suas palavras “deturpam o discurso”, isto é, violam às regras de bom uso da linguagem. Nessa lista, Ribeiro apresenta os barbarismos, os solecismos e os vícios relacionados à parte musical das palavras. No final dessa explanação, o autor da *Grammatica* explica que, embora os itens mencionados violem o bom uso da linguagem, os retóricos têm regras e figuras para transformar os vícios em estruturas que podem ser consideradas bom uso da linguagem. Ou seja, é possível que o que deturpe o bom uso da linguagem seja empregado de forma a aprimorar o discurso, como se nota no excerto a seguir:

635. Vícios ha que deturpam o discurso, já nos seus elementos lexeologicos, já nos seus elementos syntacticos.

636. O vicio lexeologico chama-se *barbarismo*, e consiste

1) em usar de palavras e phrases extranhas á lingua, ex.: «Afroso – Abat-jour» em vez de «Medonho – Quebra-luz».

2) em dar ás palavras significação que ellas não têm, ex.: «Confeccionar – Desapercebido» em vez de «Organisar – Despercebido».

3) em accentuar e articular erradamente as palavras, ex.: «Púdico – Cravão» em vez de «Pudico – Carvão».

4) em empregar termos obsoletos, ex.: «Bofé – Lidimo» em vez de «Certamente, Legitimo».

637. O vicio syntactico chama-se *solecismo* e consiste em infringir as regras da syntaxe, ex.: «Nós vai – Para tu» em vez de «Nós vamos – Para ti».

638. Ha outros vícios que deturpam a parte musical, a harmonia do discurso; são:

1) a *kakophonia* ou encontro de duas palavras que produza uma terceira de significação baixa ou torpe, ex.: «Alma minha – Essa fada – Ela trina».

2) o *hiato* ou encontro de vogaes accentuadas, ex.: «Vou á aula – Mandou-o o honrado chefe».

3) o *ekho* ou concurrencia de sons identicos, ex.: «Quando ando trabalhando – Elles procurarão consolação á afflicção do seu coração».

4) a *collisão* ou som aspero e desagradavel resultante da successão de articulações roladas ou sibilantes, ex.: «Temol-o por rei – As azas azues».

Os rethoricos tem regras e figuras para fazer de todos estes vícios primores de linguagem (RIBEIRO, 1885, p. 330).

Podemos constatar, portanto, que as análises linguísticas de Júlio Ribeiro refletem a *integração* das premissas de diferentes teorias, procedimento que identificamos na teorização da *Grammatica portugueza*. Os exemplos selecionados por Ribeiro revelam que o autor elaborou análises pautadas na premissa de que os fenômenos linguísticos devem ser explicados a partir de sua transformação no tempo.

Essa atitude de Júlio Ribeiro, entretanto, não transformou a *Grammatica* em uma obra descritiva ou uma gramática histórico-comparatista, pois foi realizada com o fim de explicar a forma atual da língua portuguesa, na qual o gramático projeta regras de bom uso da linguagem e manifestação do pensamento e exige o cumprimento de leis formais da língua, fatos que correspondem à finalidade da obra de sistematizar regras e leis da linguagem.

3.4 O perfil teórico-metodológico da *Grammatica portugueza* e os componentes da gramática

As análises empreendidas neste capítulo permitem esboçar o perfil teórico-metodológico da *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro, a partir da finalidade instrumental conferida pelo autor à sua obra. Entendemos que o que define perfil da obra é, exatamente, o motivo pelo qual é elaborada: servir de instrumento a quem quer apreender as regras que refletem o bom uso da linguagem e as leis que caracterizam o funcionamento da língua portuguesa. Afinal, essa finalidade instrumental da *Grammatica* é o fator que faz *integrar* as diferentes premissas teóricas presentes o *horizonte de retrospectão* de Júlio Ribeiro.

Essa *integração teórica* determinada pela finalidade instrumental da obra é perceptível em todos os elementos constituintes de uma gramática. Segundo Auroux (2009), “uma gramática contém (pelo menos): a) uma categorização das unidades; b) exemplos; c) regras mais ou menos explícitas para construir os enunciados [...]” (AUROUX, 2009, p. 66). O autor complementa que “a categorização das unidades supõe duas coisas: termos teóricos e uma fragmentação da cadeia falada” (AUROUX, 2009, p. 68). Consideramos que, em todos esses componentes da *Grammatica portugueza*, diferentes teorias presentes no *horizonte de retrospectão* de Ribeiro convergem para formar uma teorização coerente, com a qual o gramático desenvolve as análises linguísticas a que se propõe fazer para atender à finalidade instrumental de sua obra.

O procedimento de categorização das unidades na *Grammatica* de Júlio Ribeiro evidencia que o autor cunhou termos teóricos a partir de premissas teóricas racionalista e positivista. O conceito de linguagem fundamenta-se na teoria racionalista de que a linguagem manifesta o pensamento; o de língua, em seu turno,

na teoria naturalista, que considera a língua um organismo. Essas duas premissas se *integram* para formular o objeto a que se dedica Ribeiro em sua gramática: apreender e sistematizar as regras que determinam o bom uso da linguagem para quem queira aprimorar a própria habilidade linguística, e descrever os fatos inerentes à língua para demonstrá-los também àqueles que queiram aprendê-los.

Os termos teóricos que identificam as divisões e subdivisões da gramática seguem essa mesma dinâmica: a gramática é dividida em duas partes, que remetem às ideias de coisas e as ideias de operações: “Lexeologia” e “Syntaxe”, compreensão que alude à teoria racionalista. Também se alicerçam na teoria racionalista conceitos como “Morphologia”, “Taxeonomia” e “Sentença”, embora o primeiro apresente traços positivistas concomitantemente, ao mencionar a forma. No entanto, o conceito de “Lexeologia” remete às teorias positivistas, por falar de elementos materiais e formas. Os termos teóricos “Phonetica”, “Prosodia” e “Orthografia”, bem como os termos teóricos “Kampenomia e Ptoseonomia”, “Etymologia” e “Cópula” vinculam-se às teorias positivistas, por considerarem a evolução linguística como parâmetro de compreensão dos fenômenos da língua.

Quanto aos termos teóricos que remetem à fragmentação da cadeia falada, observamos a *integração* das teorias racionalista e positivista nos conceitos designativos das classes de palavras. A *integração teórica* oportuniza a Júlio Ribeiro considerar critérios semânticos e funcionais para elaborar seus conceitos, que correspondem, respectivamente, à teoria racionalista e à teoria positivista. Além disso, percebe-se, no conceito designativo de classes de palavras, que foram redigidos com base em dois autores, vinculados, cada um, a uma teoria diferente. Burggraaf (1863), vinculado à teoria racionalista, compõe o *horizonte de retrospectão opaco* de Ribeiro, ao lado de Whitney (1870), vinculado à teoria positivista.

As regras referentes à construção dos enunciados, explícitas ou não, são estipuladas na *Grammatica portugueza* por meio de uma distinção entre regras propriamente ditas e leis. As regras remetem ao bom uso da linguagem para manifestação do pensamento e são captadas pelo gramático entre aqueles que são capazes de dominar esse uso; as leis, por sua vez, são estruturais, funcionam de acordo com o sistema linguístico e são percebidas pelo gramático na observação dos fenômenos históricos das línguas. Essa distinção é fundamental, porque permite a Júlio Ribeiro estabelecer uma postura didático-prescritiva, para atender aos alunos que intentam apreender o bom uso da linguagem, e uma postura didático-descritiva,

para empreender as explicações sobre o funcionamento da língua portuguesa, ainda que seu objetivo não seja o de escrever uma gramática descritiva.

A *integração teórica* dos conceitos de regras e leis ocorre na medida em que esses conceitos remetem a duas facetas da língua portuguesa: por um lado, ela é um tipo de linguagem e, conseqüentemente, manifesta o pensamento; por outro, possui um funcionamento específico, cuja compreensão é necessária para manifestação do pensamento com boa qualidade. A *Grammatica*, então, atende a esses dois preceitos ao deixar as explicações especulativas para fornecer explicações pautadas em dados linguísticos, que comprovam ao leitor que um determinado fenômeno deve ser entendido de determinada forma, de modo que qualquer outra forma de entendimento não corresponde ao bom uso da linguagem. É por essa razão que, quando Júlio Ribeiro condena estruturas da língua portuguesa, utiliza como critério o desrespeito às regras do bom uso ou a desconsideração das leis funcionais da linguagem.

Por fim, a prática de análise linguística da *Grammatica* cumpre a função de expor as regras e as leis da linguagem. Júlio Ribeiro deixa claro que a atividade do gramático é dedutiva, pois deve apreender na linguagem e na língua os fatos com que trabalha, em vez de idealizá-los. As regras de bom uso, para Ribeiro, podem ser captadas nos bons oradores e escritores, portanto, apreendidas pela experiência do gramático que assim reproduz por meio de exemplos literários ou cunhados pelo próprio autor. As leis que governam o funcionamento da língua, por sua vez, são notadas na língua de origem, nas fases passadas da língua, em línguas irmãs e nos dialetos presentes, fato facilmente perceptível na diversidade dos exemplos mencionados por Júlio Ribeiro e no modo como se constitui seu *horizonte de retrospectão*, repleto de obras cuja finalidade é fornecer dados empíricos sobre a língua.

É esse perfil teórico-metodológico, portanto, que se depreende de uma investigação guiada pelo princípio da descrição puramente fenomenológica do objeto e da neutralidade epistemológica. Sem se empenhar em ratificar ou retificar *representações teóricas* anteriores atribuídas à *Grammatica portugueza*, mas com o intuito de dar à luz uma *representação* constituída a partir da observação, no texto gramatical, da cumulatividade teórica responsável por formular o conhecimento gramatical de Júlio Ribeiro, comprovamos que não há uma única teoria no *horizonte de retrospectão* de Ribeiro, tampouco a concorrência entre teorias, em uma disputa entre o velho e o novo, ou entre o passado e o presente. Existe, pois, a *integração*

entre as teorias que, no Brasil do final do século XIX, estavam ao alcance do gramático. Há o novo, com o emprego das premissas positivistas, mas o velho também existe, não como descuido, e, sim, como prova de que o conhecimento se acumula ao longo do tempo.

Conclusão

Na introdução deste trabalho, explicamos que fazer história das ideias linguísticas exige do historiador dois projetos: a descrição dos estados em que o conhecimento é *representado* e a das mudanças pelas quais esse conhecimento passa no decorrer do tempo. Com o primeiro projeto, esta tese contribuiu ao relatar tanto as *representações* erigidas por intelectuais acerca da *Grammatica portugueza* ao longo tempo, quanto o *horizonte de retrospectão* presente no próprio texto gramatical de Júlio Ribeiro. Com o segundo projeto, este trabalho também colaborou ao lançar novas perspectivas de análise para se compreender a muito provável mudança teórica que Ribeiro tenha provocado na gramaticografia brasileira, não com adoção pura e simples de uma nova teoria, mas com a inovação provocada pela *integração* de diferentes teorias, como defendemos ao longo de nossas reflexões.

No primeiro capítulo, buscamos analisar o maior número possível de trabalhos feitos a respeito da *Grammatica portugueza*, para verificar como tais trabalhos historicizaram a obra e, ao mesmo tempo, constituíram uma *representação* sobre ela. Consideramos que, diante da dificuldade de descrever as *representações* de forma simples e precisa, para não se esbarrar em pormenores, traçamos, satisfatoriamente, um quadro de como esses trabalhos estabeleceram imagens para a *Grammatica* que, automaticamente, passaram a valer no lugar dela.

No segundo capítulo, a tarefa foi estruturar o *horizonte de retrospectão* da *Grammatica portugueza*. Esperávamos, a princípio, encontrar, no modo como Júlio Ribeiro indexava as obras e autores aos quais recorria, evidentes padrões teóricos de hierarquização – uma teoria determinada teria mais influência – ou compartimentalização – uma teoria determinada efetuar influência apenas em parte específica da obra. Entretanto, conforme relatamos, esse tipo de padrão não se revelou como imaginávamos, mas outros se mostraram, mais relacionados à finalidade da indexação, fato que, notavelmente, indicou que a direção para interpretar as teorias que compõem a *Grammatica portugueza* é a *integração* de teorias, em vez de algo mais estanque, como hierarquização ou compartimentação dessas.

Finalmente, o terceiro capítulo foi o mais trabalhoso, pois, com a dinâmica do *horizonte de retrospectão* que identificamos, a tarefa se tornou, em vez de descrever processos de hierarquizações de teorias, ou de compartimentalização dessas, a interpretação do da interseção de premissas teóricas nos mesmos excertos teóricos e analíticos de Júlio Ribeiro, aspecto que se revelou, aos poucos, como uma *integração* de diferentes premissas teóricas. Essa tarefa interpretativa, conseqüentemente, exigiu a suposição de que não bastava apenas confirmar a *integração* de teorias na *Grammatica portugueza*, mas também identificar a coerência existente nessa *integração*, empreendimento que exigiu esforços dedutivo-analíticos, com os quais, entendemos, lidamos a contento.

Fato é que os objetivos propostos no projeto de que nasceu essa tese, reformulados ao longo da reflexão, foram, caso não plenamente, pelo menos satisfatoriamente atendidos nesses capítulos. O primeiro foi estudar o sistema de *representações* que consolidaram a ideia comum de que a *Grammatica portugueza* é responsável por romper com a teoria racionalista para adotar a teoria histórico-comparatista e, assim, aplicá-la nas análises linguísticas do português. Esse objetivo foi estabelecido, porque essas *representações* são, com frequência, uma espécie de um pressuposto a ser considerado pelo historiador ou linguista que estudam a *Grammatica* por algum motivo. Geralmente, esse pressuposto é tomado de forma absoluta, unívoca, quase que um axioma, ou é tomado para ser relativizado até certo ponto; quase nunca é ignorado ou colocado totalmente em suspeição.

Ao considerarmos esse pressuposto uma *representação* historicamente constituída por trabalhos escritos por intelectuais que se dedicaram à *Grammatica portugueza*, ou historicizada ao longo do tempo, em termos mais técnicos, por esses intelectuais, também não abdicamos de trazê-la à discussão, porém com o propósito de investigar como se deu o seu estabelecimento. Constatamos que ocorreu, no processo de historicização da *Grammatica*, a constituição de duas *representações*: a *representação* de que a obra é pioneira de uma revolução na gramaticografia brasileira; e a *representação* de que essa é precursora de um processo de mudança nessa gramaticografia. Ambas as *representações* enfatizam o caráter inovador da *Grammatica*, porém uma, ao salientar o pioneirismo, afasta a possibilidade de qualquer conhecimento passado ser constitutivo do *horizonte de retrospectão* de Júlio Ribeiro, pois advoga uma ruptura com esse conhecimento passado; enquanto a outra, ao ponderar o pioneirismo como precursorismo, não exige uma ruptura total

com o conhecimento passado, o qual está presente, embora sem grande influência na constituição desse *horizonte de retrospectão*.

Essas duas *representações* foram reiteradas ao longo do tempo, em trabalhos que investigaram, na *Grammatica portugueza*, vestígios que comprovassem o pioneirismo de Júlio Ribeiro e seu rompimento com conhecimentos considerados passados; ou que comprovassem a presença insistente do conhecimento passado, como se esse fosse um equívoco, mesmo diante do precursorismo exercido por Ribeiro. Entendemos que esse processo de reiteração sempre obteve sucesso, porque, na *Grammatica*, invariavelmente se encontram dados que comprovam uma ou outra *representação*. A obra de Júlio Ribeiro, ao mesmo tempo em que pode se mostrar responsável por uma ruptura teórica com o passado, pode se mostrar responsável por empregar práticas passadas, por exemplo. Dessa forma, a questão que permeou os estudos da *Grammatica* se consolidou, principalmente, como a questão sobre até que ponto a obra instaurou, ou não, uma ruptura, em vez de se consolidar como sua composição teórica.

Em nossas reflexões, não indagamos se essas *representações* carecem de verdade. Consideramos que são verdadeiras, ou parcialmente verdadeiras, afinal, não seriam reiteradas por tanto tempo se não guardassem alguma verdade. O ponto a se refletir tomado em nosso estudo é que essas *representações* postergaram a possibilidade de se estudar a *Grammatica portugueza* sob outras perspectivas, principalmente a que empregamos nesta tese: a da investigação da acumulação do conhecimento e da transferência tecnológica que ocorre na *Grammatica*.

A resenha de Maciel (1910), por exemplo, texto ao qual vários resenhistas, periodistas e acadêmicos recorreram para falar da obra de Júlio Ribeiro, sempre mencionou a adaptação insatisfatória da teoria histórico-comparatista por Ribeiro. Entretanto, pouca atenção – ou talvez nenhuma atenção – foi dada à maneira como essas adaptações ocorreram a partir de uma perspectiva cumulativa, na qual se analisasse o modo como o gramático se tornou agente de uma transferência tecnológica, ao buscar novos conhecimentos e empregá-los, ao seu modo, sob o que já conhecia, para atender às demandas do seu tempo.

Entendemos que seja essa a razão pela qual, apenas nas últimas décadas, quase cem anos após a publicação da resenha de Maciel (1910), encontrem-se trabalhos que mencionem as cópias que Júlio Ribeiro fez de obras estrangeiras – que preferimos chamar, nesta tese, de *horizonte de retrospectão opaco*. Ou trabalhos que

busquem entender o papel da teoria racionalista na *Grammatica portugueza*, que, notavelmente, na primeira edição de 1881, é flagrantemente empregada. Fato é que as *representações* e as reiteraões identificadas no primeiro capítulo conduziram a uma abordagem enviesada da *Grammatica*, cujos resultados, na maioria das vezes, não são falsos, mas parciais, pois foram realizados para mensurar o nível de ruptura que a obra provoca, sem se dar conta da necessidade de se discutir a fundo seu perfil teórico-metodológico primeiro, antes de compará-la com outras obras e discutir possíveis rupturas.

Na análise desse primeiro objetivo, portanto, constatamos que, para não incorrer na simples reiteração dessas *representações* – e oferecer uma nova, pois nosso trabalho também resulta em uma *representação* – é necessário considerar todo o *horizonte de retrospectão* de Júlio Ribeiro, opaco e indexado, porque, por meio desse procedimento, conseguimos observar os conhecimentos a que ele recorreu para escrever a *Grammatica portugueza*. Nossa análise do *horizonte de retrospectão* possibilitou ampliar a perspectiva de análise para além do que dizem as *representações* constituídas ao longo do tempo, ou do que diz o prefácio da segunda edição da *Grammatica*. O mapeamento do *horizonte de retrospectão* conduziu à elaboração de uma *representação* fenomenológica da obra, pautada principalmente nas teorias que a constituem e não em elementos externos a ela.

Foi com esses pontos sobre o *horizonte de retrospectão* em mente que perseguimos o segundo objetivo de mapear as fontes de conhecimento mobilizadas por Júlio Ribeiro para escrever a *Grammatica portugueza*. Empreendemos as análises para além do prefácio da segunda edição da obra, a fim de evitar o que pesquisadores têm chamado de retórica revolucionária (POLACHINI, 2018), ou autoprojeção (AQUINO, 2016), fenômenos que conduzem o historiador a relatar aquilo que o autor da obra vislumbra para seu trabalho, em vez de se dedicar a um relato dedicado a descrever o mais fidedignamente possível o que ele é. Consideramos que o estudo do *horizonte de retrospectão* permitiu compreender as escolhas teóricas de Ribeiro, na medida em que os autores indexados remetem, explicitamente ou não, a teorias que estão vinculados. Além disso, o comportamento de Júlio Ribeiro diante do conhecimento indexado também assinala essas escolhas, ao incorporar ou preterir o conhecimento, por exemplo.

Notamos que o *horizonte de retrospectão* de Júlio Ribeiro na *Grammatica portugueza* é heterogêneo. Existem obras de diversas nacionalidades – acessadas

pelo autor em latim, português, espanhol, francês e inglês, línguas cujo aprendizado se deu provavelmente em razão da escola religiosa onde estudou (latim, português, espanhol, francês), ou de sua passagem por colégios protestantes (inglês). Essas obras refletem ainda grande diversidade de épocas, pois há gramáticas que remetem à latinidade, à renascença, aos séculos XVII, XVIII e XIX; e grande diversidade de campos do saber: há, para além de dicionários, gramáticas e livros teóricos sobre linguagem, obras de filosofia, de biologia e prefácios literários, por exemplo.

Em se tratando das obras voltadas ao estudo da linguagem, localizamos, realmente, quantidade menor de obras inspiradas explicitamente na teoria racionalista. No entanto, consideramos que essa proporcionalidade não remete à predileção de Júlio Ribeiro por obras vinculadas a outras teorias, que não a racionalista, por dois motivos, além do evidente fato de que as obras claramente vinculadas à teoria racionalista remetem a uma pequena época, dentro da ampla baliza temporal em que se estão todas as dedicadas aos estudos de linguagem a que Ribeiro recorre.

O primeiro motivo é que, embora em menor número, há obras vinculadas à teoria racionalista que fornecem conhecimentos relevantes a Júlio Ribeiro, como o caso exemplar de Burggraff (1863), autor ao qual Ribeiro recorre inúmeras vezes na segunda edição da *Grammatica portugueza* para coletar ideias e incorporá-las, cujo conhecimento ainda persiste claramente no conceito designativo de interjeição, por exemplo; e, principalmente, autor que foi reproduzido literalmente em várias partes da primeira edição da *Grammatica*, fato que o torna uma referência incontestável para o conhecimento teórico de Júlio Ribeiro. O segundo motivo é que, como já mencionamos, não há uma sistematicidade pré-definida que se pode perceber no *horizonte de retrospectção* da *Grammatica portugueza* quanto a opções teóricas, visto que Júlio Ribeiro incorpora e pretere conhecimentos de forma dinâmica, muito mais em virtude da própria compreensão da teoria linguística ou do fenômeno linguístico que analisa, do que em razão de uma tentativa de vincular-se a uma ou outra teoria.

Sistematicidade notável que descobrimos, todavia, diz respeito à finalidade com que Júlio Ribeiro recorre ao conhecimento presente no seu *horizonte de retrospectção*. O autor não recorre aos conhecimentos apenas para fundamentar assuntos teóricos, ora reproduzindo-os literalmente, ora referenciando-os para mostrar alinhamento, ou não, com o autor citado. Ribeiro recorre ao *horizonte de retrospectção* para consultar dados empíricos da língua portuguesa ou das demais

variedades linguísticas com que trabalha. Ou seja, as obras que compõem o *horizonte de retrospectão* da *Grammatica portugueza* são consultadas também com a finalidade documental, pois nelas Júlio Ribeiro busca dados sobre formas passadas da língua, sobre o latim ou fases da língua românica, por exemplo.

Nesse procedimento, o autor da *Grammatica portugueza* não se delimita apenas a reproduzir, mas, assim como faz com as questões teóricas, passa a incorporar ou preterir os dados empíricos que analisa, conforme sua própria compreensão. Merecem destaque, nesse contexto, Diez (1836-1844), obra mais referenciada por Júlio Ribeiro, cujo conteúdo, porém nem sempre foi incorporado, haja vista os casos em que Ribeiro discorda do autor alemão; e Barbosa (1822), autor vinculado à teoria racionalista, cuja lição sempre foi preterida por Júlio Ribeiro a respeito de questões teóricas, mas cujas indicações foram incorporadas no que se referia ao tratamento de questões empíricas.

É de se destacar também a quantidade de dicionários presentes no *horizonte de retrospectão* da *Grammatica portugueza*. Há dicionários do português, do inglês, dicionários temáticos, utilizados por Júlio Ribeiro para fornecer dados etimológicos de palavras, empregos de palavras, entre outros, na maioria das vezes com a finalidade de discutir dados empíricos da língua portuguesa ou de outras línguas e suas respectivas variedades. O caráter documental do *horizonte de retrospectão* de Ribeiro, portanto, é padrão incontestável e mostra como é dinâmico o processo de pesquisa que o autor da *Grammatica* empregou para redigir sua obra, despreocupado em manter, ou não, coerência com vínculos teóricos, mas de modo muito preocupado em remeter ao leitor (exceto nos casos em que o *horizonte de retrospectão* é opaco) a grande quantidade de fontes, dados e análises que buscou.

É, portanto, em razão desses pontos que consideramos que o heterogêneo *horizonte de retrospectão* da *Grammatica portugueza* remete a uma composição teórica heterogênea, em que saberes da teoria racionalista, naturalista e histórico-comparatista, além, é claro, da teoria gramatical greco-latina, coexistem no texto gramatical de Júlio Ribeiro, tanto em questões teóricas quanto em questões empíricas de análise linguística. Um *horizonte de retrospectão* que não demonstra predileção de uma teoria por outra, mas, pelo contrário, demonstra grande habilidade de *integração* de fontes, deve remeter, destarte, à *integração teórica* de diferentes conhecimentos.

O panorama do *horizonte de retrospectão* mostrou, então, que o melhor caminho para compreender o perfil teórico-metodológico da *Grammatica portugueza* é o de considerar as teorias racionalista, naturalista e histórico-comparatista em uma perspectiva de *integração*, em vez de tomá-las de maneira compartimentada – propósito do quarto e do quinto objetivos desta tese. O *horizonte de retrospectão* de Júlio Ribeiro revela que as teorias não competem entre si na obra, ou seja, não se compartimentalizam em determinados assuntos, tampouco se hierarquizam, de modo a uma ser mais importante que a outra. As quatro teorias se *integram*, pois suas premissas são empregadas de forma conjunta e formam a teorização gramatical particular de Ribeiro, na qual não há emprego puro de uma ou outra teoria, mas o próprio desenvolvimento de uma teorização.

Não se constata aplicação das teorias mencionadas de forma uníssona do início ao fim, mas a adaptação coerente de premissas dessas teorias, fato notável, que revela a natureza da transferência tecnológica que ocorre na *Grammatica portugueza*. Júlio Ribeiro não redige uma gramática pedagógica, ou uma gramática histórico-comparatista, ou uma gramática naturalista, simplesmente reproduzindo tecnologia pronta em sua obra, substituindo conhecimentos passados, estáveis por novos também estáveis. O autor recepciona todos esses conhecimentos e traz ao lume obra inovadora por integrá-los todos.

Notamos que Júlio Ribeiro concebe a linguagem como manifestação do pensamento e estabelece vários conceitos com essa premissa. Compreende, assim, que existem formas regulares de manifestação do pensamento, ideais, as quais podem ser percebidas em bons oradores e que cabe à gramática sistematizar. Ao mesmo tempo, compreende que a língua, que conforma a linguagem, é um organismo vivo, que se transforma no decorrer do tempo em função de vários fatores (entre eles a própria alteração do modo de pensar). E, devido a essa transmutabilidade, a língua deve ser estudada a partir das leis que se percebem nessas transformações, as quais devem ser explicadas por meio da análise de fenômenos linguísticos no tempo e em comparação com outras línguas. Disso resultam exemplos gramaticais simplesmente forjados, originários da experiência do próprio autor, ou consultados na literatura consagrada, em documentos históricos ou em outras obras dedicadas ao estudo da linguagem. Esses exemplos ilustram um sistema de regras para manifestar o pensamento e de leis que explicam o funcionamento da linguagem.

A divisão da gramática em duas partes, por sua vez, é análoga às ideias de coisas e as ideias de operações: “Lexeologia” e “Syntaxe”, compreensão que remete à teoria racionalista. Tal divisão engloba também os conceitos de “Morphologia”, “Taxeonomia” e “Sentença”, que, ao aludirem à linguagem e grupos de ideias, também se fundamentam na teoria racionalista. Vinculam-se às teorias positivistas, os termos teóricos “Fonética”, “Prosodia”, “Orthografia”, “Kampenomia e Ptoseonomia” e “Etymologia” e “Cópula, por considerarem os elementos materiais das palavras. Os conceitos de “Lexeologia” e de “Morphologia”, entretanto, podem, ambos, ser exemplos de influências outras: enquanto o primeiro, embora incorpore uma divisão pautada na teoria racionalista, é definido com base nas teorias positivistas, ao considerar formas e elementos materiais; o segundo, ainda que remeta aos grupos de ideias, também remete a elementos materiais, traços que evidenciam compreensões positivistas nesse conceito.

Ainda observamos a *integração* das teorias racionalista e positivista nos conceitos designativos das classes de palavras, nos quais se percebe a utilização simultânea de critérios semânticos e funcionais na composição desses conceitos, ao lado do conceito de interjeição, claramente fundamentado na teoria racionalista. Nas regras referentes à construção dos enunciados, explícitas ou não, notamos, finalmente, a distinção entre as regras, que remetem ao bom uso da linguagem para manifestação do pensamento; e as leis, que são estruturais, funcionam de acordo com o sistema linguístico e devem ser apreendidas pelo gramático na observação dos fatos históricos das línguas.

Entendemos que o ponto que gera a convergência de todos esses aspectos é a característica instrumental que Júlio Ribeiro considera ser a finalidade de sua obra. Quando o autor defende que não cabe à gramática inventar, mas observar, Ribeiro não está advogando uma postura descritivista no puro sentido da gramática descritiva. Está postulando que o gramático tem que observar fenômenos que podem ser apreendidos, em vez de inventá-los. Esses fenômenos compreendem tanto o bom uso da linguagem para manifestar o pensamento, presente em pessoas instruídas ou em escritos de alto nível, quanto os fatos linguísticos que caracterizam a língua. O gramático pode acessá-los por meio de sua experiência como observador, forjá-los, haja vista sua elevada capacidade linguística, mas também pode levantá-los na literatura, em documentos ou em livros de linguagem.

Em nossa opinião, Júlio Ribeiro defende que a gramática deve servir como um instrumento que sistematiza os fenômenos presentes e, assim, entrega ao leitor regras sistematizadas para expressar seus pensamentos de forma adequada, ou leis que explicitem a estruturação da língua portuguesa no tempo. Não cabe ao gramático, portanto, idealizar o bom uso da linguagem, mas observá-lo; assim como não cabe ao gramático inventar explicações para fatos linguísticos, mas buscá-las nas leis que governam a transformação das línguas, que podem ser compreendidas apenas na história ou na comparação com outras línguas semelhantes, por meio de método positivado, como menciona o próprio Ribeiro.

Pensamos, nesse sentido, que a invenção de explicações para fatos linguísticos seja, em verdade, o aspecto em que Júlio Ribeiro empreenda consciente afastamento da teoria racionalista. Ao verificarmos trechos em que o autor da *Grammatica portugueza* condenou análises linguísticas especulativas, atribuindo a elas a pecha de demasiadamente metafísicas ou cerebrinas, observamos que sempre estão relacionadas a contextos em que há um fato linguístico, como a impessoalidade de verbos e a inexistência do sujeito, por exemplo. Ribeiro não pretere toda a teoria racionalista, mas a prática especulativa de análise linguística, porque essa, para o autor, é inventiva em vez de pautar-se em dados empíricos e, por essa razão, não explica o funcionamento da linguagem, tampouco da língua.

Por isso reiteramos que o ponto de convergência que garante a coerência teórica da *Grammatica portugueza* é a finalidade instrumental com a qual Júlio Ribeiro redigiu a obra. Essa finalidade faz as premissas positivistas da teoria naturalista e da histórico-comparatista serem empregadas nas análises da língua portuguesa, que, por ser uma forma de linguagem, consiste no meio com o qual seus falantes manifestam o pensamento em diferentes épocas e contextos, premissa fundamentada na teoria racionalista. Notemos que a distinção entre linguagem e língua, bem como entre regras e leis é fundamental para Ribeiro, pois, por meio dessas distinções, as premissas teóricas tornam-se coerentes com a finalidade da *Grammatica*: apresentar ao leitor regras e leis sistematizadas, com as quais se podem fazer bom uso da linguagem e entender o funcionamento da língua.

Em linhas gerais, as reflexões que resgatamos nesta conclusão, enumeradas pelos objetivos a que nos propusemos na introdução desta tese, comprovam não apenas a pertinência de nossas hipóteses, mas sua confirmação. Confirmamos que a ruptura teórica radical com conhecimentos do passado não existe na *Grammatica*

portuguesa, uma vez que esse passado persiste na obra, não como ato falho, mas como elemento constituinte, imprescindível. Confirmamos também a particularidade da teoria gramatical de Júlio Ribeiro, elaborada a partir da *integração* de diferentes premissas teóricas, constitutivas de seu *horizonte de retrospectão*, para atender à finalidade instrumental de sua obra, outra hipótese levantada. E, enfim, essa particularidade ratifica, com efeito, a hipótese de que a formulação de conceitos, regras e exemplos da *Grammatica* é particular, fruto de uma teorização própria presente na obra.

Isto posto, confirmamos a tese de que o *perfil teórico-metodológico da 'Grammatica portuguesa' não confirma a representação de que a obra simbolize ruptura ou marco teórico histórico-comparatista no Brasil. Há, na obra, a integração das teorias racionalista, histórico-comparatista e naturalista que se acumulam (sobre a base greco-latina) em uma dinâmica proporcionada pelo horizonte de retrospectão heterogêneo do autor, aspecto esse que acarreta uma formulação peculiar de conceitos, regras e exemplos na gramática*. Em outras palavras, em tom reiterativo: o perfil teórico-metodológico da *Grammatica* se dá pela *integração* das teorias racionalistas, histórico-comparatistas e naturalistas (sobre a base greco-latina), comprovada pelo horizonte de *retrospecção heterogêneo* de Ribeiro, o qual é responsável pela formulação particular de conceitos, regras e exemplos na *Grammatica portuguesa*.

Entendemos que essa confirmação, em linhas gerais, não implica, necessariamente, que a questão se apresente como encerrada, mas sim que existem novas possibilidades a serem consideradas no estudo da *Grammatica portuguesa*. Entre essas novas possibilidades, elencamos algumas com as quais nos deparamos, contudo não obtivemos os meios necessários para empreendê-las nesta tese. Citamo-las aqui como mais uma forma de contribuição deste trabalho para com a área, na tentativa de ofertar ao debate possíveis perspectivas futuras que emanam de nossa reflexão.

A primeira delas é a necessidade de uma investigação descritivo-interpretativa de pontos temáticos da *Grammatica portuguesa*, realizadas a partir de uma metodologia semelhante a que empregamos, pautada no mapeamento do *horizonte de retrospectão indexado e opaco* da primeira e da segunda edições da obra. Consideramos que esse tipo de trabalho pode revelar pormenores da transferência tecnológica que ocorre na *Grammatica*, pois potencializaria o entendimento de como

se dá essa transferência em um determinado tema. Nas partes destinadas à fonética, por exemplo, em análises experimentais que não conseguimos levar adiante, é possível notar, no *horizonte de retrospectão opaco*, a reprodução de autores racionalistas presentes ainda na segunda edição. Entendemos que é preciso estudar como Júlio Ribeiro faz adaptações de teorias.

Esse ponto remete a outra imprescindibilidade, que é o estudo sobre a transferência tecnológica realizada por Júlio Ribeiro em sua *Grammatica portugueza*⁴¹. O *horizonte de retrospectão* heterogêneo do autor fornece indícios de como o conhecimento linguístico se estabeleceu no Brasil, em especial, quais autores e obras influenciaram a construção do saber no país, na medida em que sugere linhas de transferências distintas, entre as quais cabe destaque a que indica as transferências tecnológicas por meio da língua francesa, ou a que assinala as transferências tecnológicas por meio da língua inglesa. Ainda nesse contexto da transmissão tecnológica, torna essencial compreender o papel de instituições como escolas, igrejas e imprensa, por exemplo.

Outra possibilidade diz respeito à relação do conhecimento empregado por Júlio Ribeiro com demais obras de seu tempo, ou publicadas depois da *Grammatica portugueza*. Embora essa prática não seja novidade na gramaticografia brasileira e, ultimamente venha sendo empregada, conjecturamos que seja necessário, também em uma perspectiva temática, ponderar uma linha temporal em que os conhecimentos de Júlio Ribeiro sejam o ponto de referência, para entender como esses se caracterizam, como são reproduzidos ou não, como eventualmente são diferentes dos até então existentes, e, posteriormente, como desaparecerem ou permanecem em outras obras.

Em outras palavras, imaginamos que o grau de inovabilidade de Júlio Ribeiro perante outras gramáticas, bem como seu grau de influência na gramaticografia brasileira, possa ser melhor investigado se considerada a premissa da cumulatividade como determinativa do seguinte raciocínio: quando e por que um determinado conhecimento estabilizado no Brasil, que pode ser um método ou uma premissa teórica, recebe outro oriundo de transferência tecnológica, transforma-se, estabiliza-se como algo novo na gramaticografia e, assim, passa a ser reproduzido.

⁴¹ Essa possibilidade de estudo é sugestão do professor José Edcarlos Aquino, nos comentários a esta tese.

Pensamos que existam muitos empreendimentos feitos nessa direção, mas não interpretados nessa perspectiva – conjecturamos, com efeito, que os estudos que estão reconhecendo rupturas parciais na *Grammatica portugueza* estejam tateando esse fenômeno.

Uma última possibilidade, enfim, paralela a essa relação da *Grammatica portugueza* com outras obras, seria o estudo do público receptor da obra de Júlio Ribeiro⁴². Em um viés mais sociológico, torna-se necessário averiguar as condições editoriais em que a obra foi produzida, bem como os locais onde foi utilizada, para verificação de como esses elementos impactam, ou não, questões teóricas e metodológicas da *Grammatica portugueza*. Afinal, como assinalamos na introdução desta tese, a formação intelectual e profissional de Ribeiro ecoa em detalhes paratextuais de sua gramática, o que torna esse contexto editorial constituinte e sugere, então, que possa exercer alguma influência na composição teórica da *Grammatica*.

Finalmente, encerramos essa reflexão sobre o perfil teórico-metodológico da *Grammatica portugueza* com a reiteração da importância dessa obra para a gramaticografia brasileira, primeiramente, em razão da complexidade de sua constituição teórica, que buscamos humildemente elucidar; mas também em razão do momento em que foi elaborada, final do século XIX, época de grandes embates intelectuais e transformações sociais; e, por fim, da interessante figura de seu autor, Júlio Ribeiro, personalidade cuja caricatura ilustra o contexto intelectual do século XIX. Esperamos que esse trabalho lance luzes não apenas ao estudo da *Grammatica portugueza*, mas a outros intrigantes elementos da história nacional.

⁴² Essa possibilidade de estudo é sugestão do professor e historiador da linguística Ronaldo de Oliveira Batista, nos comentários a esta tese.

Referências

Obras de Júlio Ribeiro

RIBEIRO, J. **Grammatica portugueza**. São Paulo: Jorge Seckler, 1881.

_____. **Grammatica portugueza**. 2. ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves & Cia, 1885.

_____. **Cartas Sertanejas - Procellarias**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ed. Fundap, 2007.

Trabalhos sobre a *Grammatica portugueza*

Resenhas

BUENO, S. Estudos linguísticos no Brasil. In: BUENO, S. **Gramática normativa da língua portuguesa**. São Paulo: Edição Saraiva, 1953.

CAMARA Jr. J. M. A linguística brasileira. In: NARO, A. J. (org.) **Tendências atuais da linguística e da filologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1976.

CASTILHO, A. de. **Estudos linguísticos no Brasil**. Alfa 2, pp 135-143, 1962.

MACIEL, M. Breve retrospecto sobre o ensino da língua portuguesa. In: MACIEL, M. **Grammatica descriptiva**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1910.

PINTO, R. M. Cem anos de gramática portuguesa no Brasil, 2 – Cem anos de gramática portuguesa no Brasil. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 7 dev. Suplemento do Centenário, 1976.

Periodizações

AZEVEDO FILHO, L. Os estudos filológicos e linguísticos no Brasil – uma tentativa de periodização. In: **Anais do Congresso Internacional de Lexicografia e Literaturas do Mundo Lusófono**. Rio de Janeiro: Editora Ágora da ilha, 2002.

CAVALIERE, R. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. **Alfa**, São Paulo, n. 45, p. 49-69, 2001.

_____. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. **Confluência** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 24, p. 42-65, 2003.

_____. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. In: Cláudio Cezar Henriques. (Org.). **Linguagem, conhecimento e aplicação**. Rio de Janeiro: Editora Europa, 2003, p. 322-339.

ELIA, S. **Ensaio de filologia e linguística**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1963.

GUIMARÃES, E. Sinopse dos estudos do português no Brasil. **Relatos**, Campinas, n. 1, 1994. Disponível em: < https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_01.html>. Acesso em: 29 dez. de 2016.

_____. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, E; ORLANDI, E. (orgs). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996.

_____. **História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil**. Campinas: Pontes, 2004.

NASCENTES, A. **Estudos filológicos**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.

Estudos

AQUINO, J. E. Júlio Ribeiro no *horizonte de retrospectiva* da gramatização brasileira. **Confluência**, Rio de Janeiro, v. 52, p. 147-179, 2017.

BEZERRA, M. A.; DIAS, L. F. Gramática e Dicionário. In: GUIMARÃES, E; ZOPPIFONTANA, M. **Introdução às ciências da linguagem**: A palavra e a frase. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

CAVALIERE, C. **Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2000.

_____. **A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros**. Rio de Janeiro: Lexikkon, 2014.

_____. Um passo da descrição do verbo em Júlio Ribeiro. **IDIOMA**, Rio de Janeiro, nº. 28, p. 70-81, 1º. Sem. 2015.

_____. A Noção de conectivo nas gramáticas brasileiras do século XIX. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 20, p. 9-30, 2018.

COAN, G. I. **Do culto à cultura: fatos linguísticos e sociais no colégio republicano paulista**. 2016. 208 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

COELHO, O. F.; DANNA, S. POLACHINI, B. O português do Brasil em gramáticas brasileiras do século XIX. **CONFLUÊNCIA (RIO DE JANEIRO)**, v. 1, p. 115-141, 2014.

COELHO, O. F.; DANNA, S. História da língua portuguesa e historiografia linguística no Brasil em cinco gramáticas do século XIX. **CONFLUÊNCIA (RIO DE JANEIRO)**, v. 1, p. 215-235, 2015.

DIAS, F. A Constituição do fato gramatical em três fases da gramática brasileira. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, nº 20, p. 41-56, 2008.

_____. Articulação sintática em gramáticas brasileiras do século XIX. **Letras** (UFSM), v. 37, p. 125-134, 2008.

EMÍDIO, C. **Júlio Ribeiro e a fundação de um espaço de escrita nacional**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, 2013.

FÁVERO, L. A gramática portuguesa de Júlio Ribeiro. **Revista da Anpoll**, São Paulo, n. 13, p. 73-88, 2002.

FAVERO, L. L. **A gramática no Brasil: o período científico**. 2004. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

FERREIRA, A. C. F; NOGUEIRA, L. A colocação dos pronomes na gramática portuguesa de Júlio Ribeiro. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, n. 38, p. 11-33, 2016.

GUIMARÃES, E; ORLANDI, E. P. La formation d'un espace de production linguistique. La grammaire du Brésil. **Langages**, n. 130, p. 8-27, 1998.

GURGEL, S. **O período dos estudos linguísticos brasileiros dito científico na questão da colocação pronominal (1880-1920)**. 2008. 144 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

IAPECHINO, M.K. K.; ZANON, M. Aspectos da Gramatização no Brasil. **Revista Arandu (Dourados)**, Dourados, v. 1, n.14, p. 14-18, 2001.

LEITE, M. Q. A hiperlíngua brasileira na construção da norma linguística gramatical: um estudo de gramáticas do século XIX. **Estudos Portugueses**, n. 5, p. 103-112, 2005.

MARTINS, A. A visão sintática de Júlio Ribeiro. **Sóletras**, São Gonçalo, n. 21. p. 30-38, 2011.

MENEZES, G. **JÚLIO E JOÃO RIBEIRO: do padrão europeu ao uso brasileiro**. Cadernos do CNLF, Vol. XVII, Nº 09. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2013.

MORALIS, E.; GOMES, G. S. Qual a relação da gramatização brasileira com relação à história da gramática?. **Ave Palavra (UNEMAT)**, v. 1, p. 1-210, 2006.

OLIVEIRA, D. **Estudo historiográfico-descritivo das preposições portuguesas nas gramáticas brasileiras do período científico**. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

PARREIRA, A. **Contribución a la historia de la gramática brasileña del siglo XIX**. 2011, 488 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filología, Universidad de Salamanca, Salamanca, 2011.

PEREIRA, H. B. O papel dos gramáticos: observações a partir de Júlio Ribeiro e suas Cartas Sertanejas. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 43 (1): p. 161-171. 2014.

POLACHINI, B. S. Considerações sobre o impacto da Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal (1660) no tratamento da sintaxe de gramáticas brasileiras do português do século XIX. **Confluência**, n. 39-40, p. 296-314, 2012.

_____. Uma proposta de periodização “complexa” para gramaticografia oitocentista do português. In: POLACHINI et al. **Cadernos de historiografia linguística do CEDOCH**. São Paulo: FFCLH/USP, 2015a.

_____. Verbos impessoais e unipessoais em gramáticas brasileiras oitocentistas do português. **Revista argentina de historiografía linguística**, v. 8, n. 1, p. 55-67, 2015b.

_____. **Uma história serial e conceitual da gramática brasileiras oitocentista de língua portuguesa.** Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2018.

POLACHINI, B; DANNA, S. M. Dados sintáticos do português brasileiro em gramáticas brasileiras oitocentistas. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 45, p. 192-202, 2016.

PRETE, M. A. Influência da gramática filosófica no conceito de verbo em gramáticas brasileiras. **Linha D'agua**, v. 32, p. 175-193, 2019.

SANTOS, G. A. **Os efeitos de sentidos da formulação das regras e os acréscimos nas gramáticas de Julio Ribeiro, Said Ali e Evanildo Bechara.** 2013. 140 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

VIDAL NETO, J. B. C. **A Grammatica portugueza, de Júlio Ribeiro:** um corte epistemológico na gramaticografia brasileira e a questão da língua portuguesa no Brasil. 2010. 141 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Obras citadas na *Grammatica portugueza*

Autores em língua portuguesa

ABREU, C. H. **Guia do viajante no Rio de Janeiro.** s. d.

BALMES Y URPIÁ, J. **Curso de filosofia elemental.** 1847.

BARBOSA, J. S. **Grammatica philosophica.** 1822.

_____. **Grammatica da lingua portuguesa.** 1540.

BRAGA, T. **Grammatica portugueza elementar, fundada sobre o methodo historico-comparativo.** 1876.

COELHO, F. A. **Questões da lingua portugueza.** 1874.

_____. **Theoria da conjugação em latim e portuguez.** 1870.

CONSTÂNCIO, F. S. **Novo dictionario critico e etymologico da lingua portugueza.** 1836.

COSTA, M. O. R. **Grammatica portugueza destinada ao curso do 1.º anno.** 1876.

DE LEÃO, D. N. **Origem da lingoa portvgvesa.** 1606.

FREIRE, F. J. **Reflexões sobre a Lingua Portugueza.** 1768.

GARRET, S. L. A. **Da educação.** 1829.

GRIVET, C. A. O. **Pequena grammatica da lingua portuguesa.** 1865.

LECUSSAN-VERDIER. Prefácio. In: CRUZ E SILVA, A. D. **O Hyssope.** 1817.

LEONI, F. E. **Grammatica portugueza e Genio da lingua portugueza, ou, causas racionaes e philologicas de todas as formas e derivações da mesma lingua, comprovadas com innumeraveis exemplos extrahidos dos auctores latinos e vulgares.** 1858.

LOBATO, A. R. **Arte da grammatica da lingua portugueza.** 1770.

OLIVEIRA, B. J. **Nova grammatica portugueza.** 1862.

PASSOS, J. A. **Diccionario gramatical portuguez.** 1865.

PORTUGAL, T. C. **Orthographia da lingoa portugueza.** 1837.

REIS, S. **Grammatica portugueza**.1866.

_____. **Postilhas de grammatica**.1858.

ROQUETE, J. I. **Diccionario portuguez-francez**. 1856.

SILVA, A. F. **Compendio de grammica portugueza**. 1875.

SILVA, A. M. **Diccionario da lingua portugueza**. 1813.

VERGUERO; PERTENCE. **Compendio da grammica Portugueza**. 1862.

VIEIRA, F. D. **Grande dicionário portuguez ou thesouro da língua portugueza**. 1871.

Obras em língua francesa

AYER, C. **Grammaire comparée de la langue française**.1876.

BASTIN, J. **Étude philologique de la langue française ou grammaire comparée et basée sur le latin**.1878.

BERGMANN, F. G. **Résumé d'études d'ontologie générale et de linguistique générale**. 1869.

BOPP, F. **Grammaire Comparée des Langues Indo-Européennes**. 1833.

BRACHET, A. **Nouvelle grammaire française, fondée sur l'histoire de la langue, à l'usage des établissemens d'instruction secondaire**.1874.

BREAL, M. J. A. **Mélanges de mythologie et de linguistique**. 1877

BURGGRAFF, P. **Principes de grammaire générale**.1863.

CHASSANG, M. A. A. **Nouvelle grammaire grecque, d'après les principes de la grammaire comparée.** 1872.

DIEZ, F. **Grammaire des langues romanes.**1836-1844.

DÜBNER, J. F. **Grammaire élémentaire et pratique de la langue grecque.** 1855.

DUVAL, M. **Cours d'anatomie.** 1873.

EGGER, .E **Apollonius Dyscole, essai sur l'histoire des théories grammaticales dans l'Antiquité.**1854.

FERRIÈRE, E. **Le darwinisme.**1872.

GIRAULT-DUVIVIER, C. **Grammaire des grammaires, ou analyse raisonnée des meilleurs traités sur la grammaire française.** 1811.

GUARDIA, J. M; WIERZEJSKI, J. **Grammaire de la langue latine, d'après la méthode analytique et historique.** 1876.

HELFFERICH, A. **Aperçu de l'histoire des langues néo latines en Espagne.** 1857.

HOVELACQUE, A. **La linguistique.** 1876.

MANDL, L. **Grammatica portugueza, também encontramos Hygiène de la voix parlée ou chantée.** 1876.

MULLER, M. **Nouvelles leçons sur la science du langage.** 1861.

REINACH, S. **Manuel de philologie classique.**1880.

SAINT AYMOUR, V. C. **La langue latine étudiée dans l'unité indo-européenne: histoire, grammaire, lexique.** 1867.

Obras em inglês

ALLEN, A; CORNWELL, J. **A new English grammar, with very copious exercises, and a systematic view of the formation and derivation of words.**1841.

BAIN, A. **Higher English grammar.** 1863.

MASON. C. P. **English grammar; including the principles of grammatical.**1858.

NORDHEIMER, I. **Critical grammar of the Hebrew language.** 1838-1841.

WEBSTER, N. **An American dictionary of the English language.** 1828.

WHITNEY, W. D. **Essentials of English grammar.** 1870.

Obras em outras línguas

ALVARES, P. M. **De institutione grammatica libri.** s. d.

CAESARIAENSIS, P. **Institutiones Grammaticae.** s.d.

DIOMEDES. **Ars grammatical.** s.d.

NEBRIJA, A. **Gramática de la lengua castellana.** 1492.

PEZZI, D. **Grammatica Storico Comparativa della Lingua Latina.**1872.

SCHMIDT, R. **Stoicorum Grammatica.** 1839.

Bibliografia de apoio

AARSLEFF, H. Bréal, la sémantique et Saussure. **Histoire Épistémologie Langage,** Année 1981 3-2 pp. 115-133.

ABBADE, C. M. S. Centenário da ortografia oficial da língua portuguesa: caminhos percorridos. **Linguagem em (Re)vista**, vol. 10, n. 20. Niterói, jul./dez. 2015.

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

AQUINO, J. E. **O que há de materno na língua?**: considerações sobre os sentidos de língua materna no processo de gramatização brasileira nos séculos XIX e XX. 2012, 204 p. Dissertação – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

_____. **Júlio Ribeiro na história das ideias linguísticas no Brasil**. 2016. 354 p. Tese (Doutorado). Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade de Campinas, Campinas, 2016.

ARNAULD, A; LANCELOT, C. **Gramática de Port-Royal**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ASSUNÇÃO, C. Uma leitura da introdução da Arte da gramática da língua portuguesa de Reis Lobato (1770). **Revista da Faculdade de Letras <<Línguas e Literaturas>>** Porto, XIX, 1997, p. 165-181.

_____. **A arte da grammatica da lingua portugueza de António José dos Reis Lobato**. Estudo, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários. Lisboa: [Academia das Ciências de Lisboa], 2000.

AUROUX, S. **A questão da origem das línguas seguido de a história das ciências**. Campinas: Editora RG, 2008.

_____. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

_____. Les modes d'historicisation. In: Histoire Épistémologie Langage, tome 28, fascicule 1, 2006. **Histoire des idées linguistiques et horizons de rétrospection**. pp. 105-116.

AYRES-BENNETT, W. Les ailes du temps et la plume du « remarqueur » : la tradition puriste au XIXe siècle. In: **Romantisme**, 1994, n°86. Langue et idéologie. pp. 33-46.

BACHELARD, G. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BALDINI, L. J. S. **Um linguista na terra da gramática**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 2005.

BANZA, A. P. As Reflexões (1768) de Francisco José Freire e o Vocabulário (1712-1728) de Bluteau. **Actas do XVI Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL)**, Alcalá de Henares: Madrid. Pub. em CDrom. ISBN: 978-84-8138-923-4. 2011.

BERGOUNIOUX, G. La sélection des langues: darwinisme et linguistique. In: **Langages**, 36^e année, n°146, 2002. L'origine du langage. pp. 7-18.

CAGNAT, R. Notice sur la vie et les travaux de Salomon Reinach. In: **Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**, 77^e année, N. 4, 1933. pp. 444-460.

CASASSANTA, M. **Júlio Ribeiro e Maximino Maciel**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

CHEVALIER, J. **Histoire de la grammaire française**. Vêndome: Presses Universitaires de France, 1996.

CHISS, J. La grammaire entre théorie et pédagogie. In: **Langue française**, n°41, 1979. Sur la grammaire traditionnelle. pp. 49-59.

CHRONIQUE. In: **Romania**, tome 38 n°151, 1909. pp. 471-480.

COBRA, E. C. O. **Júlio Ribeiro**: educação e religião no Brasil oitocentista. 2011. 177 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2011.

COELHO, S. A Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza de Jerónimo Soares Barbosa: contributos para o estudo da grafia no século XIX. **DOMÍNIOS DE LINGU@GEM**, v. 8, n. 1 (jan./jun. 2014) - ISSN 1980-5799.

COLOMBAT, B. FOURNIER, J. PUECH, C. **Uma história das ideias linguísticas**. São Paulo: Contexto, 2017.

DESMET, P. Abel Hovelacque et l'école de linguistique naturaliste: l'inégalité des langues permet-elle de conclure à l'inégalité des races?. In: **Histoire Épistémologie Langage**, tome 29, fascicule 2, 2007. Le naturalisme linguistique et ses désordres. pp. 41-59.

DESMET, P. **La linguistique naturaliste en France (1867-1922)**: nature, origine et évolution du langage. LEUVEN: Peeters, 1996.

DOMINICY, M. La programme scientifique de la grammaire générale. In AUROUX, S. **Histoire des idées linguistiques**: l'hégémonie du comparatisme. In: Histoire Épistémologie Langage, tome 2. Paris: Mardaga, 1992.

DORNAS FILHO, J. **Júlio Ribeiro**. Belo Horizonte, Livraria Cultura Brasileira, 1945.

DUBOIS, P. AYER (Cyprien) [note biographique]. In: **Publications de l'Institut national de recherche pédagogique**. Année, 2002, 17, pp. 31-32.

ENGELS, E; GLICK, T. **The reception of Charles Darwin in Europe**. V. 1. Continuum, 2008.

ESPAGNE, M. L'invention de la philologie. Les échos français d'un modèle allemand. In: **Histoire Épistémologie Langage**, tome 19, fascicule 1, 1997. Construction des théories du son [Première partie] pp. 121-134.

ESPAGNE, M.; WERNER, M. La construction d'une référence culturelle allemande en France : genèse et histoire (1750-1914). In: **Annales. Economies, sociétés, civilisations**. 42^e année, N. 4, 1987. pp. 969-992.

FÁVERO, L. & MOLINA, M. **As concepções linguísticas no Século XIX**: a gramática no Brasil. Rio de Janeiro, Lucerna, 2006.

FÁVERO, L. L. **As concepções linguísticas no século XVIII**: as gramáticas portuguesas. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

FONTES, S.; COELHO, S. **Da orthographia da lingua portugueza, de Francisco Solano Constâncio**. N.º 51 – 2.º semestre de 2016 – Rio de Janeiro.

GÖLACH, M. **An annotated bibliography of 19th-century grammar**. English Philadelphia: John Benjamins North America, 1998.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

HARRIS, R; TAYLOR, T. J. **Ladnmarks in linguistic though**: the Western tradition from Socrates to Saussure. New York: Routledge, 1994.

HAVELANGE, I.; HUGUET, F.; LEBEDEFF, B. BRÉAL Michel Jules Alfred [note biographique]. In: **Publications de l'Institut national de recherche pédagogique**. Année, 1986, 11, pp. 190-192.

IRMÃO, J. A. **Júlio Ribeiro**. Sorocaba, 1978.

JESUITA, C.S. **As gramáticas gerais e filosóficas tardias do século XIX**. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

KOERNER, E. Positivism in 19th and 20th century linguistics. In: KOERNER, E. **Amsterdam studies in the theory and history of linguistic science**. V. 50 (Practicing linguistic historiography). Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1989.

_____. The natural science impact on theory formation in 19th and 20th century linguistics. In: KOERNER, E. **Amsterdam studies in the theory and history of linguistic science**. V. 50 (Professing linguistic historiography). Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1995.

LEITE, M. Q. **O nascimento da gramática portuguesa: uso & norma**. São Paulo: Paulistana / Humanista, 2007.

_____. Tradição, invenção e inovação em gramáticas da língua portuguesa – séculos XX e XXI. CASSEB-GALVÃO, V. C.; NEVES, M. H. **Gramáticas contemporâneas do português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

_____. Partes do discurso/Classes de palavras: um estudo das ideias sobre a interjeição em gramáticas portuguesa. **Revista de Estudos Linguísticos da Univerdade do Porto** - Vol. 11 - 2016 - 199-225.

_____. Q. Historiografia da linguística e história das ideias linguísticas: aproximação e distanciamento. In: BATISTA, R. O. (org.). **Historiografia linguística**. São Paulo: Contexto, 2019a.

_____. Rationalist theory in the Postillas de grammatica geral of Francisco Sotero dos Reis. In: **Global journal of Human-Social Science: G Linguistics & Education** Volume 19, Issue 10, Version 1.0, Year 2019b.

_____. Teoria e método na *Grammatica portugueza*, de Francisco Sotero dos Reis. In: LEITE, M.; PELFRÊNE, A. (org). **Coleção Gramáticas do Brasil – Século XIX, Série I – Gramática filosófica**. Volume 3. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2019c.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científica**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

MAKAEV È. A. Les rapports entre grammaire comparée, grammaire contrastive et grammaire typologique. In: **Langages**, 4^e année, n°15, 1969. La linguistique en URSS. pp. 32-42.

MARTINO, A. S. **Machado de Assis e a Língua Portuguesa na segunda metade do século XIX**. 2013. 217 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

MORAES, C. S. V. O ideário republicano e a educação: o ensino em Campinas no final do século XIX. **Revista da faculdade de educação**. São Paulo, 11, (1/2), p. 101-134, 1985.

NELSON, A. R. Nationalism, Transnationalism, and the American Scholar in the Nineteenth Century: Thoughts on the Career of William Dwight Whitney. **The New England Quarterly**, Vol. 78, No. 3 (Sep., 2005), pp. 341-376.

OLIVEIRA, D. F. **O pensamento linguístico de Jerônimo Soares Barbosa e sua influência nas principais gramáticas brasileiras do século XIX**. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

PARIENTE, J. Grammaire et logique à Port-Royal. In: **Histoire Épistémologie Langage**, tome 6, fascicule 1, 1984. Logique et grammaire. pp. 57-75.

PRETE, M. A Influência da gramática filosófica no conceito de verbo em gramáticas brasileiras. **Linha D'Água**, 32(1), 175-193. 2019.

RAZZINI, M. São Paulo: cidade dos livros escolares. In: ABREU, M. & BRAGANÇA, A. **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ROLLINS, R. M. Words as Social Control: Noah Webster and the Creation of the American Dictionary. **American Quarterly**, Vol. 28, No. 4 (Autumn, 1976), pp. 415-430. Published by: Johns Hopkins University Press.

SANTOS, M. H. A gramática racionalista em Portugal no século XIX. In DUARTE, S.; LEÓN R. P. **A gramática racionalista na Península Ibérica (séculos XVI-XIX)**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto e CLUP, 2015.

SCHWARCZ, L. M. O **espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENA, F. Um modo de escrever, um modo de educar: cartas portuguesas oitocentistas. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.24, n.1, p.102-113, jan.-jun. 2015.

SILVA, M. Júlio Ribeiro polemista: um capítulo da história das querelas linguísticas no Brasil. **Polifonia**, Cuiabá, n. 22, p. 109-124, 2010.

SILVEIRA, C. R. **Erudição e ciência**: as procelas de Júlio Ribeiro (1845-1890). São Paulo: Editora UNESP, 2008.

STÉFANINI, J. Sur la grammaire historique du français. In: **Langue française**, n°10, 1971. Histoire de la langue. pp. 7-30.

SWIGGERS, P. Auguste Brachet et la grammaire (historique) du français: de la vulgarisation scientifique à l'innovation pédagogique. In: **Cahiers Ferdinand de Saussure**, No. 46 (1992), pp. 91-108.

VASCONCELOS, J. L. Esboço histórico. In: **Opúsculos Vol. IV**, filologia part II, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1888.

VERDELHO, T. Dicionários portugueses, breve história. In: NUNES, J.H.; PETTER, M. (orgs). **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas / Pontes, 2002.

VIEIRA, C. R. A.; SOARES, T. G. A presença de escolas protestantes na educação brasileira do final do século XIX. **Mnemonise PPGH-UFCG**, v. 7, p. 32-46, 2016.

WALLON, H. Notice sur la vie et les travaux de M. Émile Egger, membre ordinaire de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres. In: **Mémoires de l'Institut national de France**, tome 35, 1^e partie, 1893. pp. 345-368.